

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

GARDENE LEÃO DE CASTRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE GOIÂNIA: A NEGOCIAÇÃO
DE SENTIDOS EM RELAÇÃO AOS DISCURSOS MIDIÁTICOS A RESPEITO
DE SI**

GOIÂNIA, 2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

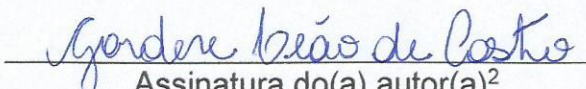
Nome completo do autor: Gardene Leão de Castro

Título do trabalho: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE GOIÂNIA: A NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS EM RELAÇÃO AOS DISCURSOS MIDIÁTICOS A RESPEITO DE SI.

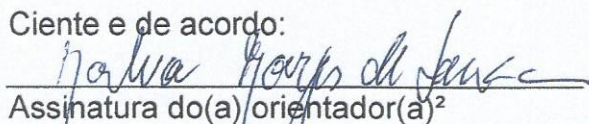
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

Data: 28 / 09 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

GARDENE LEÃO DE CASTRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE GOIÂNIA: A NEGOCIAÇÃO
DE SENTIDOS EM RELAÇÃO AOS DISCURSOS MIDIÁTICOS A RESPEITO
DE SI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de doutor em sociologia, sob a orientação da Professora Dr^a. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.

GOIÂNIA, 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Leão de Castro, Gardene

Representações sociais de jovens de Goiânia [manuscrito] : a
negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito
de si / Gardene Leão de Castro. - 2017.
CCXXI, 221 f.

Orientador: Prof. Dr. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

1. Juventude. 2. Mídia. 3. Violência. 4. Representações Sociais. I.
Maria Borges de Lima Dias de Souza, Dalva , orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
GARDENE LEÃO DE CASTRO

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2017, às 14h00min, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de **Gardene Leão de Castro**, intitulado *Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (UFG - presidente), Pedro Humberto Faria de Campos (PUC/GO), Claudomilson Fernandes Braga (UFG), Flávio Munhoz Sofiati (UFG), Telma Ferreira Nascimento Durães (UFG). A candidata apresentou o trabalho, os/a examinadores/as a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 16 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

☒ **Aprovada** ☐ Reprovada

Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima e Souza

☐ **Aprovada** ☐ Reprovada

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria de Campos

☒ **Aprovada** ☐ Reprovada

Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga

☒ **Aprovada** ☐ Reprovada

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati

☒ **Aprovada** ☐ Reprovada

Profa. Dra. Telma Ferreira Nascimento Durães

Resultado Final

Reaberta a sessão pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Eliane Gonçalves, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Eliane Gonçalves

Dedico esta tese à minha filha
Sofia, à minha mãe e minhas
irmãs, e a todos os jovens
vítimas da violência no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, pela valorosa orientação no decorrer da pesquisa. Sua sabedoria, paciência e incentivo foram fundamentais para que eu completasse esse percurso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás pelos valiosos ensinamentos.

Aos colegas da Faculdade de Informação e Comunicação, pelo apoio e incentivo. Em especial aos colegas do Curso de Relações Públicas da FIC - UFG.

À FAPEG, pelo fomento e apoio a essa pesquisa de doutorado.

À Prof^a. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães, incentivadora de descobertas no universo das culturas juvenis.

À Prof^a. Dra. Maria Luiza Martins de Mendonça, minha primeira incentivadora para a entrada no universo acadêmico.

A todos do Cajueiro, por apoiar minha formação acadêmica e humana.

A todos meus amigos, em especial à Ana Rita, Wolney, Mari, Rai, Cris, Divina, Juarez, Fabiano, Verli e Murilo, pelo carinho e apoio durante a produção da tese. O agradecimento a eles se estende a todos os outros amigos que estiveram ao meu lado durante minha trajetória.

Aos colegas do Doutorado em Sociologia - UFG, por compartilharem esta caminhada.

*Todo Cambia
Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo
Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño...
Cambia todo cambia...
Pero no cambia mi amor
Por mas lejo me encuentre
Ni el recuerdo ni el dolor
De mi pueblo y de mi gente
Lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo
En esta tierra lejana
Cambia todo cambia...*

(MERCEDES SOSA)

RESUMO

Neste trabalho, a intenção é investigar as representações sociais de jovens de Goiânia sobre os discursos midiáticos hegemônicos, envolvendo a temática da criminalidade e da violência, a respeito de si. Buscou-se, em um primeiro momento, perceber como os jovens são representados no Jornal *Daqui*, veículo de maior circulação impressa em Goiás, em estudo comparativo entre 3 meses dos anos de 2010 e 2014. Pode-se perceber que, desde 2010, o *Daqui* faz uma forte ligação entre juventude, pobreza e o perigo em seu discurso. Em 2014, tal representação foi deslocada para a explicação do aumento da violência em Goiânia e em Goiás como consequência do envolvimento de jovens com o uso e com o tráfico de drogas. Após a análise das notícias, utilizando como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais, buscou-se compreender como jovens de diferentes classes sociais (alta, média e baixa), moradores de Goiânia, recebem, compreendem e (res)significam as representações midiáticas envolvendo a temática da criminalidade e violência na juventude. Percebe-se que jovens não assimilaram o conteúdo midiático sem criticá-lo. Para eles, o Jornal *Daqui* é sensacionalista, violento, com notícias superficiais que subestimam a capacidade de interpretação de seu público leitor. Apesar de vivenciar a violência de formas distintas, eles foram unânimes ao afirmar que a mídia não é imparcial ou neutra ao retratar o seu cotidiano.

Palavras-Chave: Juventude. Mídia. Violência. Representações Sociais.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the social representations of young people in Goiânia with respect to hegemonic media discourses, involving the theme of crime and violence concerning young people themselves. We first sought to understand how young people are represented in the newspaper, *Daqui*, which is the paper with the largest circulation among the print media in Goiás. This was completed through a comparative study over 3 months of each of the years between 2010 and 2014. It can be seen that since 2010, *Daqui*, in its reporting, makes a strong connection between youth, poverty and danger. In 2014, this representation of young people was used to explain the increase in violence in Goiânia and Goiás as a consequence of the involvement of young people in drug use and trafficking. After analyzing the news, and by using as a theoretical framework, the Theory of Social Representations, we tried to understand how young people from different social classes (high, medium and low), residents of Goiânia, receive, understand and live out their media representations concerning the theme of crime and violence among youth. It was confirmed that young people did not assimilate the media content without criticizing it. They could recognize that the newspaper, *Daqui*, is sensationalist, violent and prints superficial news which only serves to subjugate the capacity of interpretation among its readers. Despite experiencing violence in different ways, they were unanimous in stating that the media is not impartial or neutral in portraying their daily lives.

Key words: youth, media, violence, social representations

RÉSUMÉ

Dans ce travail, le but est d'étudier les représentations sociales des jeunes de Goiânia concernant les discours médiatiques hégémoniques impliquant le thème de la criminalité et de la violence, à propos de soi. On a cherché, dans un premier temps, à comprendre comment les jeunes sont représentés dans le journal *Daqui*, le plus grand véhicule de circulation imprimé à Goiás, dans une étude comparative entre 3 mois des années 2010 et 2014. On constate que depuis 2010, le *Daqui* établit un lien fort entre la jeunesse, la pauvreté et le danger dans son discours. En 2014, cette représentation a été déplacée pour expliquer l'augmentation de la violence à Goiânia et à Goiás comme résultat de la participation des jeunes à l'usage et au trafic des drogues. Après l'analyse des nouvelles, en utilisant comme appui théorique la Théorie des Représentations Sociales, on a cherché à comprendre comment les jeunes de différentes classes sociales (haute, moyenne et basse), les résidents de Goiânia, reçoivent, comprennent et (re) signifient les représentations médiatiques impliquant le thème de la criminalité et de la violence chez les jeunes. On remarque que les jeunes n'ont pas assimilé le contenu médiatique sans le critiquer. Pour eux, le Journal *Daqui* est sensationnaliste, violent, avec des nouvelles superficielles qui subjuguent la capacité d'interprétation de ses lecteurs. En dépit de vivre la violence de différentes façons, ils ont déclaré à l'unanimité que les médias ne sont pas impartiaux ou neutres lors de faire un portrait de leur vie quotidienne.

Mots-clés: Jeunesse. Médias. Violence. Représentations Sociales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	18
---	-----------

1.1 As violências: possíveis significados	18
1.2 Violência urbana, medo do crime e o sentimento de insegurança ...	27
1.3 O novo racismo e a exclusão de jovens pobres	36
1.4 Juventude e violência: a realidade de Goiás	44
1.5 As juventudes: reflexões conceituais	53

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE JOVENS NA MÍDIA.....	61
--	-----------

2.1 As representações coletivas.....	61
2.2 Das representações coletivas às representações sociais	63
2.3 Ancoragem e Objetivação	71
2.4 Representações sociais: a teoria do núcleo central e a perspectiva societal	73
2.5 Representações sociais, mídia e poder simbólico.....	79
2.6 Representações sobre jovens na mídia	88

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS JOVENS NO JORNAL <i>DAQUI</i>	
---	--

3.1 As fontes utilizadas e o tratamento dos dados	91
3.1.1 Perfil dos jovens citados nos casos de violência no <i>Daqui</i>	92
3.1.2 Cor/Raça do jovem citado em casos de violência no <i>Daqui</i> ...	95
3.1.3 Fonte consultada nas notícias do <i>Daqui</i>	96
3.1.4 Crimes citados nas notícias do <i>Daqui</i>	98
3.2 A construção do mapa representacional.....	99

3.2.1 A representação social do jovem no Jornal <i>Daqui</i> em 2010: o perigo	99
3.2.2 A representação social do jovem no Jornal <i>Daqui</i> em 2014: o uso e envolvimento com o tráfico de drogas	103
3.3 As categorias encontradas	112
3.3.1 Irreversibilidade	113
3.3.2 Periculosidade	116
3.3.3 Insanidade	120
3.3.4 Improdutividade	125
3.3.5 Individualismo	130
3.3.6 Ambiguidade.....	134

CAPÍTULO IV

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE O JORNAL *DAQUI*

4.1 A metodologia de pesquisa e as fontes consultadas.....	138
4.2 O sensacionalismo no Jornal <i>Daqui</i>	145
4.3.1 Irreversibilidade	150
4.3.2 Insanidade	162
4.3.3 Improdutividade	166
4.3.4 Periculosidade	172
4.3.5 Individualismo.....	177
4.3.6 Ambiguidade	180
4.3.7 Jovens pobres e o envolvimento com drogas	184
Considerações finais	189
Referências	194
Anexos e apêndices	206

INTRODUÇÃO

Desde quando comecei a trabalhar na Casa da Juventude Pe. Burnier¹, em Goiânia, em 2003, passei a conviver com uma realidade de denúncias sobre a grande quantidade de mortes de jovens pobres, negros, moradores nas periferias de Goiânia. Tais índices de violência foram comprovados, nos últimos 10 anos, tanto no país, como em Goiás, pelos principais indicadores nacionais e internacionais de violência, como o Mapa da Violência do Brasil e o Relatório da Anistia Internacional.

Em 2014, segundo Roque² (2014), diretor da Anistia Internacional no país, o Brasil obteve um dos índices mais altos de homicídios no mundo. O relatório aponta que se cultiva, entre a população, a ideia de um país pacífico, mas convive-se com números de homicídios que superam conflitos armados, com cerca de 56 mil vítimas de homicídios por ano, sendo a maior parte dessas vítimas jovens pobres, negros, moradores das periferias urbanas.

Diante dessa realidade, me senti motivada, em primeiro lugar, a entender quais as representações que a mídia impressa goiana constrói ou reforça sobre os jovens, enfocando especialmente o caso do Jornal *Daqui*. Também tive o desejo de compreender, ainda, como esses jovens se veem representados nesses mesmos enunciados.

Escolhi o *Daqui* por dois motivos: o primeiro é que o diário é um importante veículo formador de opinião em Goiás, possuindo, atualmente, a maior tiragem de jornais impressos do Estado e a 5ª maior tiragem de

¹A Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU) era um Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa Juvenil, localizado em Goiânia/GO. A instituição foi fundada em 1984 e, em 2013, os projetos de formação e assessoria à juventude foram encerrados. A Casa era reconhecida como associação civil, sem fins lucrativos, de natureza educacional, cultural, assistencial e de utilidade pública, com atendimento para jovens empobrecidos, mantida pelos Jesuítas do Brasil. Em 2013, alguns de seus antigos integrantes fundaram outra instituição sem fins lucrativos, o Cajueiro - Centro de Assessoria à Juventude, em Goiânia/GO, sem dependência financeira dos jesuítas, mas ainda ligada à Igreja Católica, estabelecendo parcerias com a Pastoral da Juventude Nacional, congregações, universidades, outras ONGs, entidades sem fins lucrativos, entre outras organizações para a sua sustentabilidade. O Cajueiro assumiu alguns dos projetos antes realizados pela Casa da Juventude Pe. Burnier para jovens empobrecidos, atuando na formação de lideranças, na defesa de direitos, em pesquisas, assessoria e no controle das políticas públicas para jovens.

² <https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-destaca-crise-da-seguranca-publica-brasil>.

impressos no Brasil, segundo a Associação Nacional de Jornais³, ficando atrás somente do *Super Notícia*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Para se ter um índice de comparação, em Goiás, enquanto o *Daqui* está em 5º lugar no ranking nacional, com tiragem de 153.761 exemplares, o jornal *O Popular*, segundo com maior circulação do Estado, aparece em 47º lugar no ranking nacional, com tiragem de 17.685 exemplares.

O segundo motivo de escolha está vinculado ao perfil editorial da publicação. Conforme anunciado na página virtual da Organização Jaime Câmara (2014), o *Daqui* é voltado para o público “C e D” da capital goiana e região metropolitana e possui uma linguagem mais “acessível” para este público, “mostrando o que de mais importante acontece de forma simples e dinâmica”. A delimitação de um perfil de leitor, que também contempla os jovens moradores das periferias de Goiânia, com idade entre 14 a 29 anos, foi também outro fator que me instigou.

A cobertura midiática⁴ sobre criminalidade envolvendo jovens e o seu impacto sobre as medidas de endurecimento penal orientadas a esse público têm sido alvo de meu interesse há vários anos. Iniciei os estudos sobre a temática em 2007, produzindo uma pesquisa durante o curso de Pós-Graduação *lato sensu* sobre juventude, no qual analisei a cobertura feita pelo jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens goianienses no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Na pesquisa citada, por meio da teoria do agendamento e do enquadramento, instrumentos de análise do conteúdo midiático, foram verificados enunciados que orientavam o público a uma determinada interpretação dos fatos. No trabalho ainda foram feitas entrevistas com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* e com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades* de *O Popular* no ano de 2006.

Diante da análise das informações, percebi, na época, que o enquadramento feito nas matérias do *O Popular* teve enfoque nos

³<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>.

⁴Sobre cobertura midiática, entende-se a cobertura jornalística, de forma predominante, ainda que não tenham sido excluídas dessa pesquisa outras produções da Indústria Cultural.

depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. A partir dessas reflexões, pude constatar, naquela época, que o jornal *O Popular*, em seus enunciados, acabou contribuindo para reforçar um imaginário que representa os jovens como violentos e criminosos (MENDES, 2007).

Durante pesquisa de mestrado, continuei a refletir sobre o discurso midiático envolvendo a temática: “juventude, criminalidade e violência”, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui* durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010. Ao analisar as notícias desse jornal, percebi, na época, que os jovens compareciam diariamente em suas manchetes tendo suas mortes relatadas de forma espetacular devido a alguma infração cometida, ao envolvimento com o tráfico de drogas ou devido a um suposto confronto com policiais (MENDES, 2011).

Esses estereótipos servem como justificativa para a defesa de campanhas promovidas por políticos e instituições, como o caso da proposta da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos⁵, que não condiz com a condição juvenil brasileira, já que, como informa o Instituto Cidadania (2004)⁶, dos crimes praticados em nosso país, somente 10% são cometidos por jovens, sendo que apenas 1,09% desta população tem participação em crimes mais violentos⁷.

⁵ A reforma da maioridade penal no Brasil refere-se aos diferentes esforços visando a redução da idade para a penalização criminal de jovens de 18 para 16 anos. É uma proposta controversa e contrária ao que rege a atual legislação brasileira, segundo o artigo 27 do Código Penal, artigo 228 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.º 8.069/90).

⁶ O Projeto Juventude, publicado pelo Instituto Cidadania, em 2004, realizou um conjunto inédito de pesquisas sobre a juventude brasileira. Estas ações integraram um programa de governo posterior que trouxe significativas contribuições ao debate sobre as políticas públicas de juventude no país.

⁷ Em abril de 2015, o Observatório Juventudes na Contemporaneidade da UFG, em rede com outras instituições, lançou nota de posicionamento contrário diante da aprovação, no dia 31/03/15, da admissibilidade da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Dentre os argumentos apresentados: a maior parte da violência é perpetrada pelos adultos; os dados sobre vitimização indicam que os jovens são as maiores vítimas da violência; a penalização se dá principalmente aos jovens excluídos, sem acesso à escola, trabalho e que vive nas periferias.

Em contrapartida com a realidade “alarmante” descrita cotidianamente pelos veículos de comunicação de massa, que criminaliza os jovens empobrecidos, os dados do “Mapa da Violência” do Brasil (2016) relatam que os jovens pobres, negros, moradores das periferias urbanas comparecem muito mais como vítimas do que como autores de crimes. Em 2013, depois de 15 anos do primeiro mapa, não houve decréscimo no índice de mortalidade de jovens no Brasil. Pelo contrário: a taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100 mil jovens, foi para 53,4.

Por isso, neste trabalho, a intenção é investigar as representações sociais de jovens de Goiânia sobre os discursos midiáticos, envolvendo a temática da criminalidade e violência, a respeito de si. Assim como proposto por Porto (2010), através de uma sociologia compreensiva, tento compreender os conteúdos de sentido sobre mídia, juventude e violência por meio das representações sociais.

O estudo das representações sociais sobre a violência entre os jovens ganhou espaço nos últimos anos por meio da Teoria das Representações Sociais. Contudo, a recepção de jovens sobre as representações sociais em diversos produtos midiáticos é objeto de poucos estudos, como argumenta Sá (1998). Fruto da própria invisibilidade, estudada por Soares (2004), as representações sociais produzidas por jovens sobre os diferentes discursos envolvendo a temática da criminalidade não tiveram eco suficiente na academia. Resta a lacuna de compreender os discursos produzidos por estes jovens, a partir do processo de negociação de sentidos com os discursos midiáticos.

Segundo Pais (1990), é importante entender as representações sobre os jovens, analisando se eles compartilham os mesmos significados, se o fazem de forma parecida ou a razão pela qual compartilham ou não determinados significados. Groppo (2015) afirma que é preciso considerar a capacidade de autonomia das juventudes. No contexto das teorias pós-críticas da juventude, apontadas pelo autor, aparece a noção de subjetivação, com influência de Foucault (1984) e outros. Tal corrente teórica, também adotada nessa pesquisa, afirma que os sujeitos ora são configurados em consonância com os modelos regulatórios, ora são resistentes aos mesmos. Tal discurso

valoriza a diversidade das juventudes, reconhecendo a importância da construção social do indivíduo.

A tese está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, tenta-se discutir algumas definições do que seja a violência, entendendo que ela é um fenômeno social que se relaciona com aspectos objetivos e subjetivos. Em seguida, discute-se sobre o medo e o sentimento de insegurança nas cidades; a realidade da violência em Goiás e algumas reflexões conceituais sobre o que é ser jovem na sociedade contemporânea.

No segundo capítulo, além de apresentar a teoria das representações sociais, são feitas reflexões sobre a mídia e seu papel na constituição de tais representações, consolidando-se como um dos principais instrumentos de formação de opinião pública. Inicia-se, ainda, nesse capítulo, a discussão sobre como os jovens são representados na mídia brasileira.

No capítulo 3, são analisadas, comparativamente, as notícias publicadas no jornal *Daqui* em três meses de 2010 e de 2014, utilizando o aporte teórico das representações sociais. Pode-se perceber que, desde 2010, o *Daqui* faz uma forte ligação entre juventude, pobreza e o perigo em seu discurso. Em 2014, tal representação foi deslocada para a explicação do aumento da violência em Goiânia e em Goiás como consequência do envolvimento de jovens com o uso e com o tráfico de drogas.

No capítulo 4, são feitas reflexões a partir das transcrições dos grupos focais realizados com jovens de diferentes estratos sociais da grande Goiânia e região metropolitana: classes média, alta e baixa (Colégio Medicina; Colégio Fractal e Região Noroeste); buscando verificar quais as representações que eles constroem sobre o discurso midiático a respeito de si. Pode-se perceber que jovens não assimilaram o conteúdo midiático sem criticá-lo. Apesar de os jovens das diferentes classes sociais vivenciarem a violência de formas distintas em seu cotidiano, eles foram unânimes ao afirmar que a mídia não é imparcial ou neutra ao retratar a sua realidade.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA E INSEGURAÇA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Muros

*Sem cuidado nenhum, sem respeito nem pesar,
Ergueram à minha volta altos muros de pedra.*

*E agora aqui estou, em desespero, sem pensar
Noutra coisa: o infortúnio a mente me depreda.*

*E eu que tinha tanta coisa por fazer lá fora!
Quando os ergueram, mal notei os muros, esses.*

*Não ouvi voz de pedreiro, um ruído que fora.
Isolaram-me do mundo sem que eu percebesse.*

Konstantinos Kaváfis.

1.1) As violências: possíveis significados

A violência é um fenômeno que muito chama a atenção de pesquisadores nas universidades, dos governos, das instituições e, principalmente, da mídia, que explora os fatos violentos cotidianamente, através de manchetes sensacionalistas. Entender a noção de violência e suas definições revela um conjunto de práticas, comportamentos e representações presentes nas sociedades, especialmente no cotidiano dos grandes centros urbanos.

Os autores contemporâneos assumem que a violência não é um conceito único (ZALUAR, 1992), pois ele abriga dimensões distintas e sua configuração pode decorrer de violações nem sempre materiais ou físicas,

como também pode acontecer no campo simbólico, psicológico e moral (BOURDIEU, 2003; ADORNO, 2002 e CHAUI, 2003).

Segundo Porto (2010), a violência deve ser entendida de forma subjetiva, relacionando-se os aspectos objetivos (dados concretos) e as representações que os indivíduos constroem sobre o fenômeno. Para a autora, não se pode, sociologicamente falando, dizer que existe uma violência, já que suas raízes são múltiplas. Misse (1999) também afirma que a violência é um conceito polissêmico, sendo melhor pensar em violências, com suas múltiplas especificidades. Portanto, as violências não podem ser sistematicamente identificadas a uma única classe ou grupo social, nem aos seus condicionantes territoriais ou espaciais. Assim, é um equívoco categorizar um grupo de pessoas ou vincular uma determinada classe social, lugares, famílias ou até mesmo bairros inteiros e cidades como violentos, analisando somente dados estatísticos. Tais estereótipos e homogeneizações não ajudam a compreender a questão em toda sua complexidade.

Souza (2006) também parte de uma perspectiva relacional para entender o fenômeno. Segundo a autora, a violência não pode ser tratada como um objeto que tem vida própria e que tem uma definição única. É preciso entender a violência no contexto da sociedade. É importante, portanto, pensar o tema relacionalmente, percebendo-o como manifestação das relações entre homens e sociedade, que muda ao longo do tempo, como propõe Elias (1990).

Michaud (2001) também afirma que existe uma dificuldade de se definir um conceito único da violência, devido à diversidade de definições. Segundo o autor, é preciso admitir que não há um discurso único, nem saber universal sobre o fenômeno: esse saber está atrelado à cada sociedade e ao seu contexto histórico, social e cultural, segundo seus próprios critérios e seus próprios problemas, com maior ou menor êxito.

Portanto, para se pensar a violência, é preciso considerar suas múltiplas facetas, o contexto histórico, social e econômico de cada localidade onde ela ocorre e, ainda, as subjetividades dos sujeitos envolvidos em situações de conflito. Segundo Michaud (2001):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores sociais agem, de maneira direta ou indireta, maciça ou expressamente, causando danos a um indivíduo ou vários, em graus

variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais (p.10 e 11).

Assim como aponta Michaud (2001), mesmo apresentando o elemento da violência como um dano a um indivíduo ou a vários, seja de forma física, moral ou simbólica, ou com relação à propriedade privada, não é possível categorizar o conceito de violência de forma única. Um exemplo é a atuação de jovens em grupos conhecidos como “blocos negros”, também chamados de *Black Blocs*⁸, já que se trata de uma ação que utiliza a violência, mas como forma de protesto, questionando a propriedade privada e atuação de exploração da mão de obra, de recursos naturais, entre outros, de grandes corporações no sistema capitalista contemporâneo. Souza (2006) também ressalta que é difícil tratar um tipo específico de violência, já que são múltiplas as maneiras de percebê-la. Para a socióloga, a polissemia do conceito impede até mesmo uma teoria geral da violência.

Wieviorka (2006) retrata as três principais abordagens clássicas sobre a violência. A mais clássica (“teoria da frustração relativa”) é aquela que insiste na ideia de que a violência é uma conduta de crise, uma resposta às mudanças na situação dos atores, que reagem principalmente pela frustração. Em um segundo tipo de análise (“mobilização dos recursos”), a violência é um recurso mobilizado por atores como um meio para atingir seus fins. Por fim, a última abordagem postula um vínculo entre cultura e violência. O problema dessa análise, segundo ele, é que ela deixa de lado mediações políticas e sociais e o papel do indivíduo. Para o autor, essas abordagens não podem ser esquecidas, mas devem ser repensadas, introduzindo-se a noção de sujeito.

A tentativa de Wieviorka (1997) é esboçar uma teoria da violência baseada na noção de sujeito. Essa reflexão não descarta outros modos de abordagem e não opõe o ponto de vista do sujeito a outras aproximações

⁸ Segundo Souza (2014), os *black blocs* são um grupo de origem identificada com o anarquismo na Europa, com ações em todo mundo, assim como no Brasil, que realiza grandes protestos e confrontos contra a globalização capitalista, desde os anos 1990, com grande repercussão midiática e em coletivos de inspiração anarquista. Esses grupos possuem diferentes formas de agir e de se expressar politicamente em atos praticados contra as grandes corporações capitalistas, como o uso ou não da violência contra a propriedade privada. Segundo a autora, no Brasil, as ações dos *Black Blocs* foram deixadas de lado pela imprensa até as convocações pelo Movimento Passe Livre contra os aumentos das tarifas no transporte público em junho de 2013. A partir daí, ganharam novo destaque e outras formas de atuação e expressão de agrupamentos juvenis.

centradas, por exemplo, na racionalidade do ator ou em suas frustrações, mas busca situar esses outros pontos de vista no quadro mais amplo.

Wieviorka (2006), ao privilegiar o ponto de vista do sujeito, considera a possibilidade de tomar dois caminhos. O primeiro interessa-se pelos protagonistas da violência, que a praticam e, eventualmente, conseguem sair dela. O segundo remete às suas vítimas. O autor considera como sujeito a capacidade de constituir-se a si próprio, de proceder escolhas e de produzir sua própria existência. “É a capacidade de engajar-se e também de desengajar-se. E só existe sujeito no reconhecimento do sujeito no Outro, na aceitação da alteridade”. (WIEVIORKA, 2006). O autor alerta que o sujeito não é um elétron livre, cuja trajetória pessoal escaparia a toda relação com os outros. Para ele, esse sujeito só existe na capacidade de viver nas relações. Sua hipótese é a de que:

[...]a violência é frequentemente, ao menos em parte ou na origem, a marca de um sujeito contrariado, interditado, impossível ou infeliz. A marca, eventualmente, de uma pessoa tendo sofrido, ela própria, uma violência, seja física, como esses traumatizados de guerra que desenvolvem, a seguir, perturbações de personalidade podendo incluir episódios de violência -, seja moral ou simbólica [...]
(WIEVIORKA, 2006, p.203).

Para o sociólogo, a violência pode proceder de uma frustração, no sentido de que uma pessoa se vê privada de acesso a bens materiais ou a um reconhecimento simbólico. Segundo ele, é necessária a recomendação de políticas de integração, articulando esforços para satisfazer demandas econômicas e sociais, bem como de outras políticas para cessar a desqualificação de indivíduos e grupos, pelo desprezo e a discriminação social e racista. “...uma política do sujeito, aqui, passa por medidas de equidade social e de reconhecimento cultural, ela pode demandar esforços de mediação e de restauração de comunidades por toda parte onde está se desfaz e rompe a favor de lógicas de ruptura” (WIEVIORKA, 2006, p. 221).

Para Elias (1990), o desenvolvimento do autocontrole no processo civilizador tem um papel fundamental no controle dos impulsos e na pacificação de atos violentos. Em sua obra, “O processo Civilizador” (1990 e 1993), o autor relata que o processo de civilização na Europa, especialmente na França, coibiu e pacificou os índices de violência. O autor relata que, durante o

processo civilizador, a tendência cada vez maior das pessoas de se observarem e aos demais é um dos sinais de que toda a questão do comportamento estava assumindo um novo caráter: as pessoas se moldavam às outras mais deliberadamente do que na Idade Média (ELIAS, 1990, p.91). Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, elas se tornaram mais sensíveis às suas próprias pressões e às pressões umas das outras. Assim, não bruscamente, o código de comportamento foi se tornando mais rigoroso e foi aumentando o grau de consideração esperado dos demais.

[...] O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente (ELIAS, 1990, p.91)

Em Elias (1990 e 1993), portanto, o indivíduo tem um papel importante, enquanto agente, no processo de pacificação, visto que, através de sua interação com o outro, ele gere seu grau de autocontrole na obediência às normas. É preciso observar, contudo, que, para o autor, assim como para Wieviorka (2006), a ideia de indivíduos decidindo, agindo e “existindo” com absoluta independência do outro não acontece de forma absoluta, não sendo possível separar o “mundo interior” do mundo “exterior”. No processo civilizador, a imagem do homem como “personalidade fechada” é substituída pela “personalidade aberta”, que possui um maior grau de autonomia face às outras pessoas.

Elias (1993) reforça que atualmente vivemos um processo civilizatório inconcluso, em que o homem gere seu grau de autocontrole na obediência às normas. Assim, os monopólios de violência física e dos meios econômicos de produção estão interligados, gerando tensões que pressionam as pessoas a controlarem seus impulsos.

Hoje, tanto quanto antes, não são apenas as metas e pressões “econômicas”, nem tampouco *apenas* os motivos políticos, que constituem as principais forças motrizes das mudanças... Os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, sejam coordenados ou não, estão inseparavelmente interligados, sem que um deles jamais seja a base real e o outro meramente uma “superestrutura”. Juntos, eles geram tensões específicas em pontos particulares no desenvolvimento da estrutura social,

tenções que pressionam no sentido de sua transformação. *Juntos, formam o cadeado que liga a corrente que agrilha homens entre si [...]* (ELIAS, 1993, p.294).

Outro autor que discute a questão da violência, a partir de uma diferente perspectiva, destacando a importância do exercício da força exercida pelo Estado, é Foucault (1987). Segundo ele, a partir do século XIX, o Estado substitui o rei soberano, que antes exercia o poder de morte sobre os indivíduos: uma técnica disciplinar, centrada no corpo. Ao estudar os exércitos e as prisões, Foucault (1987) demonstra como o Estado institucionalizou padrões de controle, de higiene e de vigilância constantes. A disciplina gerou uma nova economia e política dos corpos no sistema capitalista, o biopoder.

Para ilustrar esse sistema de vigilância autorregulador, Foucault (1987) relata o funcionamento do panóptico. Trata-se de um aparelho que garante a ordem pela visibilidade e dá sustentação às relações de poder, independentemente daqueles que o exercem. É uma máquina para “ver sem ser visto”, produzindo o efeito de induzir no sujeito um estado permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do biopoder. Nesse sistema de vigilância, o indivíduo nunca sabe quando é observado, interiorizando a ideal atitude disciplinar.

Agamben (2007), ao estudar o papel do Estado no monopólio da força para a contenção da violência, faz dois principais questionamentos à obra de Foucault (1987). O primeiro é que, para ele, o poder soberano já era exercido desde a Grécia antiga, nos rituais míticos e religiosos. Diferentemente dos argumentos de Foucault (1987), para o autor, a produção de um corpo biopolítico não acontece somente no Estado moderno, mas é tão antiga quanto o poder soberano. Ao colocar a vida biológica como questão fundamental, o Estado moderno reconduz o vínculo que une o poder à vida nua.

Agamben (2007) também pensa uma atualização do biopoder, já que, para ele, Foucault (1987) não refletiu, por exemplo, sobre os casos de totalitarismo extremo, como os casos dos campos de concentração nazista, em que a vida se tornou plenamente sacrificável e matável. Esses exemplos, para Agamben (2007), estão à margem do Estado, pois os matáveis se tornaram incluídos por fora. Nesse caso, para o autor, a tese foucaultiana deveria ser

atualizada, já que em vários casos a exceção se torna a regra em espaços em que a vida nua e os estados de exceção passam a ser casos majoritários.

Venna Das e Deborah Poole (2004) também fazem uma discussão sobre o monopólio do poder legítimo da força pelo Estado, propondo diálogo com os argumentos de Agamben (2007) e Foucault (1987). Para as autoras, a violência e a exclusão dos marginalizados acontece no âmbito estatal e não fora dele. Além disso, para as autoras, ao pensar as margens enquanto processos de agência, os excluídos podem construir espaços de resistência, em movimentos de criatividade. Nesse caso, mesmo que os processos de biopoder massacrem os marginalizados, as margens e minorias não são homogêneas.

Veena Das e Deborah Poole (2004) se propõem a pensar o Estado na atualidade adotando uma estratégia em que ele, Estado, não seja reduzido a uma organização política que assume uma forma racionalizada de administração e que, por força das mudanças operadas em virtude de recentes reformas políticas e econômicas, tem se enfraquecido, ou encolhido suas atividades de regulação. A estratégia proposta é a de pensar o Estado em suas práticas regulatórias, disciplinares, e políticas, sobretudo aquelas dirigidas ao que chamam de 'margens sociais do Estado' (p.3).

Wieviorka (2006) relata que, na atualidade, a violência mudou e mudaram também as suas percepções e os comportamentos em relação a ela. Para o sociólogo novas formas da violência ameaçam as condutas de risco, como, por exemplo, a perspectiva de um terrorismo biológico. O autor ressalta que ocorreram grandes transformações no mundo, como o fim da Guerra Fria. Para ele, as armas nucleares asseguravam, anteriormente, uma certa prudência e exerciam um efeito dissuasivo. Ao término da Guerra Fria, o mundo ficou órfão desse princípio de estruturação conflitual que acabou por evitar a violência militar. Assim, instalaram-se fenômenos maciços de violência renovada. Foi assim que o terrorismo se tornou "global" e outras formas de violência se desenvolveram.

O autor também relata que a história do movimento operário ensina que o fato de o espaço social não ser estruturado por um conflito que produza as modalidades de tratamento das demandas dos atores faz com que a violência encontre mais lugar para se exprimir. O movimento operário apresenta uma

característica principal: quando é forte, o espaço da violência operária é reduzido, ou mesmo nulo. Por outro lado, no período de seu nascimento, quando não está organizado, constata-se que o espaço da violência, inclusive terrorista, aumenta. Para o sociólogo, a violência, portanto, é o contrário do conflito institucionalizável: ela traduz a existência de problemas sociais que não são transformados em debates e em conflitos de sociedade.

Outro fenômeno que chama a atenção de Wieviorka (2006) é a globalização. A informação circula no mundo inteiro em uma velocidade instantânea e, em parte, é facilmente guardada na memória, com facilidade de acesso a todos. Segundo o autor, isso faz com que os discursos de ódio possam circular, apesar das proibições de campanhas que podem assumir um aspecto violento, tornando o terrorismo “global”.

O sociólogo também relata que vivemos, atualmente, a era das vítimas, que atrai a atenção para as consequências da violência, com efeitos que são vistos nas gerações seguintes. Isso leva a uma tendência que faz com que a violência seja cada vez mais considerada aquilo que afeta existências singulares, não sendo somente aquilo que põe em questão a ordem social ou política, ou o que o Estado supõe dela deter como monopólio legítimo.

Para Wieviorka (2006), o que há de mais misterioso e de mais central na violência não são as frustrações que ela eventualmente revela, não são os cálculos daquele que a ela recorre, nem a cultura de onde ela veio. Mas as lógicas de perda e sobrecarga de sentido sobre as quais ela é construída, a parte de excesso e de falta que ela comporta e a subjetividade que a torna possível. Entretanto, para ele, seria um absurdo pensar a violência com referência exclusiva ao sujeito, já que as condutas humanas não se desenvolvem no vazio ou somente nas subjetividades. Elas estão também inseridas em sistemas sociais, políticos e culturais.

Porto (2010) contextualiza a discussão sobre a globalização pensando a realidade brasileira. Para a autora, com o processo de globalização e redemocratização do Brasil e, ainda, com o advento dos meios de comunicação e difusão da informação pelas novas tecnologias, há, atualmente, uma maior visibilidade da violência, transformando o sentido do que venha a ser o fenômeno no país.

A socióloga relata que os meios eletrônicos, ao mesmo tempo que possibilitaram a quase simultaneidade entre acontecimento e informação, também influenciaram para que o virtual construa a experiência do real. Nesse contexto, o fenômeno da violência se tornou um produto de consumo, com amplo poder de venda no mercado de informação, contribuindo para incremento do sentimento de insegurança e para o medo da violência.

[...] O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo, produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a realidade da violência passe a fazer parte do dia-a-dia, mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido. A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação, multiplicam-se as categorias de percepção da violência (PORTO, 2010, p.193).

Para Porto (2010), o consumo da violência mediado pela comunicação de massa participou dos processos de ressignificação social da violência como parte das transformações que se processaram na natureza das relações sociais no Brasil.

Portanto, a grande exposição da violência propagada pelos noticiários produz um sentimento de medo e de insegurança constante, fazendo com que o fenômeno seja uma representação quase onipresente na sociedade brasileira. “A imagem do barril de pólvora é pertinente: os noticiários estão repletos de situações recentes, produzindo, como referido mais acima, uma violência que engendra seu próprio contexto” (PORTO, 2010, p.198).

Porto (2010) conclui que uma das principais consequências dessa ampla exposição é a representação onipresente da violência nas relações cotidianas, demandando a institucionalização da segurança privada como solução para a questão. Diante de tais argumentos, é possível concluir que os novos sentidos que a violência assume contribuem para o aumento do medo e do sentimento de insegurança na população.

1.2) Violência urbana, medo do crime e o sentimento de insegurança

Compreender a violência no contexto urbano é fundamental, pois são nas cidades que algumas de suas manifestações latentes ocorrem com maior frequência, reforçando o medo do crime, a cultura do controle, a preocupação com a segurança, a segregação sócio espacial e a incriminação dos moradores das periferias, consequências diretas do sentimento de insegurança.

Segundo Misse (1999), existem aspectos objetivos e subjetivos que influenciam a percepção da violência. Para o autor, a violência urbana é representada com relação a um “sujeito social”, que envolve um conjunto de práticas, não sendo uma ação exclusivamente individual. Ao estudar a violência no Rio de Janeiro, em sua tese de doutorado, desde os anos 50 até os anos 90, Misse (1999) propõe o conceito de “acumulação social da violência no Rio de Janeiro”, que constituiu um “fantasma” social que conecta diretamente a questão da pobreza urbana ao aumento da criminalidade e, conseqüentemente, ao sentimento de insegurança e à sujeição criminal de determinados indivíduos que seriam mais propensos a cometer crimes.

Segundo o autor, a acumulação social da violência é medida pela quantidade de mortes, lutas, agressões, roubos, assaltos e sequestros ocorridos em uma cidade. Os agentes dessa acumulação são representados como “bandidos”, “marginais”, “vagabundos”, “traficantes”. Ao estudar a violência no Rio de Janeiro, Misse (1999) identificou, em meados de 1950, o surgimento do “Esquadrão da Morte”, que indica o início de um processo de acumulação social da violência. É nesse período que começaram a aparecer, de forma frequente, assaltantes de mão armada. Um outro grupo, recrutado do antigo “Esquadrão Motorizado” da Polícia Especializada, era acompanhado da morte dos suspeitos de crime que “caçavam”. Seguindo a mesma tendência, no final dos anos 60, na ditadura militar, surgiram outros grupos, criados por comerciantes locais e com o apoio de policiais, que caçavam ladrões e bandidos e usavam técnicas de tortura contra os suspeitos.

Nesse cenário, o autor identifica o processo de incriminação das camadas populares com o conceito de “sujeição criminal”. Tal processo vai

identificar a marca do crime em determinados sujeitos, que internalizam e se sentem destinados e assujeitados ao crime. As características desses atores sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como eles, criando um “tipo social” estigmatizado, de conteúdos atribuídos a eles de forma intersubjetiva, o que justifica sua eliminação como um indivíduo “matável”. A sujeição criminal define o momento em que a identidade incriminada pelo outro passa a ser reconhecida e naturalizada como uma identidade própria.

Misse (2008) explica que a acumulação social da violência designa vários fatores que envolvem circularidade causal cumulativa. Segundo o autor, a metamorfose do malandro em marginal constituiu uma das dimensões mais importantes da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. O termo “marginal” é a designação de um tipo social antes integrado indistintamente ao “malfeitor”. A oposição entre marginal e malandro é uma representação que se realiza pela ampliação de uma forma de comportamento idealizada. O malandro começa a ser retirado, na década de sessenta, do seu antigo status para uma forma adequadamente “limpa” de traços de representação da violência, entrando a ideia de marginal para se referir aos “bandidos” moradores das periferias urbanas.

Um dos efeitos perversos do que é percebido como acumulação social da violência é a generalização de auto concepções de vitimização, a partir das quais os cidadãos se sentem vítimas potenciais de uma violência difusa, de um mal-estar geral e de uma sensação de desordem e caos. Assim, aumentam as demandas de incriminação e desconfiança, reproduzindo uma lógica da própria violência que se pretendia isolar.

Misse (1999) afirma que a acumulação social da violência é a representação de um poderoso fantasma social. A seleção de quem é incluído ou excluído desse “submundo” apoia-se na noção de “bandido” e no imaginário que acompanha essa categoria, segundo as representações das leis, da polícia, de suas práticas e das relações que operam a exclusão dos acusados como “desviantes” que circulam nesse “submundo”.

Segundo o autor, a polícia do Rio de Janeiro reconheceu oficialmente que matou vários civis em conflitos armados em morros e favelas. Como justificativa, a categoria “bandido” e “traficante” aparecem no discurso dos policiais. O autor argumenta que o crescimento da taxa de homicídio está

vinculada à sujeição criminal, na medida em que esses sujeitos tem o mesmo perfil dos criminosos potenciais. O sujeito criminal é aquele “que pode ser morto”. Para Misse (1999), enquanto muitos dizem, no Brasil, “menos um” quando matam um ladrão, participam de seu assassinato e da indiferença diante desses indivíduos.

Ao analisar a construção social do crime no Brasil contemporâneo, Misse (2008) apresenta quatro níveis interconectados que constituem tais processos: 1) criminalização: ação idealmente definida como crime, institucionalizando sua sanção; 2) criminação: o encaixamento do fato na lei – acusação e a conduta tornam-se o objeto principal do litígio; 3) incriminação: retoma a letra da lei e pune o autor do crime – a acusação se emancipa da transgressão para se dirigir à subjetividade do transgressor, investindo no acusado uma posição de fraqueza moral, aumentando o investimento de poder do acusador, e 4) sujeição criminal: a transgressão passa a ser um atributo inato de um sujeito específico – a seleção prévia de supostas pessoas que compõem um tipo social, cujo caráter é socialmente considerado como “propenso a cometer um crime”.

Para Misse (2008), a disjunção entre a acusação social e a incriminação faz emergir uma representação de uma criminalidade sempre maior em comparação com a real criminalidade registrada no país. O problema é considerar que o crime está no próprio evento e que a transgressão é um atributo do indivíduo transgressor.

Segundo o autor, o sentimento de insegurança produz a desconfiança da população de baixa renda em relação à polícia, ao mesmo tempo em que ela é o principal universo do preconceito e da repressão policial. A “delação” subsistiu a denúncia e a “eficácia” da justiça privada antecede os procedimentos racionais legais. Como consequência, linchamentos, chacinas, acertos de contas e grupos de extermínios são exemplos de alguns mecanismos de vingança privada.

Relacionando o Brasil com o contexto internacional, percebe-se que o sentimento de insegurança faz parte de um amplo universo. Ao analisar a realidade das taxas de criminalidade e insegurança na sociedade norte-americana, Garland (2008) ilustra que uma formação cultural se ergueu em torno de tais fenômenos.

Assim, surge o “complexo do crime”, caracterizado pelo seguinte conjunto de crenças e atitudes: 1) as altas taxas de criminalidades são tidas como normais; 2) existe um intenso investimento emocional no crime, abrangendo elementos de fascinação, medo raiva e indignação, 3) os temas criminais são politizados e representados em termos emotivos; 4) a preocupação com a segurança e com as vítimas dominam as políticas públicas atuais; 5) o sistema penal é visto pela população como ineficaz; 6) as rotinas defensivas privadas são comuns, existindo um grande mercado de segurança privada; 7) a consciência do crime está institucionalizada na mídia e na cultura popular.

Segundo o autor, nesse contexto, a sociedade está menos disposta a ter solidariedade com o criminoso e passou a ser mais impaciente com as políticas criminais, consideradas fracassadas, passando a ser visceralmente identificada com as vítimas.

A atribulação diária com pequenos delitos rapidamente descamba para a preocupação com o “crime como tal”, que por sua vez, denota crimes violentos e predatórios. O trauma da impotência em face do medo dispara as exigências por ação. O sentimento de que “algo deve ser feito” e de que “alguém deve assumir a culpa” encontra cada vez mais representação política e alimenta ação política (GARLAND, 2008, p.347).

Portanto, Garland (2008) e Misse (1999) indicam, em diferentes contextos, que o medo do crime e a “acumulação social da violência” levaram a um aumento por demandas cada vez mais punitivas na sociedade contemporânea, gerando medo e preocupação com a segurança, rotinas de segurança privada e descrença no sistema penal.

Conforme já exposto, em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) trata da sujeição do indivíduo no contexto das relações de poder na sociedade moderna, identificando como as instituições conduzem o sujeito a uma autorregulação e sujeição constantes. Nessa obra, o autor afirma que as instituições controlam o tempo, o espaço, os movimentos e as operações do corpo, impondo uma relação de docilidade e utilidade aos que se sujeitam e são objetivados.

Segundo o autor (1987), uma sujeição real nasce de uma relação fictícia (o biopoder). Logo, não é necessário recorrer à força para obrigar ao

condenado o bom comportamento, ao louco a calma, ao operário o trabalho e assim por diante. As instituições panópticas não precisam de grades, correntes, fechaduras. A eficácia do biopoder está na aceitação espontânea da vigilância sobre si mesmo e sobre o outro.

Contudo, diferentemente do conceito de sujeição criminal, proposto por Misse (1999), e das obras anteriores, como *Vigiar e Punir* (1987), Foucault, ao fazer um deslocamento de seu pensamento, afirma que é possível limitar a atuação das relações de poder. O autor relata que o exercício do poder está ligado à subjetividade e à verdade, em processos de resistência e subjetivação, denominados como jogos de verdade, um exercício sobre si mesmo, através do qual há autonomia do sujeito, através do qual há a procura por se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser.

Para entender o exercício da resistência e da liberação do sujeito, segundo Foucault (1984), é preciso contextualizá-lo nas relações de poder e dominação. Para que haja um processo de liberação, é preciso que haja liberdade. Portanto, o sujeito não é totalmente asujeitado nas relações de poder exercidas pelo estado. Há capacidade de autonomia criativa nos jogos de verdade propostos pelo autor.

Para Foucault (1984), a liberdade é política. Ser livre não significa ser escravo dos seus apetites, o que implica em estabelecer consigo mesmo uma relação de domínio e de controle. Além disso, o cuidado de si implica uma relação com os outros, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso cuidar bem dos outros.

Segundo o autor, o poder está sempre presente e só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita, não haverá relações de poder. Logo, há necessariamente a possibilidade de resistência, pois se não houvesse essa possibilidade não haveria relações de poder.

Portanto, se, por um lado, o sujeito é constituído a partir de imposições que lhe são exteriores, sendo compreendido como um produto das relações de saber e de poder (biopoder), por outro, há um processo de subjetivação. No processo de subjetivação o sujeito é constituído a partir de relações

intersubjetivas em que há espaço para a manifestação da liberdade, o que possibilita a criação de si mesmo como um sujeito livre e autônomo.

Buscando discutir a violência no contexto das cidades, Magrini (2013) afirma que há na população um imaginário das cidades inseguras diretamente relacionado com o conjunto de representações sociais pautadas em discursos e imagens, que leva ao seu reconhecimento como inseguras. A autora destaca que não são as cidades e seus espaços que são violentos, mas sim as pessoas que as representam dessa forma.

Nestes termos, a insegurança comparece tanto no nível da apreensão dos significados simbólicos quanto das práticas, influenciando no estabelecimento das relações de sociabilidade, nas escolhas das localizações e trajetos urbanos para a realização de atividades relacionadas à habitação, consumo, lazer e trabalho, resultando em experiências urbanas marcadas pela busca por segurança (MAGRINI, 2013, p.55).

Para a autora, de maneira geral, são cinco grupos que contribuem para a produção das representações de insegurança urbana nas cidades: a mídia; os promotores imobiliários; as empresas que oferecem serviços ligados à busca privada por segurança; os políticos e a própria população, que reproduz as representações produzidas pelos demais agentes. Esses agentes operam em convergência, sem que tenham necessariamente se articulado anteriormente, resultando em significações mais amplas.

Magrini (2013) argumenta que os cidadãos inseguros acabam por aderir às ações dos promotores imobiliários que se utilizam de mensagens publicitárias. Essas mensagens são veiculadas pela mídia para “vender” imóveis que oferecem segurança, além de outros aspectos materiais e simbólicos, como qualidade de vida, contato com a natureza, infraestrutura moderna, entre outros, contrapondo-se às representações desqualificadoras das cidades abertas, inseguras, poluídas, sem infraestrutura.

[...] Desta forma, estes empreendedores se beneficiam das mensagens transmitidas pela mídia, ao mesmo tempo em que estimulam sua veiculação, que atestam o aumento geral da insegurança urbana, inclusive em cidades de porte médio, espaços onde a produção dos empreendimentos fechados como os loteamentos e shopping centers tem sido cada vez mais significativa (MAGRINI, 2013, p.66).

Esse sentimento de insegurança traz consequências na própria constituição espacial das cidades, que Caldeira (2000, p.211) denomina como “cidades dos muros”. Ao estudar a cidade de São Paulo, a autora relata que as classes mais abastadas tentam se esconder em condomínios verticais ou horizontais, mesmo que elas não tenham sido vítimas diretas da violência. A consequência é uma segregação socioespacial ainda maior, justificando o aumento da repressão contra os moradores das periferias.

Segundo Magrini (2013), o contexto de insegurança também é muito útil aos políticos, para que a população foque em problemas menos importantes, deixando de lado o que realmente necessita de investimento. Ela relata que a insegurança passa a ser um elemento muito utilizado na política, em campanhas eleitorais que exigem medidas cada vez mais duras e punitivas, atraindo votos de vários segmentos.

Magrini (2013) argumenta, ainda, que a mídia assume um papel privilegiado na produção e disseminação das representações das cidades inseguras. Os discursos e imagens veiculados são reconhecidos como “verdades”, com alto poder de convencimento da opinião pública. Ao naturalizar situações extremas, como se elas fizessem parte do cotidiano, a mídia coloca a questão de segurança como um problema público. Nesse contexto, a violência é representada como onipresente, capaz de vitimar todas as pessoas.

Segundo a autora, ao selecionar conteúdos e abordagens sobre a violência, os veículos de comunicação demarcam claramente quem são as vítimas da criminalidade - a elite e os segmentos médios; bem como os criminosos - os segmentos pobres. Além da criminalização da pobreza, existem posicionamentos que demandam medidas cada vez mais severas, repressivas e punitivas através dos agentes do Estado. Assim:

[...] a mídia é responsável por produzir e veicular uma série de discursos e imagens que se apoiam em alguns roteiros pré-definidos - criminalização da pobreza, criação de uma atmosfera de insegurança, justificação de medidas de controle e repressão social pelo Estado, ao mesmo tempo em que propagam a ideia de sua ineficácia, estimulando soluções privadas via mercado - que são moldados de acordo com os interesses envolvidos em cada situação. (MAGRINI, 2013, p.81)

Grangeia *et al* (2013) confirmam que o sentimento de insegurança contribui para o endurecimento do controle estatal e para a aplicação de medidas punitivas e repressivas, o que potencializa estratégias para evitar certos locais e determinados sujeitos, enquanto mecanismo de defesa ao suposto risco percebido. Assim, a segurança pessoal tornou-se um bem de consumo, ao qual acende quem dispõe de condições econômicas para tal.

Em estudos realizado em Goiânia, Souza (2011, p.9) afirma que, em sua dimensão subjetiva, a violência urbana é percebida por um sentimento de insegurança generalizado na capital de Goiás: as pessoas tomam cuidado ao se movimentar pelas ruas, ao buscar a proteção de seus lares, tornando desconfortável a vida da cidade. Segundo a socióloga, o pânico faz com que as diferenciações sociais se transformem em separações físicas e simbólicas, dificultando a sociabilidade e a integração, com argumento do aumento da repressão e da punição.

Souza e Rabelo (2011) confirmam que há, em Goiânia, um sentimento generalizado e difuso de insegurança, provocado pelos efeitos reais ou imaginários da violência urbana. Esse sentimento trouxe graves consequências para a cidade, como uma grande mudança na configuração do espaço urbano, em condomínios e residências que prezam a segurança como prioridade.

Segundo os autores, não existe relação direta entre o grau de vitimização e o desenvolvimento do sentimento de insegurança. Portanto, segundo eles, a busca por segurança e o medo do crime, mais do que a violência objetiva, cria o diferente - uma classe baixa, que deve ser evitada.

[...] o outro que deve ser evitado é aquele que não vive no mesmo bairro, que não tem acesso às mesmas instituições e que não exibe os mesmos sinais exteriores de aparência. Os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam essa tese. Ficou manifesta a tendência de atribuir a violência a um outro imaginário, estereotipado como estranho, suspeito, perigoso, os mais pobres, os habitantes da periferia. E na fala dos entrevistados, periferia nunca é o lugar onde a própria pessoa mora: a periferia é sempre um lugar mais distante... (SOUZA e RABELO, 2011, p.26).

Para Souza (2012), o sentimento de insegurança em Goiânia traz como consequência uma segregação socioespacial em que o poder público, articulado com os interesses do mercado imobiliário, remove as áreas pobres dos locais que possuem interesse de especulação imobiliária para além da

área urbanizada da cidade, contribuindo para a visível separação espacial entre pobres e ricos e para a extensão das áreas periféricas.

Frattari (2011) relata que o sentimento de insegurança em Goiânia cria um espaço no qual as diferenças tendem a ser cada vez mais ameaçadoras, o que contribuiu para reforçar os processos de segregação social. Segundo a autora, o medo da violência parece colaborar com a produção representações estereotipadas de um sujeito “produtor da violência”. Assim, os jovens moradores das periferias vêm sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos.

De outra parte, o modo da violência, somado a processos de separação e de afastamento social, apreço contribuir para a produção de imagens estereotipadas de um ‘agente produtor’ da violência e para a exclusão dos grupos mais próximos dessas imagens. Nesse contexto, os moradores das áreas pobres vêm sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos, e tratados como tal, seja pelos demais habitantes da cidade, seja pelas forças policiais, cujas ações excessivas são constantemente noticiadas. As periferias das cidades sofrem uma série de incursões repressivas e violentas, pautadas e legitimadas pro esses estereótipos, construídos ao longo do tempo e reforçados pelo discurso da violência [...] (FRATTARI, 2011, p.31).

A autora conclui que a violência tem desdobramentos práticos quanto à segregação espacial e social na cidade de Goiânia, contribuindo para a formação de um espaço fragmentado e marcado pelo medo. Os lugares públicos vão ficando vazios, já que as pessoas das classes altas evitam o contato com os moradores das periferias, considerados “perigosos”.

Para Porto (2010), o medo e a insegurança são exemplos de construções midiáticas que possuem implicações práticas na vida social, visto que os moradores de condomínios fechados tem mais medo da violência do que a população das periferias urbanas. A sensação de segurança cria demanda por aumento de segurança no nível particularista e pela exigência do aumento de um sistema estatal punitivo.

São contextos que parecem deflagrar uma reciprocidade perversa entre sociedade civil e organizações policiais em função da qual a polícia tende a orientar condutas violentas a partir do que ela supõe que a sociedade espera dela como responsável pela lei e pela ordem. Essa lógica, não isenta de ambiguidades, faz com que a sociedade, movida pelo combustível do medo e da insegurança, cobre sempre mais e mais do policial: rapidez, eficiência e agilidade, fazendo ele um herói, se sua função de garantidor da ordem for por ela avaliada

como bem sucedida, mas identificando-o ao bandido, caso se dê ao contrário (PORTO, 2010, p.176)

Segundo a autora, as representações da violência têm consequências diretas sobre os jovens das camadas populares, radicados nas periferias urbanas, já que clamores pela redução da maioria penal passam a ser unânimes em uma sociedade marcada pelo medo e pela estigmatização. O perfil de um autor da violência leva a questionar as raízes de um problema social arcaico, velado e ainda tratado como tabu no Brasil: o racismo e a exclusão social de moradores das periferias urbanas.

1.3) O novo racismo e a exclusão de jovens pobres

Ao discutir os dispositivos atuantes no biopoder, Foucault (2005) aponta como o racismo se inseriu como mecanismo fundamental exercido nos Estados modernos, decidindo quem deve viver e quem deve morrer. A distinção das raças e a qualificação das raças “superiores” como boas e outras como “inferiores” acabou por fragmentar o campo do biológico, estabelecendo uma censura que subdivide espécies.

Foucault (2005) afirma que o racismo também tem outra função: uma relação que autoriza a grande quantidade de morte do indivíduo “anormal”. Portanto, quanto mais indivíduos considerados “anormais” forem eliminados, menos “degenerados” e mais pura será a raça superior. O racismo seria, então, a condição de aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização. O autor afirma que tirar a vida não é simplesmente o assassinato direto, mas também tudo o que pode ser assassinato indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, a morte política, a rejeição etc.

Em “Os anormais”, Foucault (2001) afirma que o conceito da criança e do adolescente pobre, que historicamente foi objeto de atendimento institucional e tutela do Estado, na França, nos séculos XVI e XVII, esteve vinculado às noções de desvio, anormalidade e, em seu entorno, o de

periculosidade, fazendo surgir as escolas de internamento. Essas instituições tiveram como função o controle e o disciplinamento dos sujeitos, apoiadas em um discurso de recuperação e de regeneração. No entanto, visavam a defesa da sociedade contra os perigos que adolescentes e crianças empobrecidas pudessem vir a oferecer, garantindo, deste modo, a ordem social.

É possível perceber, portanto, que a discussão sobre o racismo proposta pelo autor ainda é atual, já que essas noções de desvio, anormalidade e de periculosidade fazem parte das configurações do olhar do outro sobre o que é ser jovem na sociedade contemporânea. Continua-se a aceitar a morte de milhares de jovens, todos os dias, no Brasil, sem que haja questionamento por parte da sociedade. Constantemente as vidas desses jovens são expostas ao risco e ao assassinato indireto. Como não há questionamento das pessoas, e sim a defesa de mais punição, como a defesa da redução da maioridade penal, a aceitabilidade da morte indireta e direta acontece constantemente com relação aos adolescentes e jovens, como relata Foucault (2005).

Ao discutir a questão do racismo, Wieviorka (2006) afirma que, a partir do começo dos anos de 1980, avançou-se na reflexão sobre o tema, que funcionaria não mais imputando às suas vítimas atributos físicos, mas denunciando particularismos culturais significativos, que impediram qualquer possibilidade de conciliação com a cultura dominante.

O “novo racismo”, para Wieviorka (2006), descreve diversos grupos a partir de suas particularidades culturais, que os constituem como subconjuntos considerados perigosos e nocivos, prontos para espezinhar os valores morais de uma nação e abusar dos sistemas que ela elaborou para assegurar a sua segurança e a de seus membros. A principal função desse “novo racismo” é encorajar a marginalização e a segregação do grupo discriminado, investindo muito mais no tema da diferença do que no tema da inferioridade.

Elias e Scotson (2000) também interpretam a questão do racismo pelo princípio da diferenciação. Eles relatam que, no processo civilizatório, através do refinamento dos costumes, as pessoas consideradas de uma classe “superior” puderam classificar e se diferenciar de indivíduos considerados socialmente inferiores (os *outsiders*). Para exemplificar como se davam esses processos de segregação e classificação, Elias e Scotson (2000) estudaram uma comunidade com o nome fictício de *Winston Parva* durante 3 anos. Nessa

comunidade, existia um grupo que se auto percebia como o mais poderoso e o melhor, os *estabelecidos*, que estigmatizava (com sentido normativo de julgamento moral), e excluía outro grupo considerado inferior: os *outsiders*, caracterizado por atributos associados com a anomia, a delinquência, a violência e a desintegração.

Em *Winston Parva*, as “famílias antigas” consideravam-se humanamente superiores aos residentes da parte vizinha, de formação mais recente. Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles. Os estabelecidos travam os recém-chegados como pessoas “*de fora*”. Esses próprios recém-chegados, depois de algum tempo, aceitavam o estigma de ser um grupo de menor virtude. Segundo os autores, “era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os de outra como inferiores a eles e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.20).

A superioridade do grupo estabelecido baseava-se no alto grau de coesão das famílias que se conheciam há duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados. Os antigos residentes conseguiam para si os cargos importantes das organizações locais, excluindo os moradores da outra área.

Segundo Elias e Scotson (2000), utilizar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. O estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar sua autoimagem, enfraquecendo-o.

Os autores afirmam que a anomia talvez seja a censura mais frequente a ser usada com os *outsiders*, já que eles são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados, desordeiros, sujos, inumanos e como menor valor. Os estabelecidos promovem uma rejeição e humilhação contínuas do grupo *outsider*, através inclusive de fofocas depreciativas (*blame gossip*). De acordo com Elias e Scotson (2000), o caso de *Winston Parva* não é um fato isolado, mas compõe crenças e atitudes que permitem considerar as relações existentes entre a experiência social de um indivíduo e a dimensão da vida social como formas de exclusão, de um modo geral, para outros tipos de grupos excluídos, considerados como minorias - ou *outsiders* - em diferentes contextos e sociedades.

Assim como apresentado pelos autores, é possível perceber que os grupos considerados por si próprios como de “nível superior” (estabelecidos) estigmatizam com estereótipos o grupo considerado “inferior”, os outsiders, para justificar o preconceito, o afastamento e a defesa de seu próprio grupo e de seus próprios interesses. Atitude comum na sociedade atual, na qual as classes dominantes se refugiam em condomínios fechados com toda a estrutura de segurança, lazer e entretenimento (lojas, parques, shoppings, clube e outros), se isolando e não se relacionando com as camadas mais pobres da cidade, em analogia, também considerada como “*outsiders*”, sendo também rotulados com vários estereótipos, assim como retratam Elias e Scotson (2000).

Ao discutir a questão do racismo na América Latina, Quirano (2005), ao propor o conceito de coloniedade do poder, explica que a globalização, desde o período colonial, teve por eixo o eurocentrismo, que foi fixado por relações raciais de dominação e exploração dos povos latino-americanos, estabelecendo a raça e identidade racial como instrumentos de classificação social da população.

Segundo o autor, na América, a ideia de raça deu legitimidade às relações impostas pela conquista colonial. Essa trajetória conduziu à perspectiva eurocêntrica do conhecimento, naturalizando as relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus e brancos e não brancos. Logo, os povos conquistados foram colocados em uma situação natural de inferioridade, assim como seus traços fenotípicos e suas descobertas culturais. “Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIRANO, 2005, p.118).

A distribuição racista do trabalho no capitalismo moderno se manteve ao longo do período colonial. O trabalho assalariado se concentrava quase exclusivamente entre os brancos. Segundo Quirano (2005), a classificação racial da população desenvolveu entre os europeus a percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que os não europeus e não brancos não eram dignos de recebimento de salários. Para o autor, esse tipo de relação continua a acontecer ainda hoje no mundo inteiro.

Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população pelo mundo. Em outras palavras, separadamente da coloniedade do poder capitalista mundial (QUIRANO, 2005, p.120).

O autor relata que as experiências, histórias, recursos culturais também terminaram articulados em uma só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. O poder colonial teve duas implicações decisivas, para Quirano (2005): a primeira é que todos os povos colonizados foram despojados de suas próprias identidades históricas. A segunda é que sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava seu lugar de raças inferiores. O padrão de poder baseado na colonialidade implicava uma perspectiva de conhecimento na qual o não-europeu era o passado, desse modo, inferior.

A coloniedade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi fator básico, para o autor, para se entender as relações raciais e as questões nacionais e do Estado-nação na América Latina. Lander (2005) concorda que o conhecimento difundido em todo mundo foi administrado a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Segundo o autor, o projeto neoliberal capitalista não aconteceu sem tensões, até que adquiriu, atualmente, o caráter de forma natural de vida.

Assim como Wieviorka (2006), Elias e Scotson (2000), Valla e Lima (2004) relatam que, atualmente, as novas expressões do racismo se situam no nível de relações interpessoais e refere-se a comportamentos discriminatórios na vida das pessoas. Os autores relatam que existem várias formas de racismo nos diferentes países e culturas (racismo simbólico nos EUA; racismo aversivo e o racismo ambivalente também nos EUA; o racismo sutil na Europa e o racismo cordial no Brasil).

Atualmente, o racismo cordial brasileiro é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos, que se caracteriza por uma polidez que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam através de piadas, ditos populares e brincadeiras. Segundo os autores, essa aparente falta de intenção do racismo no Brasil nada tem de

cordial, pois implica em um cenário de exclusão e discriminação extrema das pessoas negras.

Valla e Lima (2004) concluem que mesmo com as diferenças de todas as novas teorias do racismo, o comum a todas elas é que as novas expressões do racismo se caracterizam pela intenção de não ferir a norma de igualdade e de não ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária. Contudo, na realidade, elas podem ser muito mais perversas e mais sutis do que as expressões mais explícitas de racismo.

[...] Tencionamos apenas referir uma nova forma de expressão do racismo que procura conviver harmonicamente com a norma antirracista, que, como uma erva daninha, nasce nas suas brechas. Também se deve referir que estas novas expressões do racismo, mais veladas e hipócritas, são tão ou mais danosas e nefastas do que as expressões mais abertas e flagrantes, uma vez que, por serem mais difíceis de ser identificadas, são também mais difíceis de ser combatidas. Comum a todas estas atuais e mais veladas formas de expressão do racismo é também a sua capacidade de mutação ou transformação em expressões violentas [...] (VALLA; LIMA; 2004 p. 408).

Ao analisar a realidade do racismo no Brasil, Chauí (2003) afirma que há, no país, um racismo velado, ocultado pelo mito de uma nação não-violenta e que, quando há violência, ela é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). Assim como relatado por Wieviorka (2006) e Elias e Scotson (2000), o mecanismo da exclusão produz a diferença entre brasileiros não violentos (nós) e brasileiros violentos (eles). Segundo a autora, "eles" não fazem parte do "nós".

Para Chauí (2003), no país, há um discurso de que os brasileiros não são violentos, portanto, a violência é acidental e fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade. Esse mecanismo determina os “agentes violentos” - os pobres, negros, crianças, adolescentes e jovens de rua e da periferia. O assassinato policial desses “delinquentes” é considerado normal e natural, já que se trata de proteger o “nós” contra o “eles”.

Oliveira; Lima e Santos (1998) confirmam que, no Brasil, existe uma dificuldade da identificação de cor/raça, tanto nos órgãos de estatísticas oficiais, como nos meios de comunicação, especialmente nos jornais escritos. Segundo os autores, em matérias de 30 jornais diários estudados, em 14 estados brasileiros, apenas 15,75% apresentam a cor da vítima.

A pesquisa informa que mesmo com a dificuldade de auto identificação das pessoas como negros e dos meios de comunicação em nomeá-los como tal, os negros e seus descendentes são três vezes mais assassinados pela polícia do que os brancos. Para os autores, se no plano biológico não é fácil saber quem é negro no Brasil, no plano das relações sociais, a identificação acaba sendo fatal para os negros.

Como já relatado, ao analisar os mecanismos do racismo dissimulado no Brasil, que estabelece uma relação que autoriza a grande quantidade de morte do ser considerado “inferior”, em processos de violência direta ou velada, de diferenciação e violência simbólica, ao comparar os alarmantes índices de homicídios de jovens pobres, negros, moradores das periferias urbanas do país, pode-se dizer que existe uma naturalização da grande quantidade de morte e da eliminação desses sujeitos, nos termos do conceito de “sujeição criminal”, de Misse (2008).

Conforme já assinalado, para Misse (2008), a sujeição criminal constitui um tipo muito específico, um tipo “estrangeiro”, alguém que pode “sair” a qualquer momento das relações sociais, pois não fará falta. Existe, portanto, a constituição de subjetividades que representam certos tipos sociais. Há um sujeito não democrático, rotulado como “bandido”. Um sujeito “especial”, cuja morte ou desaparecimento são amplamente desejados.

Para Misse (2010), existe uma afinidade entre práticas criminais, que provocam um sentimento de insegurança nas cidades, e certos “tipos sociais” demarcados socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. “Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p.18)”.

O conceito de “sujeição criminal” é proposto com a finalidade de determinar três dimensões na representação social do “bandido”: 1) a seleção de um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o, através de expectativas de que haverá demanda de sua incriminação. 2) espera-se que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos ou com a experiência penitenciária. 3) a terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade: o agente não poderá justificar sensatamente sua ação ou a crença de um tipo de justificação que se espera que este agente dê.

Para Misse (2010), a sujeição criminal é o resultado de um processo social do qual participam os seguintes fatores: 1) as designações que produzem uma específica exclusão criminal de agentes que caíam na classificação do que seja delito; 2) atribuições ao agente de uma tendência a praticar crimes; 3) auto representações, no agente, ou representações nos seus familiares, ou na comunidade em que vive, que tentam justificar suas práticas.

Segundo Misse (2010), as representações de “periculosidade”, de “irrecuperabilidade” e de “crueldade” participam de processos de subjetivação que conduzem à justificação da grande quantidade de morte do sujeito criminal, tornando sua tentativa de “sair do mundo do crime” inverossímil, a ponto de exigir praticamente um processo de conversão de tipo religioso. Para ele, “...esquadrões e grupos de extermínio não poderiam existir durante tanto tempo se não existisse algum tipo de ambientação social em busca de sua legitimação” (MISSE, 2010, p.19).

Oliveira (2013) discute o papel do jovem como bode expiatório, sendo visto como grupo perigoso e vítima de uma forte onda preconceituosa. Segundo o autor, a mídia tem obsessão pela violência e contribui para ampliar a sensação do medo. “Mas para além do jovem irresponsável ou egoísta, o discurso do senso comum o vê como criminoso... As maiores vítimas de homicídios no Brasil, entre 1980 e 2002, foram jovens e adolescentes de 15 a 19 anos” (OLIVEIRA, 2013, p.26).

O autor ilustra que, em Goiás, na última década, mais de 200 pessoas foram mortas de forma suspeita pela polícia. Sobre os diversos jovens que foram assassinados, não pesavam quaisquer suspeitas. Segundo ele, os culpados, apesar das evidências, nunca foram legalmente apontados. Para ele, atualmente muitos jovens não possuem o direito à vida.

Hoje, mais que nunca, temos de ampliar o espectro dos direitos humanos. Ainda são muitos os grupos que não possuem acesso ao mais elementar dos direitos, ou seja, o direito à vida. Entre esses grupos estão os jovens. Assim, todos nós temos o compromisso de ampliar a reflexão e a quebra dos mitos que põem em risco os direitos de todos. O resultado mais dramático pode estar no desmantelamento dos direitos humanos, nos direitos de todos os humanos (OLIVEIRA, 2013, p.28).

Diante desse cenário, ao pensar sobre o conceito de sujeição criminal, proposto por Misse (2008), é importante refletir, no Brasil, sobre as altas taxas de homicídios de jovens negros, pobres, moradores periferias urbanas. Esses jovens têm suas mortes relatadas nos principais veículos de comunicação, sem que esses dados causem espanto ou comoção da população. Esses jovens não seriam os *outsiders*, “os outros”, os bodes expiatórios, dentro da concepção da “sujeição criminal”, proposta por Misse (2008)? Sua morte física e simbólica não acaba sendo justificada, já que se trata de proteger o “nós” contra o “eles”? São questões que serão discutidas adiante.

1.4) Juventude e violência: a realidade de Goiás

Segundo Souza (2010), discutir a realidade da juventude no Brasil atualmente é, no mínimo, paradoxal. Isso porque, existe, de maneira geral, um culto à juventude, promovido pela indústria cultural e, ao mesmo tempo, a criminalização dos jovens, que são vistos como responsáveis diretos pelos altos índices de violência. Para a autora, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades em que o “emprego fixo”, uma “família organizada” e o poder de consumo tornam-se padrões de reconhecimento, legitimação social e aceitação de jovens na sociedade.

Ao fugir destes territórios modelares, o jovem pobre e negro entra para a legião dos que são olhados com desconfiança, sendo evitado, afastado e até mesmo exterminado. Ao não atender às expectativas do mundo adulto e do mercado de trabalho, caberá ao jovem pagar um preço alto, tornando-se, assim, “aquele que não deu certo”, pois não conseguiu atender à demanda ideal do que se espera dele (aquele que consome, trabalha, estuda etc.). Para Souza (2010), o alarde em torno do problema faz com que se esqueçam as verdadeiras causas do envolvimento dos jovens com a violência: seja como vítimas: o que representa a grande maioria dos casos, seja como autores,

devido à exclusão social, à vulnerabilidade e à segregação socioespacial vivenciada principalmente no cotidiano dos grandes centros urbanos.

Coimbra e Nascimento (2003) confirmam que o aumento da taxa de homicídios entre jovens pobres está vinculado ao mito da periculosidade. Segundo as autoras, ao longo do século XX, o jovem morador das periferias urbanas tem sido caracterizado como perigoso, associando a ele elementos como a criminalidade e até mesmo a condição de não humanidade, o que justifica sua morte física e simbólica.

A pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2016), relata que, no Brasil, os jovens pobres, negros e moradores das periferias comparecem muito mais como vítimas da violência do que como autores de crimes. Em 2014, depois de 16 anos do primeiro mapa da violência, o autor afirma que não houve avanços no índice de mortalidade de jovens no país. Pelo contrário: houve um crescimento médio de 23,7% no número vítimas na década 2004-2014. A situação, que já era inaceitável na época do primeiro mapa, agravou-se ainda mais. Segundo a pesquisa, estes índices são um dos mais alarmantes que existem no mundo dentre os países que não enfrentam guerras internas. O documento apresenta, ainda, um perfil de jovens vítimas de homicídios: a maioria se encontra na faixa etária de 15 a 24 anos, é negra, do sexo masculino e reside nas periferias urbanas. As chances de jovens pretos e pardos morrerem por homicídios são 147% maiores do que de jovens de outros grupos.

Ao refletir sobre este contexto, é importante salientar que os pesquisadores que discutem violência no Brasil repelem a associação exclusiva da violência com a pobreza, já que essas análises excluem reflexões aprofundadas sobre a exclusão social e sobre os imaginários produtos e produtores de representações da violência. Misse (1999); Porto, (2010); Zaluar (1992), Noronha e Albuquerque (1994).

Adorno (2002), ressalta, ainda, que inúmeros estudos no país (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) contestam a associação entre pobreza e violência. Muitos municípios de menor incidência de crimes são justamente os mais pobres, devido à sua configuração urbana e ao índice de desigualdade social. Para o autor, em uma sociedade como a brasileira, na qual não se universalizou um modelo de organização societária e

não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, muitos se encontram à mercê de poucos, assim como a vida de muitos não tem o mesmo valor e significado da vida de alguns, como também argumenta Chauí (2003). “Daí que a violação de direitos humanos não seja menos escandalosa que a desigualdade social e o espectro de pobreza” (ADORNO, 2002, p.128).

Cano e Santos (2001), ao estudar as taxas de mortalidade em vários estados no Brasil, demonstram que os estados mais pobres apresentam as mais baixas taxas de homicídios, como no caso do Maranhão e do Piauí. Para os autores, renda e desigualdade não apresentam um efeito claro sobre as taxas de homicídios dos estados brasileiros. Ao contrário, é a urbanização que parece ter forte influência nesses dados. Segundo eles, são os estados urbanos, tanto os ricos quanto os pobres, que detêm as mais altas taxas de homicídios e os estados rurais exibem os menores índices de violência letal no país (CANO; SANTOS, 2001).

Para entender a realidade de Goiás, Souza (2006), em um trabalho que analisa o sentido das ações violentas no Estado, entre 1930 a 1980, traçou a história da ocupação da região, em demonstra como a violência esteve presente na configuração das relações cotidianas. As análises da pesquisadora fornecem possibilidades de interpretar o processo civilizatório em Goiás, calcado na resolução dos problemas por meio da violência como recurso predominante utilizado.

A autora relata que, a princípio, no processo de modernização de Goiás, pode-se constatar um padrão de violência impulsiva. Quando o padrão de violência mudou, diminuindo a violência impulsiva, outros tipos de violência passam a vigorar, como os crimes com o intuito de garantir uma superioridade individual, a partir da afirmação de si pela negação do outro; os crimes organizados; grupos de extermínio; tráfico de drogas etc. Essa mudança fez com que no Estado existisse um tipo de processo civilizatório, que aparentemente “promete” civilizar, mas que, na prática, produz e legitima a violência.

Em trabalho posterior, ao analisar especificamente a região metropolitana de Goiânia, Costa e Souza (2012) relatam que, desde a sua institucionalização, em 1999, a região foi modificada e, em 2010, assumiu a composição atual de 20 municípios. Essas alterações foram ditadas por

interesses políticos. A região continuou a atrair migrantes na última década e as cidades em volta da capital continuaram a absorvê-los de maneira precária.

Ao analisar a evolução das taxas de homicídios em Goiânia, os autores apontam o crescimento nos 13 municípios da Região Metropolitana de Goiânia, entre 1998 a 2002, mostrando, a partir daí, relativa estabilidade. Nesse contexto, as taxas de homicídios aumentaram 31,5%, %, passando de 25,2 óbitos por 100 mil habitantes, em 2000, para 33,1, em 2010, com destaque para as taxas de Aparecida de Goiânia (54,4%) e Goiânia (38,9%).

Costa e Souza (2012) afirmam que a distribuição de homicídios na região acompanha o padrão metropolitano resultante de urbanização acelerada desorganização social, presença de tráfico de drogas e proliferação de uma criminalidade urbana a ela subordinada. Segundo eles, essa realidade fomenta formas de sociabilidade que favorecem conflitos que resultam em episódios letais.

Ao analisar a realidade de Goiás, os pesquisadores relatam que não existe uma política de segurança pública voltada para a Região Metropolitana de Goiânia. Segundo eles, em 2011 foi lançado o “Programa para a Redução da Violência em Goiás”, pela Diretoria da Polícia Civil, que estabelecia metas de redução de homicídios e articulação com as prefeituras das cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Contudo, logo em seguida, o programa foi abandonado e, em seu lugar, foi lançada a “Operação Cidadania”, com patrulhamentos ostensivos nas áreas comerciais e a “Operação Saturação”, que intensificou as abordagens aos suspeitos.

Portanto, percebe-se que o problema da violência em Goiás é tratado pelos governantes forma imediatista, não abordando suas causas, sem a organização de projetos consistentes. As principais vítimas da violência são as mesmas pessoas que são vítimas de uma sociedade que as exclui, com atendimentos de serviços públicos deficientes, sem a garantia de direitos básicos. Segundo Costa e Souza (2012), esse quadro reforça uma tendência nacional, já que vários estudos atuais destacam que as áreas metropolitanas com atendimentos sociais mais precários são as mais atingidas pela violência.

Os argumentos de Franco (2014), em estudo recente, reforçam os apontamentos de Souza (2012) sobre a realidade de Goiás. Segundo a pesquisadora, entre 2011 e 2014 evidenciou-se, no Estado, no campo da

Segurança Pública, uma crise no que diz respeito à capacidade de se coibir práticas criminosas, já que a incidência de crimes e homicídios aumentou. Duas operações da Polícia Federal e uma da Polícia Civil apontaram a existência de grupos de extermínio formados por policiais no Estado e 50 moradores de rua foram assassinados entre agosto de 2012 e dezembro de 2013.

Franco (2014) argumenta que a explicação do aumento da violência pela Polícia Civil, Militar ou pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás é que entre 75% a 90% dos crimes de homicídio teriam relações com o tráfico de drogas. Para ela, este argumento é falso, visto que, comprovadamente, somente cerca de 30% dos crimes são elucidados. Ao analisar dois planos de Segurança Pública propostos pelo Governo de Goiás, em 2014, a autora afirma que o Estado assume que pouco se tem a fazer diante do cenário de violência, no qual as principais vítimas e atores são moradores das periferias, jovens, pobres, sem importância para a sociedade.

Assim como Costa e Souza (2012), Franco (2014) conclui que, para se entender a realidade da violência em Goiás, é necessário considerar que a maior parte envolvida nessas situações é uma população excluída de direitos básicos. Além disso, segundo ela, é importante promover a resolução de conflitos por meios pacíficos e refletir sobre a crise dos setores incumbidos de oferecer segurança no Estado.

Em pesquisa buscando perceber as representações sociais de jovens sobre a violência em Goiás, intitulada “Imagens Cruzadas. Juventude e Representações Sociais”, Souza (2010) relata as diferentes percepções de jovens sobre sua realidade e sobre si. Foram aplicados 381 questionários para jovens entre 15 a 17 anos dos tipos elite, médio e popular. Segundo a socióloga, nessa pesquisa, mesmo se tratando de jovens localizados em diferentes estratos sociais, não houve identificação com o outro. Nas respostas, eles reforçaram afirmações preconceituosas sobre si e sobre o outro, principalmente com relação à condição social e à localização no espaço urbano.

Nas respostas coletadas, 50% concordaram que os pobres são mais propensos a cometer crimes. 92, 3% concordaram que há muitos “malas” nas periferias da cidade. Souza (2010) relata que várias outras questões foram

colocadas e as respostas mantiveram o mesmo padrão, reforçando a segregação social e a visão do outro – o pobre, morador na periferia - como portador da violência urbana. Souza (2010) concluiu que a percepção da violência urbana entre os jovens entrevistados em Goiás está profundamente relacionada à segregação socioespacial na cidade.

Para contrapor os dados obtidos nos questionários com jovens e o que a sociedade pensa dos mesmos, a partir da observação das representações sociais de adultos sobre estes jovens, em *survey* de vitimização realizado em treze cidades dos Estados do Estado de Goiás, Souza (2010) relata que a redução da maioria penal foi considerada pelos respondentes como medida fundamental para aumentar a segurança. Os índices variaram entre 79,9% a 89,2%. Os jovens, como agentes criminais, nos discursos dos adultos, estão no núcleo central da representação do sentimento de insegurança.

A autora ainda relatou que a deslegitimação das instituições de controle da ordem pública leva à busca de soluções individuais para manter a segurança, o que reforça os pedidos por mais rigor e a aprovação de penas mais duras. Essas representações acabam criminalizando os moradores das periferias, gerando desejos de vingança, levando ao esvaziamento do espaço público e às soluções individuais que aumentam o medo e a violência.

A incriminação de jovens pobres em Goiás não difere dos dados apresentados em todo Brasil. Em pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha, em janeiro de 2015, 87% dos brasileiros entrevistados manifestaram-se a favor da redução da maioria penal. Em 2005, esse número era de 84%. O índice indicando a penalização de jovens no Brasil aumenta a cada ano.

A partir dos múltiplos dados colhidos nesta pesquisa, Souza (2010) concluiu que a violência tem se tornado um problema entre os jovens, tanto como autores, como como vítimas. Esses jovens acabam sendo caracterizados como violentos, o que indica que eles serão continuarão sendo incriminados, nos termos do conceito de sujeição criminal de Misse (2008). Conforme já discutido, esses jovens serão os *outsiders*, “os outros”, os possíveis de serem mortos. Para a pesquisadora, é necessário propor uma nova abordagem de segurança pública, que não seja somente repressiva, alargando os espaços de convivência social. “Uma política que seja preventiva e voltada principalmente para os jovens, as principais vítimas” (SOUZA, 2010, p.81).

Frattari (2011) afirma que o medo da criminalidade contribui para a construção de um “agente produtor da violência”, com a consequente exclusão dos indivíduos que se aproximam dessa imagem, favorecendo um estigma sobre os espaços de habitação popular, em especial aos jovens e adolescentes que ali residem.

O medo da criminalidade, quando somado aos processos de separação e afastamento social, contribui para a produção de imagens estereotipadas de um ‘agente produtor’ da violência, com a consequente exclusão dos indivíduos que se aproximam dessa imagem. Além disso, favorece a produção e a reprodução de estigmas que recaem sobre os espaços de habitação popular; identificados como causa e origem da desordem social que assola as grandes cidades brasileiras e percebidos homogeneamente como espaços de ilegalidade e anomia. Embora a violência tenha grande expressão nesses espaços, e os moradores das áreas pobres estejam mais expostos à morte violenta, eles têm sido apontados de forma generalizada como os responsáveis pelo aumento da criminalidade, com ênfase especial nos jovens e adolescentes ali residentes. A distância, o afastamento, o cercamento de espaços, são aspectos relevantes no que tange aos esforços das percepções e visões preconceituosas imputadas aos residentes de áreas pobres de um modo geral (FRATTARI, 2011, p.94).

Na pesquisa apresentada por Frattari (2011), a imagem do criminoso é de um jovem do sexo masculino, tatuado, com *piercings* e cabelos coloridos. Segundo a autora, esse retrato geralmente é associado ao jovem pobre das periferias, principal alvo das acusações criminais. “A imagem caricatural e preconceituosa é definida como uma imagem comum, ‘clássica’, algo que está disseminado no imaginário coletivo, algo que todo mundo sabe, ou acredita saber” (FRATTARI, 2011, p.98).

Portanto, para a pesquisadora, há a construção de uma representação social que vincula a imagem do jovem pobre como criminoso ou violento. A consequência desta representação é a adoção de medidas punitivas contra estes jovens pobres, como o uso abusivo da força policial. Segundo ela, este cenário naturaliza as ações violentas da polícia, o sentimento de vingança, o desejo da pena de morte e a defesa da redução da maioridade penal.

Souza e Rabelo (2008) relatam as consequências da demanda por maior repressão entre policiais de Goiânia, especialmente quando se trata da grande quantidade de morte de jovens pobres, do sexo masculino, com idade entre 15 a 29 anos:

Essas conclusões não podem deixar de considerar que faça parte da estratégia policial que setores envolvidos com o policiamento ostensivo e com o combate à criminalidade violenta não pratiquem a tolerância zero. Mais do que isso, a polícia militar tem sido acusada de formar grupos de extermínio de detentos do regime semiaberto do sistema prisional goiano e da morte de jovens usuários de drogas. Levantamento feito por um jornal local registrou que nas duas varas criminais da justiça comum do Estado de Goiás, no período de 2006 até setembro de 2008, 316 policiais militares foram acusados de matar 178 pessoas em Goiânia. Dos homicídios registrados na polícia civil em 2007, 7% têm por motivação “confronto” com policiais militares. A Ouvidoria-Geral da Polícia Militar encaminhou ao Ministério Público relatório acatando a consistência de 15 denúncias de execução presos do regime semiaberto por policiais militares em 2007.

Informações sobre mortalidade por homicídios do DATASUS para 2005 mostram que em Goiânia, 66% das vítimas estavam na faixa etária de 15 a 29 anos. Durante o ano de 2007 181 jovens com até 30 anos foram assassinados em Goiânia, 57% do total de vítimas de homicídio. Nos primeiros seis meses de 2008, já morreram 131 jovens, mantendo-se o mesmo percentual (SOUZA e RABELO, 2008, p.20).

Frattari (2011) afirma que uma representação recorrente nas entrevistas realizadas com membros da elite de Goiânia consiste na percepção de que a periferia seria responsável por formar assaltantes, marginais e delinquentes que agiriam nos bairros de maior visibilidade social. Esta percepção faz com que surjam demandas por maior atuação da polícia para impedir que os jovens moradores das periferias circulem pela cidade.

“O medo da criminalidade urbana passa a justificar a reivindicação de aumento na severidade das penas, surgindo, assim, demandas crescentes por punição violenta, execuções, ‘limpeza dos espaços urbanos’”. (FRATTARI, 2011, p.105). A consequência desta representação sobre os jovens pobres é a aprovação de soluções que incluem até mesmo a grande quantidade de morte, fundamentas em discursos pautados na desumanização do criminoso e na sua ‘natureza violenta’, em contraposição ao caráter do ‘cidadão de bem’.

Segundo a autora, na cidade de Goiânia, na maioria das narrativas dos membros da elite, os jovens pobres constituem personagens centrais da violência e principal alvo de medidas repressivas. Concebidos como indivíduos incompletos, em formação, eles estariam mais suscetíveis a cometer crimes. Assim, é sempre lembrada a questão da redução da maioridade penal, percebida fundamental para a redução da violência.

O cenário que coloca os jovens pobres como protagonistas da violência e da criminalidade urbanas parece justificar a reivindicação dos entrevistados pela diminuição da maioridade penal, além de 'legitimar' a alarmante situação da grande quantidade de morte de adolescentes e crianças por policiais nas periferias das grandes cidades brasileiras. Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2005), em pesquisa realizada com policiais militares no Rio de Janeiro, verificaram que a seleção do 'elemento suspeito' é fortemente orientada pelo preconceito contra o jovem, e recai principalmente sobre o jovem do sexo masculino, pobre e negro, alvos típicos das abordagens policiais (FRATARRI, 2011, p.108).

Faria (2007) realizou um estudo buscando apreender em que medida a violência, enquanto representação social, influencia o cotidiano de jovens goianienses em seus padrões de interações e como eles percebem a si, aos outros e este fenômeno. Segundo a autora, a violência encontra-se entre os maiores temores apontados pelos jovens goianienses de todas as posições sociais. Ela explica que os jovens da posição média e superior definem o fenômeno através da violência física, emocional e simbólica. Já na posição inferior, a definição se dá basicamente no nível da agressão física.

Para os jovens da posição superior o espaço social é dividido entre periferia e bairros nobres, sendo a periferia o lócus central da violência, o local de onde advém os criminosos, para os jovens das posições média e superior a periferia é uma categoria global e remete a todos os bairros pobres. Na percepção dos jovens da posição inferior, por sua vez a violência mesmo concentrada nos bairros pobres encontra-se difusa por toda a cidade, e sua concentração nas periferias não se deve como para as demais posições a desestrutura familiar, a violência doméstica ou a falta de educação, mas as escolhas individuais, "safadagem", a dificuldade de acesso a bens de consumo, as drogas, além destas, o desemprego, e a violência policial, aspectos que somados a falta de perspectivas em relação ao futuro, tornam-se um grande apelo a prática de atividades ilícitas (FARIA, 2007, p.3).

Neste estudo, a autora percebe que a homogeneidade desse discurso demonstra que os jovens goianienses recorrem a um sistema de interpretação de realidade já dado, ou seja, a representação social já existente para explicar o fenômeno da violência urbana.

Segundo Porto (2010), no contexto da produção midiática, importa entender as representações sobre o caráter crescente da violência, que ganham a forma de um clamor por segurança, entendida como sinônimo de um conjunto de medidas de ordem estatal que reduzam esta violência.

[...] A mídia é um dos canais mais significativos a expressar tal clamor. Através de suas narrativas e discursos, argumenta-se em termos de existência de uma crise no sistema de segurança pública, imputada à carência e precariedade de recursos, humanos e materiais e à baixa eficácia dos procedimentos, articulando causas estruturais a circunstâncias conjunturais (Porto, 2010, p.166).

Percebe-se, portanto, que há uma representação em que o jovem pobre, negro, morador das periferias urbanas é estigmatizado pela mídia e pelas diversas instituições como violento e perigoso, demandando medidas cada vez mais severas e punitivas contra os mesmos. Segundo Soares (2004), o jovem pobre, negro, caminhando nas ruas, é um ser socialmente invisível. Cassab (2001) também alerta para a consequência das representações sobre uma juventude violenta, através do crescente quadro de exclusão simbólica e social dos jovens pobres.

1.5) As juventudes: reflexões conceituais

Mesmo que de forma indireta, as várias instituições produzem discursos sobre o que é ser jovem. Nos últimos anos, esse tema tem adquirido importância nas várias instituições, principalmente no meio acadêmico. Como afirmam Alpizar e Bernal (2002), foi no meio acadêmico que se desenvolveu o conhecimento que tem servindo para legitimar práticas e controle dos jovens.

Segundo Groppo (2015), existem três correntes teóricas que fundamentaram conceitualmente o que é a juventude: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas. Entre as teorias tradicionais da juventude, que se desenvolveram na primeira metade do século XX, se torna hegemônica a versão que considera que os jovens têm uma função secundária de socialização, vendo os mesmos com a noção de risco, “anormalidade” e de desvio. As teorias tradicionais definiram os jovens como problema, com características como rebeldes sem causa, arruaceiros, sem princípios éticos e morais; enfim, como uma fase de riscos e de crise. Segundo Alpizar e Bernal (2002), uma das perspectivas que teve maior impacto no imaginário das

peças foi a da juventude como problema, uma fase de crise e de presença de patologias.

Pais (1990) concorda que essa visão que associa o jovem a vários problemas, sendo marcado como instável, irresponsável ou desinteressado perpassa o senso comum da maioria das pessoas. Abramo, Leon e Freitas (2005) criticam que essa é uma tendência em grande parte das reflexões que discutem o que é ser jovem. A juventude, nesse caso, seria “um caminho” para se tornar adulto, momento supostamente de maior discernimento do ser humano, em que os valores da sociedade seriam interiorizados.

Para Bourdieu (1983), a categorização da definição do que é ser jovem é um limite, já que juventude é uma construção social de uma determinada época, em um dado momento histórico, elaborada de acordo com as características específicas de uma sociedade. Portanto:

[...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (BOURDIEU, 1983, p.113).

Na segunda metade do século XX, se desenvolveram as teorias críticas sobre a juventude. Elas não contestam a noção de juventude como socialização secundária, mas valorizam sua participação nas transformações sociais. Groppo (2015) relata que as teorias críticas se colocam em uma posição mais revolucionária em relação à juventude. Sua característica principal é a relação que fazem entre a estrutura e a experiência em juventude. Segundo o autor, algumas revelam suas inúmeras formas de viver, as relações em grupo etc.

Groppo (2015) enfatiza a importância das teorias críticas da juventude, em suas vertentes geracional e classistas, passíveis de retradução com as vertentes revolucionárias, criando importantes conceitos, como geração, moratória social e subculturas. Elas criticaram e ressignificaram as concepções de juventude das teorias tradicionais.

Isso porque, segundo o autor, elas valorizam o potencial contestador da juventude, visto como algo positivo, capaz de renovar as sociedades, e não mais como um “desvio” ou anormalidade. Segundo, porque concebem a

juventude como um tempo para a experimentação de papéis sociais, em espaços institucionalizados ou não, em que há relaxamento das normas sociais em relação aos jovens - a moratória social. Terceiro porque avançaram no processo de “desnaturalização” da categoria juventude, aumentando a consciência sobre seu caráter social e cultural e percebendo melhor o papel das instituições. Quarto, as teorias críticas deram início ao reconhecimento da diversidade da vivência da juventude, como classe social, gênero, etnia etc. Quinto, as elas valorizaram as chamadas subculturas, renomeadas como estilos, grupos, “tribos” etc. Valorizam-se as experimentações de pequenos coletivos e indivíduos que ressignificam as culturas e valores vigentes.

Segundo Groppo (2015), a partir dos anos 70, as teorias pós-críticas implodem definitivamente as concepções tradicionais de juventude, tornando a sociologia da juventude uma especialidade em que é necessária habilidade para lidar com referenciais imprecisos e flexíveis, como socialização, moratória, tribos e transição. Tais teorias relativizam e até negam a posição original da sociologia da juventude, que caracterizava tal categoria como uma transição para a vida adulta. Dentre tais teorias, algumas definidas pelo pós-estruturalismo e pós-modernismo, tenderam a negar a permanência das estruturas das categorias etárias. Outras propõem que as juventudes contemporâneas efetuam múltiplas e ativas socializações. Neste caso, a socialização se torna mais plural, os sujeitos tem participação mais ativa e admitem-se reversibilidades, são socializações flexíveis.

Na segunda corrente teórica das teorias pós-críticas, perspectiva adotada nesta pesquisa, é presente a noção de subjetivação, com influência de Foucault (1984), dentre outros autores. Essa noção afirma que os sujeitos ora são configurados em consonância com os modelos normativos, ora por discursos de resistência às normas regulatórias. No território que é a juventude, diferentes linhas de subjetivação concorrem entre si. Assim, se pode realizar a amplificação da multiplicidade que faz e afeta os sujeitos, permitindo a efetivação de novos sujeitos e novas posições éticas, favorecendo a multiplicidade.

Para Groppo (2015), as teorias pós-críticas realizam duas radicalizações em relação às teorias críticas. A primeira é a valorização ainda maior da diversidade das juventudes, considerando os diferentes modos de viver a

condição juvenil, radicalizando, portanto, a noção de diversidade. A segunda é a releitura da socialização como subjetivação, reconhecendo a importância da construção social da pessoa, em detrimento de uma essência universal do indivíduo. Teorias tradicionais e teorias críticas falam da socialização do indivíduo em estruturas sociais dadas. Já as teorias pós-críticas refletem sobre a construção do próprio sujeito por linhas de subjetivação, que envolvem discursos e dispositivos de poder. Ou seja, os indivíduos se constroem e são construídos ao mesmo tempo, a partir da lógica da subjetivação.

Constrói-se, então, uma nova concepção de socialização, considerada ativa. Por meio dessa noção, é possível denunciar a precarização da vida das juventudes, analisando, todavia, como os próprios jovens podem ser sujeitos ativos no enfrentamento da precariedade, lidando com os riscos do presente e assumido seus projetos de vida.

Segundo Pais (2006), há duas maneiras de olharmos as culturas juvenis: através das suas socializações ou de suas expressividades. Para ele, a distinção entre essas duas perspectivas pode ser entendida as concepções de “espaço estriado” e “espaço liso”. O “espaço estriado” é o lugar da ordem, do controle. Mas o “espaço liso” abre-se ao caos, ao nomadismo, com novas possibilidades, sensibilidades e realidades.

Segundo o autor, nos modelos tradicionais de passagem do jovem para a vida adulta, ele estava em espaços estriados. Mas, atualmente, ao viver as várias formas de culturas juvenis, ele vive espaços lisos, muitas vezes fora da ordem, com a possibilidade de alterar a realidade em que vive. As culturas juvenis são performativas porque os jovens nem sempre se enquadram nas perspectivas culturais que a sociedade lhes impõe.

Os jovens tendem a relativizar tudo: desde o valor dos diplomas à segurança do emprego. E não o fazem sem razão, pois nesse campo tudo é instável. Esses jovens abraçam estilos de vida que lhes garantam elasticidade, mobilidade. Entre alguns jovens surge, então, uma forte orientação para o presente, já que o futuro fracassa em oferecer o que eles almejam, como o trabalho. Segundo o autor, nas esquinas da vida celebram-se muito da sensibilidade da cultura jovem. A transgressão marca a vontade de escapar à conformidade, nesse sentido, o risco é um comportamento que reproduz uma resistência à adversidade.

Em suma, é mais importante se identificar com as sensibilidades performativas das culturas juvenis do que ficar preso a modelos que já não mais fazem parte do seu universo. Destacam-se, nas culturas juvenis, o grafite, o *hip hop*, o *break dance*, o *street basket*, e outros. Pais (2006) exemplifica que os traços do grafite são uma assinatura, uma identificação, dando uma autoria, imprimindo um sentido às ruas.

Outras vezes, as culturas performativas buscam ultrapassar os limites, como nos esportes radicais, através de suas manobras. O excesso traduz a saída do espaço cerrado. Aliás, o uso de drogas, para o autor, ou falta de aulas na escola, se dá muitas vezes para sair desse limite do espaço estriado (a escola pode ser vista pelo jovem como um espaço autoritário, sem possibilidades de criação, por exemplo.). A velocidade dos limites dos vídeo games e a excentricidade ao vestir também correspondem a um questionamento dos espaços ditos tradicionais.

A desintegração no mundo do trabalho se dá pela via do consumo, seja pelo dinheiro que os pais lhes dão, seja dos biscates que vão fazendo. Segundo o autor, a busca por si e no encontro com o outro ocorre em experiências de novas sensibilidades que parecem fluir em duas margens: pareço, logo sou e da idealização: desejo, logo existo.

Pais (1990) relata que, atualmente, no Brasil, os problemas que mais afetam a juventude, fazendo dela, por isso mesmo, um problema social, são as questões derivadas da sua dificuldade de entrada no mundo do trabalho. Segundo o autor, a partir dos anos 80, os recentes estudos sobre os jovens aludem permanentemente à crise econômica e aos problemas daí decorrentes: custos sociais do desemprego; desqualificação de camadas juvenis; geração de alguns comportamentos “agressivos” ou “descontentamentos” de alguns que estejam excluídos etc.

A grande questão, para Pais (1990), seria saber se o pessimismo em relação ao discurso científico em relação à juventude também não contaminaria a própria sociologia.

Questão essencial é a de saber se esse pessimismo que hoje em dia transparece também no discurso “científico” sobre a juventude não será uma ressonância do discurso que atravessa o olhar das gerações adultas sobre as gerações jovens, isto é: em que medida os

“problemas sociais” não arrastarão, ou, melhor, não contaminarão as próprias “problemáticas sociológicas”? (PAIS, 1990, p.144)

Para o autor, a juventude é um mito que a mídia veicula através de aspectos fragmentados de uma suposta cultura juvenil (manifestações, moda e delinquência), afetadas pela forma como tal cultura é socialmente construída. “Alguns jovens reconhecer-se-ão parte integrante desse mito, outros não”. (PAIS, 1990, p.145).

O desafio, então, que se coloca à sociologia, é o da desconstrução sociológica idealização ideológica da juventude, que, em forma de mito, é dada como uma entidade homogênea. “A representação social da juventude dará lugar à realidade sociologicamente construída”. (PAIS, 1990, p.145).

Segundo Pais (1990), a sociologia da juventude vem trabalhando com duas tendências gerais para refletir sobre a temática dos jovens: 1) em uma delas, a juventude é tomada como uma fase da vida, prevalecendo a busca de aspectos mais homogêneos que caracterizam essa fase, fazendo parte de uma cultura juvenil e de uma geração com mesma faixa etária. 2) na outra, os jovens fariam parte de um conjunto social diversificado, com várias culturas, com diferentes interesses, diversas oportunidades de trabalho etc.

Com relação à primeira tendência apontada por Pais (1990), a que toma a juventude como uma fase da vida, Abramo e Leon (2005, p.7) relatam que, no Brasil existe uma vinculação baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o IBGE), de localizar tal faixa etária entre os 15 e 24 anos.

O conceito de juventude como fase da vida tem suas raízes fundamentadas na discussão sobre as gerações, introduzida por Mannheim (1952) para entender as relações das dinâmicas sociais de determinados grupos de jovens, pertencentes a uma mesma geração, em uma dada época. Para o sociológico, o que forma uma geração não seria uma data de nascimento comum, mas o processo histórico que jovens da mesma idade, grupo e classe social compartilham no mesmo momento da história. O conceito geracional defende que o jovem é constituído socialmente, influenciado por aspectos culturais, sociais etc. e por isso acaba se associando em grupos, determinados principalmente em idades específicas, encontrando, assim, o seu referencial de identidade e costumes.

Os estudos geracionais são importantes para se compreender se determinados grupos partilham de alguns princípios, valores, representações sociais etc. Contudo, para Alpizar e Bernal (2002, p.30), o conceito tem servido para construir estereótipos, com a tendência de homogeneizar os jovens, com características comuns a todos que fazem parte de uma mesma geração.

Já os estudos socioculturais, segunda tendência apontada por Pais (1990) na sociologia da juventude, analisam que existem fatores sociais e culturais que influenciam na formação de diversas juventudes. Como afirmam Alpizar e Bernal (2002, p. 28), “...os estudos socioculturais ressaltam a diversidade de formas de expressão da juventude (culturas juvenis) e salientam a diversidade do que é juvenil (identidades juvenis)”. Contudo, para Pais (1990), corre-se o risco de assumir um único conceito de juventudes em diversos universos sociais que não têm entre si praticamente nada em comum.

Ao analisar os paradoxos da juventude, Pais (1990) conclui que a questão que se coloca como importante não é explorar as possíveis semelhanças entre os jovens (estudos geracionais) ou suas diferenças (estudos culturais), mas sim entender as representações construídas sobre os mesmos, analisando: 1º) se os jovens compartilham os mesmos significados; 2º) se, no caso de compartilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante; 3º) a razão por que compartilham ou não, de forma semelhante, determinados significados.

Segundo o autor, responder a essas interrogações, se torna necessário estudar os contextos cotidianos dos jovens, percebendo de que forma a sociedade se traduz na vida dos indivíduos. Logo, é importante compreender a realidade em que estão inseridos esses jovens, bem como entender as representações sociais sobre os mesmos. Para Pais (1990), como já relatado, também é fundamental não deixar que os “problemas sociais” e o pessimismo em relação ao discurso científico sobre a juventude não tenha influência sobre a própria sociologia para se discutir sobre a realidade dos jovens.

Groppa (2015) indica que é preciso considerar a capacidade de autonomia das juventudes, partindo da sua relação experimental com valores, ideias e instituições. Daí podem emergir visões de mundo alternativas e críticas. Segundo ele, pode-se dizer que não chegou o momento da juventude ser superada como elemento estrutural da sociedade. Fundado numa relação

dialética e contraditória entre a busca de padronização e autonomia, é ali que ainda se realiza parte importante do processo de socialização dos indivíduos.

Trata-se da possibilidade dos indivíduos e grupos jovens desenvolverem, de modo autônomo, identidades e valores próprios, relativamente ou muito destoantes dos padrões sociais de seu tempo. Trata-se da possibilidade de surgirem revoltas, rebeldias, insatisfações e negações, a partir do que só deveria ser, a princípio, acomodação, socialização tranquila, integração social. As recentes e poderosas manifestações políticas das juventudes, em todo mundo, estão aí para provar que este caráter das juventudes modernas ainda continua presente, e muito presente (GROPPO, 2015, p.20).

É consensual entre os estudiosos que falar de juventude no singular é muito vago e impreciso. É preciso entender, então, que a juventude não pode ser analisada de maneira uniforme. Entende-se que há várias juventudes, influenciadas pelas diversas vivências culturais, históricas, sociais, econômicas e pelas contradições e conflitos do mundo social. Além disso, os jovens individualmente possuem atributos próprios que devem ser considerados, eles fazem escolhas e sofrem as consequências delas. Cabe destacar a necessidade de identificar as diferenças, as influências, as formas de comportamentos, as expressões e os conflitos no universo social para que o jovem possa ser mais bem compreendido.

CAPÍTULO 2

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE JOVENS NA MIDIA

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida...
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da
imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.*

Eduardo Galeano

2.1) As representações coletivas

As representações sociais tiveram sua origem a partir do conceito de representações coletivas de Durkheim. O autor, considerado um clássico na sociologia, buscou conferir aos estudos da sociedade um *status* de disciplina científica, em um contexto no qual predominavam as análises objetivas das ciências naturais.

É na ideia que a sociedade não pode ser explicada através das consciências individuais, mas sim em representações que são anteriores aos indivíduos, e que elas se impõem ao sujeito de forma coercitiva é que se apresenta o conceito das representações coletivas. Portanto, segundo Durkheim (2001), o mundo é feito de representações individuais e coletivas,

sendo a que a primeira é diretamente e impreterivelmente influenciada pela segunda.

Para diferenciar as representações individuais das coletivas, o autor exemplifica que a religião, mitos e crenças apresentam-se em uma realidade diferente do indivíduo. Na obra “As formas elementares da vida religiosa” (2000), o sociólogo utiliza o termo representações coletivas e o exemplifica ao estudar o sistema religioso, buscando compreender a religião como um fenômeno coletivo e como sendo um sistema de práticas e crenças em um determinado contexto social e histórico.

Durkheim (2000) afirma que toda representação coletiva construída na religião possibilita aos indivíduos construir uma percepção de mundo de forma homogênea, em uma época, em determinada sociedade e em cada geração. Portanto, a religião se coloca como uma representação de mundo que exprime determinadas realidades coletivas. O sociólogo exemplifica que existe uma representação coletiva na religião que possibilita a construção de uma representação que concebe o mundo para os sujeitos individuais.

Na obra “Educação e Sociologia”, o autor explica que a educação é um fato social, presente em todas as sociedades, expressa em tradições e valores que se são constituídas independentemente dos indivíduos. O processo educativo, para o autor, é fundamental, pois é ele que prepara os indivíduos para viver em grupo, sendo condição para a própria reprodução das sociedades. Durkheim sintetiza o conceito de educação como sendo:

[...] a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto... (DURKHEIM, 2010, p37).

Portanto, cada sociedade produz representações coletivas que são transmitidas aos indivíduos de forma coercitiva e impositiva, através das relações sociais e durante o processo educativo, não sendo possível ao indivíduo fugir dessa determinação. Por isto o processo educativo é tão importante para o sociólogo na constituição das sociedades. Através da educação, a sociedade conquista sua preservação, sua reprodução e sua própria existência.

Longe de ter por objeto único ou principal o indivíduo e seus interesses, a educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência (DURKHEIM, 2010, p38).

Para que o processo educativo se estabeleça, o autor considera obrigatória a relação estreita entre as determinações individuais e as representações coletivas, sendo que estas representações possuem influência determinante sobre os indivíduos.

Percebe-se, portanto, a importância do processo educativo para a perpetuação das representações coletivas. Essas representações é que permitem aos indivíduos viverem na coletividade, pois elas agregam crenças, pensamentos e valores que tornam possível uma convivência harmoniosa. Durkheim (2010) afirma, ainda, que para que novas representações sejam construídas, elas teriam uma relação direta com outras representações já determinada pelas gerações anteriores.

É importante ressaltar que, para o sociólogo, estas representações são anteriores ao ser social e são impostas de forma coercitiva e o mesmo reage automaticamente, reproduzindo-as sem autonomia para reelaborações. Assim a sociedade consegue sua perpetuação para as próximas gerações, funcionando de forma harmônica e rígida.

Portanto, para Durkheim (2010), a principal característica das representações coletivas é a sua capacidade de totalidade, em uma sociedade rígida. Qualquer objeto de análise pode ser universal, agindo os indivíduos de forma homogênea e coercitiva, sendo preponderante às representações individuais.

2.2) Das representações coletivas às representações sociais

Serge Moscovici foi o precursor da Teoria das Representações Sociais (TRS), em estudos oriundos da psicologia social, especificamente em um

trabalho em que observou as percepções da sociedade francesa sobre a psicanálise, em 1961. Em seu estudo *A psicanálise, sua imagem e seu público*, a partir da aplicação de questionários e da análise das matérias de jornais da época, Moscovici (2012) buscou entender quais as representações circulavam sobre a psicanálise naquele determinado contexto.

Ao analisar os discursos sobre a psicanálise vinculadas nas notícias de jornais, uma das contribuições do pesquisador foi relatar que os meios de comunicação tiveram um papel importante na construção de estereótipos sobre esse saber, constituindo-se como uma barreira semântica, que dificultaram, ou até mesmo impossibilitam a percepção de outros significados pelos sujeitos.

Moscovici (2012) destacou uma regularidade nas trocas mais significativas que ocorrem nos meios de comunicação: a difusão a propagação e a propaganda. A análise dessas formas de comunicação corresponde à variedade das relações e das situações vivenciadas a partir dos meios de comunicação.

Segundo o autor, na difusão (p.298), a fonte de comunicação não manifesta intenções bem definidas e não possui orientação acentuada; as comunicações se propõem a influenciar em condutas particulares através de relações incidentes; o receptor não constitui um grupo altamente estruturado e orientado; o objeto das comunicações é tratado para que certa distância seja mantida entre o objeto e o emissor da comunicação e as mensagens guardam relativa autonomia.

Segundo Vala (2004), a propagação produz mensagens por membros de um grupo e são dirigidas ao próprio grupo, visando harmonizar o objeto da comunicação com os princípios que fundam esse grupo. Sua finalidade é integrar uma informação nova no sistema de valores do grupo.

Já a propaganda oferece uma visão de mundo conflitual, pois contribui para a informação da identidade de um grupo, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem negativa do outro. Cada representação sobre um objeto é evocada por oposição a outra representação. Situando o Jornal *Daqui*, ele pode ser identificado como um veículo propagador de representações sociais.

Para Moscovici (2012), a estereotipia produzida nos meios de comunicação designa um estado de simplificação das dimensões dos estímulos e possibilidades de livre interpretação dos sujeitos. Essa noção

exprime o grau de generalidade de uma opinião e da consequente aceitação ou rejeição de uma representação. “O desenvolvimento crescente por fenômenos da comunicação requer uma análise cada vez mais fina do papel que representam na formação de condutas” (MOSCOVICI, 2012, p.446).

Moscovici (2009) define as representações sociais como sendo um sistema de valores, ideias e práticas que estabelecem uma ordem que faz com que as pessoas e grupos se orientem no mundo social, possibilitando que a comunicação seja possível entre os indivíduos. Elas circulam, cristalizam-se e transformam-se continuamente.

A principal diferença das representações coletivas, de Durkheim (2000), para as representações sociais é que, na segunda, o indivíduo participa do processo de construção de novas representações, em uma sociedade fluida, não sendo totalmente passivo diante de tais representações.

Moscovici (2009) explica que a TRS confere racionalidade à crença coletiva, buscando entender as ideologias, os saberes populares e o senso comum. Para ele, é impossível pensar no dualismo no mundo individual e do mundo social. Portanto, é preciso incorporar o mundo social ao individual para entender as construções das representações que circundam a sociedade.

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião etc), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos e que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2009, p.49).

Segundo Duveen (2012), Moscovici reconhece uma dívida duradoura ao trabalho de Durkheim. Isto porque o autor partiu do conceito das representações coletivas para, então, acrescentar mais autonomia às representações individuais diante das construções coletivas, elaborando, assim, o conceito das representações sociais.

A novidade é apresentar a força do que é individual, junto ao coletivo, abrindo-se para os esforços dos sujeitos sociais, que desafiam, interpretam e, se necessário, transformam as representações ao longo do tempo. Ao preferir o termo representações sociais, Moscovici (2009) quer enfatizar a qualidade

dinâmica das representações, incorporando representações individuais e coletivas, contra o caráter mais fixo que elas tinham na teoria de Durkheim.

Duveen (2012) reflete sobre as diferenças entre as representações coletivas e as sociais. Para o autor, Durkheim, ao pensar as representações coletivas, orientava-se a estudar o que faz com que as sociedades se mantenham coesas, sendo preservadas contra qualquer fragmentação. Logo, as representações coletivas assumiram a importância de ajudar a conservar a sociedade. As representações sociais, entretanto, se orientaram para as questões de como as coisas mudam na sociedade. Logo, através dos processos sociais, a novidade e a mudança, assim como a conservação e a preservação, se tornam parte da vida social.

O ponto de partida dos estudos de Moscovici (2009) foi a insatisfação com os modelos de influência social que tratavam apenas da conformidade. O questionamento é sobre como poderiam ocorrer mudanças, se o processo de submissão e sujeição do indivíduo fosse o único processo de influência social. Duveen (2012) explica que enquanto Durkheim via as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade, Moscovici buscou explorar a diversidade das ideias coletivas, gerando uma heterogeneidade de representações.

Segundo Campos (2014), o que há de novo nas representações sociais em relação às representações coletivas é que as representações coletivas operam pela coerção de instituições, atuando de modo impositivo sobre os indivíduos, levando-os à aceitação e obediência. Já as representações sociais operam pela comunicação.

Campos (2014) aponta ainda que o que está ausente na obra de Durkheim é a noção de “grupo social”. Em seu pensamento, um grupo coeso corresponde a uma instituição social fortalecida. Para o autor, no pensamento de Durkheim, as principais forças sociais são as econômicas e as simbólicas (representações coletivas), sendo que as instituições contêm e fazem funcionar tais dimensões.

Logo, a teoria das representações sociais possui um sentido mais dinâmico e comunicativo, referindo-se tanto ao processo pelo qual as representações são elaboradas, como às estruturas de conhecimento que são

estabelecidas, em um processo através do qual o não familiar passa a ocupar um lugar como familiar.

Segundo Jodelet (2001), sempre há necessidade de estar informado sobre o mundo, identificando e resolvendo os problemas que se apresentam. Por isso as representações sociais são criadas. Elas circulam os discursos a todo tempo e são incorporadas em mensagem e imagens midiáticas.

Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear de definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensivas (JODELET, 2001, p.7).

As representações expressam uma definição de grupos que dão significado a um objeto por eles representado. Estas definições constroem uma visão consensual da realidade, que pode entrar em conflito com a de outros grupos. Por isto as representações são dinâmicas e dependem tanto das elaborações individuais, quanto das elaborações coletivas.

Jodelet (2001) produz uma síntese ao conceito das Representações Sociais como sendo: "...uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (2001, p.22). A autora aponta três características marcantes às representações: a vitalidade, transversalidade e a complexidade.

Com relação à *vitalidade*, ela afirma que as pesquisas das representações sociais passaram por um período de latências antes de mobilizar uma vasta corrente de pesquisas, em vários países e com diferentes abordagens metodológicas e teóricas. É também motivo de vitalidade, na medida em que essas representações autorizam diversas interpretações de sua noção e das discussões feitas nos avanços teóricos ao longo dos anos.

Transdisciplinaridade: as representações sociais são estudadas em vários campos do conhecimento: na Sociologia, Psicologia, Antropologia, História, Comunicação, Linguística, Psicanálise, dentre outros. Esta multiplicidade de relações com disciplinas próximas confere às representações um estatuto transverso que articula diversos campos de pesquisa.

Complexidade: sua posição mista de conceitos implica sua relação com processos de dinâmica social e psíquica. Portanto, deve-se levar em consideração o funcionamento cognitivo individual e, por outro, o funcionamento do sistema social e das interações estabelecidas nos grupos sociais. Jodelet (2001) também aponta alguns elementos que caracterizam as representações sociais com uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto. São elas:

- 1) A representação social é sempre representação de alguma coisa - objeto e de alguém - sujeito.
- 2) A representação social é uma realização de simbolização com o seu objeto, substituindo-o; e de interpretação - conferindo-lhe significações, construindo a análise desses processos dentro de um contexto de participação social e cultural.
- 3) A representação é apresentada como modelo de objeto em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais.
- 4) Qualificar esse saber prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido. A representação serve para agir sobre o mundo e sobre o outro (JODELET, 2001, p.28).

Portanto, as representações sociais dão significado às pessoas, objetos e ideias partilhadas socialmente, em um contexto em que o indivíduo participa ativamente de suas elaborações. Guareschi e Jovchelovitch (2009) confirmam que é exatamente a partir da dualidade entre sujeito e sociedade é que a teoria das representações sociais apresenta novas possibilidades.

Tanto a cognição como as interpretações presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social. Sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e em vários outros lugares.

É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas. Os meios de comunicação de massa, particularmente, têm sido um objeto de investigação para a teoria. Em sociedades cada vez mais complexas, onde a comunicação cotidiana é em grande parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e

o poder é- ou não - exercido (GUARESCHI, JOVCHELOVICH, 2009, p. 20).

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais possuem duas funções: elas convencionalizam objetos, pessoas e acontecimentos, colocando-os como modelo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. “Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro” (Moscovici, 2012, p. 34).

Mesmo quando um objeto ou pessoa não se adequa exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido ou decodificado, através das representações sociais. Nenhuma mente está livre dos efeitos condicionantes anteriores que lhe são impostos por suas representações.

Em segundo lugar, para Moscovici (2012), as representações sociais são prescritivas, se impondo sobre o indivíduo com uma força irresistível. Elas são impostas, transmitidas e são produto de uma sequência de elaborações e mudanças que ocorrem na sociedade e são o resultado de elaborações de sucessivas gerações.

As representações sociais buscam tornar familiar algo não familiar, classificando e nomeando novos acontecimentos, objetos e ideias com as quais os indivíduos não tinham contato, possibilitando a manipulação dos mesmos para que sejam internalizados e amplamente aceitos pela sociedade.

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos - de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc - são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2012, p.58).

O importante para entender o conceito da TRS, é a sua natureza de influência e, ao mesmo tempo de mudança, através da qual ela se torna capaz de motivar os comportamentos do indivíduo e de uma coletividade. Uma vez

criadas socialmente e pelos indivíduos, as representações adquirem uma vida própria, circulam, se encontram e dão oportunidade ao nascimento de novas representações.

Segundo Scarparo e Pedroso (2010), na teoria das representações sociais, o representar se torna a base para estabelecer as relações, para realização da comunicação, para a criação de sentidos e para a transformação de culturas. A capacidade de representar ajuda a sistematizar, descrever, explicar e transformar os fenômenos. Neste movimento, as representações são repensadas, recriadas e novamente apresentadas.

As representações sociais, ao mesmo tempo em que se movem, podem construir obstáculos, construindo fronteiras imaginárias, que são, muitas vezes mais resistentes que as fortalezas físicas “...elas cerceiam os enunciados numa busca por manter aprisionada sua linguagem, por meio limitar o uso dos símbolos” (Scarparo e Pedroso, 2010, p.19). Amoretti (2010) reforça que o social transforma um determinado conhecimento em representação e essa representação, por sua vez, transforma o social, em uma relação de mão dupla.

Porto (2010) ressalta que as representações sociais não são nem racionais, nem irracionais. São ontológicas e respondem por uma lógica que as constituem em objeto do conhecimento a serem submetidas, enquanto objeto da análise sociológica, ao crivo da ciência, para serem compreendidas mais do que somente explicadas.

[...] Para o analista social, representações, não é por considerar que as últimas sejam sinônimo do real e sim por assumi-las como um dado da realidade que precisa ser submetido à análise como condição de produção de um conhecimento pertinente (Porto, 2010, p.83).

Assim, a pesquisa centrada na análise das representações sociais se constitui enquanto conhecimento do social. As subjetividades presentes as representações referem-se, direta ou indiretamente, nos processos de organização e das relações sociais. Ressalta-se que é importante centrar o foco da compreensão nos indivíduos, sem desconhecer que eles movem-se em contextos sociais específicos.

2.3) Ancoragem e Objetivação

Segundo Moscovici (2012), as representações sociais são constituídas através de dois mecanismos fundamentais - a ancoragem e a objetivação - que transformam palavras ou ideias não familiares em palavras usuais, próximas e atuais. Estes processos dão ao não familiar uma feição familiar, sendo baseados na ativação da memória e da referência a conclusões passadas.

O mecanismo da ancoragem tenta ancorar ideias estranhas, reduzindo-as a categorias e imagens comuns, dentro de um contexto familiar. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2012, p.62). Para o autor, o primeiro passo para superar a resistência do que não conhecemos é colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, rotulando com um nome conhecido.

No processo de ancoragem, quando categorizamos alguém ou algo escolhemos alguns dos paradigmas estocados em nossa memória, estabelecemos uma relação com ele, seja positiva ou negativa. Geralmente, em sua maioria, as classificações são feitas comparando os novos fatos ou acontecimentos a um modelo geralmente como representante de uma classe, aproximando o novo com o já conhecido.

Segundo Jodelet (2001), ancorar significa tornar uma ideia não familiar em familiar e transformá-la para integrá-la no universo de pensamento preexistente. Este processo busca tornar comum todo elemento estranho no ambiente social. A ancoragem serve para a instrumentação do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação do ambiente. A naturalização das noções lhes dá valor de realidades concretas, utilizadas sobre o mundo e sobre os outros. A ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais, dando-lhes coerência.

Ancorar implica também um pré-julgamento, favorecendo decisões apressadas, quando generalizamos ou particularizamos alguma situação, ideia ou informação. Não há neutralidade nesse processo, pois isso fica restrito a um conjunto de representações.

Algumas vezes, uma opinião já feita vem imediatamente à mente e nós tentamos nos descobrir a informação, ou 'o particular' que se juste a ela; outras vezes, nós temos determinado particular em mente e tentamos conseguir uma imagem precisa dele. Generalizando, nós reduzimos as distâncias. Nós selecionamos uma característica aleatoriamente e a usamos como uma categoria: judeu, doente mental, novela, nação agressiva etc. A característica se torna, como se realmente fosse, coextensiva a todos os membros desta categoria. Quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição. Particularizando, nós mantemos a distância e mantemos o objeto sob análise, como algo divergente do protótipo. Ao mesmo tempo, tentamos descobrir que característica, motivação ou atitude o torna distinto... (MOSCOVICI, 2012, p. 64).

A Teoria das Representações Sociais exclui as ideias de pensamento que não possuem ancoragem. Moscovici (2012) também explica que sistemas de classificação não são apenas meios de rotular pessoas ou objetos. Seu objetivo principal é facilitar a interpretação de características, formando opiniões. Assim, classificar e dar nomes são dois aspectos da ancoragem.

Outro processo reconhecido nas representações sociais é a objetivação, tornando, segundo Moscovici (2012), o não familiar em comum, unindo a ideia de não familiaridade com a de realidade. Objetivar é reproduzir um conceito, dando-lhe um sentido concreto, ligando sentidos a imagens ou a um "núcleo figurativo", que, para Moscovici (2012) seria um padrão, um paradigma, ou um complexo de imagens que reproduzem ideias.

Após essa imagem ser disseminada, ela é assimilada totalmente na sociedade. O autor afirma que, em todos os casos, uma vez conseguida a transfiguração, a idolatria coletiva é uma possibilidade. Todas as imagens podem conter realidade em seus inícios e terminar sendo adoradas. Neste caso, a imagem ou conceito deixa de ser um signo e torna-se replicada da realidade.

O segundo estágio do processo de objetivação, no qual a imagem é totalmente assimilada, o que é percebido é substituído pelo o que é concebido. Assim, a defasagem entre a representação e o que ela representa é preenchida. Segundo Moscovici (2012), a sociedade é fundamente composta

de tais imagens e nós estamos constantemente acrescentando algo e modificando-a, descartando algumas imagens e adotando outras. Quando isso acontece, as imagens não ocupam mais aquela posição em algum lugar entre as palavras, mas passam a existir como objetivos são o que significam.

Moscovici (2012) afirma que cada sociedade ou cultura possui seus próprios instrumentais para transformar representações em realidade. Os nomes que inventamos e criamos para dar forma abstrata a substâncias tornam-se a substância ou fenômeno. Para concluir, o autor explica que, ao representar, através dos processos de ancoragem e objetivação, tornamos o não familiar em familiar. Este é um movimento que depende da memória e acontece através da comunicação e da linguagem. Dessa soma de experiências, extrai-se imagens para superar o não familiar.

Portanto, ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória e com a linguagem. A primeira mantém a memória em movimento, classificando objetos, pessoas e ideias, de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda tira da memória esses conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior.

2.4) Representações sociais: a teoria do núcleo central e a perspectiva societal

A partir dos estudos de Moscovici (2012), tendo como referência suas premissas teóricas, Abric (2001) propôs a Teoria do Núcleo Central, perspectiva que discute a dinâmica do processamento das representações sociais, propondo que toda representação se organiza em torno de um núcleo central e por um sistema periférico. Na definição do autor, representação social é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes e crenças. Ela é determinada pelo próprio sujeito, pelo sistema social e ideológico e pela natureza dos vínculos que ele mantém com este sistema (ABRIC, 2001, p.156).

Sua principal hipótese é que toda representação social se organiza em todo de um núcleo central, elemento fundamental da representação, pois é ele

que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização. Esse núcleo assegura duas funções essenciais:

- 1) Uma função geradora: elemento pelo qual se cria ou transforma a significação dos outros elementos da representação.
- 2) Uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos vínculos que unem os elementos da representação, sendo unificador e estabilizador (ABRIC, 2001, p.163).

Portanto, o núcleo central é determinado pela natureza do objeto apresentando e pela relação que o sujeito mantém com este objeto, que só se transforma radicalmente, mudando de significado, quando o próprio núcleo central é posto em questão. Ao mesmo tempo, esse é o elemento mais estável da representação.

Flament (2001) afirma que Abric acrescenta a noção de centralidade estrutural através do núcleo central. Segundo o autor, em torno do núcleo central e organizado por ele, encontram-se os elementos periféricos, que estão fora do núcleo, mas que podem estar bem distantes ou muito próximos, como esquemas. Considerar esses esquemas como elementos periféricos de uma representação é afirmar que eles são organizados pelo núcleo central, assegurando o funcionamento da representação social.

Para Flament (2001, p.178), a periferia da representação serve como um sistema de defesa entre uma realidade que questiona a teoria de um núcleo central que não deve mudar tão rapidamente. Os desacordos da realidade são absorvidos pelos esquemas periféricos, que asseguram a estabilidade relativa da representação social.

As práticas sociais assumem um papel preponderante no desencadeamento de transformações das representações no nível de seu núcleo central. Segundo Flament (2001), algumas situações podem levar a um grupo a ter práticas em desacordo com a representação. Essas discordâncias se inscrevem, inicialmente, nos esquemas periféricos que se modificam, podendo, por algum tempo, proteger o núcleo central. Se o fenômeno se amplia, o núcleo central pode ser atingido, o que é o critério de uma real transformação da representação. O autor aponta dois casos extremos de desacordo entre prática e representação:

- 1) Quando as práticas estão em contradição explícita com a representação, surgem os esquemas estranhos. Uma modificação eventual da representação é brutal, rompendo com o passado.
- 2) As práticas admitidas pela representação eram raras e as circunstâncias as tornam mais frequentes. Os níveis de ativação dos esquemas periféricos são modificados. Portanto, uma modificação eventual da representação é progressiva, sem ruptura com o passado (FLAMENT, 2001, p.179).

Assim, os esquemas normais, sob a influência de elementos estranhos, transformam-se em esquemas estranhos, com quatro componentes: evocação do normal; designação do elemento estranho; afirmação de uma contradição entre esses dois termos e a proposição de uma racionalização, que permite suportar por algum tempo a contradição. Como se pode concluir, na perspectiva da Teoria do Núcleo Central, as representações sociais são organizadas por um núcleo central, que carrega a essência e a identidade da própria representação. Ele é composto por esquemas periféricos.

Segundo Flament (2001), desacordos entre realidade e representação modificam de início os esquemas periféricos e depois, o núcleo central; isto é, a própria representação. Se há contradição entre realidade e representação, surgem esquemas estranhos e vê-se a desintegração da representação. Se a realidade ocasiona uma modificação da atividade dos esquemas periféricos, pode seguir-se uma transformação progressiva, mas estrutural, do núcleo central.

Já a Escola de Genebra, conhecida como perspectiva societal, proposta por Doise (2001), também oriunda dos estudos de Moscovici, aborda as representações sociais buscando os princípios organizadores que permitem o posicionamento de grupos, interpretando o conceito de ancoragem em relação a estes, que incorporam o estranho em uma rede de categorias familiares.

Segundo o autor, toda a definição das representações em termos de consenso não é suficiente. Para ele, as representações sociais são tomadas de posição diferentes, mesmo que possam ser utilizados pontos de referência comuns. Elas são sempre tomadas de posição simbólicas, como princípios

relacionais que se estruturam nas relações entre indivíduos e grupos, constituindo um campo de troca simbólica e uma representação desse campo.

Ao estudar as representações e suas relações com os grupos de referência, o autor relata que nem sempre existe uma relação de causalidade entre a pertença do indivíduo a um grupo e o grau em que ele partilha das mesmas opiniões de outros membros.

Para Doise (2001), os julgamentos das pessoas são sempre atos que se inscrevem na dinâmica de um campo social. Portanto, as múltiplas diferenciações desse campo se refletem nesses julgamentos, acentuando ou diminuindo contrastes. “[...] Os julgamentos são, no nível do indivíduo, instâncias pelas quais suas atitudes atualizam relações sociais e organizam-se em representações sociais” (p.200).

Segundo ele, a ancoragem possui três níveis de análise: o psicológico (posicionamentos individuais), o sociológico (pertença a grupos sociais) e o psicossociológico (como os indivíduos se situam nas relações e nos grupos sociais). Segundo Sá (1998), o que Doise enfatiza no estudo das representações sociais é a influência do “metassistema social” sobre o sistema cognitivo. Ou seja, os elementos que constituem o conteúdo de uma representação trazem a marca de um condicionamento social.

Para Cabecinhas (2009), atualmente, o conceito de representação social é utilizado em diversas ciências humanas e sociais, sendo aplicado no estudo de questões muito diversas (ambiente, justiça, discriminação social etc), constituindo-se em um campo de investigação dinâmico e vivo.

Moscovici (2012) afirma que sua estratégia tem sido sempre combinar abordagens mais flexíveis com abordagens mais estruturadas. O conceito de representações sociais tem permitido fazer a ponte não só entre várias áreas da psicologia social, como entre diversas ciências sociais e humanas.

Wagner (2009) explica que o conceito de representações sociais é multifacetado. De um lado, a representação social é concebida como um processo que envolve comunicação e discurso, no qual significados são elaborados. Por outro lado, principalmente no que se refere ao conteúdo de pesquisas orientadas empiricamente, as representações sociais são significadas como atributos individuais. Essa dupla visão do conceito o faz

versátil e dá origem a várias interpretações e usos que nem sempre são compatíveis uns com os outros (WAGNER, 2009, p.142).

O autor sugere dois níveis de avaliação nas representações: o individual e o coletivo. O primeiro se refere ao sistema de conhecimento de indivíduos enquanto representativos de grupos específicos e o outro refere-se aos atributos das unidades sociais por si. O nível individual está interessado nas características das representações sociais distribuídas entre os sujeitos e o coletivo está interessado no produto do discurso.

Wagner (2009) afirma que se o pesquisador estiver interessado nas características distribuídas das representações sociais, ele se remete ao nível de avaliação individual. O ponto de interesse é o conjunto de elementos constituintes em uma representação, que pode ser identificado através da amostragem de vários indivíduos. Segundo o autor, a maioria das pesquisas desenvolvidas atualmente se localiza dentro desta perspectiva. Ele exemplifica que a pesquisa seminal realizada por Jodelet (1989) sobre representações da loucura nos habitantes de uma comunidade rural francesa foi desenvolvida nesta perspectiva.

Se o pesquisador está interessado nas características coletivas de uma representação social, ele avaliará a representação pertencente aos grupos através de documentos, análises de mídia ou sondagens coletivas. Isso garante que a visão coletiva da representação social resultante contenha não somente opiniões de subgrupos, mas tenha uma visão mais abrangente.

No caso dessa pesquisa, no terceiro capítulo, quando é realizada a análise do discurso do Jornal *Daqui* sobre a representação social que o diário apresenta sobre os jovens, trabalharei a partir do nível coletivo de análise das representações, conforme argumenta Wagner (2009). Já em um segundo momento, no 4º capítulo, quando é apresentada a discussão dos grupos focais com jovens de diferentes extratos sociais para identificar as representações sociais que eles possuem sobre os discursos midiáticos sobre si mesmos, será feito o nível de avaliação individual de análise das representações, como sugere o autor.

Porto (2010) explica a importante contribuição da teoria das Representações Sociais para a sociologia, devido ao seu caráter de

orientadora de condutas individuais, de grupos e de instituições públicas ou privadas.

[...] da mesma forma como justificam e orientam práticas dos atores sociais, assim também a depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem justificar e orientar políticas públicas (PORTO, 2010, p.64).

Com relação à utilização do conceito como referencial metodológico, a autora afirma que, na obra “Sociologia da Violência - do conceito às representações sociais”, não teve a preocupação em dissecar dada representação, ressaltando de que modo se constituíram seu núcleo central e suas periferias, pois prefere trabalhar a noção como um todo, assumindo a noção de representações sociais enquanto blocos de sentidos articulados.

Por não possuir os elementos da formação discursivas própria à psicologia social, a apropriação que faço da Teoria de Representações Sociais, embora guarde uma grande proximidade com esta formação, é em certo sentido, ‘utilitarista’. Em sua utilização, a argumentação não percorre passo a passo todo o caminho daqueles que, na psicologia social, se dedicaram ao tema. Também não privilegia a parte da teoria que se dedica aos aspectos propriamente cognitivos da formação e da constituição das representações sociais e de seus mecanismos de difusão. Além do que, não há, nessa apropriação, preocupação em dissecar dada representação, ressaltando de que modo se constituíram seu núcleo central e suas periferias. Aliás, não distingue centro e periferia. Pelo contrário, trabalha a noção como um todo e sempre no plural, assumindo as representações sociais enquanto blocos de sentido articulados, sintonizados ou em oposição e em competição a outros blocos de sentido, compondo uma teia ou rede de significações que permite ao analista avançar no conhecimento da sociedade por ele analisada [...] (PORTO, 2010, p.66).

Para concluir, Porto (2010) assume que as representações sociais, embora sejam resultado da experiência individual, são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; expressam visões de mundo que dão sentido aos fenômenos; participam da constituição destes fenômenos; apresentam-se como máximas orientadoras de conduta e admitem a existência de uma conexão de sentido entre elas e os fenômenos aos quais se referem, não sendo, nem falsas, nem verdadeiras, mas matéria-prima do fazer sociológico.

Diante do exposto, nessa pesquisa me aproprio do conceito das representações sociais, como Porto (2010) e não pretendo dissecar detalhadamente cada representação, caracterizando seu núcleo central e suas periferias. Alguns aspectos da representação social central do *Daqui* sobre os jovens em 2010 e 2004, com suas semelhanças e diferenças, serão discutidas, assim como definidas as categorias que emergiram do discurso ao longo do período analisado. As representações sociais serão apresentadas na pesquisa também dentro da concepção de um todo, como proposto pela socióloga, assumindo as representações como bloco de sentidos articulados, compondo uma teia de significações que ora se articulam, ora se opõem.

2.5) Representações sociais, mídia e poder simbólico

Ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como um dos principais instrumentos de formação da opinião pública, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar seus enunciados. Para Porto (2009), os meios de comunicação de massa são um dos principais produtores de representações sociais. Independente se um conteúdo noticiado pela mídia é falso ou verdadeiro, ele passa a fazer parte do imaginário social, constituindo-se como “verdade”. Portanto, os meios de comunicação acabam assumindo para si a tarefa de interpretar o mundo, produzindo significados sob a forma de representações sociais.

Se a mídia é frequentemente julgada, posta na berlinda, ela também julga. Aliás, sob esse aspecto, é unânime a representação segundo a qual os meios de comunicação funcionam como um tipo de ‘tribunal do júri’, antecipando ou dando o tom em termos de absolvição ou acusação de um suspeito (Porto, 2009, p.228).

Guareschi (2010) explica que as representações sociais têm a ver com a construção de conhecimentos socialmente construídos e compartilhados, que contêm em si mesmo conflitos e lutas. Para o autor, estes conflitos se dão, na

sociedade midiaticizada, predominantemente no domínio poder simbólico exercido através dos meios de comunicação de massa.

[...] Quem detém a comunicação detém, em geral, o poder. As guerras modernas são guerras simbólicas, mediadas pela mídia. Os próprios movimentos sociais, ou as revoluções, no momento em que se tornam maioria, ou hegemônicos, tem de levar em conta essa variável crucial, se quiserem sobreviver. A mídia se tornou, hoje, um fato político (GUARESCHI, 2010, p.89).

Ao analisar a influência dos meios de comunicação na consolidação de representações sociais, o autor ressalta que a grande mídia, através de recursos de apelo linguístico, tentam, a todo tempo, deslegitimar a atuação de movimentos sociais, com construções linguísticas que reforçam preconceitos que criminalizam pessoas e causas. O autor ressalta que a realidade está sendo cada vez mais definida pelos meios de comunicação de massa:

[...] Uma coisa passa a existir, sociologicamente falando, quando é veiculada. Para a grande maioria da população, para os milhões de brasileiros e brasileiras, algo 'existe', no momento em que é mostrado pela mídia. Se não 'deu no jornal, ou no rádio ou na TV', as coisas não existem [...] (GUARESCHI, 2000, p.28).

Neste contexto, movimentos e mobilizações sociais adquirem status de "realidade" apenas se foram divulgados nos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo, fatos insignificantes ou criações artificiais conquistam o estatuto de realidade ao serem veiculados pela grande mídia. "...Quem detém a comunicação, detém, na prática, o poder. Há hoje uma relação íntima, intrínseca, entre comunicação e poder. Exatamente pelo fato de que a realidade é construída pela comunicação" (GUARESCHI, 2000, p.28).

Para o autor (1997), a ausência de crítica e de contraponto é o que está em falta em muitos veículos de comunicação atualmente, por silenciarem e não escutarem determinadas falas. Retomando o conceito de "violência simbólica", de Bourdieu (1997), o pesquisador afirma que os comunicadores deveriam estar conscientes desse movimento na mídia, que silencia as minorias.

Segundo Bourdieu (2003), o poder simbólico está em toda parte e é pouco percebido ou notado: ele é um poder invisível, podendo ser exercido com a cumplicidade tanto daqueles que não sabem que estão sujeitos a ele,

como daqueles que o exercem. O autor define a violência simbólica como sendo uma:

[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento [...] (BOURDIEU, 2002, p.7).

Para o autor, os sistemas simbólicos só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Além disso, as relações de comunicação são, para ele, sempre relações de poder que dependem, em sua forma e no seu conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições. Enquanto sistemas simbólicos, os meios de comunicação de massa cumprem sua função política de imposição ou legitimação da dominação, assegurando o domínio de uma classe sobre a outra, através da violência simbólica, que se constitui por intermédio da adesão que uma classe dominada concede ao dominante.

Neste processo, os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista do dominante às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até autodesprezo sistemáticos... (BOURDIEU, 2002, p.46).

Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de que suas relações só se manifestam de forma imperceptível. O poder simbólico, como poder de constituir através da enunciação, confirma ou transforma uma determinada visão de mundo. Para Bourdieu (2003), este poder, quase mágico, permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, já que não pode ser reconhecido, logo é ignorado como impositivo e arbitrário.

Segundo Martins (2002), a violência simbólica, além de perpassar os agentes, por meio de instituições como o sistema escolar e os meios de comunicação de massa, dissimula as relações de força que estão na base, impondo significações de forma legítima. O que faz o poder das palavras para manter a ordem é a crença na legitimidade destes enunciados. O seu poder de dissimulação faz com que a violência seja ainda mais dura, ainda que doce, nas palavras de Bourdieu (2003), transformando-a em poder simbólico, produzindo efeitos concretos.

Bourdieu (2002) afirma que a magia do poder simbólico desencadeia nos dominados, até mesmo contra sua própria vontade, a aceitação da dominação. Estes atos de obediência são atos de conhecimento que mobilizam estruturas cognitivas que são aplicadas nas estruturas sociais. Portanto, a violência simbólica se processa por um ato que se efetiva além da consciência e da vontade dos agentes, conferindo seu poder hipnótico. Uma relação de dominação depende desta cumplicidade entre dominantes e dominados.

Ao analisar como a violência simbólica é exercida pelos meios de comunicação, Bourdieu (1997) relata que esses veículos oferecem um grande perigo às diferentes esferas da produção cultural, à vida política e à democracia, por serem propagadores de uma violência simbólica que defende os interesses de uma classe dominante. Segundo ele, a mídia concede pouco espaço ao pensamento crítico, se tornando um importante instrumento de opressão simbólica.

Os meios de comunicação se tornaram um lugar de exibição do sensacionalismo, já que há uma ausência de interrogação por parte de quem participa do processo de produção de conteúdo, com o objetivo de se fazer ver e ser visto. Com a televisão e com os meios de comunicação de massa, pode-se atingir um grande público. Contudo, Bourdieu (1997) questiona: o que merece ser dito neste lugar?

Segundo o autor, há uma censura invisível na produção das notícias, como uma das principais expressões da violência simbólica de uma classe dominante. Há uma grande perda de autonomia ligada ao fato de que as condições da comunicação são impostas e a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que pouco pode ser dito de forma aprofundada, além das pressões econômicas ligadas aos proprietários dos monopólios e anunciantes de publicidade.

Essas são coisas tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as percebe, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica (BOURDIEU, 1997, p.20).

Segundo o sociólogo, os meios de comunicação exercem uma forma particular de violência simbólica, que consiste em atrair a atenção para fatos

que são de natureza a interessar todo mundo, que não devem chocar, não envolvem disputa, que não dividem e que formam consenso, mas que também não tocam em nada de importante.

Desejaria, então, desmontar uma série de mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica. A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la [...] (BOURDIEU, 1997, p.22).

Ao insistir em publicar notícias “vazias”, com nada ou quase nada que realmente tenha interesse público, os meios de comunicação afastam as informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos. Assim, eles produzem um tipo peculiar de violência simbólica, ocultando e mostrando: mostrando algo diferente do que seria preciso informar, ou construindo uma representação que não corresponde à realidade. Segundo Bourdieu (1997), o princípio desta seleção é a busca do sensacional, do espetacular. “A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico [...]” (Bourdieu, 1997, p.25).

Ao analisar a violência e sua construção enquanto um problema sociológico, Porto (2010), assim como Bourdieu (1997), reforça que é preciso, inicialmente, considerar, além da violência física, a violência simbólica, já que a subjetividade que caracteriza as dimensões do simbólico não elimina o caráter de constrangimento dos atos agressivos ao indivíduo, mesmo na ausência de danos físicos.

Segundo a autora, tratando-se das relações entre mídia e segurança pública, é importante abordar também a questão da violência, que tem pautado não apenas a mídia sensacionalista, mas o conjunto dos meios. A violência é o fantasma cada vez mais presente nas sociedades midiáticas, em um contexto em que os meios de comunicação reivindicam um papel cada vez mais hegemônico.

Gomes (2008) confirma os argumentos de Porto (2010). Segundo o autor, a violência, tratada com holofotes na grande mídia, tende a ser representada com exagero. A partir desta perspectiva, a violência poderia ser

identificada como um poder simbólico para a imprensa. Ele afirma que os jornalistas não são perpetradores de violência física, mas podem sê-lo simbolicamente. Segundo o autor,

A imprensa também se pode valer da violência como poder simbólico, já que disciplina a legitimidade da definição daquilo que é ou não violento. Tal capacidade decorre do fato dos jornalistas possuírem posição privilegiada no campo da informação pública, inclusive com o poder de definição sobre aquilo que é ou será difundido socialmente. Essa especificidade se reproduz nos meios de comunicação de massa, perpetuando estigmas e concentrando valor simbolicamente ao principal valor em disputa no campo da imprensa: a informação (GOMES, 2008, p.38).

Assim como o Estado, os meios de comunicação de massa reivindicam, em determinada escala, uma legitimidade sobre o monopólio simbólico da violência, ou, ao menos, do que deve ser considerado como representação social da violência. Porto (2010) exemplifica algumas frases sem respaldo científico, repetidas nos meios de comunicação de massa e que acabam ganhando estatuto de verdade, transformando-se em afirmações não contestadas, que acabam reforçando determinadas representações sociais estereotipadas:

- 1) A violência no Brasil é um fenômeno que vem, nos últimos anos, crescendo sistematicamente e não dá mostras de retroceder;
- 2) Embora existente no espaço rural, é um fenômeno urbano, característico das grandes cidades;
- 3) A pobreza e a miséria são algumas das causas mais imediatas da violência;
- 4) A instituição familiar está em crise, provocando desagregação moral, enfraquecimento dos valores e violência;
- 5) A entrada da mulher no mercado de trabalho é responsável pela desestabilização da família e, em consequência, da sociedade;
- 6) A religião perdeu importância como mecanismo de controle social; sem este freio instaura-se o vale tudo a partir do qual mata-se e morre-se por um tênis, um pedaço de pão, uma bicicleta (PORTO, 2010, p.163).

Por força da repetição, tais representações sociais construídas pela mídia passam a fazer parte do imaginário popular, constituídas como “verdades”, influenciando condutas e comportamentos. Porto (2010) ressalta que os indivíduos não detém, de modo igualitário, o mesmo potencial de produção de sentidos na forma das representações sociais. Pelo contrário, apenas alguns indivíduos se constituem em protagonistas desses processo.

A autora exemplifica que o medo e a insegurança pública são exemplos claros de construções dos meios de comunicação que possuem implicações práticas no âmbito da esfera pública: eles são bem maiores nos ricos condomínios fechados do que na maioria das periferias das cidades. Esse sentimento faz com que os moradores dos condomínios se tranquem e se protejam. Contudo, em relação a estes espaços protegidos, é comum circularem representações de pânico que pouco ou nada têm a ver com a realidade da violência nestes locais.

Thompson (2007) confirma que vivemos hoje em um mundo em que a circulação generalizada de formas simbólicas, através da grande mídia, desempenha um papel fundamental e sempre crescente. Ao estudar os meios de comunicação, o autor utiliza o conceito de ideologia a partir de um enfoque crítico, definindo o conceito como o uso de formas simbólicas para estabelecer ou reproduzir relações de dominação. Segundo o autor, a análise da ideologia deve conceder um papel central à natureza e ao impacto da comunicação de massa, embora ela não seja o único local propagador da ideologia.

Portanto, ao discutir o conceito de ideologia, Thompson (2007) refaz um percurso histórico de sua utilização e apresenta a sua reformulação. Para o autor, a ideologia está envolta em uma série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder, em um contexto em que é importante se pensar o papel dos meios de comunicação de massa na propagação de relações de dominação.

O sociólogo afirma que hoje vivemos um processo de “mediação” da cultura moderna. Portanto, o mundo atual é atravessado por redes institucionalizadas de comunicação em que as experiências das pessoas está cada vez mais mediada por sistemas de produção simbólica. Ele argumenta com o desenvolvimento da comunicação de massa, os fenômenos ideológicos de dominação podem tornar-se fenômenos de massa, afetando, assim, um grande número de pessoas.

[...] Se a comunicação de massa se tornou o meio mais importante para a operação da ideologia nas sociedades modernas, isso se deve ao fato de ela se ter transformado num meio importante para a produção e transmissão de formas simbólicas, e porque as formas simbólicas assim produzidas são capazes de circular numa escala sem precedentes, alcançando milhões de pessoas que compartilham

pouco em comum além da capacidade de receber mensagens mediadas pelos meios [...] (THOMPSON, 2007, p.31).

Segundo o autor, poucos conglomerados de comunicação detêm todo o poder de produzir conteúdos mundialmente. Ele propõe três modalidades de interação na sociedade contemporânea: a tradicional interação face-a-face, a interação mediada e a interação quase-mediada. A interação face-a-face é a conversa, o diálogo, em um contexto de troca direta entre os participantes, em que eles estão imediatamente presentes e compartilham as mesmas referências espaciais e de tempo. A interação mediada utiliza-se de meios técnicos que permitem que as mensagens possam ser transmitidas entre pessoas distantes ou em outro espaços temporais. A interação quase-mediada surge com o advento da comunicação de massa. Ela é dirigida a um público generalizado e os participantes não dispõem da troca direta. Com os meios de comunicação de massa, o público vivencia um processo de “quase interação”: um tipo de interação que se dá quase que exclusivamente em uma só direção, dimensionada pelos produtores de notícias, propiciando poucas chances de resposta ou de diálogo com os receptores.

Portanto, percebe-se que a mídia, além de ser um meio fundamental para propagar representações sociais, tem ainda um poder de modificar os espaços de interação, criando novas configurações nos processos de divulgação e recepção de mensagens.

Bourdieu (1997, p.28) reforça os perigos políticos inerentes aos meios de comunicação, já que a imagem, neste ambiente, tem a particularidade de produzir o que os críticos chamam de “o efeito de real”. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização ou desmobilização. Os meios de comunicação de massa podem fazer existir ideias ou representações, capazes de desencadear sentimentos fortes, como racismo, xenofobia etc.

Sobre a produção da notícia, Bourdieu (1997) afirma que o índice de audiência exerce um efeito particular: a pressão da urgência e a concorrência pelo furo da notícia, para ser o primeiro a noticiar um acontecimento. Assim, os meios de comunicação de massa não são propícios à crítica e à expressão do pensamento.

Bourdieu (1997) argumenta que os jornalistas e formadores de opinião na grande mídia defendem interesses de uma classe social dominante, que diz

o que deve se pensar sobre as questões sociais que seriam mais relevantes, produzindo, portanto, a violência simbólica:

[...] Seria preciso refletir sobre o moralismo das pessoas de televisão: frequentemente cínicas, proferem palavras de um conformismo moral absolutamente prodigiosos. Nossos apresentadores de jornais televisivos, nossos animadores e debates, nossos comentaristas esportivos tornaram-se pequenos diretos de consciência que se fazem, se ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, que dizem “o que se deve pensar” sobre o que chamam de “os problemas de sociedade”, as agressões nos subúrbios ou a violência na escola [...] (BOURDIEU, 1997, p.65).

Assim, os meios de comunicação de massa produzem enunciados dispersos, fazendo com que o indivíduo perca sua capacidade de reflexão frente ao jogo de notícias e de imagens. Na sociedade do espetáculo, a imagem aparece como sinônimo de verdade, já que ela serve para comprovar os enunciados verbais. Ela pode ser manipulada não apenas por meio da utilização de programas gráficos e visuais, mas também através do ângulo ou do recorte de uma determinada fotografia.

Para o autor, nas notícias divulgadas pelos meios de comunicação de massa, os fatos já chegam acompanhados de explicações e de imagens que comprovam a sua veracidade. Assim, os veículos de comunicação, ao trabalhar com enunciados comprovados, passaram a reduzir a potência de interpretação e de negociação de sentidos.

Guareschi (2010) explica que, desde o início das sociedades modernas, os meios de comunicação contribuíram decisivamente para a construção da subjetividade das pessoas. Para o autor, é impossível, atualmente, pensar o mundo contemporâneo sem levar em conta o papel da mídia. O fluxo de conteúdos simbólicos disponibilizados pelos meios de comunicação de massa conformam a realidade, as relações sociais e a subjetividade de um número cada vez maior de pessoas, construindo e solidificando representações sociais.

De certa maneira, controlar o fluxo de informações que circula por dada sociedade significa, em grande medida, controlar a produção do ‘imaginário social’, ou seja, atuar diretamente sobre a forma como os indivíduos representam para si mesmos, e em seu grupo social, as relações e as condições de vida a que estão submetidos. Essas mesmas condições que hoje se encontram em processo de profunda transformação (GUARESCHI, 2010, p.44).

O autor conclui que a importância do controle dos meios de comunicação e do fluxo de conteúdos simbólicos assume um papel crucial como instrumento de poder nas sociedades modernas, porque define as práticas materiais, as formas e a produção de sentidos. O consumo dos produtos da mídia representa hoje o principal espaço de ocupação do tempo de trabalho e do tempo livre da população. "...O acesso à informação, crucial nos nossos dias, depende de uma força sem precedentes em tempos anteriores, da relação do indivíduo com os veículos de comunicação (GUARESCHI, 2010, p.45)

Braga e Campos (2012) reforçam o importante papel dos meios de comunicação de massa na construção e veiculação de representações sociais. Segundo os autores, os *media* descrevem a realidade, apresentando temáticas sobre as quais é necessário se ter uma opinião, funcionando como um guia de leitura da realidade. Segundo os autores, os meios de comunicação são formadores de sentido, oferecendo à comunicação um lugar privilegiado na compreensão das representações sociais.

Como já apontado, os veículos de comunicação de massa são produtores de representações sociais, que regem as relações e as formas como os indivíduos veem a si mesmos e aos outros, como apontam Bourdieu (1997), Thompson (2007), Porto (2010), Guareschi (2010) e Braga e Campos (2012). A construção destes enunciados é movida por batalhas discursivas que são motivos de disputa e de controle da informação por meio da violência simbólica. Verifica-se, então, que a mídia, muitas vezes, pode produzir representações sociais estereotipadas e, que acabam por selecionar aquilo que pode e deve ser dito em determinado momento histórico.

2.6) Representações sobre jovens na mídia

Na sociedade atual, a mídia se constitui como uma das mais importantes produtoras de representações sociais, orientando as relações, condutas, princípios, valores e costumes. Segundo Almeida *et al.* (2008), em uma

sociedade na qual os meios de comunicação assumem papel central na vida das pessoas, ela se torna um veículo ideal para apreender as representações sociais sobre os jovens.

Ramos e Paiva (2007), ao analisar os casos do jornal Correio Brasilense e três jornais pernambucanos, relatam que há nessas publicações uma representação associada ao jovem desfavorecido, situando a pobreza como fator explicativo da violência. Contudo, para elas, há uma longa distância entre o que é noticiado pela mídia e o real registro de crimes cometidos. A consequência dessa visibilidade espetacular da violência é o aumento da sensação de insegurança entre a população.

Segundo as autoras, há uma ligação entre pobreza e violência nas manchetes de jornais. Contudo, os jovens são as principais vítimas da violência. O ato violento é traduzido como comum, reforçando a ligação imediata entre pobreza e violência. O jovem retratado é um sujeito sem história e sem identidade que possa mobilizar a indignação do leitor. A repressão à violência e a tomada de atitudes agressivas parecem ser a solução desses enfrentamentos.

Durante a pesquisa, os jornalistas admitiram problemas na cobertura relatava os jovens pobres, mas não há perspectiva de mudança, visto que eles apontam dificuldades como problemas de acesso a esse jovem para justificar a não utilização de tais discursos como fonte para o texto jornalístico. A principal fonte para a construção dessas notícias é a polícia (mais de 50%), se não a única, na maioria esmagadora das reportagens. O problema é a pouca pluralidade de fontes e o tratamento diferenciado para jovens suspeitos pobres e ricos.

Assim, a mídia produz e reforça a construção de representações sociais que reforçam o estereótipo do jovem morador da periferia como violento, contribuindo para que ele seja visto como “criminoso” e “perigoso”. Segundo Pedrosa (2008), o tratamento da mídia com relação aos jovens é o do problema, com desprezo às suas potencialidades ou ao que de construtivo que estas pessoas realizam e possam vir a realizar.

Para Deleuze (1999), toda comunicação trata-se, em essência, de emissão de palavras de ordem. As palavras de ordem processadas e emitidas pela imprensa, apesar de pautar a sociedade em certo grau, respondem às

demandas dessa mesma sociedade, em especial em questões relacionadas à violência e à segurança, em um sistema punitivo que se retroalimenta. O engajamento da imprensa na disseminação e legitimação das proposições disciplinares, proibitivas e encarceradoras impostas a jovens – principalmente os empobrecidos – torna-se tanto propulsor como resultado dos desejos sociais, produzidos e traduzidos nos discursos de adultos, mas também de jovens.

Como já anunciado na introdução dessa pesquisa, para perceber o funcionamento discursivo da violência simbólica que caracteriza o jovem pobre como violento, em Goiânia, também percebi, em pesquisas anteriores (2007 e 2013), que a tendência destes veículos é a reprodução de um sentido que reforça a criminalização da juventude das periferias. Ciente da importância da mídia enquanto formadora de opinião e construtora de representações sociais, é imprescindível refletir sobre a forma como a juventude, principalmente das camadas populares, é retratada nestes enunciados. Esta é a proposta de discussão a ser feita no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS JOVENS NO JORNAL *DAQUI*

Desespero

*Certa vez (ainda o vejo em pensamento)
Antes que se estendesse um céu cinzento
Sobre o meu juvenil atrevimento,
Houve tal coisa como ser feliz;
O céu que agora é negro refulgia,
Límpido e safirino resplendia,
Mas logo vi que em sonhos é que eu via tudo isso – no fatal torpor de Diz**

H. P. Lovecraft

3.1) As fontes utilizadas e o tratamento dos dados

O objetivo desse capítulo é perceber como os jovens são representados no Jornal *Daqui*⁹. Para isso, foram analisadas as edições entre os meses de fevereiro, março e abril de 2010¹⁰ e abril, maio e junho de 2014. O filtro para a seleção das notícias foi a temática da violência, envolvendo jovens de 14 a 29 anos, seja como vítimas ou como autores de crimes. Em 2010, foram

⁹O *Daqui* é um jornal diário, de formato tabloide, publicado desde 2007 e distribuído pela Organização Jaime Câmara, com circulação em Goiânia/GO e região metropolitana. O periódico é conhecido por trazer uma abordagem sensacionalista e popularesca dos fatos, por suas promoções de troca de selos por brindes e pelo seu baixo custo (R\$1,00). Graças a esta fórmula, ele se tornou o jornal mais vendido em Goiás, superando todos os seus concorrentes. Conforme já anunciado, o *Daqui* possui atualmente a maior tiragem de jornais impressos do Estado e a 5ª maior tiragem de impressos no Brasil, segundo a Associação Nacional de Jornais. Enquanto o *Daqui* está em 5º lugar no ranking nacional, com tiragem de 15.3049 exemplares, o jornal *O Popular*, segundo com maior circulação do Estado, aparece em 47º lugar no ranking nacional, com tiragem de 17.685 exemplares (19,4% do total de exemplares do *Daqui*). As análises sobre a configuração visual, editoriais e linguagem do *Daqui* estão presentes na dissertação intitulada “O discurso da criminalização da juventude no Jornal *Daqui*” (MENDES, 2011).

¹⁰Algumas matérias analisadas no ano de 2010 do Jornal *Daqui* estão presentes na dissertação “O discurso da criminalização da juventude no Jornal *Daqui*” (MENDES, 2011).

encontradas 78 edições durante os 3 meses, sendo selecionadas 182 notas e notícias sobre jovens envolvidos em ações violentas ou criminosas. Dessas, 60 chamadas tiveram destaque nas capas do *Daqui*. Em 2014, foram encontrados 74 números durante 3 meses, sendo selecionadas 176 notas e notícias com a mesma temática, com 70 destaque nas capas.

Como é possível perceber, nos anos de 2010 e 2014, não houve um aumento significativo no número de matérias sobre violência, envolvendo jovens de 14 a 29 anos, seja como vítimas ou como autores de crimes. A frequência continuou a mesma: aproximadamente 3 notícias por dia, com pelo menos uma chamada de capa em destaque por edição.

Esse número é considerado expressivo para um jornal como o *Daqui*, visto que a editoria Geral, em que são divulgados os acontecimentos ligados aos crimes ocorridos em Goiânia e região metropolitana, possui entre 8 a 10 páginas. Como as fotografias e gráficos ocupam um espaço considerável das páginas do jornal, essas notícias acabam recebendo destaque, tanto na editoria, como nas chamadas de capa, o que direciona o olhar do leitor.

3.1.1) Perfil do jovens citados nos casos de violência no *Daqui*:

Em 2010, nos meses de fevereiro, março e abril, o jovem do sexo masculino compareceu como vítima¹¹, em 69% das notícias. Como infrator, foram 31% dos casos. Já as jovens do sexo feminino, foram vítimas em 84%. Como infratoras, elas apareceram em 16%. Comparativamente, os jovens do sexo masculino comparecem muito mais no texto jornalístico do *Daqui* do que as jovens do sexo feminino, seja como vítima (85%) ou como infratores (96%).

Em 2014, nos meses de abril, maio e junho, o jovem do sexo masculino foi citado como infrator em 49% dos casos. Como vítima, foram 51%. Já as

¹¹ Tanto em 2010 como em 2014, a maioria dos crimes em que os jovens compareceram nas notícias como vítimas ou como autores foram casos de homicídio, tentativa de homicídio, tráfico ou uso de drogas, furto e tentativa de furto, roubo ou tentativa de roubo e estelionato.

jovens do sexo feminino compareceram, como vítimas, em 84% e como infradoras, em 16%. Nesse ano, os jovens do sexo masculino também foram muito mais citados nas notícias do que as jovens do sexo feminino, seja como vítima (76%) ou como infratores (94%).

A partir da análise dos dados, percebe-se que o jovem do sexo masculino é o principal personagem das notícias violentas divulgadas pelo *Daqui*, seja como vítima ou como autor de crimes, tanto em 2010, como em 2014. É interessante notar que, proporcionalmente, o número de notícias com jovens infratores aumentou consideravelmente em 2014, se comparado com a relação vítima/infrator em 2010. Em 2010, o jovem foi retratado como infrator em 31% dos casos. Já em 2014, esse número subiu para 49%.

Para dialogar dados apresentados nas notícias do *Daqui*, foi procurada a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. O contato foi estabelecido com o Observatório de Segurança Pública da SSPGO, que cedeu, para a pesquisa, os dados das vítimas de homicídios no 1º semestre de 2014, contendo as seguintes informações: dia, ano, mês, dia da semana, horário, endereço, bairro, sexo, data do homicídio, idade da vítima, tipo de arma e veículo utilizado. A planilha concedida pela SSPGO se encontra no anexo 2.

Segundo informado pelo Observatório da Secretaria da Segurança Pública de Goiás, nos meses de abril, maio e junho de 2014, os jovens do sexo masculino, moradores das periferias de Goiânia, comparecem muito mais como vítimas do que como autores de crimes.

A principal vítima dos homicídios divulgados pela SSPGO nos meses de abril, maio e junho de 2014 é o jovem de 14 a 29 anos, correspondendo a 69% dos casos, enquanto que as demais faixas etárias (29 a 72 anos) foram vítimas em 31% dos homicídios. O jovem do sexo masculino é quem mais morre em Goiânia (89%), enquanto que a jovem do sexo feminino é vítima em 11% dos casos. Distribuindo as mortes por faixas etárias, se apresenta o seguinte quadro: os jovens de 14 a 29 anos correspondem a 31%; os jovens de 20 a 24 são as maiores vítimas (41%) e os jovens de 25 a 29 anos representam 28% dos casos.

A arma de fogo foi o principal instrumento utilizado nos crimes de homicídios em Goiânia, totalizando 74% das mortes registradas entre jovens vítimas da violência (14 a 19 anos) entre os meses de maio, abril e junho de

2014. Essa informação confirma que o Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor em 2003, foi uma medida importante para se combater a violência. Entretanto, os dados apontam que a lei somente não é suficiente para diminuir os índices de homicídios, como demonstram os números.

Comparando os dados fornecidos pela SSPGO e as notícias divulgadas pelo *Daqui*, pode-se constatar que o jovem do sexo masculino comparece muito mais como vítima de homicídios do que a jovem do sexo feminino, em ambos os casos.

Segundo o Mapa da Violência 2016, as taxas de homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil na década de 2002/2012 foram extremamente elevadas se comparadas com as demais faixas etárias. Em 2012, em todo país, elas mais que duplicaram as taxas totais (38,5 por 100 mil as taxas totais e 82,7 as juvenis). Waiselfisz (2016) relata que entre 1980 a 2012, no país, as taxas de homicídio totais da população jovem passaram de 19,6, em 1980, para 57,6, em 2012 por 100 mil jovens, o que representa um aumento de 194,2%, no restante da população.

O estado de Goiás, que em 1998 tinha uma taxa de 13,4% de homicídios por 100 mil habitantes, passou a 44,3% em 2012, o que colocou em 4º lugar no ranking nacional de homicídios. Em 2011, Goiás ocupava a 9ª posição. Em uma década, essa taxa foi de 87,5 para cada 100 mil pessoas entre 14 e 29 anos. Em Goiânia, esse número cresceu a cada ano. O estudo apontou que em 2011 e 2012, houve 739 casos de morte violenta na capital, com alta de 71% em comparação com o número registrado em 2002. Em 2012, os homicídios entre jovens de 14 a 29 anos, em Goiânia, foi de 55,4% para cada 100 mil habitantes.

Segundo Waiselfisz (2016), a violência homicida juvenil não se constitui um fenômeno natural, mas um tsunami, comparado a índices de mortes em guerras, perante o qual é preciso se proteger com políticas públicas sistemáticas para tentar frear tais níveis. Para o autor, é preciso fazer uma profunda reflexão sobre a insuficiência das políticas atuais para tratar tal questão e sobre o conjunto de reformas amplamente necessárias e ainda não implementadas no país. Mesmo com os dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás e do Mapa da Violência do Brasil apontando para essa

realidade; há, contraditoriamente, no discurso do *Daqui*, a estigmatização do jovem morador das periferias de Goiânia, vinculado à sua periculosidade.

3.1.2) Cor/Raça do jovem citado em casos de violência no *Daqui*:

Ao traçar o perfil dos jovens envolvidos em ações violentas ou criminosas nas notícias publicadas pelo *Daqui*, tanto em 2010 como em 2014, seja como vítima ou como infrator, não foi possível identificar a informação da cor e raça dos sujeitos na narrativa jornalística. Em 2010, houve referência à cor/raça somente em 5 matérias e, em 2014, essa informação não foi apresentada em nenhuma das notícias.

Esse dado confirma os argumentos de Oliveira; Lima e Santos (1998), que apontam que no Brasil existe uma grande dificuldade da identificação de cor/raça nos meios de comunicação, especialmente nos jornais escritos. Contudo, segundo os autores, mesmo não sendo identificados nas notícias, os negros e seus descendentes são três vezes mais assassinados pela polícia do que os brancos. A pesquisa Mapas da Violência (2014) também confirma que a principal vítima da violência é o jovem negro, morador das periferias urbanas.

Segundo Waiselfisz (2016), no Brasil, a situação do jovem negro é preocupante. O índice de vitimização negra total passou de 79,9% em 2002 (morreram proporcionalmente 79,9% mais jovens negros que brancos) para 168,6% em 2012, o que representa um aumento de 111% na vitimização de jovens negros. Para o autor, há três fatores que devem ser mencionados para a compreensão dessa situação. Um deles é a crescente privatização do aparelho de segurança. O Estado fornece, progressivamente, para um conjunto da população, o mínimo de acesso a serviços considerados básicos (escola, saúde, segurança etc). Os setores mais abastados, geralmente compostos por pessoas brancas, têm dupla segurança. Já os moradores das periferias, preferencialmente os negros, têm que se contentar com o mínimo.

Um outro fator apontado pelo autor é que os serviços públicos fazem parte de um jogo político eleitoral e de disputa partidária, priorizando tais serviços para espaços segundo sua visibilidade política e, principalmente, pelo seu possível impacto na mídia, que reage, segundo ele, de forma bem diferenciada de acordo com o status social das vítimas. Por último, Waiselfisz (2016) alerta que há um forte esquema de aceitação social da violência, que se torna, no imaginário social, até mesmo necessário, sendo cobrado através de demandas cada vez mais punitivas para as instituições que teriam a responsabilidade de proteger a sociedade, culpabilizando as vítimas e justificando a violência dirigida a setores subalternos.

Ao analisar a realidade do racismo no Brasil, Chauí (2003) afirma que há, no país, um racismo velado, ocultado pelo mito de uma nação não-violenta. Para a autora, quando há violência, ela é praticada por pessoas que supostamente não fazem parte da nação. Assim como relatado por Wieviorka (2006) e Elias e Scotson (2000), o mecanismo da exclusão produz a diferença entre brasileiros não violentos (nós) e brasileiros violentos (eles).

3.1.3) Fonte consultada nas notícias do *Daqui*:

A fonte consultada pelo *Daqui* para construir as notícias sobre os crimes envolvendo jovens em Goiânia e região, assim como a maior parte dos jornais do Brasil, é a polícia.

Em 2010, familiares, comunidade e vítimas representaram somente 4% das fontes consultadas nas matérias publicadas no diário. Em 2014, eles representaram apenas 8%. Nos dois anos, a maioria das fontes foram ligadas à polícia. Em 2010 e em 2014, elas representaram, respectivamente, 83% e 82% do total de fontes consideradas legítimas (Polícia, Polícia Militar, Polícia Civil, boletim de ocorrência, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal). Esses dados são mais expressivos do que o levantamento feito por Ramos e Paiva (2007), que apontam que, das notícias publicadas diariamente sobre juventude

e violência nos jornais brasileiros, mais de 50% apresenta como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil, demonstrando, como contraponto, a ausência de outros importantes atores, raramente citados para dar sua versão dos fatos.

A cobertura da violência realizada pela imprensa brasileira sofre de grande dependência das informações policiais. (RAMOS e PAIVA, 2007). A consequência de tal dependência é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Segundo as autoras, os textos sobre violência raramente expõe vários pontos de vista sobre os mesmos assuntos. Na avaliação nacional, apenas 10,5% dos textos examinados trouxeram opiniões divergentes. Apesar do seu status de fonte principal, as polícias também oferecem dificuldades aos repórteres. Por inúmeras razões, elas costumam adotar posições defensivas quando se trata de responder a críticas.

Na pesquisa feita pelas autoras, existem inúmeros desafios na relação entre a polícia e o jornalista. Os jornalistas relataram que podem se sentir usados pela polícia ou por autoridades do setor, ou utilizar o espaço editorial como troca de moedas para obter outras informações, envolvendo uma troca de interesses mútuos. Ramos e Paiva (2007) relatam que, em longo prazo, a exposição na mídia tem facilitado muitas candidaturas a cargos públicos de chefes do aparelho policial. Vários jornalistas entrevistados relataram casos de ameaças de policiais para impedir a publicação de reportagens sobre corrupção ou violência de agentes. Além disso, a maioria dos jornalistas relata que não procura criminosos como fonte, afirmando que “não vamos dar voz ao bandido”.

Na pesquisa sobre jornais brasileiros, a palavra “suspeito” apareceu em 12,7% das matérias. Entretanto, é frequente ver nos jornais matérias que classificam como “traficantes” pessoas mortas por policiais, baseadas em informações da própria polícia. Um outro ponto destacado pelos jornalistas é a disparidade entre o tratamento recebido por pobres e ricos. Segundo os repórteres, suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa nos jornais. A maioria dos jornalistas também reconhece que a mídia tem grande reponsabilidade na caracterização das periferias como espaços exclusivos de violência. “A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades

cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas...” (RAMOS E PAIVA, 2007, p.77).

3.1.4) Crimes citados nas notícias do *Daqui*:

Ao analisar os tipos de crime mais citados nas notícias publicadas no *Daqui* nos três meses selecionados em 2010 e em 2014, comparativamente, o que chama a atenção é o aumento da frequência da divulgação de crimes relacionado ao uso e tráfico de drogas no último ano. Mesmo quando o texto jornalístico relata casos de homicídio, tentativas de homicídio, roubo, tentativas de roubo, furto, estupro etc, há, principalmente em 2014, em vários casos, um texto periférico, muitas vezes ao final da notícia, informando que “para a polícia ou segundo testemunhas, a vítima ou autor do crime era usuária de drogas”.

Em 2010, as notícias que divulgavam o tráfico de drogas representavam 6% do total de publicações no *Daqui* e o uso de drogas 12%. Já em 2014, nos meses analisados, a criminalização do usuário compareceu muito mais nas notícias do *Daqui*, com uma frequência de enfoque em 20% das matérias publicadas. A denúncia do tráfico continuou relativamente estável, em 7% dos casos. É importante lembrar que, proporcionalmente, o número de notícias com jovens infratores aumentou consideravelmente em 2014, se comparado com a relação vítima/infrator em 2010. Em 2010, o jovem foi retratado como infrator em 31% dos casos. Já em 2014, esse número subiu para 49%.

Franco *et al* (2011), relatam que, desde 2010, havia uma tendência da mídia impressa goiana, em especial do Jornal *O Popular*, em construir, de maneira sensacionalista e estereotipada, a cobertura dos casos de envolvimento com o tráfico e com o uso de drogas focado na construção de um problema social em que os sujeitos são culpabilizados, fazendo com que haja um clamor por maior repressão estatal. Os autores analisaram as notícias publicadas pelo jornal em 2010 e em 2011, que tratavam especialmente da expansão do *crack* em Goiás.

Como já citado, o jornal *O Popular* pauta o *Daqui* diariamente, pois são publicações veiculadas pela mesma empresa, a Organização Jaime Câmara. Portanto, a tendência de criminalizar o jovem usuário e ligado ao tráfico de drogas também foi verificada no *Daqui*. A novidade é que, de 4 anos para cá (desde 2010), essa representação se tornou um dos elementos centrais para analisar os casos de violência envolvendo jovens em Goiânia e região metropolitana.

3.2) A construção do mapa representacional

As informações apresentadas no mapa representacional foram analisadas por meio de leitura flutuante, proposta por Spink (1994). Através da apreciação das notícias e notas, extraíram-se elementos que configuraram as categorias correspondentes às representações sociais dos jovens no Jornal *Daqui* nos anos de 2010 e 2014. Foram selecionados alguns trechos de notícias dos dois anos para perceber quais os sentidos apresentados na representação dos jovens no diário.

3.2.1) A representação social do jovem no Jornal *Daqui* em 2010: o perigo

O *Daqui*, desde 2010, faz uma forte ligação entre os jovens pobres e o perigo. Com relação às principais temáticas abordadas no diário, desde 2010, como argumentado por Franco *et al* (2011), o uso e o tráfico de drogas aparece nas notícias como um elemento importante que justifica o aumento da violência em Goiânia e região metropolitana, como pode ser observado no trecho de uma notícia publicada em 21 de fevereiro de 2010:

Um rapaz branco de aproximadamente 20 anos e cabelos pretos foi morto a tiros durante um suposto confronto com policiais militares da Rotam por volta das 19h45 de ontem, em um lote da Rua C-7 no Setor Sudoeste... O veículo pertencia a uma comerciante de 34 anos, que informou à polícia que três rapazes em um Uno a abordaram visivelmente drogados. (*grifos meus*) (DAQUI, 20 e 21/02/2010.)

Contudo, de maneira geral, nos três meses analisados, em 2010, além das matérias ligadas ao uso e tráfico de drogas, as notícias apresentaram como núcleo central de representação a vinculação do jovem pobre com o perigo. A morte desses jovens foi justificada, principalmente, devido ao cometimento de atos infracionais, por uma suposta troca de tiros com policiais ou, muitas vezes, nem foi justificada.

Esses jovens foram nomeados nas notícias como “menores”, “bandidos”, “perigosos” ou “violentos”. Em outras matérias, eles foram adjetivados como “arruaceiros”, “baderneiros”, “sem compromisso”, “farristas” etc. Portanto, em 2010, os jovens foram representados no *Daqui* como um problema, vinculados ao perigo, à ameaça, e caracterizados como violentos, agressivos, inconsequentes, como pode ser verificado nos seguintes trechos de notícias:

Sequestraram para gandaia. Jovem de 19 anos e um adolescente foram baleados pela polícia dentro de caminhonete roubada. Um deles disse que a dupla queria curtir a noite... Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF)... A vítima teria sido levado junto com o carro pelos bandidos. A vítima ainda viveu uma hora de horror, rodando dentro de seu carro pela cidade junto com os bandidos... (*grifos meus*) (DAQUI, 06 e 07/02/2010.)

Cinco pessoas morreram assassinadas em Goiás entre a noite de sábado e ontem. Entre as vítimas estão um adolescente e um rapaz acusados do roubo de um Honda Civic... De acordo com o boletim de ocorrência registrado no posto da Polícia Civil do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, e Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, morreram durante uma troca de tiros com dois policiais militares, no Parque Amazônia, quando os PMs investigavam o roubo de um carro... as vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isto foram mortas. (*grifos meus*) (DAQUI, 06 e 15/02/2010.)

Tentou tomar arma de policial e morreu baleado. Um rapaz identificado como Marco Gustavo, de cerca de 20 anos, morreu ontem o Hugo. Ele foi baleado no abdome por volta das 14 horas, quando reagiu a abordagem de dois agentes do 2º DP. (*grifos meus*) (DAQUI, 12/03/2010.)

Foi encontrado, na manhã de ontem, em uma invasão na Rua dos Ferroviários, no Parque Oeste Industrial, o corpo de um rapaz, ainda não identificado. Segundo a polícia, ele tem sinais de vários tiros pelo

corpo. O caso será investigado pela Delegacia de Homicídios. (grifos meus) (DAQUI, 08/02/2010.)¹²

Como é possível observar, em 2010, as notícias do *Daqui* apresentaram como núcleo de representação dos jovens o perigo, difundindo a visão da juventude como problema e como uma fase de riscos e de crise. Zaluar (1992) relata que essa não é uma tendência recente na mídia brasileira. Desde a década de 80, no Brasil, aumentou o número de notícias sobre a violência e as altas taxas de criminalidade nas áreas pobres das cidades. Para a autora, as classes sociais desfavorecidas são apresentadas, no discurso midiático, como destinadas, pela pobreza, a praticar direta ou indiretamente, a criminalidade das áreas em que vivem.

Esse tipo de representação que vincula o jovem pobre ao perigo passa a ser ancorado no imaginário da população. Para Moscovici (2012), o mecanismo de ancoragem classifica imagens em um contexto familiar, rotulando pessoas e acontecimentos. Ancorar implica também um pré-julgamento e a construção de estereótipos, favorecendo decisões apressadas, quando é generalizada ou particularizada alguma situação. Nesse caso, os jovens são estereotipados no imaginário da sociedade como perigosos, sendo rotulados de forma generalizada como “bandidos” e “violentos”.

Segundo Zaluar (1992), uma das consequências de tal fixação no imaginário popular é o fato de várias práticas policiais confundirem trabalhadores com marginais, considerados como classes perigosas. Daí a perseguição violenta a adolescentes pobres feita por alguns integrantes da polícia, infelizmente apoiada por parte da sociedade. Barreto (1992) relata que não só a população trabalhadora pobre passou a ser considerada perigosa, mas também suas crianças e adolescentes, que passaram a ser denominados pela mídia como “menores”.

No trecho da matéria intitulada “Sequestraram para gandaia”, é possível perceber a criminalização de jovens e adolescentes mencionada por Barreto (1992). Além de apresentar a visão da juventude como problema, como uma fase de riscos e de crise, ao dizer que “sequestraram para gandaia” e ao vincular o termo “jovem” e “adolescente” como sinônimo de “bandido”,

¹²Trechos de notícias presentes na dissertação de mestrado intitulada “O discurso da criminalização da juventude no Jornal Daqui” (MENDES, 2011).

revelando especificamente a idade destes sujeitos - 15 e 19 anos - os enunciados do *Daqui* parecem indicar um reforço à defesa da redução da maioridade penal, discussão que a mídia defende utilizando estratégias muitas vezes subliminares para formar a opinião do público leitor. MENDES (2011). Há, no jornal, uma certa regularidade ao citar a idade dos envolvidos em crimes, principalmente quando os infratores são menores de idade.

Segundo Mendes (2011), a naturalização da morte desses jovens também é outro fato comum nas notícias do *Daqui*. A nota intitulada “Tentou tomar arma de policial e morreu baleado” exemplifica essa tendência. Como o rapaz reagiu à abordagem de dois agentes da polícia, ele foi baleado, apontando para uma ação de causa e consequência. Não é preciso dar outras explicações para mais essa morte, que acaba sendo naturalizada como consequência do ato infrator.

Para a autora, outro funcionamento regular nas matérias do *Daqui* é a utilização de policiais como única fonte para o levantamento e apuração dos dados. Na notícia “Cinco pessoas morreram assassinadas em Goiás”, a polícia foi o único depoente que informou que Henrique Santos e Francisco Ferreira morreram devido a um suposto confronto com policiais. Ao utilizar apenas depoimentos de policiais, esses jovens e suas famílias são desautorizados a falar. Ao dizer que “as vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isso foram mortas”, essas mortes são relatadas como consequência do confronto policial

Diante da representação que vincula o jovem ao perigo, que já está ancorada no imaginário social de grande parte da população e é cada vez mais legitimada pela mídia, a sociedade passa a defender, consequentemente, em um processo de objetivação, medidas cada vez mais punitivas contra a juventude das periferias. Segundo Moscovici (2012), objetivar é reproduzir um conceito, dando-lhe um sentido concreto, como um complexo de imagens que produzem ideias. No processo de objetivação, a imagem é totalmente assimilada, tornando-se um padrão de estereotipia que apresenta consequências concretas no cotidiano das relações sociais.

As consequências concretas da estereotipia do jovem como perigoso e violento, no processo de objetivação relatado por Moscovici (2012), são soluções que buscam punir, prender e segregar esses jovens pobres, negros,

moradores das periferias urbanas, como a defesa da redução da maioria penal, o estímulo à defesa privada, o isolamento espacial das cidades, o não questionamento da existência de grupos de extermínio, formados até mesmo por policiais, favorecendo o processo de sujeição criminal, discutido por Misse (2010).

Porto (2010) confirma que a grande exposição da violência divulgada pela mídia produz um sentimento de medo e insegurança constante, trazendo, como consequência, a representação onipresente da violência nas relações cotidianas, demandando a institucionalização da segurança privada como solução. Magrini (2013) relata que os cidadãos inseguros acabam por aderir às especulações imobiliárias para se proteger, criando espaços cada vez mais segregados nas cidades. Caldeira (2000) aponta que esse sentimento de insegurança traz consequências na própria constituição espacial das cidades, criando as “cidades dos muros”, como no caso de São Paulo.

Segundo Souza e Rabelo (2011), a consequência do sentimento de insegurança e do medo do crime em Goiânia é a estigmatização do diferente, que deve ser evitado: o mais pobre, morador das periferias. Frattari (2011) confirma que o sentimento de insegurança na capital de Goiás colabora com a produção de representações estereotipadas de um sujeito “produtor da violência”. Para a autora, os jovens moradores das periferias vêm sendo eleitos indiscriminadamente como perigosos, assim como pode ser percebido nas notícias divulgadas pelo *Daqui*.

A estereotipia produzida pelos meios de comunicação tem sérias consequências, como relatado por Moscovici (2012). Segundo o autor, os veículos de comunicação simplificam as dimensões dos estímulos e possibilidades de livre interpretação dos sujeitos, exprimindo a generalidade de uma opinião e a consequente padronização de uma representação social.

3.2.2) A representação social do jovem no Jornal *Daqui* em 2014: o uso e envolvimento com o tráfico de drogas.

Ao analisar as notícias publicadas no Jornal *Daqui*, tanto em 2010 como em 2014, foram encontradas seis categorias vinculadas à representação sobre juventude, violência e criminalidade que não tiveram mudanças significativas na abordagem dos dois anos. São elas: periculosidade; insanidade; insegurança; improdutividade; irreversibilidade e ambiguidade.

O que chamou a atenção durante a leitura comparativa das matérias durante os dois anos (2010 e 2014), foi o aumento, em 2014, da justificativa do uso e envolvimento com o tráfico de drogas como causa da morte de jovens em Goiânia e entorno. Antes, a morte desses jovens também era explicada por outros fatores. Em 2014, sobressaltaram, visivelmente, as notícias em que o envolvimento ou uso de drogas foram a causa para o aumento da violência, como pode ser observado nos trechos abaixo:

A violência tomou conta de Goiânia na noite de quinta-feira e madrugada de ontem. Em apenas nove horas, ao menos 14 pessoas foram assassinadas na capital. Os primeiros levantamentos feitos por equipes da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DIH) apontam que 71% das mortes foram motivadas pelo envolvimento das vítimas com o crime, principalmente com o uso e tráfico de drogas... O número surpreendeu até mesmo o delegado Murilo Polati, titular da DIH. “Não é normal”, diz. Ele observa que a série de assassinatos está vinculada a vários fatores, sobretudo ao avanço desenfreado do uso e do tráfico de entorpecentes. (grifos meus) (DAQUI, 14/06/14).

Companheiro espanca grávida. Vítima já está no sétimo mês de gestação e levou socos. Ela e o agressor seriam usuários de crack. O caso ocorreu na manhã de ontem, no Setor São José, em Goiânia. Daniela Aparecida da Silva, de 26 anos, foi socorrida por policiais militares que passavam perto da residência do casal e ouviram os gritos por socorro. Conforme o depoimento do acusado, o marceneiro André Fernandes Pacheco, o casal é usuário de crack e a mulher teria passado a noite fora em busca de droga. (grifos meus) (DAQUI, 05/04/2014)

Uma discussão entre duas mulheres em situação de rua quase acabou em tragédia na tarde de ontem, na Avenida São Clemente, via importante do Setor Campinas. Uma delas acabou atirando contra a outra, que está em estado grave no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). A PM informou à reportagem que o crime pode ter sido acerto de contas. As duas mulheres são usuárias de drogas e possuem várias passagens pela polícia... (grifos meus) (DAQUI, 08/03/2014.)

Um acerto de contas pode ter sido a causa da morte de um homem de 29 anos no fim da manhã de ontem, na Rua J-C, no Jardim Canedo 3, em Senador Canedo... Ainda de acordo com a PM, Marcilon, com seis passagens pela polícia, vinha recebendo ameaças. Familiares teriam relatado que vítima tinha uma dívida com traficantes (grifos meus) (DAQUI, 09/03/2014).

A Polícia Militar de Trindade teve um domingo agitado. A força de segurança deteve 13 pessoas, sendo 5 menores de idade, em duas ações... Segundo a corporação por volta das 10 horas uma equipe entrou numa casa no Setor Ponta Kayana e prendeu sete pessoas entre homens e mulheres. De acordo com a PM, a residência funcionava como boca de fumo e foi apreendida drogas, dinheiro, computadores, celulares e até viola, guitarra e DVDs [...] (*grifos meus*) (DAQUI, 14/03/2014).

Dois jovens foram presos suspeitos de matar, no início deste mês, um rapaz na boate Avalon, no Setor Goiânia 2. Eles seriam integrantes de uma gangue responsável por crimes na região norte da capital. Segundo Adriano, os jovens dessas gangues se envolvem com o tráfico de drogas e praticam de roubos a homicídios (*grifos meus*) (DAQUI, 17/04/2014).

Percebe-se, portanto, que houve uma tendência de deslocamento na representação central sobre esses jovens após 4 anos. Em 2010, os jovens eram representados como perigosos e violentos. Em 2014, o texto jornalístico do *Daqui* passou a enfatizar, de forma mais contundente, o aumento da violência em Goiânia e região metropolitana devido ao envolvimento de jovens com o uso ou tráfico de drogas, como ilustra o mapa representacional.

(Fonte: elaboração da autora)



Em matéria publicada em 14 de junho de 2014, a Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios relacionou o aumento dos casos de violência em Goiânia, apontando que 71% das mortes foram motivadas pelo envolvimento das vítimas principalmente com o uso e o tráfico de drogas. O delegado Murilo Polati, surpreendido, ao relatar que “não é normal”, reafirmou, na notícia, que a série de assassinatos está vinculada sobretudo “ao avanço desenfreado do uso e do tráfico de entorpecentes”.

Em 2014, durante os três meses analisados, cotidianamente foram publicadas matérias em que as mortes de jovens foram motivadas, segundo a polícia, devido ao envolvimento das vítimas com o uso e o tráfico de drogas. São casos como o homem que espancava a companheira grávida e “o casal é usuário de crack e a mulher teria passado a noite fora em busca de droga”; mulheres que atiraram uma contra a outra e “são usuárias de drogas e possuem várias passagens pela polícia”; um homem morto porque tinha “dívida com traficantes”; menores de idade que gerenciavam “boca de fumo”; dois jovens que “se envolveram com o tráfico de drogas e praticavam roubos e homicídios”, entre outros.

Em agosto de 2014, em entrevista exclusiva¹³ concedida ao Jornal *O Popular*, intitulada “A questão da insegurança em Goiânia”, Marconi Perillo, atual governador do estado de Goiás, ao explicar o fenômeno da violência em Goiânia, reforçou tal argumento: “Se tivesse um homicídio já era muito. Às vezes se encontram muitos casos passionais, uma relação muito grande com droga. Cerca de 80% dos casos tem algum tipo de envolvimento com droga”.

Em 2015, é possível perceber que esse discurso continuou presente de maneira marcante nas notícias veiculadas na mídia impressa goiana. Em matéria¹⁴ publicada no *O Popular* e replicada no *Daqui*, intitulada “Para polícia, tráfico é a principal causa”, a Delegacia de Homicídios afirma que 80% dos assassinatos em Goiânia acontecem porque a vítima ou assassino possuem ligação direta ou indireta com o tráfico.

¹³Entrevista publicada em 06 de agosto de 2014, com o título “A questão da insegurança em Goiânia”. Fonte: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em 06/05/15.

¹⁴Matéria publicada em 02 de janeiro de 2015, com o título “Para polícia, tráfico é a principal causa”. Fonte: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em 20/04/15.

Desde 2005, com a interiorização do crack Brasil afora que as polícias estaduais convivem com um dado preocupante nas estatísticas de homicídio. Cerca de 80% dos assassinatos são cometidos porque vítima ou assassino possui ligação direta ou indireta com o uso ou tráfico de drogas. De acordo com estatística da Delegacia de Investigações de Homicídios (DIH) cerca de 80% dos assassinatos na capital ocorrem por este motivo (*grifos meus*) (O POPULAR, 02/01/2015).

Para Franco (2014), a explicação do aumento da violência em Goiás acontece em decorrência do tráfico de drogas é falsa, visto que, de fato, somente 30% dos crimes são elucidados. Entretanto, como o jornal utiliza, em quase todas as notícias, como única fonte, a polícia ou o boletim de ocorrência, há um afinamento entre o discurso do Estado, da polícia e da mídia em relação a associação entre o aumento da violência em consequência do uso e do tráfico de drogas. Esse argumento já está ancorado socialmente e seu funcionamento é de causa e consequência (quem usa drogas ou trafica está sujeito a ser morto ou preso, como relatado no processo de sujeição criminal, estudado por Misse (2010)). O problema não é analisado em suas raízes, considerando as questões sociais, históricas, políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Em Goiás, Borges (2014), em estudo pioneiro, analisou o tráfico de drogas, a partir do argumento de que existe um imaginário em que se associa, na mídia e nos poderes públicos, o tráfico de drogas ao aumento da violência. Segundo o autor, as instituições responsáveis pela segurança pública passam por inúmeras dificuldades na elucidação dos crimes e a mídia televisiva propaga o discurso de que o aumento das taxas de homicídios se deve ao aumento do tráfico de drogas. Essas afirmações alimentam práticas abusivas, identificando sujeitos como mais propensos à venda de drogas do que outros. Ao analisar 323 casos no Estado de assassinatos que foram solucionadas e seus autores presos e condenados, o autor afirma que apenas 9% dos homicídios tinham relação direta ou indireta com o tráfico. Essa política atinge principalmente a população negra e pobre. Para o pesquisador, quando informações equivocadas são repassadas pela mídia, cria-se um sensacionalismo que associa de forma enviesada os casos de homicídios com o tráfico de drogas antes de qualquer investigação.

Borges (2014) também relata que, em Goiânia, o tráfico de drogas ainda é pouco organizado. Há um nível de organização entre os grandes fornecedores e o mercado consumidor, mas pouco representativo da dimensão que tem o tráfico internacional de entorpecentes. Ainda que haja áreas estigmatizadas como pontos de distribuição e consumo, elas vão se alterando com o crescimento urbano. Percebe-se, portanto, o caráter diluído dessa organização.

Outro dado apresentado pelo autor é que a maior parte dos sujeitos envolvidos com o tráfico de drogas não se percebe enquanto traficante de ou bandido. Ao contrário, mesmo sabendo que estão envolvidos em um mercado ilegal, eles constroem argumentos que procuram separar sua imagem do senso comum que se tem do traficante de drogas. Apesar de não negar que desempenham o papel de traficantes, eles argumentam que “são sujeitos humildes e tem comportamento de cidadão de bem; respeitam as pessoas e não são violentos; se consideram usados pelos seus superiores”.

Os estudiosos sobre violência no Brasil criticam a atuação do Estado, das instituições e da mídia com relação aos estereótipos em torno da questão do uso e tráfico de drogas. Zaluar (1992) faz duras queixas à atual política repressiva de drogas vigente no país. Segundo ela, não há diferenças entre os usuários de drogas pobres e os traficantes, o que não há diferença entre o usuário pobre e o traficante. Como forma de objetivação, se amplia o apelo popular em defesa de medidas mais punitivas contra as pessoas que usam ou tem envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo a autora, há casos em que a polícia classifica erradamente como usuário alguém que porta uma pequena quantidade de drogas, enquanto libera um traficante de grande porte.

No Brasil, desde 2006, está em vigor a Lei nº. 11.343, que foi aprovada despenalizando o consumo de drogas e abrandando as penas para o usuário com pequenas quantidades e para o comércio lícito de tais substâncias. Ao estudar a lei e verificar se há violação dos princípios constitucionais penais de garantia da não diferenciação efetivação entre usuário e traficante, Silva (2011) relata que, apesar da atual Lei de Drogas adotar supostamente a prevenção como um dos seus alicerces, a mesma se apoia a extrema repressão à figura do usuário e pequeno traficante, sem diferenciar usuário de traficante e a gravidade que os diferentes tipos de tráfico produzem na sociedade. Segundo

a autora, a lei não possui tipos penais intermediários, o que faz com que a polícia aplique e penalize as diversas categorias de traficantes com a mesma demasiada pena, ou quando não faz com que o operador direto confunda o usuário com o traficante, contrariando os princípios de garantias previstos na própria lei e na Constituição Federal. Zaluar (1992) também aponta para a imprecisão na abordagem policial, que confunde usuário e traficante e aplica penas demasiadamente rigorosas nos dois casos, sem equilíbrio de pesos e medidas.

Para Zaluar (2013), o consumo de drogas é indissociável à condição de exclusão social dos jovens, em um contexto de desemprego e falta de acesso aos direitos básicos. Para compreender o fenômeno das drogas e do tráfico no país, além da lógica econômica, a autora também aponta como elemento importante a cultura individualista e de afirmação da masculinidade, que ganha adesão de parcela de jovens pobres que entram para o mundo do tráfico, como possibilidade de ganhos fáceis. Fraga (2003) dialoga com os argumentos de Zaluar (2013). Segundo o autor, para entender o envolvimento de alguns jovens com as drogas e o tráfico, é preciso considerar dois fatores: a atração para a entrada no mundo do consumo e o papel da exploração do trabalho como elemento precarizador das relações sociais.

Em entrevista¹⁵ ao programa Milênio, o professor de psiquiatria da Universidade de Columbia (EUA), Carl Hart (2014), afirmou que é um erro acreditar na ideia de que as drogas levam as pessoas a cometer crimes, as transformando em monstros. Segundo ele, até quando são analisados os dados criminais, a grande maioria das pessoas que são presas ou apreendidas não usava drogas. Hart (2014) afirma que nos Estados Unidos, a associação entre crimes hediondos e drogas sempre foi usada para servir a objetivos políticos maiores. Atualmente, para ele, o objetivo político é que a associação serve para permitir a regulamentação das drogas para que os órgãos de segurança tenham orçamentos maiores, por um lado. Por outro, permite que os

¹⁵Entrevista publicada em 07 de março de 2014, com o título “Drogas não levam ao caminho do crime”. Fonte: <http://www.conjur.com.br/2014-mar-07/ideias-milenio-carl-hart-professor-psiquiatra-norte-americano>. Acesso em 29/05/15.

políticos evitem lidar com os verdadeiros problemas que essas comunidades enfrentam, como desemprego, falta de educação etc.

Em entrevista publicada em 2015, a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki¹⁶, questiona que, no Brasil, no senso comum, inclusive no discurso das polícias, afirma-se que entre 60% a 70% dos homicídios estão envolvidos com drogas. Contudo, para ela, não existe relação direta entre o consumo de drogas e o cometimento de crimes, além do fato que a maioria dos inquéritos no país não é resolvida. Ela argumenta que não há estudos concretos e aprofundados sobre as causas da violência no país. Contraditoriamente, o senso comum, ancorado em representações sociais já cristalizadas, culpabiliza o aumento da criminalidade devido ao uso e tráfico de drogas e à vinculação do jovem pobre como violento e perigoso.

Percebe-se, portanto, que a criminalização dos jovens e da população que possa ter algum envolvimento com a questão já está ancorada no imaginário das instituições, da mídia e da sociedade, que os julgam partir de estereótipos que não tem comprovação jurídica, científica ou acadêmica, como relatam Zaluar (1992), Fraga (2003), Hart (2015), Souza (2011) e Miki (2015).

Moscovici (2012) afirma que as representações sociais convencionalizam objetos, pessoas e acontecimentos, colocando-os como modelo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Mesmo quando um objeto ou pessoa não se adequa exatamente ao modelo, a sociedade o força a assumir determinada forma, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido ou decodificado, através das representações sociais.

Nesse caso, quando a mídia, a polícia, o Estado e as demais instituições criminalizam constantemente, em seu discurso, o uso e tráfico de drogas, justificando o aumento da violência em decorrência do mesmo, esse senso comum passa a ser ancorado no imaginário da sociedade, fazendo com que todo usuário ou traficante seja classificado como violento ou perigoso, assim como explica Moscovici (2012). A objetivação dessa representação é a

¹⁶Entrevista publicada em 15 de maio de 2015, com o título “Não existe estudo que relacione uso de drogas com a prática de crimes”. Fonte: <http://www.conjur.com.br/2015-mai-17/entrevista-regina-miki-secretaria-nacional-seguranca-publica>. Acesso em 18/05/15.

exigência de penas cada vez mais severas aos usuários e traficantes de drogas. Quando o governador de Goiás afirma que os casos de violência têm uma relação muito grande com droga e cerca de 80% dos casos comprovam essa tese e, ainda, quando a Delegacia de Homicídios confirma que 80% dos assassinatos em Goiânia acontecem porque a vítima ou assassino possuem ligação direta ou indireta com o tráfico, não resta outro tipo de interpretação para o leitor do *Daqui* a não ser a associação do uso e do tráfico de drogas como sendo uma das principais causas da violência.

Contudo, como discutido pelos estudiosos do fenômeno da violência, diferentemente das notícias apresentadas pelo jornal, é preciso contextualizar a discussão sobre a raiz social do problema das drogas no Brasil. Não há comprovação científica ou penal que confirme a relação direta entre o consumo de drogas e o cometimento de crimes, além do fato de que a maioria dos inquéritos no país não é resolvida. Outras questões muito mais importantes devem ser discutidas pela imprensa, políticos e pelo Estado, como a falta de oportunidades para jovens de estudo e de trabalho, a restrição de acesso a direitos básicos, à falta de crença dos jovens nas várias instituições e a necessidade de se entrar no mundo adulto, principalmente pela via do consumo de bens materiais e simbólicos. Nenhuma dessas reflexões é encontrada nas matérias divulgadas no *Daqui*. São reforçados estereótipos que criminalizam esses jovens, como poderá ser melhor observado na análise seguinte:

3.3) As categorias encontradas

Conforme já relatado, comparativamente, nos anos de 2010 e 2014, foram encontradas seis categorias que não tiveram mudanças significativas em seu sentido principal: periculosidade; insanidade; improdutividade; irreversibilidade; individualismo e ambiguidade. Como se tratam de textos

jornalísticos em que diferentes significados se misturam ao analisar determinado aspecto da realidade, não há, em cada uma matéria, um sentido único ou uma categoria que se sobrepõe a outra. Esses sentidos se complementam nos enunciados, não se relacionando de forma excludente.

É importante ressaltar, ainda, que os significados muitas vezes não estão explícitos nos enunciados do discurso do *Daqui*. A utilização de determinadas fontes para dar depoimentos na reconstrução dos fatos, o uso dos termos valorativos e até mesmo o silenciamento de sujeitos ou testemunhas representam possíveis significados na construção das representações sociais sobre os jovens no discurso jornalístico que retrata a violência e a criminalidade em Goiânia e no estado de Goiás.

3.3.1) Irreversibilidade

Uma das categorias encontradas em várias notícias publicadas no *Daqui*, tanto em 2010, como em 2014, foi a irreversibilidade, que aponta a recuperação do jovem infrator como um fator impossível, vinculando sua ação à sua trajetória de vida, como pode ser observado nas passagens a seguir:

Em troca de tiros, PM mata ‘ficha suja’. Homem com 10 passagens pela polícia, entre elas tráfico de drogas e homicídio, morre durante tiroteio no Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia... Ele teria reagido a um cerco feito por equipes do Batalhão de Choque, na Rua Marquês de Olinda, Setor Buriti Sereno, em Aparecida, quando foi baleado. Segundo levantamentos feitos pelo Serviço de Inteligência da PM, Cleito Faria, 29, conhecido como Quick, é apontado como autor de vários delitos. Na ficha criminal dele, de acordo com a PM, constam duas passagens por homicídios, duas ocorrências para o roubo, duas por tráfico de drogas e quatro mandatos de prisão em aberto (grifos meus) (DAQUI, 09/02/2010).

Rapaz, de apenas 21 anos, admite que se envolveu em mais de 40 assassinatos nos últimos dois anos na região. A Polícia Civil de Goiás prendeu no feriado da Semana Santa um homem considerado um dos criminosos mais perigosos e procurados da região... Depois de um ano e meio de investigações, Japinha é suspeito de ser o autor ou

coautor em 29 inquéritos de assassinato...Alessandro Souza Santos é considerado um traficante de médio porte e maioria de suas vítimas foi morta a tiros em disputa territorial por causa do tráfico de drogas conforme apontaram as investigações da Polícia Civil. “As vítimas eram geralmente traficantes rivais, usuários devedores e testemunhas de outros assassinatos executadas como queima de arquivo” contou Fernando Gili (*grifos meus*) (DAQUI, 23/04/14).

Nos dois exemplos, é possível perceber que não há outra saída para esses jovens, a não ser a morte. A sua prisão poderia ser efetivada, já que eram maiores de idade. Na nota publicada em 2010, ao relatar que Cleito Faria, 29, tinha 10 passagens pela polícia, sendo autor de vários delitos, entre eles tráfico de drogas e homicídio, além de roubos e outros quatro mandatos de prisão em aberto, com extensa ficha criminal, o leitor tem a sensação de “alívio” ao saber que, após a troca de tiros, a polícia baleou e matou um rapaz com uma índole “irrecuperável”, sendo adjetivado, logo no título, como “ficha suja”.

Mesmo relatando que houve uma “suposta” troca de tiros, o que poderia gerar dúvidas no leitor sobre o confronto entre polícia e bandido, a sensação é de alívio, ao perceber que, após esse duelo entre o “bem” e o “mal”, o bem venceu: a polícia cumpriu o seu dever e a sociedade está “salva” da ação de mais um criminoso. Assim como relatado por Dias (1996), de modo geral, o jornalismo sensacionalista lança seus apelos de estranheza ao leitor, construindo monstruosidades a cada relato. Nesse contexto, esse discurso já ancorado sentencia o jovem à incapacidade de mudança, o que explica a ideia de irreversibilidade.

Na notícia publicada em 2014, a prisão de Alessandro Santos foi comemorada, já que o rapaz, de “apenas 21 anos”, já havia se envolvido “em mais de 40 assassinatos”, sendo considerado “um dos criminosos mais perigosos e procurados da região”. Ao apresentar esses dados, informando que o jovem cometeu vários delitos e é um criminoso violento, há, no texto, fortes indícios de que ele não tem possibilidade de recuperação. “Japinha” cometeu inúmeros crimes, pois estava envolvido em, pelo menos, 29 inquéritos policiais. Depois de 1 ano e meio de investigações, sua captura é comemorada pela polícia.

Percebe-se nos enunciados que não há possibilidade de recuperação para o jovem que comete crimes. Esse discurso está ancorado no imaginário

das manchetes policiais e, consequentemente, da sociedade. Essas mortes são relatadas cotidianamente nas matérias do jornal *Daqui* e não geram questionamento ou comoção, como nos casos seguintes:

Em menos de 24h, sete jovens foram executados na grande Goiânia. Os disparos mataram Diego Nananias Gomes Barbosa, 17 anos; Alex Bastos dos Santos, 27; Carlos Henrique Pereira, 16, Ariel Cristino de Oliveira, 23 anos, e Marcos José Vidal, 26, ficaram feridos. Os demais conseguiram fugir. Alex tinha cinco passagens pela polícia por tráfico, ameaça, lesão corporal, roubo e crime contra o patrimônio. Ariel responde por tráfico e Marcos Vidal está em liberdade condicional por roubo. Levados para o Hugo, Ariel e Marcos foram liberados na manhã de ontem (grifos meus) (DAQUI, 02/02/10).

Menino é suspeito de roubo. Garoto de apenas 14 anos e um comparsa foram detidos por roubar carro de mulher no Setor Bueno... Segundo a PM, o menor já tem registro de três passagens por porte de arma de fogo. A vítima do assalto não quis ser identificada, mas afirma que era o garoto quem dava as ordens para o comparsa, de 20 anos, durante o roubo. Eles entraram no carro e ordenaram que ela dirigisse. “Um deles já levantou a blusa e mostrou a arma. Enquanto isso, o outro deu a volta e os dois entraram no carro e aí mandou eu seguir”, relata. (grifos meus) (DAQUI, 03/04/14, p.7).

Na matéria publicada em 2010, as mortes de sete jovens em menos de 24h não precisam de explicações, recebendo destaque na chamada de capa da edição do dia. Ao final do texto, ao dizer que três dos rapazes tinham envolvimento com o crime, a morte de todos acaba sendo justificada, pois eram considerados tipos irrecuperáveis. Sua trajetória de vida confirma sua irrecuperabilidade: Alex Bastos, de 27 anos, tinha 5 passagens pela polícia por tráfico, ameaça, lesão corporal, roubo e crime contra o patrimônio. Ariel Cristino, 23, respondia a inquérito por tráfico e Marcos Vidal, 26, já foi preso por roubo.

Em 2014, o *Daqui* apresenta outro caso de um menino “irrecuperável”, de “apenas 14 anos”, com três passagens por porte de arma de fogo. Na notícia, nomeado como “menor”, o garoto é descrito como um “bandido” sem possibilidade de recuperação, já que ele é “quem dava ordens ao comparsa, de 20 anos, durante o roubo”. Ao enfatizar a idade do adolescente, de 14 anos, o adjetivando como “menor” e ao retratá-lo com péssima índole, já que dava ordens a outro criminoso, o discurso também o sentencia à incapacidade de mudança, explicando a ideia de irreversibilidade.

Além disso, há, na notícia, uma clara defesa à redução da maioridade penal. Após o relato do caso de um “menor tão jovem”, de “apenas” 14 anos, agindo de forma irrecuperável, o leitor acaba ancorando a redução da maioridade penal como a única possível solução para diminuir os índices da violência no país. A saída, para esse caso, além da prisão ou morte desse adolescente, seria, de maneira generalizada, a defesa de uma ampla política de redução da maioridade penal e do endurecimento das leis brasileiras em relação aos adolescentes e jovens.

3.3.2) Periculosidade

Como já apresentado, as matérias do *Daqui* retratam o jovem pobre vinculado ao perigo. Nos meses analisados, tanto em 2010, como em 2014, não foram pautadas, pelo jornal, outras formas de atuação dos jovens moradores das periferias de Goiânia, como atividades culturais, artísticas, esportivas, políticas, entre outras. Nas manchetes do jornal, a única representação possível para esses jovens é a sua vinculação com o aumento da violência.

Em 2010, de maneira geral, houve, no diário, uma forte associação entre juventude, pobreza e criminalidade. Esses jovens foram nomeados como “menores”, “bandidos”, “perigosos” “violentos”, “arruaceiros”, “baderneiros”, “sem compromisso”, “farristas” etc. Em algumas matérias, como apontado, há relatos de jovens que foram baleados pela polícia porque “sequestraram para gandaia” e para “gastar na noite”, fazendo com que a vítima vivesse momentos de “horror” com os “bandidos” etc. Outros exemplos podem ser observado a seguir:

PRF troca tiros com bandidos. Na noite de ontem, dois homens renderam o dono de uma camionete Hilux, no Setor Marista. Eles seguiram pela BR-153 com a Hilux, quando foram abordados pela PRF. Houve troca de tiros e Antony Silva Mendes, 19 anos, foi atingido e levado para Hugo (*grifos meus*) (DAQUI, 04/02/2010).

Vizinhos pegam ladrão em flagrante dentro de casa. Segundo o delegado Paulo César Bertolo, quando o costureiro Clenon Bento da Silva, de 22 anos, que havia saído para almoçar, retornou para casa, por volta das 12h20, encontrou no local Jaime Batista. “Ele já é conhecido na região e este é o quinto processo por furto aberto contra ele. Agora ele deve ficar mais tempo preso”, argumenta Paulo Bertolo (*grifos meus*) (DAQUI, 08/02/2010).

Na primeira notícia, os jovens são nomeados como bandidos e agiram de forma inconsequente, trocando tiros com a polícia. A atitude deles demonstra que são perigosos e sua prisão acaba sendo um “alívio” para o leitor do *Daqui*. Já na segunda nota, Jaime Batista é um ladrão conhecido na região, com cinco processos abertos por furto. Segundo o delegado, ele é considerado um elemento perigoso, pois “deve ficar mais tempo preso”.

Segundo Spink (2002), a noção de risco é uma característica da sociedade moderna. Com relação à violência, em situações que tenham o risco da criminalidade, o simples desconhecido passa a ser o estranho perigoso, e, conseqüentemente, a busca por segurança passa a ser cada vez mais intensa diante dos conteúdos divulgados pela mídia.

A mídia, segundo a autora, tem o potencial de fazer circular repertórios associados ao conceito de risco, tornando presente as vozes de especialistas e reproduzindo repertórios no cotidiano de seus públicos. Considerando a linguagem dos riscos na história, ela identifica dois movimentos contrastantes. De um lado, o risco é usado na perspectiva da responsabilização e culpabilização, num esforço de colocar ordem diante desordem. De outro lado, risco é adrenalina e busca de desafios ligados a modalidades desportivas.

Já em 2014, a representação central que vincula o jovem ao perigo está ancorada na justificativa do uso e envolvimento com as drogas, que determina o aumento da violência na capital e entorno. Como já apontado, são casos em que o marido bate na esposa e ambos estavam “drogados”; mulheres atiram uma na outra por causa de drogas, homem assassinado por dívida com traficantes, prisão de adolescentes que gerenciavam boca de fumo etc. Outros exemplos ilustram essa tendência:

A onda de violência continua em Goiânia, Vinícius Alves de Oliveira, de 25 anos, foi morto com quatro tiros no início da tarde de ontem, quando trafegava pela Rua FL33, região Norte da capital. Outros três homicídios foram registrados na capital de noite de quarta-feira. O detento do regime semiaberto Thiago dos Santos Rocha, de 22 anos,

foi morto com 11 tiros, no Jardim Caravelas. De acordo com informações de testemunhas repassadas à PM, ele seria traficante e estaria se arrumando para ir cobrar de alguns usuários de droga. Segundo a DIH, de janeiro a maio foram registrados 235 homicídios em Goiânia. A média é de 47 mortes violentas por mês. (grifos meus) (DAQUI, 20/06/14)

Uma mulher e seu filho de 13 anos viveram momentos de terror na manhã de ontem após serem vítimas de um jovem de 19 anos, que levou o carro da família com o garoto dentro. De acordo com a PM, Antônio já tinha passagem pela polícia, segundo a família, teria fugido de uma clínica de reabilitação para dependentes químicos recentemente. (grifos meus) (DAQUI, 21/06/14)

Suspeito de estuprar uma criança de 6 anos e furtar uma residência, Isaias dos Santos Novaes, de 24 anos, foi morto a pauladas, pedradas e facadas por várias pessoas em Nova Crixás. Ele foi cercado enquanto era examinado no hospital municipal, sábado. Mesmo o preso sendo acompanhado por vários policiais, não foi possível conter a população. “Ele era usuário de crack e tinha passagem pela polícia por uma suspeita de estupro. Com isso, a população já julgou e condenou que ele teria sido o autor deste outro estupro. “O suspeito confessou o furto, mas negou o estupro. A vítima também não o reconheceu. “A criança disse que não era ele. Mas não sabíamos se podia ser por trauma”, disse. A criança chegou a ser hospitalizada. As imagens das câmeras de segurança do hospital devem ajudar a identificar as pessoas envolvidas na morte do suspeito. (grifos meus) (DAQUI, 21/06/14)

Na primeira notícia, o texto anuncia a preocupação com o aumento da violência: “a onda de violência continua em Goiânia”. Em seguida, relata que aconteceram mais três homicídios registrados somente em uma noite. O único caso em que o motivo da morte é relatado é o do detento Thiago dos Santos Rocha, 22. Segundo a PM, ele seria traficante, já tinha passagem pela polícia e iria cobrar dívidas de usuários de droga. Na sequência, o texto apresenta o dado do aumento da violência na capital desde o início do ano: “de janeiro a maio, foram registrados 235 homicídios em Goiânia. A média é de 47 mortes violentas por mês”.

Ao apontar, no discurso jornalístico, os índices de aumento da violência na capital desde o início do ano, anunciando a preocupação com esse dado, utilizando como exemplo somente um caso de envolvimento com drogas entre outras três mortes, o *Daqui* reforça a sensação de que o aumento da violência em Goiânia está ligado ao consumo e tráfico de drogas. Sem mencionar que, para Thiago Santos, com uma trajetória marcada por crimes e envolvimento com o tráfico, não há outra saída a não ser a prisão ou a morte, como sujeito criminal, conceito proposto por Misse (2010).

Segundo o autor, a sujeição criminal constitui um tipo “estrangeiro”, alguém que pode ser excluído das relações sociais, pois não fará falta. Há um sujeito “não democrático”, cuja morte é amplamente desejada. Esses tipos são demarcados socialmente pela pobreza, pela trajetória anterior com o crime, pela cor, pelo seu estilo de vida, pelas relações com outros bandidos e por sua própria subjetividade, já que há, na sociedade, a ancoragem que o sujeito criminal está determinado a continuar eternamente no mundo do crime, sem possibilidades de reabilitação.

No segundo trecho, uma mulher e seu filho viveram “momentos de terror” ao serem vítimas de um jovem de 19 anos, que levou o carro da família com o garoto dentro. De acordo com a PM, o acusado já tinha passagem pela polícia e “já tinha fugido de uma clínica de reabilitação para dependentes químicos recentemente”. Foi importante ressaltar, na notícia, que ele já usou drogas, pois esteve internado em uma clínica para dependentes químicos. Mais um elemento que ancora o aumento da violência em Goiânia com o uso ou tráfico de drogas.

No último exemplo, em 2014, Isaias dos Santos, de 24 anos, suspeito de furtar uma residência e estuprar uma criança, em Nova Crixás, foi linchado pela população e morto a pauladas, pedradas e facadas. Mesmo que o autor tenha negado o crime e a vítima não o tenha reconhecido como suspeito, inicialmente, há uma justificativa para sua morte: “ele era usuário de crack e tinha passagem pela polícia por uma suspeita de estupro”. Novamente, há, no texto, a vinculação do aumento da violência em Goiânia devido ao uso ou tráfico de drogas, já que esse rapaz também era usuário de entorpecentes e isso possivelmente contribuiu para que ele cometesse mais esse crime.

Segundo Misse (2008), a disjunção ente a acusação social e a incriminação faz emergir, no país, uma representação de uma criminalidade sempre maior do que a que é realmente registrada. O problema é considerar que a transgressão é um atributo do indivíduo transgressor e o crime está no próprio evento, como no caso de Isaias dos Santos. Ele e os outros jovens citados nas matérias também podem ser considerado sujeitos criminais, devido à sua conduta e à sua trajetória criminal.

Misse (2008) aponta que muitas vezes a “eficácia” da justiça privada antecede aos procedimentos racionais legais. Como consequência,

linchamentos, chacinas, acertos de contas e grupos de extermínios são exemplos de alguns mecanismos de vingança privada, como no caso de Isaías dos Santos. Apesar de ter negado o crime, de não ser identificado pela vítima e de ainda não ser julgado pela justiça, a população e a próprio texto jornalístico o sentenciaram anteriormente, justificando sua morte.

Segundo publicado no Jornal *Daqui* em 09/04/14, os registros de linchamento se tornaram ainda mais comuns em Goiás em 2014. Desde o início do ano até junho de 2014, aconteceram 11 casos documentados pela polícia, segundo a notícia do diário. Em depoimento para o *Daqui*, a polícia civil se justifica por não investigar tais ocorrências. Segundo o delegado João Carolos Gosrki, a Polícia Civil não começou a investigar os 11 casos por se tratarem de crimes de lesão corporal. Além disso, “a polícia precisa receber uma denúncia por parte da vítima de agressão, o que não aconteceu em nenhum dos casos”.

Com a ampla cobertura da mídia desse tipo de caso e a possibilidade de impunidade, a população, que já tem esse pensamento ancorado no senso comum, se sente cada vez mais autorizada e praticar a justiça privada como forma de “sanar” os efeitos da violência, antes mesmos do julgamento legal dos crimes. A consequência de tal objetivação é o aumento dos mecanismos de vingança privada entre os cidadãos e do sentimento de insegurança nas cidades.

3.3.3) Insanidade

Essa categoria aborda a ideia de que o jovem, principalmente o usuário de drogas, é alienando, insano, sem contato com a realidade e cometendo ações que beiram à loucura. A dependência química é ancorada à ideia de doença mental, sendo reforçada no imaginário da população pela cobertura midiática, principalmente nos últimos anos, como pode ser observado nas matérias de 2014, publicadas pelo *Daqui*. Em muitas notícias, essa associação

se dá devido ao avanço do crack, que justifica o aumento de casos de violência, como ilustra a matéria a seguir:

Companheiro espanca grávida. Vítima já está no sétimo mês de gestação e levou socos. Ela e o agressor seriam usuários de crack. O caso ocorreu na manhã de ontem, no Setor São José, em Goiânia. Daniela Aparecida da Silva, de 26 anos, foi socorrida por policiais militares que passavam perto da residência do casal e ouviram os gritos por socorro. Conforme o depoimento do acusado, o marceneiro André Fernandes Pacheco, o casal é usuário de crack e a mulher teria passado a noite fora em busca de droga. Ao voltar para casa, na manhã seguinte, Daniela procurou o parceiro para ter relações sexuais e ele negou. “Ela também estava bastante fora de si e esmurrou e quebrou uma janela. André a feriu com um ou dois socos na face”, afirmou a delegada responsável pelo caso, Laura de Castro Teixeira. Eles se relacionavam há cerca de 4 meses. “Ele não é o pai do bebê. Esta já é a quarta gestação dela, que não cria nenhuma das outras crianças... A mulher deve permanecer em observação na unidade, sem previsão de alta. (grifos meus) (DAQUI, 05/04/2014)

A notícia relata o caso em que um homem espanca uma jovem grávida de 7 meses. Ela e o agressor seriam usuários de crack. O espancamento de uma grávida, de 26 anos, causa horror ao leitor, fato que só poderia ser explicado devido a um acesso de insanidade por parte do autor das agressões. Sua ação denota o aspecto da imprevisibilidade, do descontrole e da inconsequência, se tratando de uma pessoa de que não tem domínio sobre seus atos.

O texto informa que “o casal é usuário de crack e a mulher teria passado a noite fora em busca de droga”. Segundo informações da polícia, “ela também estava bastante fora de si e esmurrou e quebrou uma janela”. A notícia relata que “esta já é a quarta gestação dela, que não cria nenhuma das outras crianças”. Nesse caso, a droga também afeta a lucidez da vítima da agressão. A falta de controle e domínio de suas ações é ressaltada no discurso. Para certificar a incapacidade e a falta de condições psicológicas da mulher, o relato aponta que ela não cria nenhum de seus outros filhos.

Portanto, o usuário de drogas é representado no texto do *Daqui* como alguém que não consegue ter uma vida “normal”, que não responde por suas ações e não pode pensar sobre si e sobre o outro. O ideal é que ele deva ser mantido isolado e afastado da vida social. Sua morte ou desaparecimento também não fazem falta, como discute Misse (2010). A seguir, outros dois casos que ilustram essa tendência:

Três mulheres foram presas suspeitas de tentar matar um idoso deficiente físico, na tarde de ontem. Núbia Fernandes Vieira, de 29 anos, e Daiane da Silva, de 19, foram presas em flagrante, suspeitas de tentativa de latrocínio contra o aposentado Sebastião Augusto Sobrinho, de 60 anos. O crime aconteceu na casa do idoso, que é cadeirante, na Vila Mutirão, na região Noroeste de Goiânia. De acordo com a Polícia Civil, Núbia, Isabelita e Daianne, que são usuárias de crack, teriam entrado na casa de Sebastião Augusto e lhe pediram dinheiro. Como ele se recusou a entregar sua aposentadoria, elas o atingiram com pedradas na cabeça, provocando ferimentos graves... Sebastião Augusto Sobrinho sofreu traumatismo craniano... O delegado informou que as três mulheres estavam visivelmente drogadas no momento da prisão (grifos meus) (DAQUI, 09/04/2014).

Uma dívida de 70 reais motivou o assassinato de Donizete Acácio da Cruz, de 53 anos, no início da noite de quinta-feira, em Cromínia. O homem estava dormindo em casa quando foi espancado a golpes de barra de ferro por um homem identificado como Claudiomar, 22, de quem um filho de Donizete teria comprado drogas e ficou devendo. Segundo a polícia, antes de agredir Donizete, Claudiomar ameaçou o rapaz dizendo que se ele não o pagasse, teria o pai assassinado (grifos meus) (DAQUI, 20 e 21/03/2010).

Nos dois exemplos, são relatados casos em que jovens agem de maneira imprevisível, violenta e fora do que é esperado pelos padrões de “normalidade”. A gravidade das situações explica a necessidade de intervenção contra atitudes consideradas irracionais. Na nota publicada em 2014, três mulheres tentam matar um idoso, deficiente físico, em busca de dinheiro para comprar drogas. Segundo o relato, as jovens “que são usuárias de crack”, pediram dinheiro ao aposentado. Como ele se recusou, “elas o atingiram com pedradas na cabeça, provocando traumatismo craniano”. O delegado reforça que elas “estavam visivelmente drogadas no momento da prisão”. A notícia causa espanto, pois se trata de um idoso, deficiente físico, que foi brutalmente espancado devido ao ataque de mulheres que queriam dinheiro para consumir drogas.

Na segunda notícia, publicada em 2010, uma dívida de apenas R\$70,00 motivou o assassinato de Donizete Araújo de forma brutal, pois ele estava dormindo e “foi espancado a golpes de barra de ferro” devido a uma dívida de drogas do filho. A brutalidade do assassinato e a motivação banal do crime são fatos que chocam o leitor e que só podem ser explicados devido à ancoragem do usuário de drogas como alguém insano, sem capacidade de julgamento

moral. Nesse exemplo, a única solução para esses casos seria o confinamento em clínicas de reabilitação, o desaparecimento ou até mesmo a morte. Os usuários de drogas são retratados, em várias dessas notícias, em condições desumanas, degradantes ou grotescas.

Sá (1992) confirma que o Brasil adota uma “política de criminalização de certas drogas”, associada a perspectiva médico-psiquiátrica. O problema é compreendido como sendo um “caso de polícia” ou de “doença mental”. Logo, o uso e o tráfico de drogas está ancorado, no imaginário social, como uma questão de sanidade mental, já que os traficantes e usuários deveriam estar presos, internados ou mortos.

Foucault (1972) descreveu, desde a idade média até a modernidade, como a sociedade ocidental estabeleceu uma relação de exclusão das pessoas consideradas loucas. Desde 1672, após as cruzadas, surgiram os leprosários, na França, com o intuito de afastar a lepra do restante da comunidade. Segundo o autor, o leproso já era uma pessoa que carregava um estereótipo e, por isso, era excluído. Logo depois, surgiram os asilos para internação de pessoas com doenças sexualmente transmissíveis. Na idade média, homossexuais, mulheres que “traíam”, que não tinham uma conduta considerada “decente” e todo o tipo de pessoa não bem quista pela sociedade eram isoladas. Para o autor, o louco foi maltratado pela história em todos os momentos. No século XVIII, o hospital “sanatório” ou psiquiátrico representava uma forma de exclusão social, onde se internavam loucos, prostitutas, leprosos, criminosos etc. A relação da sociedade e das clínicas de internação com a loucura, apesar de ser mais camuflada atualmente, ainda revela uma intervenção de dominação, disciplina, controle e exclusão da pessoa considerada louca.

Em *Os Anormais*, Foucault (2001) identifica a necessidade da defesa da sociedade contra indivíduos considerados “anormais”, “perigosos” e “delinquentes”. A partir da atuação da criminologia e da psiquiatria, passou-se, gradativamente, a associar a ideia de “loucura” a “perigo”.

Segundo Foucault (2001), a psiquiatria se ergue como a ciência dos anormais e das condutas anormais. Contudo, não é somente na psiquiatria que o distúrbio da natureza vai perturbar a sociedade. Será em toda parte, até nas condutas mais ínfimas, mais comuns e cotidianas, com estatuto de

irregularidade em relação a uma norma e, ao mesmo tempo, estatuto de disfunção patológica em relação ao normal. O que acarreta, como primeira consequência, que o encontro entre o crime e a loucura, não será mais, para a psiquiatria, um caso limite, mas um caso regular.

Nesse funcionamento, estão os indivíduos perigosos, loucos, criminosos, cujos comportamentos são considerados anormais, identificando crime e loucura como atributos do indivíduo anormal. Foucault (2001) relata que o anormal é uma figura constituída entre a articulação entre o poder médico e as práticas penais, indicado por seus traços psicológicos, como imaturidade psicológica, personalidade pouco estruturada, instabilidade emocional etc. O indivíduo a ser corrigido se torna alvo de intervenções sociais. As diversas instituições, como família, escola, fábrica, prisões, entre outros, visam sua correção e seu desenvolvimento.

Ao retratar o usuário ou traficante de drogas como “louco”, através de uma política de criminalização de algumas drogas, como o *crack*, o jovem com envolvimento com os narcóticos, além de ser considerado perigoso, criminoso e violento, sofre com mais um estigma que o rotula: o “da doença mental”. Esta representação social, já ancorada socialmente, faz com que a morte, internação e o afastamento desses jovens sejam vistos como uma solução, já que o princípio da exclusão, ligado à representação da loucura, é muito comum nos tempos atuais, como discute Foucault (1972).

Jodelet (2015) estuda a questão da inserção social da loucura analisando a construção de representações sociais sobre a doença em uma pequena cidade no centro da França, onde, desde 1900, os loucos eram enviados de uma instituição psiquiátrica para os cuidados de famílias locais. No seu estudo, a autora comprova que a exclusão não deixa de acontecer só pelo fato dessas pessoas terem saído da instituição psiquiátrica. Os processos de exclusão foram mais sutis e a comunidade passou a ter uma necessidade urgente de estabelecer diferenças entre quem era louco e quem não era. Assim, as famílias colocaram em práticas demarcações territoriais, separações de corpos e delimitação identitárias que, segundo a autora, não se diferenciaram das práticas médicas anteriores. Essas práticas de exclusão continuam nos dias atuais. Para Jovchelovitch (2015), a grande lição do estudo

de Jodelet (2015) é demonstrar que os efeitos simbólicos, como os provocados por representações sociais da loucura, são tão reais quanto efeitos materiais.

Sá (1992) relata que a rotulação de jovens envolvidos com drogas e com o tráfico no Brasil se dá através de uma reprodução ideológica condicionada, principalmente, pela própria recepção negativa da sociedade diante da questão, que também está ancorada na criminalização disseminada pelos meios de comunicação (SÁ, 1992, p.149). Zaluar (1992) critica a atual política repressiva de drogas no país e a cobertura midiática sobre o assunto. Como já apontado, como a criminalização do jovem usuário de drogas está ancorada no imaginário da população, que exige medidas cada vez mais duras e punitivas contra os mesmos, como a Redução da Maioridade Penal, a prisão, a exclusão, as ações de proteção privada, o esvaziamento dos espaços públicos urbanos, o desaparecimento e até mesmo a morte do sujeito considerado anormal.

3.3.4) Improdutividade

Ao analisar as notícias divulgadas pelo *Daqui* em 2010 e 2014, emergiu uma forte vinculação do jovem pobre com o tema da improdutividade, referindo-se ao aspectos econômicos e educativos de suas trajetórias de vida. Esses jovens, retratados nas notícias como pessoas envolvidas essencialmente em atividades violentas ou criminosas, não são capazes de produzir e consumir tanto quanto os demais, dentro do que é esperado no sistema capitalista.

Como já relatado, tanto em 2010, como em 2014, não há matérias que descrevem as atividades produtivas, intelectuais e econômicas que envolvem os jovens moradores das periferias urbanas. A maioria das notícias vinculam suas ações a atividades violentas e criminosas, associadas ao perigo. Em 2014 esse discurso se acentua, associando o aumento da violência em Goiânia devido ao consumo e ao tráfico de drogas. Se somente essa é a representação

possível para esses jovens, suas chances de serem vistos como protagonistas de suas trajetórias de vida ficam cada vez mais escassas. Assim, é aumentado o ciclo de representação do jovem das periferias essencialmente como problema, como bandido e como violento, como pode ser observado nos trechos a seguir:

Dois golpes contra o seguro desemprego foram descobertos ontem, em Goiânia. No Setor Rodoviário, foram presos Kelly Cristina Dionício Azevedo, de 23 anos, Shelmy Rossi Leite, de 26, Maria Aparecida Lopes Neta, de 19 anos, e Ranykelle Martins dos Santos, de 26. Eles foram flagrados em um escritório onde foram apreendidos mais de 50 carimbos de empresas e cerca de 100 carteiras de trabalho de supostos trabalhadores. As pessoas entram com o pedido de seguro-desemprego e pagavam a primeira parcela para o bando. Cada uma variava entre R\$ 500 e R\$ 900. O golpe pode ter rendido mais de R\$ 350 mil [...] (grifos meus) (DAQUI, 11/02/2010).

Dupla dava golpe do emprego. Jeferson dos Santos Neres, de 26 anos e Lucan Barbosa de Oliveira, 29 anos, foram ouvidos ontem na Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra o Consumidor (Decon). Eles são acusados de publicar em jornais anúncios nos classificados de empregos com propaganda enganosa. A dupla oferecia falsos empregos quando na verdade vendiam apenas um custo de cabista (profissional que instala cabos telefônicos e de TV), sem valor legal para as empresas... Segundo Alessandra Dias, as vítimas eram atraídas até a sede da empresa, na Avenida Anhanguera, no Centro, com a perspectiva de ganhar um salário de 900 reais. Quando chegavam lá descobriam que teriam de se matricular em um curso no valor de 400 reais [...] (grifos meus) (DAQUI, 14/04/2010).

Como pode ser observado nas matérias publicadas em 2010, no dia 11/02 e no dia 14/04, os jovens escolheram o caminho ilícito para aplicar golpes como forma de conseguir rendimentos. No primeiro caso, Kelly Cristina, 23, Shelmy Rossi, 26, Maria Aparecida, 19 e Ranykelle Martins, 26, enganavam trabalhadores que entravam com o pedido de seguro desemprego. No segundo caso, Jeferson Santos, 26 e Lucan Barbosa, 29, vendiam oportunidades de emprego a partir de cursos de cabista profissional. Como esses jovens não trabalhavam em uma atividade formal, não eram produtivos e úteis ao sistema capitalista. Para se inserir de alguma forma na sociedade de consumo, precisaram se envolver em atividades ilegais, agindo “de forma irresponsável e inconsequente”, como relatado nas notícias. Em 2014, a improdutividade é cada vez mais relacionada com o uso e o tráfico de drogas, como é possível notar nos trechos a seguir:

Dois moradores de rua foram mortos na Avenida Paranaíba, no Centro de Goiânia. A polícia suspeita que as vítimas foram assassinadas por causa de dívidas de drogas. Uma morte ocorreu na noite de domingo e a outra às 2h40 de ontem, segundo a Polícia Civil. Popó, um morador de rua e usuário de drogas conhecido da Polícia Militar, foi executado com um tiro no tórax às 22 horas de domingo pelo feirante Weverson Cardoso Cavalcante, conhecido como Manchinha. Segundo a polícia, o autor é um traficante que age no Centro e que teria ameaçado Popó de morte caso ele não efetuasse a cobrança de uma dívida de drogas de outro usuário identificado como Nequinho. Popó teria se negado a fazer a cobrança. O autor teria sido preso há dois meses em flagrante por tráfico de drogas (grifos meus) (DAQUI, 20/05/2014).

Policiais civis realizaram ontem a *Operação Pirilampas*, para cumprir 20 mandatos de busca e apreensão, na região Oeste de Goiânia...No Jardim das Oliveiras, foram encontrados 6 quilos de maconha na casa de Linda Stefanny Guimarães Souza, de 21 anos. No local também estavam dois adolescentes, de 16 e 17 anos. Linda foi levada para o 14º DP e os menores, para a Depai. Na ação, ainda foram recuperados dois carros roubados – um HB20 e um Gol -, além de armas e munições (grifos meus) (DAQUI, 27/06/2014).

Nos dois exemplos, os jovens utilizam o tráfico de drogas como fonte de renda. Na nota publicada no dia 20/05/14, os moradores de rua foram assassinados devido a uma dívida de drogas. O autor do crime é um traficante que atuava no centro de Goiânia e que utilizava o tráfico como fonte de provimentos. No segundo caso, na matéria publicada em 27/06/14, Linda Stefanny, 21 e dois “menores” foram presos em uma casa na região oeste de Goiânia. No local foram encontradas drogas e dois carros roubados. Tudo indica que essa era também a fonte de renda desses jovens e a sua forma de entrada no mundo do trabalho e do consumo.

Segundo Marx (1988), o trabalho é uma categoria fundamental para pensar as relações na sociedade capitalista. Ao analisar o mundo do trabalho após a Revolução Industrial, o autor constatou que o trabalhador vende sua capacidade de trabalho para o capitalista, que detém a propriedade privada. Um conceito essencial para Marx (1963) é a alienação no mundo do trabalho. Segundo ele, o sistema capitalista conduz a um trabalho alienado, através da crescente especialização e divisão de tarefas. O autor analisa estas relações de exploração a partir de determinados interesses de classe. O trabalhador não tem controle do que produz, já que, com a divisão social do trabalho, um sujeito

que atua em uma confecção, por exemplo, costura somente um bolso, não conseguindo produzir uma camisa inteira.

Ao pensar sobre o trabalho alienado, Marx (1963) afirma que, o trabalhador, ao repetir a mesma tarefa inúmeras vezes, adquire uma habilidade impar em realizar uma atividade específica, contudo, reduz sua capacidade de reflexão, produzindo mais mercadorias, de forma mais rápida, em um mesmo período de tempo, em um constante processo de superprodução e mais-valia. O autor afirma que o trabalho é organizado para fornecer uma maior quantidade de mercadorias. Em vez de um mesmo trabalhador executar diferentes operações, elas são separadas umas das outras e realizadas, ao mesmo tempo, pelos vários trabalhadores.

Ao analisar a sociedade contemporânea e a evolução do capitalismo, Harvey (2003) explica que o taylorismo, através do controle gerencial, propõe a organização e divisão de tarefas, ajustando o trabalhador no processo de produção. Já no fordismo, aparece o papel do gerenciamento através do incentivo ao trabalho em equipe, que visa a maior produtividade e o envolvimento do trabalhador com a empresa.

Para Harvey (2003), atualmente, o capitalismo passou do fordismo para a acumulação flexível, através do surgimento de novos mercados internacionais e inúmeras mudanças tecnológicas, nos quais o trabalho é orientado por normas, valores e procedimentos de incentivo à produtividade. Esta nova fase se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção e mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Segundo o autor, os empregadores tiveram aumentados seus poderes de pressão e controle sob uma força de trabalho enfraquecida por altos índices de desemprego, principalmente vivida pelos jovens. Através da gerência, de políticas de recursos humanos e dos programas de qualidade total, a produtividade se torna mais eficiente e, conseqüentemente, a lucratividade também.

Portanto, percebe-se que o capitalismo se inovou ao longo dos séculos, incentivando os trabalhadores, principalmente os jovens, a produzirem mais em um menor espaço de tempo, utilizando a tecnologia como aliada para o aumento da produtividade. As novas formas gerenciais de controle, recursos humanos e prêmios de qualidade total são maneiras de fazer com que o trabalhador venda sua força de trabalho com cada vez mais competência,

gerando, assim, maior lucro para as empresas. E o jovem vive esse processo de forma cada vez mais intensa, somando-se a isso a própria dificuldade do primeiro emprego e da entrada no mundo do trabalho.

Segundo Freitas (2010), o trabalho ocupa uma dimensão fundamental na vida do ser social. Porém, a sociedade produtora de mercadorias elevou o estranhamento e a alienação do ser social em relação ao que ele produz, já que ele não é o mesmo proprietário daquilo que foi criado por ele. Assim, os trabalhadores, a partir de sua força de trabalho, não garantem somente a sua sobrevivência, mas também a ampliação do capital.

Por sua importância, o direito ao trabalho é um direito humano que todos deveriam possuir. Ele significa o acesso à participação da base material da sociedade. Contudo, o atual estágio de mundialização do capital tem levado a um número cada vez maior de trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade, principalmente em relação às camadas mais frágeis, como os jovens, crianças e idosos. Para Freitas (2016), crianças e adolescentes são submetidas, cotidianamente, a condições de trabalho degradantes, sujeitas à exploração do próprio trabalho.

Segundo Tosta (2016), o trabalho infantil contribui para expor crianças e adolescentes a situações de risco, exploração, abuso e violência, além de exaurir as energias de quem está em período de formação. Em levantamento realizado pelo PNAD de 2008, em relação a trabalhos com baixa remuneração, constatou-se que 39,6% dos brasileiros começam a trabalhar entre 10 e 14 anos de idade e 13,5% se inserem no mercado com menos de 9 anos (em subempregos). Portanto, mais da metade da população do país tem o primeiro emprego em idade proibida pela legislação brasileira. Até 78,6% dos brasileiros inicia suas jornadas de trabalho aos 17 anos. A autora questiona por que a alternativa de socialização pelo trabalho somente é colocada para as crianças de classes populares, ao passo que as outras têm o direito de serem crianças. Sua defesa é que todas as crianças e adolescentes tenham a oportunidade de vivenciar práticas mais saudáveis de socialização, com investimento em educação de qualidade e acessível, com capacidade de atrair e manter crianças e adolescentes.

Pais (1990) confirma que, atualmente, no Brasil, um dos problemas que mais afeta a juventude são as questões derivadas da dificuldade de inserção

no mundo do trabalho. Canezin *et al* (2010), relatam que as transformações ocorridas no país, a partir de 1990, advindas do modelo econômico neoliberal, acabaram por agravar as condições do jovem no mercado de trabalho. O trabalho formal foi substituído por ocupações autônomas, em condições precárias, com baixos rendimentos, instabilidade, altas jornadas, rotatividade e ausência de mecanismos de proteção social. Os empregos criados, além de insuficientes, também são precários, aparecendo oportunidades nos setores de serviços básicos, como limpeza, segurança etc. Nesse contexto, o tráfico apareceu como uma forma de entrada na sociedade de consumo, como aponta Kehl (2008). A partir dessas reflexões, é possível perceber que a realidade da contradição da exploração do mundo do trabalho e a situação de desemprego e subemprego vivenciada pelos jovens em Goiânia e região metropolitana não é, em nenhum momento, problematizada pelas notícias publicadas no *Daqui*. Como apontado, essa questão aparece ancorada à representação do jovem com a questão da improdutividade.

3.3.5) Individualismo

Segundo Dumont (2000), o individualismo é uma característica das sociedades modernas, sendo que a percepção do indivíduo sobre si mesmo não é inata, mas aprendida socialmente. Para o autor, existem duas espécies de sociedades: quando o indivíduo constitui o valor supremo, ele fala de individualismo (sociedade moderna); no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, ele fala de holismo.

Comparando a sociedade moderna com a sociedade indiana, nesta o indivíduo renuncia a si mesmo, sendo considerado um “indivíduo-fora-do-mundo”. Comparativamente, na sociedade moderna, tem-se o “indivíduo-no-mundo”. O mesmo tipo sociológico encontrado na Índia – “indivíduo-fora-do-mundo” está inegavelmente presente no cristianismo e em torno dele no começo dessa era.

Os primeiros cristãos estavam, de fato, mais próximos do renunciante indiano do que do indivíduo moderno, instalado em um mundo que acredita ter adaptado às suas necessidades.

Com a ajuda do exemplo indiano, o autor sustenta que o individualismo não teria podido desenvolver-se de outro modo, a partir do holismo tradicional e que os primeiros séculos da história da Igreja mostravam os primórdios da adaptação desse ser ao mundo. É por isso que a história da concepção pela Igreja de sua relação com o Estado é central na evolução da relação entre o portador de valores, o indivíduo-fora-do-mundo e o mundo.

Com Calvino, a dicotomia hierárquica que caracterizava o campo de estudo chega ao fim: o elemento mundano antagônico, ao qual o individualismo devia reservar um lugar, desaparece inteiramente na teocracia calvinista. O indivíduo está agora no mundo, e o valor individualista reina sem restrições nem limitações na modernidade. Tem-se agora o indivíduo-no-mundo, com o individualismo como valor fundamental na sociedade moderna.

Na dimensão do individualismo, é possível perceber que o discurso jornalístico do *Daqui* percebe a violência enquanto um problema inato e exclusivo do indivíduo. Nessa categoria, é possível perceber que o texto enfatiza que o criminoso possui um problema interno e que a responsabilidade de seus atos é única e exclusivamente sua. Se há alguma preocupação com esse indivíduo, é em função de uma possível consequência de um ato criminoso. O exemplo da chacina de quatro jovens, no Morro do Mendanha, em Goiânia, ilustra essa tendência:

Polícia descarta prostituição. O delegado titular da Delegacia de Homicídios (DIH), Murilo Polati, descarta a possibilidade de que a *prostituição tenha algo a ver com a morte das quatro jovens no Jardim Petrópolis, no Morro do Mendanha...* Diferentemente do divulgado na mídia, a Polícia Civil não confirmou a informação passada por uma testemunha de que as moças eram garotas de programa. Já o indício de que elas usavam drogas e eram envolvidas, diretamente ou indiretamente com o tráfico, é considerado certo [...] os parentes das meninas contestaram, no dia da chacina, a versão de que elas se prostituíam [...] mas confirmaram que algumas delas usavam drogas [...] (*grifos meus*) (DAQUI, 11/03/2014).

Vítimas de chacina foram mortas com única arma. A Polícia Civil recebeu ontem laudo do exame de confronto de balística do caso da chacina do Morro do Mendanha. Ficou comprovado que os projéteis encontrados nos corpos de duas das quatro vítimas foram desferidos do revólver calibre 38 encontrado com acusados do crime. Os corpos

de Sinara Monteiro da Costa de 16 anos, Rayane Kelly Silva, de 15, Myleide Morgana Lagário de Lima Borba, de 19, e Ana Kelly Martins Cardoso, de 19 foram encontrados perfilados, com sinais de tiros na cabeça, na manhã do dia 8 de março... Todos são envolvidos com o tráfico de drogas e decidiram matar as jovens depois de descobrirem que uma delas, Rayane, namorada de um deles, enviou uma mensagem via celular a um policial militar dizendo que não poderia atendê-lo por que estaria “em lugar impróprio, com pessoas impróprias” (grifos meus) (DAQUI, 16/04/2014).

Na primeira notícia, publicada em 11/03/14, a polícia “descarta a possibilidade de que a prostituição tenha algo a ver com a morte das quatro jovens no Morro do Mendaña”. Segundo relatado no texto jornalístico, diferentemente das informações divulgadas na mídia, que afirmavam, através de uma suposta testemunha, que as moças eram “garotas de programa”, a real motivação das mortes seria a ligação das vítimas “direta ou indiretamente com o tráfico”, já que parentes “confirmaram que algumas delas usavam drogas”.

Pode-se notar que a culpabilização da morte dessas jovens, feita pela mídia, é única e exclusiva delas. Primeiramente, de forma irresponsável, já que as fontes não são checadas e os próprios familiares negaram a versão de prostituição, os veículos de comunicação vincularam a morte das moças à sua suposta atuação como garotas de programa. O texto apresenta elementos de julgamento moral de suas condutas e de suas trajetórias de vidas.

Na sequência, o delegado aponta a “real” motivação de suas mortes: sua ligação direta ou indireta com o tráfico, já que familiares afirmaram que algumas delas eram usuárias de drogas. O fato de supostamente fazer uso de substâncias entorpecentes criminaliza essas jovens, o que justifica sua morte. Em seguida, após apurar os motivos do crime, em matéria veiculada em 16 de abril de 2014, a ligação das moças com a prostituição é desvinculada da motivação de suas mortes. Contudo, o delegado afirma que tanto os assassinos, como as vítimas, estavam envolvidos com o tráfico de drogas.

Ao vincular a trajetória de vida das moças vítimas e dos jovens que cometeram os crimes com envolvimento direto com o tráfico de drogas, é possível também recuperar conceito de sujeição criminal, proposto por Misse (2008). Como já apontando, segundo o autor, a sujeição criminal constituiu um sujeito específico, alguém que pode sair das relações sociais, pois não fará falta. Para Misse (2010), existe uma afinidade entre práticas criminais, que provocam um sentimento de insegurança nas cidades, e certos “tipos sociais”

demarcados pelo seu estilo de vida. A responsabilização de suas mortes é única e exclusivamente sua devido à suas trajetórias individuais.

Apesar de não vincular diretamente a causa da morte das jovens à prostituição, ao final, o delegado apresenta os argumentos dos jovens que assassinaram as moças, que decidiram matá-las depois de descobrirem que uma delas, Rayane, enviou uma mensagem via celular, a um policial, dizendo que não poderia atendê-lo porque estaria “em um lugar impróprio, com pessoas impróprias”. A conduta de Rayane, nesse caso, é questionada. Mais um motivo para a responsabilização de sua morte devido à sua atitude, considerada “inapropriada”.

Em outro caso publicado pelo *Daqui* no mesmo mês, é possível perceber elementos de julgamento moral que responsabilizam a vítima, justificando sua morte por sua trajetória de vida:

A tese de que Wanessa Oliveira Felipe, de 22 anos, foi executada com um tiro no tórax em um crime ligado ao tráfico de drogas ganhou força ontem, segundo a delegada Tatiana Barbosa, adjunta da Delegacia de Homicídios (DIH). A polícia descobriu que Wanessa usava e vendia pequenas quantidades de droga em prostíbulos de luxo onde trabalharia esporadicamente como garota de programa. A jovem foi morta às 20h15 de quarta-feira, em uma farmácia no Bairro Goiá, por um homem moreno, que usava blusa de frio e capacete com a viseira levantada. Ele entrou armado e avisou a todos que não era um assalto e que queria “só” matar a moça. (grifos meus) (DAQUI, 25/04/2014)

Nessa notícia, a morte de Vanessa Oliveira também é justificada devido às suas escolhas. Novamente há uma responsabilização individual pelo que aconteceu em sua vida, já que ela usava e vendia drogas, além de trabalhar como garota de programa. A morte de jovens envolvidos com o uso e tráfico de drogas passa a ser responsabilidade única e exclusiva do sujeito e não há questionamento do *Daqui* diante dessa realidade. Essas notícias se tornam comuns e o anúncio desse tipo de crime se banaliza, não precisando dar muitas explicações sobre os motivos para o assassinato de mais um grupo de jovens, como no exemplo seguinte:

Oito são assassinados no feriado. A morte de um homem de cerca de 25 anos, às 3h30 de ontem, na Rua 608, no Setor São José, foi o oitavo homicídio registrado em Goiânia durante o feriado de carnaval. A Delegacia de Investigações de Homicídios já registrou 63

assassinatos na capital este ano, a maioria com o uso de arma de fogo e cujas vítimas tinham envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas. A vítima de ontem continuava sem identificação até o final da tarde no IML. Ela foi morta a tiros, que atingiram as costas e o abdome (grifos meus) (DAQUI, 17/02/2010)¹⁷.

A morte de mais um jovem anunciada pelo *Daqui*, dentre oito assassinados no feriado e 63 desde o início do ano, não é problematizada na narrativa do diário, que não informa seu nome ou a motivação do crime. Há a vinculação direta dessa morte e das demais com “envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas”. Sua morte é justificada devido a um suposto envolvimento com as drogas, que nem chega a ser comprovado, em nenhum dos oito casos citados pela nota. A morte, o desaparecimento e a exclusão desses jovens se tornam comuns e banalizadas no texto jornalístico do diário.

3.3.6) Ambiguidade

Essa categoria aponta para a manifestação de uma representação social na qual predomina a ambiguidade em relação ao jovem que comete atos infracionais. Há uma heterogeneidade no discurso, a partir da auto representação dos sujeitos, com adjetivações distintas e julgamentos morais diversos quando se trata de jovens de classe média e classe alta; comparativamente com os jovens de classe baixa. Quando se trata do usuário de drogas, o lugar de não sujeito se torna ainda mais evidente para os jovens da periferia. Como nos exemplos a seguir:

Três estudantes de medicina, entre eles um goiano, foram expulsos da instituição onde estudavam em Ribeirão Preto (SP), acusados de agressão. A alegação da faculdade é de que o regimento interno não permite essa conduta mesmo fora do ambiente universitário. Há pouco mais de um mês, o goiano Abrahão Afiune Júnior, de 21 anos,

¹⁷Trecho de notícia presente na dissertação de mestrado intitulada “O discurso da criminalização da juventude no Jornal Daqui” (MENDES, 2011).

e mais dois colegas foram presos por agressão e ofensa contra um senhor (grifos meus) (DAQUI, 02/02/2010).

A Justiça de Ribeirão Preto (SP) concedeu liminar na sexta-feira para que os três estudantes (um deles goiano) acusados de racismo contra um trabalhador, retornem às aulas e concluam o curso. Os jovens foram expulsos pelo Centro Universitário Barão de Mauá, no dia 1º deste mês. Ontem, a direção da universidade, disse que vai recorrer ao Judiciário para que sua decisão seja aplicada. (grifos meus) (DAQUI, 09/02/2010)

Posto de saúde abandonado vira refúgio para marginais. Sala do local onde funcionou posto de saúde tem colchão e até cachimbo para uso de crack. Moradores da Vila Mutirão em Goiânia estão incomodados com a antiga sede do posto de saúde do bairro. É que a construção, na Rua E, desativada a cerca de 8 anos, está servindo de refúgio para marginais, que, segundo moradores, usam até drogas no local... “Já presenciei marginais utilizando o espaço para usar drogas e fazer arruaças. Isso sem falar do mau cheiro, pois muitos deles fazem as suas necessidades ali mesmo”, conta ela... (grifos meus) (DAQUI, 09/02/2014)

No primeiro caso, é relatada uma agressão de racismo cometida por jovens estudantes de medicina, sendo que um deles, Abrahão Afiune, de 21 anos, é goiano. Possivelmente, os autores do delito são jovens filhos de famílias de classe média ou classe média alta, já que o Centro Universitário Barão de Mauá oferece cursos de graduação particulares. A mensalidade do curso de medicina gira em torno de R\$4.800, em média (valor do 1º semestre de 2015), sem contar os gastos com moradia, alimentação e materiais escolares.

Na primeira notícia, divulgada em 02/09/14, é informado que os estudantes foram expulsos da faculdade devido “a uma agressão e ofensa contra um senhor”. O crime de racismo foi ocultado e, na sequência de enunciados, os jovens não receberam nenhum adjetivo pejorativo ou julgamento moral devido à sua conduta racista.

Na segunda nota, publicada na semana seguinte, é informado que os três estudantes de medicina acusados de racismo receberam uma liminar para voltar às aulas e concluir o curso na universidade. Os jovens foram liberados e novamente não foram julgados pelo texto jornalístico do *Daqui*, com o uso de adjetivações ou através de colocações com cunho moral reprimendo sua conduta diante do crime de racismo.

Ao contrário do tratamento recebido por jovens de classe média/alta quando os mesmos cometem atos infracionais, na matéria publicada em abril

de 2014, mais uma vez o uso de drogas é retratado como um crime que causa horror. Os usuários de drogas, em 2014, são adjetivados em tons pejorativos, como “marginais” que fazem “arruaças” e vivem praticamente como animais, já que “fazem suas necessidades ali mesmo”, no Centro de Saúde abandonado, em um bairro da periferia de Goiânia.

Os depoimentos dos moradores que denunciam o caso confirmam a estereotipia do usuário de drogas no texto do *Daqui*: “moradores da Vila Mutirão estão incomodados com a antiga sede do posto de saúde do bairro. É que a construção está servindo de refúgio para os marginais, que segundo moradores, usam até drogas no local”.

Segundo Ramos e Paiva (2007), os jornalistas no Brasil assumem que há uma diferença no tratamento recebido por pobres e ricos. Segundo os repórteres, suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa nos jornais e ficam expostos.

Franco *et al* (2011), ao analisar reportagens divulgadas no *O Popular* em 2010 e 2011, afirma que o jornal, de forma crescente, apresenta notícias associando as drogas, em geral e o crack, em particular, a vários problemas sociais. Segundo os autores, nesses dois anos, o jornal elaborou a construção social do problema como uma epidemia, que toma conta da sociedade e seus efeitos se tornam irreversíveis. O público são jovens pobres ou moradores de rua completamente viciados pela droga, o que impede o tratamento ou o rompimento do ciclo de miséria e abandono. As consequências dessa situação é o clamor público para a solução do problema, já que, segundo a polícia, os crimes têm relação direta com o uso e o tráfico de drogas. Segundo os autores:

o tema foi inventariado, interpretado de maneira sensacionalista e estereotipada, construído como um problema social com implicações em esferas que deveriam estar moralmente a salvo, como a família e a escola; grupos vulneráveis são associados ao problema e demonizados e, por fim, a normatização é chamada sob o signo da repressão (FRANCO *et al*, 2011, p.15).

Ao comparar a estereotipia feita pela mídia com o levantamento de 61 processos em julgamento analisados no referido período, os autores perceberam que, a partir de 2007, cresceu o número de réus que se afirmaram usuários de crack ou que alegam ter praticado crimes em decorrência de sua relação com o tráfico. Contudo, segundo eles, isso não é suficiente para

vincular automaticamente que o uso e o tráfico de crack aumentam a incidência desses desse tipo de crime, já que grande parte dos homicídios registrados em Goiânia não chega a ser elucidada.

Silva (2011), ao estudar o crescimento do tráfico e do consumo de drogas em Goiânia, indica que existe um mercado clandestino que produz, distribui e comercializa seus produtos. Segundo o autor, o aparelhamento e a eficácia desse negócio expõe as relações socioeconômicas que o amparam. Portanto, para ele, é uma atitude ingênua avaliar o uso de drogas como consequência de uma escolha ou ato subjetivo do indivíduo. Ao contrário do que é estigmatizado nas manchetes dos jornais, “esse contexto também esconde que o consumo e o tráfico de drogas estão mais do que nunca presentes nas classes médias” (SILVA, 2011, p.159).

Segundo o autor, com o auxílio das mídias, igrejas e outras instituições, cria-se a ligação direta entre juventude, drogas e violência, colaborando na construção do estigma dos jovens vistos como perturbadores da ordem e, consequentemente, como outsiders. “Certos comportamentos são considerados incorretos, mas nenhuma lei se aplica a eles e nem qualquer sistema organizado que fiscalize a burla às regras” (SILVA, 2011, p.158). Esses jovens, portanto, podem ser excluídos ou mortos, pois não farão falta à sociedade.

CAPÍTULO 4

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE O JORNAL *DAQUI*

*Mais da metade do país é negra e se esquece
Que tem acesso apenas ao resto que ele oferece
Tão pouco para tanta gente
Tanta gente
Tanta gente na mão de tão pouco
Pode crer
Geração iludida uma massa falida
De informações distorcidas
subtraídas da televisão...*

Racionais Mc's

4.1) A metodologia de pesquisa e as fontes consultadas

Após estudar as representações dos jovens no *Daqui*, comparando os anos de 2010 e 2014, o objetivo dessa pesquisa foi compreender as representações sociais de jovens de diferentes estratos sociais da cidade de Goiânia sobre os discursos midiáticos a respeito de si. Apenas a título de selecionar os grupos de jovens considerando a estratificação social, a inspiração de uma teoria de classes foi a de Pierre Bourdieu (2007). Diante da impossibilidade e mesmo pelo fato de ser dispensável estabelecer rígidos critérios para perceber as posições de classe na estrutura social, foram utilizados como indicadores os bairros de moradia, considerando que a localização no território reproduz a distância e as desigualdades sociais entre as classes, as instituições escolares frequentadas pelos jovens, já que acesso à educação é um bom indicador proxy de renda no Brasil, ou seja, escola pública, escolas privadas e destas, considerando o valor das suas

mensalidades. A partir desses indicadores, os grupos foram formados considerando-os como representantes das classes baixa, média e alta.

Com relação à técnica empregada para conhecer e captar os discursos dos jovens, foi utilizado o grupo focal. É importante salientar que a pesquisa em representações sociais trabalha com metodologias variadas, cabendo ao pesquisador fazer o melhor uso das que escolher.

Ciente da diversidade de propostas metodológicas na perspectiva das representações sociais, o método escolhido para a realização desse trabalho buscou possibilitar uma aproximação da pesquisadora à experiência dos jovens participantes do estudo, capturando as significações atraídas pelos mesmos às questões propostas na pesquisa. O instrumento buscou, portanto, favorecer a livre expressão dos pensamentos dos jovens, permitindo emergir os significados relacionados ao tema.

O grupo focal¹⁸ foi o instrumento utilizado para a coleta de dados. O objetivo foi captar os significados que emergiram da situação de pesquisa, à medida que os participantes refletiram e conversaram sobre o tema proposto. Segundo Berg (1998), o grupo focal pode ser definido como um estilo de diálogo realizado com pequenos grupos, sobre um tema particular que tenha interesse ou relevância para o grupo e para o pesquisador. Uma sessão de grupo focal normalmente possui um número pequeno de participantes sobre a orientação de um facilitador, usualmente conhecido como moderador.

Para Cruz Neto; Moreira e Sucena (2002), o número de participantes de um grupo focal deverá ser pequeno o suficiente para que todos tenham a oportunidade e expor suas ideias e grande o bastante para que os participantes possam vir a fornecer consistente diversidade de opiniões. Na seleção dos participantes, eles foram convidados com antecedência e esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa.

Os critérios utilizados na seleção dos componentes estiveram vinculados aos objetivos e aos resultados que a pesquisa deseja alcançar. Para tanto, foram consultados entre 8 a 10 jovens participantes em cada grupo focal, sendo que cada um dos 3 grupos contou com a participação de jovens situados em uma posição distinta no extrato social (classes alta; média e baixa). O

¹⁸O financiamento para a realização dos grupos focais e demais custos desta pesquisa foi feito pela bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG.

desejo de participação foi formalizado através de um “Termo de consentimento livre e esclarecido”. No caso da participação de adolescentes, a exigência de assinatura também foi estendida a seus pais ou responsáveis. Foram escolhidos locais adequados para a realização dos grupos focais, claros, sem ruídos, afastados da interferência de terceiros e de fácil acesso para todos. Foi ainda garantido o absoluto sigilo das informações fornecidas, armazenando-as em bancos de dados. Após as discussões no grupo, foi servido um lanche aos participantes, além da disponibilidade de vale transporte para os jovens que tiveram que se deslocar ao local de realização do grupo focal e uma remuneração simbólica que variou entre R\$ 50,00 (para jovens da região noroeste e alunos do Colégio Medicina) e R\$ 30,00 (para os alunos do Colégio Fractal)¹⁹.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa em que se deseja compreender os sentidos de grupos e as percepções individuais dos jovens participantes do grupo focal no processo de coleta de dados, a quantidade de grupos realizados não foi fator relevante para a qualidade da pesquisa, mas sim a saturação do debate dos temas propostos em cada grupo.

Foram realizados três grupos focais, contando com a participação de 8 a 10 jovens com idade de 14 a 29 anos, do sexo masculino (já que eles são os mais criminalizados e as principais vítimas da violência no Brasil), de três diferentes extratos sociais (classe alta; média e baixa). Para proteger a identidade dos jovens que contribuíram para a realização dessa pesquisa, seus nomes foram trocados por outros distintos. No relato a seguir, eles são identificados pelo nome fictício e pela região ou escola da qual fazem parte.

O primeiro grupo foi realizado em uma sala adequada no Labicom da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG e contou com a participação de 8 jovens de classe baixa, moradores da região noroeste de Goiânia, com idade entre 14 a 29 anos. Para a seleção desses participantes, a pesquisadora entrou em contato com uma aluna da UFG que é moradora da região e a mesma a levou para uma feira que acontece todas as quintas-feiras, na Praça da Paz, no Jardim Nova Esperança. A praça é o principal ponto de encontro de jovens na região noroeste, onde são vendidos produtos diversos, alimentos e

¹⁹O valor pago aos alunos do Colégio Fractal foi de R\$ 30,00 por sugestão do professor que fez o contato para a realização do grupo focal na instituição.

local onde os jovens se reúnem para dançar *break*, *street dance*, andar de *skate* e se confraternizar. O local também é ponto de uso e tráfico de entorpecentes.

Segundo informado pela jovem Roberta²⁰, de 19 anos, moradora do Jardim Nova Esperança, tal região não possui estrutura de lazer, cultura e de esportes para os jovens. O único momento em que eles se encontram é na quinta-feira, pois, nesse dia, a praça possui mais movimento e, segundo ela, não é tão perigosa. Nos demais dias, conforme relatado pela jovem, a praça não é frequentada nem mesmo para fazer caminhadas, já que há uma grande sensação de insegurança na região devido às abordagens policiais, ao tráfico e uso de drogas.

O segundo grupo focal foi realizado com participantes de classe alta, no Colégio Medicina, contando com a autorização da direção da instituição e com a presença de 10 jovens do sexo masculino, com idade entre 14 a 29 anos. O valor da mensalidade no Colégio Medicina gira em torno de R\$ 1.400 por mês (valor atualizado em 2016). O grupo focal aconteceu em uma sala apropriada, sem a interferência de outras pessoas, com boa iluminação e ventilação.

O terceiro grupo focal aconteceu com a participação de jovens de classe média, no Colégio Fractal, contando também com a autorização da direção da instituição e com a presença de 8 jovens do sexo masculino, com idade entre 14 a 29 anos. O valor da mensalidade no Colégio Fractal gira em torno de R\$ 500,00 por mês (valor atualizado em 2016). O grupo também foi realizado em uma sala apropriada na instituição, sem a interferência de outras pessoas, com boa iluminação e ventilação.

Durante a realização dos grupos focais, foi apresentado um roteiro com a apresentação da capa do Jornal *Daqui* e com algumas matérias vinculadas às categorias de análise encontradas no 3º capítulo dessa pesquisa, ao comparar as notícias publicadas no diário em 2010 e 2014: irreversibilidade; periculosidade; insanidade; improdutividade; individualismo e ambiguidade. O objetivo era apreender qual a representação social dos jovens de diferentes extratos sociais diante da cobertura do *Daqui* sobre juventude; violência e criminalidade.

²⁰Conforme informado, todos os nomes de jovens que aparecem no relato da pesquisa foram substituídos por outros nomes fictícios, para proteger a identidade dos mesmos.

Serão apresentadas, a seguir, as percepções dos jovens após a exibição de cada notícia vinculada às categorias encontradas. A pesquisadora atuou como moderadora, não interferindo nos posicionamentos e argumentos expostos durante a realização dos grupos focais. Os grupos contaram, ainda, com a participação de observadores, para ajudar a identificar outras formas de linguagem dos jovens durante a apresentação das notícias. A pesquisa contou, também, com o apoio de um profissional para registrar, em áudio e vídeo, os grupos focais. A câmera ficou em um lugar discreto e os participantes foram informados que as falas seriam registradas sem a identificação e posterior exposição da imagem de cada um deles, servindo somente para a transcrição dos relatos, assegurando o anonimato de todos na apresentação de suas impressões no relatório final da pesquisa.

As falas dos jovens deixaram emergir discursos distintos sobre a representação do Jornal *Daqui* a respeito de si. Diferentemente do periódico, que considera os jovens das periferias de Goiânia perigosos, violentos, sem responsabilidade, agressivos etc, os jovens dos três extratos sociais analisaram essa realidade de forma autônoma, em um processo de subjetivação, demonstrando, na maior parte dos casos, uma ancoragem diferente do discurso hegemônico sobre si mesmos. Portanto, mesmo sendo constituídos a partir de imposições exteriores, como relata Foucault (1984), por outro lado esses jovens são constituídos a partir de relações intersubjetivas em que há espaço para a criação de si mesmos como sujeitos livres e autônomos.

Segundo Doise (2001), existem princípios organizadores de grupos que podem se distinguir da representação social hegemônica. Para ele, toda definição das representações em termos de consenso não é suficiente, sendo tomadas posições distintas pelos sujeitos, através de princípios que estruturam as relações de grupos e indivíduos, acentuando ou diminuindo contrastes. Para o autor, existem três níveis de análise nas representações sociais: o psicológico (nível individual), o sociológico (nível grupal) e o psicossociológico (como os indivíduos se situam na relação grupal).

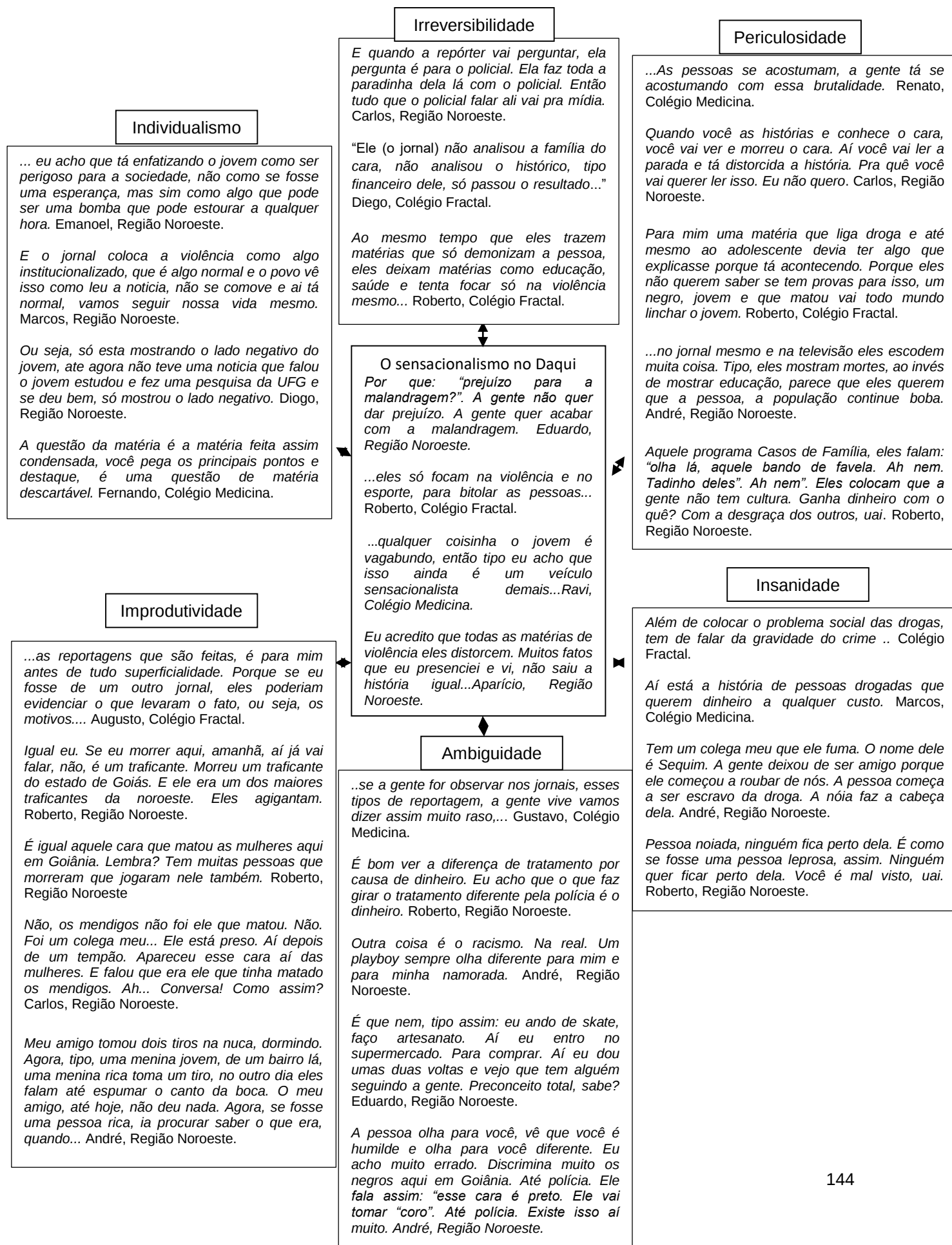
Conforme já relatado, no caso dessa tese, quando é feita a análise midiática do discurso do Jornal *Daqui* sobre os jovens, a pesquisa se dá no nível coletivo de análise das representações, como orienta Wagner (2009). Já no 4º capítulo foi realizado o nível de avaliação individual das análises das

representações, enfatizando os contrastes e proximidades de discurso entre os participantes dos grupos focais. Como já exposto, assim como Porto (2010), não se pretende dissecar detalhadamente cada representação. O objetivo é emergir uma rede de significados que ora se articulam, ora se opõem.

A seguir, serão apresentados os principais relatos dos jovens, a partir da discussão nos grupos focais, através da construção do Mapa Representacional, a partir da proposta de leitura flutuante, proposta por Spink (1994). Logo em seguida, serão apresentadas as categorias encontradas e as principais discussões feitas pelos jovens em diálogo com o conteúdo midiático.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS SOBRE O JORNAL DAQUI

(Fonte: elaboração da autora)



4.2) O sensacionalismo no Jornal Daqui

Ao apresentar a capa do Jornal *Daqui* para os participantes dos 3 grupos focais, os jovens foram motivados a relatar suas impressões sobre o periódico. Todos concordaram que o jornal é sensacionalista, violento, apresentando notícias rasas, sem aprofundamento:

Você está perguntando o que a gente acha. Além de ser muito resumida, é tipo um deboche. Por que: “prejuízo para a malandragem?”. A gente não quer dar prejuízo. A gente quer acabar com a malandragem. Então por que eles colocam prejuízo? Tipo assim, é uma coisa meio que desinformada. Não é o correto. Eduardo, Região Noroeste.

Como muitos jornais no Brasil, eles só focam na violência e no esporte, para bitolar as pessoas, manipulando a informação que chega até elas. O futebol é quase igual a um circo alegórico no Brasil. Roberto, Colégio Fractal.

...se você pegar um jornal desse e retratar a gente, se você é jovem, não trabalha e tá estudando, se você não tá trabalhando, você é vagabundo, porque antigamente eles trabalharam e estudaram, aí qualquer coisinha o jovem é vagabundo, não sei o que, então tipo eu acho que isso ainda é um veículo sensacionalista demais... Ravi, Colégio Medicina.

Porque, tipo assim, isso é como se chamar todos de idiota, que quem tá comprando de idiotas, porque você tá vendendo uma coisa que agride a intelectualidade das pessoas, porque você não é capaz de pensar mais do que isso, não vai procurar mais do que isso. Gustavo, Colégio Medicina.

Os jovens identificam o *Daqui* como sendo um veículo de comunicação sensacionalista e afirmam que esse tipo de publicação subjuga a inteligência do público leitor. Como aponta Gustavo (Colégio Medicina): “...é como chamar todos de idiota... porque você tá vendendo uma coisa que agride a

intelectualidade das pessoas, porque você não é capaz de pensar mais do que isso...” O não aprofundamento das notícias e a descontextualização dos fatos também foram características relatadas por esses jovens. Segundo Roberto (Colégio Fractal): “*como muitos jornais no Brasil, eles só focam na violência e no esporte, para bitolar as pessoas, manipulando a informação que chega até elas*”. A crítica dos jovens dialoga com os estudiosos do jornalismo sensacionalista, como Angrimani (1995) e Dias (1996). Para os autores, a falta de aprofundamento, a construção de notícias rasas e a banalização da violência são características inerentes aos jornais sensacionalistas.

O jovem Eduardo, da região noroeste, afirma: “*A gente não quer dar prejuízo... Então por que eles colocam prejuízo?*”. Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, prejuízo significa “perda, juízo antecipado e irrefletido, etc”. Nesse caso, o texto jornalístico postula que os jovens causam danos à sociedade. Esse sentido já está ancorado socialmente, através de pensamentos estereotipados em relação ao que é ser jovem, associando o mesmo à noção de problema, farra, baderna, falta de compromisso e falta de responsabilidade. A objetivação desse discurso se dá nas práticas de segregação espacial da cidade, defesa da redução da maioria penal, apoio às ações violentas de policiais etc.

Conforme é possível perceber, os jovens participantes dos grupos focais possuem uma visão distinta da representação social sobre o que é ser jovem presente no discurso do Jornal *Daqui*. Eles não ancoram a associação da juventude como problema ou como perigo, mas sim a questionam, ao dizer que “*a gente não quer dar prejuízo*” e “*aí qualquer coisinha o jovem é vagabundo*”. Diferentemente da sujeição criminal percebida nos jovens moradores das favelas do Rio de Janeiro, apontada por Misse (2008), os jovens de Goiânia não se veem como sujeitos criminais. Ao contrário, criticam a mídia e os estereótipos propagados pela mesma que vinculam sua identidade à do bandido.

Já os jovens da região noroeste, além de criticar a produção jornalística do *Daqui*, como fizeram os jovens de classe média e alta (Colégio Fractal e Colégio Medicina), deram exemplos de casos reais que aconteceram próximos a eles e que foram que deturpados nas notícias publicadas pelos veículos de comunicação, como o *Daqui*:

Eu acredito que todas as matérias de violência eles distorcem. Porque eles querem colocar como mais pesado. Muitos fatos que eu presenciei e vi, não saiu a história igual. Aparício, Região Noroeste.

Teve um caso de um assassinato que teve lá. Foram três pessoas. Aí só uma tinha envolvimento. Aí eles colocaram como se todo mundo tivesse envolvimento com drogas. Aparício, Região Noroeste.

Teve também um amigo meu lá no Finsocial que morreu. Eles falaram que era tráfico de drogas. Tráfico de drogas pesado. Mas não era [...]. André, Região Noroeste.

Segundo os jovens, as matérias sobre violência publicadas pelo *Daqui* são distorcidas, como relata Aparício (Região Noroeste): “Muitos fatos que eu presenciei e vi, não saiu a história igual”. André (Região Noroeste) conta que um amigo, que veio a óbito, não tinha envolvimento com drogas, mas foi apontando pela mídia como sendo traficante.

Conforme já informado nos capítulos anteriores, a polícia é principal fonte de informação para as notícias que envolvem casos de violência e criminalidade. Por isso os relatos das matérias do *Daqui*, na maioria dos casos, retratam o jovem como violento e criminoso. Contudo, é possível perceber que os jovens criticam as notícias do *Daqui*, pois elas não mostram a realidade dos bairros onde moram e não apresentam as diversas fontes para a cobertura de matérias desse tipo. Notícias que apresentam como fonte somente alguém ligado à polícia é uma tendência não só do jornalismo em Goiás, mas sim de todo o país, como argumentam Ramos e Paiva (2007).

Após afirmarem que os jornais sensacionalistas não retratam a realidade da região noroeste de forma imparcial, incriminando muitos jovens e justificando suas mortes principalmente pelo envolvimento com o tráfico ou uso de drogas, eles apontaram várias situações em que foram vítimas da violência, principalmente a violência policial:

Eles abordaram. Tinha algumas pessoas que estavam lá fazendo o tráfico. Aí, tipo, foi todo mundo que estava lá

na pista²¹, sabe? Levou todo mundo preso. Jogou droga em cima da gente. Falou que era tráfico de drogas. Agrediu a gente. Carlos, Região Noroeste.

É bem assim, sabe. Os polícia. Quando eles estão revoltados com sua cara, já era. Aí eles pegam e eles mesmo falam, já: vou pegar você, vou dar um “pau” em você e ainda jogo as drogas em cima de você. E vou levar você preso”. Eles falam isso para ganhar a promoção do dia. Dois dias de folga e ainda ganham R\$ 150, dependendo do caso... E se isso for divulgado na mídia, sai que o policial é herói. Davi, Região Noroeste..

Pelo menos comigo. Eu não sei com os demais. Você vai na bondade. A primeira coisa, quando eles te abordam, é perguntar se tem passagem, entendeu? Porque se você falar: “sim, eu tenho”. A forma de agir já é diferente. Se você tem passagem, você já é vagabundo, sabe. Eduardo, Região Noroeste.

Geralmente, quando não tem muitas pessoas, sabe. Eles querem bater. Eles querem levar para um lugar para saber das coisas. André, Região Noroeste.

Os relatos dos jovens moradores da região noroeste demonstram que eles sofrem as consequências concretas do processo de incriminação, apontado por Misse (2008), que associa a transgressão como um atributo inato da juventude das periferias. A representação que vincula o jovem como perigoso e violento, propagada pela mídia e; conseqüentemente, ancorada no imaginário popular, faz com que a sociedade e os agentes de segurança associem a questão do aumento da violência como consequência da pobreza urbana.

Durante os relatos, os jovens da região noroeste enfatizaram que sofreram agressões físicas e simbólicas, sendo vítimas preferenciais da violência policial. Como relata Carlos (Região Noroeste): “*Eles abordaram. Tinha algumas pessoas que estavam fazendo o tráfico. Aí, tipo, foi todo mundo que estava lá na pista. Jogou droga em cima da gente*”. A estigmatização é ainda mais intensa quando os jovens já possuem passagem pela polícia, como conta Eduardo (Região Noroeste): “*Se você tem passagem, você já é*

²¹Pista é um termo utilizado pelos jovens para designar um local de encontro. Nesse caso, indica um lugar específico da comunidade onde os jovens da região noroeste se reúnem para socialização todas as quintas-feiras à noite (A Praça da Paz, Região Noroeste).

vagabundo, sabe.”. No texto jornalístico, estes jovens já não têm possibilidade de recuperação, como aponta Misse (2008), e sofrem as consequências da sujeição criminal.

Portanto, os jovens das periferias urbanas, como os moradores da região noroeste, são considerados pela mídia como os mais propensos a cometer crimes. A objetivação desse imaginário produz consequências concretas na vida desses sujeitos, como a demanda por medidas cada vez mais punitivas e severas contra os mesmos e a defesa de políticas públicas rigorosas e repressivas, como o clamor pela aprovação da redução da maioridade penal. Esses jovens são os possíveis de serem mortos, os *outsiders*, já que não farão falta, pois fazem parte de mais uma estatística da violência urbana, retratada pelos veículos de comunicação, como o *Daqui*, de forma estigmatizada e sensacionalista.

Contudo, mesmo que exista uma representação midiática que ancora a juventude como uma fase de riscos, problemas e crises, é possível perceber que os jovens participantes dos grupos focais não ancoraram tal percepção. Os jovens de classe média e alta possuem uma visão crítica diante do conteúdo midiático, fazendo contraponto com sua vivência do que é ser jovem, através de um processo de subjetivação, contestando o sentido amplamente socializado sobre o que é ser jovem na atualidade. Já os jovens da região noroeste, além de possuir um senso crítico diante da cobertura midiática, contam que sofrem as consequências concretas da objetivação que rotula o jovem como perigoso e violento, relatando casos reais em que sofreram as consequências da violência em seu cotidiano.

Portanto, os jovens participantes dos três grupos focais, de classes sociais distintas, demonstram que realizam um processo de subjetivação diante do conteúdo midiático sobre si mesmos, produzindo uma representação diferente do sentido socialmente ancorado sobre juventude, pobreza e criminalidade. Segundo Foucault (2005), se por um lado o sujeito é constituído por imposições, por outro há um processo de subjetivação, possibilitando a criação de um sujeito livre e autônomo, capaz de se posicionar de formas distintas, redefinindo novas formas de ser e de se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Para o autor, o indivíduo não é totalmente assujeitado em relações de poder. Há capacidade de autonomia, com a possibilidade de

resistência diante dos modelos normativos, assim como relatado por esses jovens ao realizarem uma leitura crítica do conteúdo midiático do *Daqui*.

4.3.1) Irreversibilidade

Após a discussão sobre as características do Jornal *Daqui*, durante a realização dos grupos focais, foram apresentadas matérias vinculadas às categorias encontradas no estudo da representação social do *Daqui* em relação à juventude goianiense. A seguir, o primeiro trecho de notícia apresentada aos jovens:

Rapaz, de apenas 21 anos, admite que se envolveu em mais de 40 assassinatos nos últimos dois anos na região. A Polícia Civil de Goiás prendeu no feriado da Semana Santa um homem considerado um dos criminosos mais perigosos e procurados da região... Depois de um ano e meio de investigações, Japinha é suspeito de ser o autor ou coautor em 29 inquéritos de assassinato...Alessandro Souza Santos é considerado um traficante de médio porte e maioria de suas vítimas foi morta a tiros em disputa territorial por causa do tráfico de drogas conforme apontaram as investigações da Polícia Civil. “As vítimas eram geralmente traficantes rivais, usuários devedores e testemunhas de outros assassinatos executadas como queima de arquivo” contou Fernando Gili (*DAQUI*, 23/04/14).

Uma das categorias encontradas na análise das notícias *Daqui* foi a irreversibilidade, que aponta a recuperação do infrator como algo improvável. Há, no texto jornalístico, uma afinidade entre as práticas criminais desses jovens e suas trajetórias de vida. Segundo Misse (2010), as representações de “irrecuperabilidade” conduzem à justificativa do extermínio do sujeito criminal.

Diferentemente do processo de incriminação do jovem das periferias presente nos textos do jornal *Daqui*, os jovens estudantes do Colégio Fractal e do Colégio Medicina, de maneira geral, questionaram os motivos que levaram esse jovem a cometer crimes. Portanto, a maioria dos participantes dos grupos focais não ancorou o conteúdo midiático sem criticá-lo. Eles apontaram a falta de contextualização da notícia em relação às questões de desigualdade social

e a ausência de matérias que tratam de outros temas além da violência, como saúde, esporte, educação, cultura, entre outros:

Ele (Daqui) cumpre o papel dele de informar o resultado, mas ele se esquece do papel que levou o jovem a fazer isso, porque ali não analisou a família do cara, não analisou o histórico, tipo financeiro dele, o que ele passou, o cara do tráfico de drogas, só passou o resultado, o cara se envolveu com tráfico de drogas, só mostrou o resultado. Diogo, Colégio Fractal.

Tá jogado aí, a informação, você não tem nada do cara, você não sabe qual que é a história dele, o contexto, 40 assassinatos, cada assassinato tem um contexto diferente do que ele cometeu, provavelmente, do jeito que tá jogado aí... A gente debateu no início, aquela coisa sensacionalista que te deixa, acaba por não pensar, você tá vendo isso daí, aí acabou, não sabe o que tá acontecendo [...] Gustavo, Colégio Medicina.

Ao mesmo tempo que eles trazem matérias que só demonizam a pessoa, é algo que poderia ser necessário às pessoas, eles deixam matérias como educação, saúde e tenta focar só na violência mesmo, é algo que vem demais no Brasil. Roberto, Colégio Fractal.

...esse cara desde pequeno deve ter visto assassinato, deve ter visto coisas que pra gente é chocante, viveu isso aí, então pra ele o que é certo é isso aí, matar pessoa pra ele ver, agora que nem vocês estavam citando, não é certo, mas eu acho que eles acreditavam no ser mais fácil, pra se desenvolver na sociedade. Ravi, Colégio Medicina.

Para os jovens estudantes de classe média e alta, alunos dos colégios Fractal e Medicina, é preciso contextualizar os casos de violência retratados pela mídia, pois a desigualdade social deve ser denunciada e discutida. Diogo (Colégio Fractal) aponta que o jornal “...não analisou a família do cara, não analisou o histórico, tipo financeiro dele, só passou o resultado...” Para Ravi (Colégio Medicina), “esse cara desde pequeno deve ter visto assassinato, deve ter visto coisas que pra gente é chocante...”.

A apresentação dessa notícia gerou uma discussão durante o grupo focal realizado no Colégio Medicina. Enquanto a maioria afirmou que é preciso contextualizar os casos de violência divulgados pelo *Daqui*, dois jovens argumentaram que esse é o caso de um garoto “irrecuperável”, com problemas

psicológicos, que cometeu uma atitude desumana, como é possível perceber nos trechos a seguir:

[...] mas o fato do cara matar uma pessoa já é algo desumano, você não tem direito. Pedro, Colégio Medicina.

...o que cada um passou, a realidade de cada um, o pensamento de cada um é que ela fica muito longe do que é a realidade que a gente precisa, que é segurança, eu acho que tem que punir mesmo, tem que prender, se for preciso, eu não vejo a solução tão distante “vamos no interior”, não é porque o cara não tem situação, não tem dinheiro, que ele não dá educação para o filho que mostra pra ele o caminho do que é certo e errado, se ele tá num ambiente que ele vai ver morte, que ele vai ver tráfico, tipo na porta da casa dele, mas os pais deles, os avós dele ensinaram o que é certo e o que é errado, não é porque é periferia que ele vai privar isso, então tá longe de se buscar uma solução... Cassio, Colégio Medicina.

Contudo, logo em seguida, os jovens do Colégio Medicina voltaram a afirmar que é preciso reconhecer o contexto da realidade de exclusão e violência que levaram esse jovem a cometer crimes:

Eu acho que tá num ambiente de traficante, então se o cara pensar diferente, ele não vai sair tão fácil. Cleuber, Colégio Medicina.

Acho que o negócio do contexto não pra mostrar que ele possa estar certo, mas pra mostrar o meio que influenciou pra formar um cara desse. Márcio, Colégio Medicina.

É igual o vídeo que o Cris passou pra gente, o cara nasceu no Rio de Janeiro, no meio, como que é o nome? Não sei, morou debaixo de igreja, concreto, marquise, pra tentar sobreviver e um dia o cara, pilhado, invadiu um ônibus e fez um monte de gente refém e no final acabou matando uma mulher e morreu pelos policiais. Então tem a parte do contexto que envolve ele e não é apresentado o contexto. Concordo com o Márcio que vilaniza demais, 40 assassinatos é muita coisa, só que o contexto que vem atrás disso e a gente não sabe [...], o cara tem 40 assassinatos, mas desde quando? [...]. Esse é o contexto que a gente não sabe, o contexto, de onde o cara vem, como que o cara sobreviveu até os 21 anos [...] Ravi, Colégio Medicina.

Já os jovens da região noroeste continuaram a denunciar abusos, tortura e violência policial sofrida por eles ou por pessoas conhecidas. Questionaram os termos utilizados no texto apresentado, como “investigações da polícia civil” e afirmaram que a fonte das notícias usualmente é a polícia. Eles relataram o processo de incriminação vivido por eles durante as abordagens policiais e afirmaram que sofrem preconceito por serem moradores das periferias urbanas:

Esse negócio que eles falam toda vez: “as investigações da polícia civil”. Você já viu como é que é uma investigação da polícia civil? O que eles fazem? Nossa! Meu irmão teve tráfico, um monte de coisa. E eles torturam a pessoa. Mesmo se eu não estou envolvido, eu praticamente tenho que falar que eu estou envolvido. Porque não tem como. Eles, tipo, afogam, fazem um monte de coisa, tipo: foi naquela casa; tem que ser ali. Se não foi ali... Aquela pessoa vai sumir. Vai sumir! Não tem como você falar o contrário. Carlos, Região Noroeste.

Só para você ter uma ideia. Porque que não tem como negar. Depois que ele te trouxe, você já vai estar quebrado. Aí eles vão falar o seguinte para você: “moço, nós vamos lá no IML. Na hora que chegar lá no IML, se você falar alguma coisa, já era para você, veio”. Porque na volta, quem vai levar você? Não é eles que te levam para a delegacia? Já passou o IML. Você vai registrar mais o quê? Davi, Região Noroeste.

E quando a repórter vai perguntar, ela pergunta é para o policial. Ela faz toda a paradinha dela lá com o policial. Então tudo que o policial falar ali vai pra mídia. Carlos, Região Noroeste.

Tem um cara da Band lá, aquele gordão, lá, o Batista Pereira, aquele do Chumbo Grosso, na época, aí. Ele pegou, perguntou para o delegado e chegou e perguntou para nós: “vocês vão querer que faz reportagem?” Os meninos todos ficaram calados. Eu falei: “Moço, que nada que pode. Nós vamos sair tudo daqui, moço. Aqui não tem ibope para a mídia não”. Aí o delegado chegou e falou: “Você tá pagando. Você já tá é preso e já tá pagando.” Eu falei: “Que nada, moço, eu não vou ficar dando ibope para esses comédia aí não”. Aí ele foi e me deu altos murros na barriga, ainda, e pegou e falou: “Não, deixa esses caras aí. Não faz reportagens deles não”. Davi, Região Noroeste.

Olha essa notícia, o que fala: Rapaz, de apenas 21 anos, admite que se envolveu em mais de 40 assassinatos. Aí, mais ali, em baixo, na quinta linha: depois de um ano e

meio de investigações, Japinha é suspeito de ser o autor ou coautor em 29 inquéritos de assassinato. Pula mais duas linhas: por tráfico de drogas. Tudo que está escrito ali, cara, a pessoa que tá lendo pensa: porra, um cara desse tá livre? A pessoa vai comprar o jornal e vai sentir medo. Eduardo, Região Noroeste.

Quando eu vejo uma coisa assim eu não sei para que o jornal serve muito bem. Ali só fala sobre o cara, que ele tem não sei quantos assassinatos. Fala dele, essa coluna aí fala inteiramente dele. O jornal Daqui é um jornal para sair somente o lado ruim? Não tem cultura. É futebol, putariagem e cultura fica nada. A gente não tem cultura, a gente quer cultura. Só tem crime, futebol e tudo mais. Só isso. O único esporte é futebol. Não tem mais nenhum tipo de esporte. Mais nada. Eduardo, Região Noroeste.

Os jovens da região noroeste relataram casos reais em que foram vítimas da violência, do preconceito e da incriminação pela polícia. Denunciaram torturas e todo tipo de abuso, como relata Carlos (Região Noroeste): *“Eles torturam a pessoa... Eles, tipo, afogam, fazem um monte de coisa, tipo: foi naquela casa; tem que ser ali. Se não foi ali... Aquela pessoa vai sumir...”*.

Esses constataram que a desigualdade social traz consequências concretas para suas vidas, em um processo de objetivação, pois eles são vítimas de uma violência física e simbólica. Criticaram a forma como a mídia retrata sua realidade, afirmando que ela instiga o medo no público leitor. Também questionaram a própria utilidade de um jornal que só divulga fatos violentos, sem dar espaço para assuntos relacionados à cultura etc, como aponta Eduardo (Região Noroeste): *“Quando eu vejo uma coisa assim eu não sei para que o jornal serve muito bem. Ali só fala sobre o cara, que ele tem não sei quantos assassinatos. .. O jornal Daqui é um jornal para sair somente o lado ruim?...”*. E identificam que a principal fonte para a produção das notícias é a polícia, como argumenta Carlos (Região Noroeste): *“E quando a repórter vai perguntar, ela pergunta é para o policial... Então tudo que o policial falar ali vai pra mídia”*.

Segundo Caldeira (2000), a fala do crime é contagiante, fragmentada e repetitiva. As pessoas parecem compelidas a continuar falando sobre o crime. A repetição de histórias, contudo, só serve para reforçar as sensações de perigo e insegurança, alimentando um círculo em que o medo do crime é

reproduzido e ampliado, como denunciado pelo jovem Eduardo (Região Noroeste): *“A pessoa vai comprar o jornal e vai sentir medo”*.

Ao observar o discurso dos jovens dos diferentes extratos sociais (classes alta, média e baixa), percebe-se que a vivência do crime é distinta em cada classe social. Conforme demonstram os depoimentos e em diálogo com as reflexões de Caldeira (2000), as pessoas da classe trabalhadora vivenciam a violência no seu dia-a-dia, não apenas em seu bairro, mas especialmente nele. Por serem vítimas diretas da violência urbana, as pessoas na periferia têm medo da polícia, já que ela é responsável por um alto número de assassinatos, a maior parte deles nas regiões periféricas.

Já os jovens de classe média e alta, devido à repetição da fala do crime, se sentem ainda mais inseguros, mesmo não tendo sido vítimas diretas da violência. Segundo Roché (1993), a insegurança se estrutura mais a partir de percepções subjetivas em relação ao crime do que em relação aos fatos que realmente aconteceram.

Para o autor, a desordem e o medo do crime alteram as percepções de convívio coletivo e contribuem para a disseminação do sentimento de insegurança. Esse medo está ligado ao aumento de incivilidades, como vandalismos e delinquências, aumentando o descrédito em relação à atuação policial e a estigmatização dos atores que supostamente cometem crimes.

Devido ao sentimento de insegurança ancorado socialmente, as classes altas e médias, em um processo de objetivação, se refugiam e se isolam cada vez mais em condomínios fechados, com equipamentos modernos de vigilância e controle. Nesses locais, os moradores têm acesso a um amplo complexo de segurança e de lazer, o que faz que eles desejem conviver somente com seus pares. Segundo Caldeira (2000), a segregação socioespacial das cidades faz com que a convivência nos espaços públicos seja cada vez escassa, o que reforça ainda mais o isolamento, o distanciamento e estigmatização dos moradores das periferias urbanas.

A exposição da violência retratada pela mídia ancora a associação entre juventude, violência e criminalidade, gerando um sentimento de insegurança que aprofunda as diferenças sociais, segrega as cidades e estigmatiza os jovens moradores das periferias urbanas, que são estereotipados indiscriminadamente como violentos e criminosos. Tal ancoragem, conforme já

exposto, faz com que haja um processo de objetivação que aumenta ainda mais as desigualdades e a segregação desses jovens ao seu universo. O espaço público das cidades já não é para todos, visto que quando esses jovens saem das suas regiões e tentam frequentar as áreas nobres das cidades, eles são taxados como perigosos, sofrem constantes abordagens policiais, em um processo de incriminação que identifica tais áreas como um não lugar para esses jovens. Os jovens da região noroeste participantes do grupo focal denunciam os preconceitos e estereótipos que recaem sobre eles:

Aí a pessoa te vê na rua, te acha diferente, sua roupa, seu jeito de andar, e fala: olha ali aquele cara lá, o magrão, vai querer me roubar, não sei o quê [...] Carlos, Região Noroeste.

Por que é diferente quando eles abordam na periferia e em um bairro nobre? Você já viu a Rotam fazendo abordagem, tipo, em uma pessoa de um bairro nobre, assim? Na rua? Na praça? Nunca! Carlos, Região Noroeste.

Você anda no centro. Eu e minha namorada. A gente passeia no centro. A gente toma uma abordagem. A polícia quase não enquadra a gente. A gente vai andar na periferia. A gente toma abordagem de esquina em esquina. André, Região Noroeste.

Os jovens da região noroeste de Goiânia denunciaram situações em que foram vítimas de preconceito e da violência policial durante momentos em que circulavam pela cidade. Eles perceberam que as abordagens policiais são distintas nas diferentes regiões de Goiânia. Caldeira (2000) também aponta a estigmatização vivenciada pelos jovens moradores das periferias urbanas, fazendo com que o crime e os criminosos sejam associados aos espaços que lhes deram origem: as favelas e regiões periféricas.

Outra notícia apresentada aos três grupos focais relata o caso de um menino “irrecuperável”, detido por roubar um carro de uma moradora do Setor Bueno:

Garoto de apenas 14 anos e um comparsa foram detidos por roubar carro de mulher no Setor Bueno... Segundo a PM, o menor já tem registro de três passagens por porte de arma de fogo. A vítima do assalto não quis ser identificada, mas afirma que era o garoto quem dava as ordens para o comparsa, de 20 anos, durante o roubo. Eles entraram no carro e ordenaram que ela dirigisse. “Um deles já

levantou a blusa e mostrou a arma. Enquanto isso, o outro deu a volta e os dois entraram no carro e aí mandou eu seguir”, relata. (DAQUI, 03/04/14, p.7).

Novamente, os jovens estudantes do Colégio Fractal e do Colégio Medicina afirmaram que a falta de oportunidades, de estrutura familiar, o não acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, cultura, esporte etc é o que leva os jovens e adolescentes a optarem pelo mundo do crime. Segundo eles, a possibilidade de ascensão social por meio do caminho de violência é o que incentiva esses jovens a escolherem a criminalidade.

A maioria dos participantes dos grupos focais se colocou contra a redução da maioridade penal, visto que, para eles, não há possibilidade de recuperação no sistema carcerário brasileiro. Além disso, apontaram que menos de 10% dos crimes são cometidos pelos jovens. Eles apresentaram uma postura crítica diante do conteúdo midiático, afirmando, por exemplo, que a mídia utiliza o termo “menor” para inferiorizar o adolescente, visando criminalizá-lo. Outra crítica foi a alta lucratividade das indústrias de segurança, alimentadas pelo medo e o sentimento de insegurança, demandando o aumento da criação de dispositivos de vigilância e controle.

Isso que eles sempre colocam que jovem de 14 anos, eles querem enfatizar a idade de que 14 anos pode ser isso, ela colocou como o menor sendo o mandante, então tenta enfatizar. Sérgio, Colégio Fractal.

Quem tem acesso à informação é a mídia, quem controla a grande mídia? São as grandes indústrias, quem tem muito dinheiro, então vamos tirar a população desse controle, só pra ter acesso à informação, claro que não. Diogo, Colégio Fractal.

Infelizmente no começo do ano eu era influenciado, fui influenciado pela mídia e a minha concepção sobre a maioridade é que deveria ser reduzida pra 16 anos e até 14 anos, só que aí, como eu citei eu fui influenciado... Eu fico imaginando um garoto, por exemplo, não chega a ser um cara que roubou, beleza, mas a perspicácia dos caras, o tanto que eles são cruéis lá dentro o que eles podem fazer com um garoto de 14 anos, por mais que ele tenha os erros dele e tal, o cara tem chance, não é igual ao de 21 anos que todo mundo citou, mas 14 anos eu peguei e falei “não é justo”, não é que não é justo, mas é algo absurdo chocar duas realidades que acho que não daria certo pela crueldade e infelizmente por causa do nosso sistema carcerário, que é super lotado e pessoas

de todos os tipos, essa é a minha concepção. Pedro, Colégio Medicina.

E falando de dados, também, já de todos os crimes cometidos por menores de idades não passa de 10%, então, tipo, não é uma coisa tão exagerada assim, mas é o sensacionalismo, você viu “ah, 14 anos, ah, 16 anos” aí, tipo esse jornal, o Daqui, o O Popular também faz isso, você pode ver, faz você pensar o cara tem 14 anos, tipo ensino fundamental lá, fazendo o 8º ano se for pensar nos seus primos, nos seus irmãos e roubou um carro tipo mandando, sabe, isso é muito estranho. Ravi, Colégio Medicina.

A pessoa não tem escolha porque uma coisa é usar a gente que mora, porque tipo assim a gente não tá passando por isso, se for pegar, por exemplo, uma favela lá do Rio ou São Paulo, velho você acha que os cara tem escolha? Tipo assim ou ele vai para a escola a escola, do outro lado e chega na sala de aula e vê um professor que tá nem aí para ele, aí ele pensa “mano, vou estudar para virar esse cara?” Aí beleza, ele anda na rua e o traficante oferece para ele um trabalho que vai dar uma maior grana massa mesmo e ele olha para o traficante e tá rodeado de mulheres, rodeado de carro, rodeado de tudo que ele deseja, você acha que ele vai escolher? Tipo assim é uma escolha dele, mas é uma coisa programada pelo o sistema, não foi ele que escolheu, foi alguém que escolheu. Diogo, Colégio Fractal.

Acho que o motivo de tudo ser assim, tudo mesmo, em questão de violência, eu acho que a violência é extremamente lucrativa pra o Estado, para as empresas que tipo tentam prevenir a violência. Hoje em dia, você paga imposto para ter segurança e você paga, tipo assim, eu pago van porque não posso ir de ônibus, porque é muito perigoso, é muito absurdo. Fernando, Colégio Medicina.

Uma das principais consequências da ampla exposição da violência é sua representação sempre presente nas relações corriqueiras, demandando a segurança privada como solução, como relatam Porto (2010) e Caldeira (2000). O jovem Fernando (Colégio Medicina) ilustra essa tendência: “eu acho que a violência é extremamente lucrativa pra o Estado, para as empresas que tipo tentam prevenir a violência”.

O sentimento de insegurança faz com que os promotores imobiliários tenham maior lucratividade para vender imóveis que oferecem segurança, como apontam Caldeira (2000) e Magrini (2013). A consequência desse sentimento é a segregação espacial das cidades, onde as classes com maior

poder aquisitivo se isolam e circulam somente em espaços considerados seguros pelas mesmas, mesmo que elas não tenham sido diretamente vítimas da violência, aumentando a segregação especial dos moradores das periferias e a repressão contra os mesmos.

Ao analisar a notícia que apresenta um adolescente de 14 anos cometendo uma infração, os jovens da região noroeste também se manifestaram contrários à proposta de redução da maioridade penal, relatando casos em que vivenciaram a violência em seu cotidiano. Novamente, a fala dos jovens da periferia é diferente dos jovens das classes alta e média, pois enquanto os jovens de classe alta e média contrapõem o discurso ancorado pela mídia que retrata o jovem como violento e perigoso, os jovens de classe baixa sofrem as consequências reais de tal objetivação, relatando casos em que são vítimas diretas da violência ou relembram exemplos de pessoas próximas. Eles dialogaram com o texto noticioso de forma crítica, analisando seus sentidos e as intenções por trás da produção da notícia. Portanto, não houve assimilação e ancoragem do discurso do Jornal *Daqui*, e sim o questionamento do mesmo.

Eles falaram que o carinha atirou nos policiais. Mas, tipo assim: aí o cara estava lá dentro. Eles falam na matéria que foi troca de tiros. Uma vez que eles mataram um colega meu lá. O que que aconteceu? Na hora que a gente chegou, eles começaram a atirar, ele chegou e eles mataram ele. Eles deram um tiro nele. Ele tentou correr. Aí eles pegaram a arma dele e deram um tiro. Igual apareceu ali na matéria. Tipo assim: os cara estão errados. Mas quando um policial chega e faz uma parada dessa, ele está mais errado ainda. E sempre sai na mídia é que o cara é que estava errado. Que foi ele que deu o tiro, foi ele que matou, ele que é drogado, é sempre a droga que está lá, ele deu o tiro, ele que errou, a droga é que tá lá. Carlos, Região Noroeste.

Esse colega nosso, não houve troca de tiro nenhuma. Na verdade, ele só tentou correr. Pegaram a arma dele e deram um tiro depois. O policial é o super herói na mídia e a gente acaba sendo mal visto por causa dos polícia. Roberto, Região Noroeste.

Queriam queimar a imagem do menor, dizendo que ele estava com a arma, e tal, mas, diante da situação, né. O menor tá ali, vamos fuder o menor [...] Ravi, Região Noroeste.

Os jovens da região noroeste criticam as notícias do Jornal *Daqui*, ao silenciar fontes e não abordar a totalidade dos acontecimentos. Eles denunciavam episódios em que pessoas conhecidas foram mortas pela polícia, sem que houvesse troca de tiros ou uma ação que justificasse a morte desses jovens. Como conta Roberto (Região Noroeste): *“Esse colega nosso, não houve troca de tiro nenhuma... Pegaram a arma dele e deram um tiro depois. O policial é o super herói na mídia e a gente acaba sendo mal visto [...]”* e Carlos (Região Noroeste): *“Uma vez que eles mataram um colega meu lá [...] Aí eles pegaram a arma dele e deram um tiro [...]. E sempre sai na mídia é que o cara é que estava errado [...]”*.

Eles contextualizaram as questões de desigualdade social e privação de direitos aos moradores das periferias urbanas. E relataram que, muitas vezes, não há outra opção para o jovem, a não ser o caminho da criminalidade, visto que ele convive com a violência como única referência desde cedo:

Eu acho que a gente já cresce no meio da criminalidade, do roubo, não sei o quê. Tipo, o exemplo que eu tenho no meu redor lá é um traficante que está ostentando dinheiro. O maior exemplo. Tipo, a gente não tem opção. Muitas vezes o menino vai roubar, vai fazer alguma coisa, porque, muitas vezes, ele nem sabe que é errado fazer aquilo ali. Ele faz porque sabe que o cara da quebrada dele faz e ganha dinheiro com aquilo. Carlos, Região Noroeste.

Em seus relatos, os jovens da região noroeste se posicionaram contra a redução da maioridade penal, denunciando a ineficácia do sistema carcerário:

Esse negócio da maioridade penal eu acho errado. Acho que poderiam investir em cultura, investimento social do que construir presídio pra criança. Ravi, Região Noroeste.

Aí chega o cara, fala que menor de idade é criminoso, tem que ir para a cadeia e foda-se. Porque não olha lá atrás? Aí chega na mídia que o menor é aquilo, o menor é isso, o menor vende droga, mata, faz isso e aquilo, mas não olha no começo. Como é que ele foi criado. Que dia que mostra a casa do moleque, que o moleque tá lá, roubando. O que aparece na capa do jornal? Porque não tirou a foto da casa dele e mostrou, porquê? Da “escola” (fez sinal com as mãos de aspas) que ele estudou? Como é que é? Carlos, Região Noroeste.

Tem um negócio de aprendizado. O menor vai preso. Lá na cadeia tem um cara de 20, 20 e poucos anos. Ali é uma escola pra ele. Aí a criança entra para o crime e ela só sabe aquilo. Ela tenta sair, mas aí já não tem como mais. Que nem eles falam: você vem com a gente. Você é nosso agora, entendeu? O governo não deu moral pra você. Então a gente vai cuidar de você. Entendeu? Roberto, Região Noroeste.

...Aqui em Goiânia tem três lugares que apreendem menores, que é o Case, no Vera Cruz, o 7º e o BA. Tipo assim. Eles falam assim: o 7º é purgatório. O BA é o inferno. O Case é a paz. Meu irmão ficou lá no Case, porque lá é tipo “parado”. Mas nos outros lugares, se você ver o jeito que é, é feio demais. Aí eu vi uma matéria que eles vão misturar os maiores de idade com os menores de idade, pra redução. Mas o que que adianta, se os lugares que apreendem menores aqui em Goiânia já estão desse jeito, imagina se eles fazem isso? Não tem recuperação. Só piora. Carlos, Região Noroeste.

É muito complicado. Como é que você vai julgar uma criança? Ela tem que crescer. Tem que aprender ainda. Até nós ainda. Temos que aprender muito ainda. E a criança é o período que ela tem para se formar, é aquilo ali. Se ela só vê coisa ruim, ela só vai fazer coisa ruim pra frente. Eduardo, Região Noroeste.

Esses jovens muitas vezes não têm seus direitos essenciais atendidos, como o acesso à educação, cultura, esporte, segurança etc de qualidade, por isso não conhecem outra realidade a não ser a exclusão. Como relata Davi:

Porque que lá no bairro não tem um trem melhor, lá. Vai lá no [Bairro] Finsocial, lá, pra você ver o que que tem. É noiado pra cima e pra baixo. Gente fumando maconha normal na rua. E cadê que tem uma praça, de boa. Tem um campão. Tá lá. Largado lá. Os bancos tão lá tudo quebrado, lá. O parque Fonte Nova, lá, eles nunca mais arrumaram. A quadra de jogar bola, tudo estragada. Não. Sem contar, que tem toque de recolher, moço. Você pode acreditar que não, mas tem. Fica jogando bola lá na quadra depois das nove. O que você ganha? Você ganha é paulada nas costas. Toque de recolher da polícia. Você tá lá, foda-se, moço, lá tem igreja. Davi, Região Noroeste.

Ao analisar os discursos dos jovens dos Colégios Medicina, Fractal e Região Noroeste, é possível perceber uma crítica à cobertura midiática sobre juventude e violência. Eles afirmam que é necessário contextualizar a realidade

das periferias urbanas, denunciando casos de abuso policial e de uma cobertura midiática que estigmatiza os jovens. Há uma violência simbólica exercida por um discurso muitas vezes velado, como no caso da defesa da redução da maioridade penal.

Em relação à categoria irreversibilidade, encontrada na análise das notícias do *Daqui* em 2010 e 2014, os jovens dos três grupos focais contrapuseram tal discurso, sem ancoragem do discurso jornalístico, apontando, primeiramente, que é preciso analisar o contexto em que esses crimes envolvendo jovens e adolescentes aconteceram. Enquanto os jovens de classe média e alta questionaram a ancoragem que reforça a não possibilidade de recuperação do sujeito infrator, os jovens da região noroeste reforçaram que sofrem as consequências da objetivação que apoia, por exemplo, ações violentas da polícia contra esse segmento social. Portanto, os jovens não ancoraram grande parte do conteúdo midiático do *Daqui*, apontando a ausência de matérias que trataram o jovem a partir de outra perspectiva que não só da violência, contextualizando a desigualdade social em Goiânia.

4.3.2) Insanidade

No discurso do Jornal *Daqui*, essa categoria aponta que o jovem usuário de drogas é considerado insano, cometendo atos que remetem à loucura, perdendo o contato com a realidade. O usuário de drogas é representado pelo texto jornalístico como alguém que não responde por suas ações e que deve ser mantido isolado do convívio social. Nos grupos focais, foi apresentada a seguinte notícia vinculada a essa categoria:

Três mulheres foram presas suspeitas de tentar matar um idoso deficiente físico, na tarde de ontem. Núbia Fernandes Vieira, de 29 anos, e Daiane da Silva, de 19, foram presas em flagrante, suspeitas de tentativa de latrocínio contra o aposentado Sebastião Augusto Sobrinho, de 60 anos. O crime aconteceu na casa do idoso, que é cadeirante, na Vila Mutirão, na região Noroeste de Goiânia. De acordo com a Polícia Civil, Núbia, Isabelita e Daianne, que são

usuárias de crack, teriam entrado na casa de Sebastião Augusto e lhe pediram dinheiro. Como ele se recusou a entregar sua aposentadoria, elas o atingiram com pedradas na cabeça, provocando ferimentos graves... Sebastião Augusto Sobrinho sofreu traumatismo craniano... O delegado informou que as três mulheres estavam visivelmente drogadas no momento da prisão. (DAQUI, 09/04/2014)

O que se percebe na discussão dos três grupos focais é que, paradoxalmente, nesse caso, diferentemente das discussões anteriores, em que os jovens questionaram e denunciaram a desigualdade social, a segregação e a violência física e simbólica vivenciada pela juventude das periferias de Goiânia, eles ancoraram, em parte, o discurso jornalístico, concordando que os jovens usuários ou traficantes de drogas estão “perdidos”, entrando em uma situação de ausência de contato com a realidade, cometendo atos considerados insanos. Como demonstram os relatos dos jovens do Colégio Fractal e Medicina:

Além de colocar o problema social das drogas, tem de falar da gravidade do crime não só sobre idosos, mas sobre a crueldade das mulheres de invadir a casa dele de querer roubar, de ter apedrejado um homem na cadeiras de rodas [...]. Roberto, Colégio Fractal.

Tava vendo outras reportagens que colocam sobre as drogas, de agredir o idoso só porque ela tava sob o efeito de drogas. Sérgio, Colégio Fractal.

Aí está a história de pessoas drogadas que querem dinheiro a qualquer custo. Marcos, Colégio Medicina.

[...] O cara não tem coragem assim na cara, o cara tem que ter um estímulo alucinante. Pedro, Colégio Medicina.

[...] é logico que ninguém em sã consciência vai matar um idoso, então assim é diretamente ligado. Pedro, Colégio Medicina.

Os jovens de classe alta e classe média (Colégio Fractal e Colégio Medicina) ancoraram a questão da violência em decorrência do uso ou tráfico de drogas a partir do conteúdo exposto no texto jornalístico, apontando que tal realidade está fora do seu contexto, em outro local, nas periferias urbanas. Consideram que o jovem usuário de drogas comete atos insanos, julgando o

crime como bárbaro, culpando a atitude anormal das mulheres retratadas na notícia devido ao uso de entorpecentes.

Já os jovens da região noroeste dialogam com o texto jornalístico a partir da realidade vivenciada nos seus bairros, em decorrência do contato direto com pessoas usuárias de drogas. Para esses jovens, o “drogado” ou “noiado” não é passível de recuperação, sendo considerado insano, louco, sem perspectiva de reinserção na sociedade. Nesse caso, em parte, eles assimilam e ancoram o discurso midiático, citando exemplos de pessoas próximas, como amigos, colegas ou conhecidos que cometeram atos considerados bárbaros em decorrência do envolvimento com as drogas. Nesse caso, o lugar da violência também é outro: no bairro vizinho e no relato de casos de amigos e colegas usuários e traficantes de entorpecentes.

Eu acho que era só por causa da droga. Elas nem pensaram no que estavam fazendo. Foi só por causa da noia. Mas eu acho também que ela vai sofrer também muito, na cadeia. Vai apanhar muito. Roubar de pobre. Isso não existe não. André, Região Noroeste

Tem um colega meu que ele fuma. O nome dele é Sequim. O apelido dele é Sequim. Ele rouba. E ele é noiado na pedra. Policial já deu um tiro na perna dele. E ele continua do mesmo jeito. A gente dá conselho para ele parar. A gente teve que parar de ser amigo dele, porque ele começou a atrasar a gente, sabe. Por causa desses problemas dele. Aí eu tive que esperar. E acabou com a vida da pessoa. A gente deixou de ser amigo porque ele começou a roubar de nós. A pessoa começa a ser escravo da droga. A noia faz a cabeça dela. André, Região Noroeste.

Pessoa noiada, ninguém fica perto dela. É como se fosse uma pessoa leprosa, assim. Que fica afastada do povo, assim. É a mesma coisa de uma pessoa leprosa. Ninguém quer ficar perto dela. Você é mal visto, uai. Se você está com ela, ou você é o traficante. Ou você é o usuário. Roberto, Região Noroeste.

Essa pessoa que é noiada, ela não vai achar um limite para ela. A ideia da pessoa não é sadia. Glauco, Região Noroeste.

Elas iam sofrer “pra caralho” e tinha que sofrer. Elas foram querer roubar. Foi querer roubar de quem não tem, porque mora em uma região pobre, mora em um setor pobre. São umas drogadas, vai fazer outro corre, moço? Quantos noiados que fazem qualquer outro tipo de corre, moço, mas não rouba os outros? Elas são muito é doidas, moço. Todo noiado sabe, veio, que não deve fazer isso, veio. Não deve roubar no setor. Não deve matar ninguém. Tipo assim, dependendo do caso.

Tipo assim: pode matar, se a pessoa fez pisada com ela, mata. É pisada, cobra [...]. Davi, Região Noroeste.

Como é possível perceber, nesse caso, os jovens dos diferentes extratos sociais, em parte, ancoraram e reproduziram o discurso do Jornal *Daqui* sobre juventude e uso ou tráfico de drogas. O jovem “*drogado*” é uma pessoa que não consegue responder por seus atos, sendo considerado louco e insano. Sua morte não comove e sua vida não faz falta, como aponta Misse (2010), pois são pessoas não passíveis de recuperação.

Como relatado por Roberto, da Região Noroeste: “*Pessoa noiada, ninguém fica perto dela. É como se fosse uma pessoa leprosa, assim...Ninguém quer ficar perto dela [...]*” e André, da Região Noroeste, que contou que deixou de ser amigo do Sequim por ele ser *noiado*: “*A gente deixou de ser amigo porque ele começou a roubar de nós. A pessoa começa a ser escravo da droga. A noia faz a cabeça dela*”.

É interessante notar que existe algum tipo de ética para cometer crimes entre os jovens da região noroeste. Como relata Davi: “*não deve roubar no setor. Não deve matar ninguém*”. O lugar onde acontece o crime é sempre em outra região, em outro bairro e o agente da violência é sempre o outro.

A imputação dos problemas sociais ao outro faz parte das discussões de Young (2015). Segundo o autor, o essencialismo cultural permite que as pessoas acreditem na sua superioridade e sejam capazes de demonizar o outro como depravado ou criminoso. Os problemas da sociedade são colocados nos ombros dos “outros”, percebidos como situados à margem. Ocorre uma inversão da realidade causal: em vez de reconhecer os problemas da sociedade por suas contradições, afirma-se que todos os problemas sociais são devido aos próprios problemas.

Young (2015) exemplifica que, em vez de sugerir, por exemplo, que a questão das drogas é causada por problemas de desigualdade e exclusão, sugere-se livrar dos problemas das drogas, prendendo os traficantes. O crime é a moeda forte de demonização. A imputação de criminalidade ao outro desviante é uma parte necessária da exclusão.

Os demônios têm algumas características, como relata Young (2015): eles são vistos como monstros, criaturas essencialmente diferente de nós. Sua

“depravação” é claramente definida. Seus atos são “inacreditáveis”, é impossível imaginar-se fazendo aquilo. A perversão é vista como produto de um passado familiar monstruoso. Sua experiência é essencialmente diferente. Tendo sido forjados como monstros, não podem mudar.

O autor argumenta que, para criar um bom inimigo, deve-se convencer que ele é a causa de grande parte de nossos problemas; que é diferente de nós, que resume a corrupção, o mal, a degradação etc. Logo, a essencialização dos traficantes como maldosos e dos usuários como degenerados permite fazer uma campanha agressiva contra seu alvo.

Os estereótipos em relação ao jovem usuário ou traficante de drogas, presentes no discurso do Jornal *Daqui*, tiveram ressonância e ancoragem nas falas dos jovens dos três estratos sociais: Colégio Medicina (classe alta), Colégio Fractal (classe média) e Região Noroeste (classe baixa). Como argumenta Young (2015), esses jovens são vistos como monstros. Assim, é possível perceber, no discurso do *Daqui* e na fala dos jovens que participaram da pesquisa, que os usuários e traficantes são considerados perversos, cometendo atos considerados inacreditáveis e insanos. Não há recuperação para esses casos. Foucault (2001) reforça a necessidade da defesa da sociedade contra indivíduos considerados “anormais”. A associação da ideia de “loucura” a “perigo”, através da atuação da criminologia e da psiquiatria, se tornou um caso frequente na sociedade contemporânea.

Para Misse (2008) existe um tipo específico que pode sair do convívio social, pois não fará falta. Segundo o autor, as representações de perigo conduzem à justificativa da morte do sujeito criminal, fazendo que sua recuperação seja considerada impossível. Como processo de objetivação, sua morte física e simbólica acaba sendo justificada, pois se trata de proteger os “cidadãos de bem”.

4.3.3) Improdutividade

No discurso do Jornal *Daqui* foi possível perceber que os jovens das periferias de Goiânia são retratados somente a partir do estereótipo da violência e criminalidade. Nas notícias não aparecem temas como trabalho, educação, cultura etc, e os jovens são representados somente em relação ao envolvimento com atividades criminosas. Para discutir a temática, foi apresentado um trecho de uma notícia que relata a utilização do tráfico de drogas como fonte de renda.

Policiais civis realizaram ontem a Operação Pirilampas, para cumprir 20 mandatos de busca e apreensão, na região Oeste de Goiânia...No Jardim das Oliveiras, foram encontrados 6 quilos de maconha na casa de Linda Stefanny Guimarães Souza, de 21 anos. No local também estavam dois adolescentes, de 16 e 17 anos. Linda foi levada para o 14º DP e os menores, para a Depai. Na ação, ainda foram recuperados dois carros roubados – um HB20 e um Gol -, além de armas e munições. (grifos meus) (DAQUI, 27/06/2014).

Após ler a notícia, os jovens do Colégio Fractal e Colégio Medicina questionaram seu conteúdo, visto que, para eles, as matérias apresentam dados superficiais, sem aprofundar e discutir a questão da desigualdade social em Goiânia. Segundo eles, é preciso contextualizar os motivos que levam os jovens pobres para o mundo do crime. Eles questionam a imparcialidade da mídia, visto que, para eles, existe um direcionamento que representa os jovens somente a partir da violência e da criminalidade.

Portanto, esses jovens possuem consciência crítica em relação aos veículos de comunicação, pois afirmam que eles são retratados a partir de estereótipos carregados de preconceito. Eles não ancoram a representação do jovem perigoso e violento, sendo constituídos em relações intersubjetivas nas quais há liberdade para a criação de si mesmos como sujeitos autônomos, a partir da lógica de subjetivação, proposta por Foucault (1984), como apontam os relatos abaixo:

...as reportagens que são feitas que são mostradas aqui, é para mim antes de tudo superficialidade a que diz a respeito as reportagens, porque? Porque se eu fosse de um outro jornal, o que pediria para os meus repórteres e jornalistas que além deles evidenciem aquilo ocorrido, eles poderiam evidenciar o que levaram o fato, ou seja, os motivos....Outra coisa que eu gostaria de falar é que na minha percepção que a sociedade vê sobre os jovens essa falta de informação, na minha opinião é que as pessoas veem de nós é que todos os dias estamos propícios a entrar no mundo do crime ou

qualquer outro tipo de coisa, para eles nos somos potenciais criminosos é o que eu vejo na sociedade a percepção ao jovem. Augusto, Colégio Fractal.

...eu quero dizer que tem uma mídia que direciona as pessoas pensarem que o jovem ou ele estuda e é bem sucedido ou ele vai para o mundo do crime. Sérgio, Colégio Fractal.

A sociedade enxerga o jovem como influenciável. Diogo, Colégio Fractal.

Outro tema que emergiu a partir da leitura da notícia foi a discussão sobre a legalização das drogas no Brasil. Durante a realização do grupo focal, os jovens do Colégio Medicina e Colégio Fractal, em sua maioria, se posicionaram como favoráveis em relação à legalização das drogas, especificadamente a da maconha. Segundo eles, o tráfico de drogas já existe independente da intervenção da polícia ou do Estado. Eles argumentaram que se houvesse a legalização de drogas no país, o dinheiro recolhido poderia ser revertido em obras e benefícios para a comunidade.

Pessoas usando drogas, pessoas usando maconha já existe meu amigo, estando legalizado ou não... Então o que quero dizer que pessoas que usam maconha já existem, estando legalizada ou não, então legalizar a maconha seria positivo só por isso pra pegar o dinheiro dessa maconha e investir em algo positivo, porque estando ou não vai usar meu amigo. Tem muitas pessoas que vão na distribuidora e menor de 18 anos vai lá e compra cigarro. Diogo, Colégio Fractal.

Eu acho que entra aquela parada da legalização das drogas, da droga não, da maconha em si, pode ver que a maioria dos casos aí envolve maconha, não agora que envolveu crime e morte, mas eu acho que a legalização das drogas não tipo legalizar pronto pode usar a vontade, na realidade a questão das drogas seria um passo pra começar a quebrar, isso é um paradigma, um tabu na sociedade, se você falar da legalização da drogas todo mundo vai te achar que você maconheiro que você usa droga e você vai aproveitar disso, mas se você olhar pra dentro o tanto de dinheiro que envolve o tráfico, o tráfico é grande porque envolve dinheiro, então se você pegar aproveitar a venda de droga pra investir em educação, investir em saúde não é errado, eu acho errado deixar do jeito que tá o traficante e você não usufruir do dinheiro que eles ganham com isso porque se você legalizar eu acho que você pode olhar de uma forma correta, coerente e vai de acordo com a lei, lógico que tudo tem que ser estudado, você não pode abrir, você tem que aproveitar bem os fatores que isso traz também. Ravi, Colégio Medicina.

Apesar de a maioria dos jovens se posicionarem a favor da legalização das drogas, esse tema foi alvo de discussões e controvérsias nos grupos focais e alguns jovens se posicionaram contra tal ação:

Eu discordo um pouco dessa da legalização das drogas, vamos por um preço, sei lá, que é dois reais, um tanto de cigarro, sei lá como que funciona, um real a grama, vamos supor o cigarro é cinco reais, um cigarro de maconha, vamos supor, você legaliza, aí vem imposto, não sei o quê, aí vai pra quinze reais, eu acho que o comércio fica mais perigoso, porque o cigarro é legalizado, mas o contrabando do cigarro no Paraguai é bem maior do que o legalizado, a venda de cigarro do Paraguai é maior do que o legalizado, eu acho que fica um comércio perigoso. Cassio, Colégio Medicina.

Complementando o que o Cassio falou, essa questão também, tipo assim, você pensa nessa questão de meios alternativos que sempre vai haver, questão de saúde pública, hoje você tem uma campanha muito grande contra de cigarro, porque isso gera um gasto de saúde muito grande. Gustavo, Colégio Medicina.

Pra que fiscalizar ela? Você fiscaliza, mas vai ter um cara de 14 anos pra usar a droga e ele vai ter o sistema dele ainda pra desenvolver. A maconha foi provada esse ano que faz mal, então se você não põe uma fiscalização eficiente e ele usa a droga numa fase que ele tá em desenvolvimento, é cara, muitos adolescentes, daqui uns anos, de forma legal o Estado tem que intervir, mas vai ser precarizado [...]. Roberto, Colégio Fractal.

Portanto, alguns jovens se posicionaram contra a legalização das drogas, questionando a capacidade do Estado em fiscalizar e combater o uso e tráfico de entorpecentes. Segundo eles, tal ação poderia gerar uma demanda de atuação na saúde pública muito maior do que o que se vive atualmente. Além disso, para eles, o uso das drogas (especificadamente da maconha) faria mal à saúde, o que exigiria, de qualquer forma, uma ação de intervenção do Estado em algum momento da vida desses jovens. Nesse caso, há uma consonância entre o discurso que o *Daqui* veicula sobre as drogas e a representação social desses jovens diante de tal temática.

Ao apresentar o trecho da notícia aos participantes do grupo focal, a experiência relatada pelos jovens moradores da região noroeste de Goiânia foi diferente das falas dos jovens de classe média e alta (Colégio Fractal e

Medicina). Os jovens da região noroeste, inicialmente, criticaram o próprio conteúdo da matéria, questionando se as informações apontavam para o que realmente aconteceu no caso. Eles também duvidaram da existência de armas no local do crime e do próprio depoimento dos jovens que praticaram o ato ilegal. Segundo os jovens da região noroeste, através de tortura e violência policial, os agentes de segurança fazem com que o suspeito confesse um crime independentemente de sua autoria.

Mas, assim: será que estava tudo desse jeito aí? Não sei se estava desse jeito aí não, viu. Às vezes eles chegam lá. Quebram a pessoa. Primeiro quebra a pessoa. Depois quebra a casa inteira. Aí depois começam as perguntas. Primeiro eles dão uma surra de novo em você. Para você entender que você é obrigado a responder se é aquilo ou não. Aí que nem ali. Será mesmo que esses carros estavam tudo lá? Davi, Região Noroeste.

Igual eu. Se eu morrer aqui, amanhã, aí já vai falar, não, é um traficante. Morreu um traficante do estado de Goiás. E ele era um dos maiores traficantes da noroeste. Eles agigantam. Roberto, Região Noroeste.

As armas? Será que tinham mesmo essas armas? Às vezes não tinha não. Ou, do jeito que falou aí, é tipo “cagueta”. Investigação da polícia é de “caguetagem”. É delator. Davi, Região noroeste.

Os jovens da região noroeste também relataram casos em que os fatos aconteceram com pessoas próximas ou com eles próprios e que foram divulgados na mídia de uma forma deturpada, não condizente com o que realmente ocorreu. Um dos jovens relatou um caso em que foi autor de um roubo de celular. Segundo ele, as informações foram aumentadas e foi divulgado na mídia como se ele tivesse sido o autor de vários outros crimes na cidade.

Igual quando eu estava dirigindo. Saiu errado. Saiu em todos jornais. Falou que eu era o maior traficante. Falou que era saidinha de banco.. Uai, eu fui roubar um celular. Eu e um amigo meu. Aí, na fuga ele falou: uai, vamos sequestrar aquela mulher ali. O cara pegou a mulher e levou. No outro carro. Aí ele entrou no carro. Já entrou e mandou ela dirigir. Aí na fuga, os homens descobriram, não sei como. Na matéria saiu que a gente tinha roubado um monte de lugar. Que nós não roubamos. Aparício, Região Noroeste.

É igual aquele cara que matou as mulheres aqui em Goiânia. Lembra? Tem muitas pessoas que morreram que jogaram nele também. Eu acho. Eu acho que colocou muitos na ficha dele. “Uai, você matou? Então você matou aqueles mendigos. Você matou aquela, tá ligado?” Roberto, Região Noroeste

Não, os mendigos não foi ele que matou. Não. Foi um colega meu... Ele está preso. Ele tá preso! Mas, tipo assim. Ele foi lá e matou os caras, que estavam devendo ele. Aí ele foi fazer um assalto. E foi preso em um assalto. Aí depois de um tempo. Apareceu esse cara aí das mulheres. E falou que era ele que tinha matado os mendigos. Ah... Conversa! Como assim? Carlos, Região Noroeste.

Onde houve roubos no dia, jogou tudo em cima dele, entendeu? Para tipo se livrar dos outros casos. Para dar um final. Por que estava em aberto, entendeu? Roberto, Região Noroeste.

Outro relato de um jovem da região noroeste mostra a diferença da cobertura midiática com relação às distintas classes sociais. Segundo André, se uma jovem é moradora de um bairro de classe média ou alta é vítima da violência, o caso tem visibilidade midiática e é investigado. Se a vítima da violência urbana for um jovem morador das periferias urbanas, o caso não terá a mesma repercussão.

Meu amigo tomou dois tiros na nuca, dormindo. Abafaram o caso dele e ninguém ficou sabendo de nada. Se foi polícia. Agora, tipo, uma menina jovem, de um bairro lá, uma menina rica toma um tiro, no outro dia eles falam até espumar o canto da boca. O meu amigo, até hoje, não deu nada. Agora, se fosse uma pessoa rica, ia procurar saber o que era, quando... André, Região Noroeste.

É possível perceber que os jovens de classe alta, média e baixa de Goiânia (Colégio Medicina, Colégio Fractal e Região Noroeste) possuem uma visão crítica sobre a cobertura midiática sobre juventude, violência e criminalidade. Na maioria das vezes, eles não ancoram a representação social hegemônica divulgada pelo Daqui. Apesar de vivenciar a violência de formas distintas em suas comunidades e relatar essas particularidades inspirados pelo conteúdo do texto jornalístico, eles são unânimes ao afirmar que a mídia não é imparcial ao retratar o seu cotidiano.

Segundo Guareschi (2010), as representações sociais rementem a conhecimentos socialmente partilhados, que contém lutas e conflitos internos.

Na sociedade midiaticizada, esses conflitos se dão pelo poder simbólico exercido pelos meios de comunicação de massa. Logo, apesar da grande mídia tentar deslegitimar a atuação de movimentos sociais e minorias, os sujeitos podem se enveredar em uma rede de contradições, reproduzindo novas ancoragens sobre um tema ou assunto, assim como feito pelos jovens participantes dos grupos focais, com diferentes níveis de engajamento e entendimento.

As representações sociais dão significado às ideias e questões partilhadas socialmente, mas o indivíduo e os grupos também participam de suas elaborações. Através da dualidade sujeito e sociedade é que as representações sociais apresentam novas possibilidades, assim como no caso dos jovens que participam dessa pesquisa, que, na maioria dos casos, não ancoram o discurso midiático e não o reproduzem totalmente, produzindo novos sentidos do que é ser jovem.

4.3.4) Periculosidade

Para discutir o estereótipo do jovem pobre, violento e criminoso, representado no discurso do Jornal *Daqui*, foi exibido o seguinte trecho de notícia para os jovens participantes dos grupos focais:

A onda de violência continua em Goiânia, Vinícius Alves de Oliveira, de 25 anos, foi morto com quatro tiros no início da tarde de ontem, quando trafegava pela Rua FL33, região Norte da capital. Outros três homicídios foram registrados na capital de noite de quarta-feira. O detento do regime semiaberto Thiago dos Santos Rocha, de 22 anos, foi morto com 11 tiros, no Jardim Caravelas. De acordo com informações de testemunhas repassadas à PM, ele seria traficante e estaria se arrumando para ir cobrar de alguns usuários de droga. Segundo a DIH, de janeiro a maio foram registrados 235 homicídios em Goiânia. A média é de 47 mortes violentas por mês. (DAQUI, 20/06/14)

Ao apresentar a notícia aos jovens do Colégio Medicina, inicialmente eles reproduziram o discurso jornalístico, afirmando que a violência está cada

vez mais presente em Goiânia, demonstrando um sentimento de insegurança ao circular na cidade.

Aí você vê que Goiânia tá perigosa, porque ele diz 235 homicídios em Goiânia, a média de 47 mortes violentas por mês, é uma média alta. E tá mostrando que em Goiânia só tá aumentando a violência que a segurança não tá aguentando.
Cleuber, Colégio Medicina.

Os jovens do Colégio Medicina questionaram o tipo de matéria publicada no Jornal *Daqui*, relacionando os temas veiculados no periódico com os interesses de seu público leitor, identificado como a população das camadas mais baixas (classes C, D e E). Há no discurso desses jovens a presença do estereótipo que afirma que as populações das periferias se interessam somente por temas ligados à violência e criminalidade, sem capacidade de interpretar estruturas frasais mais complexas.

Uma coisa que eu vejo também passando em jornal, não é todo mundo que compra esse jornal, ele é mais voltado pro público mais de poder aquisitivo menor, mais excluída da sociedade e por isso elas esse tipo de notícia pra chocar mais esse pessoal que tá envolvido com essa realidade. Eu acho que esse jornal tá mais para o público menos favorável, eu acho que essas notícias servem meio que pra dar uma alertada nesse pessoal, porque pra gente não é tanto comum, igual aconteceu o assassinato daquele cara, o Caldeira, no início do ano, isso já foi meio pra nosso meio que já chocado, aquela do cursinho também chocou muito porque ai foi para o nosso meio, mas como tá envolvendo a galera lá então pra eles deve ser mais chocante, igual pra gente isso já não toca porque acho que não é um tipo de notícia que afeta nosso dia-a-dia.
Ravi, Colégio Medicina.

Tipo assim vocês falaram que o público alvo do jornal são as pessoas com baixa renda, então como que eu vou dizer a realidade, o dia-a-dia elas acostumam, qualquer pessoa acostuma a ter o ritmo de estudar vai acostumando com isso e ela não vai notar que está estudando tanto assim, então ela se acostuma com aquilo que está na sua rotina, então acostumaram a ver esse tipo de coisa, então pra elas e pra gente também às vezes parece que como se passasse por uma coisa que como que eu falo, se fosse normal como se matar agora fosse normal, basicamente isso, as pessoas se acostumam, a gente tá se acostumando com essa brutalidade.
Renato, Colégio Medicina.

Como é possível perceber, para os jovens do Colégio Medicina, o lugar da violência é o outro, localizado nas periferias urbanas. Ao afirmar que as pessoas da periferia se acostumam com a violência, com “essa brutalidade”, que não é comum na realidade desses jovens de classe alta, é possível perceber que há uma essencialização do outro, situado à margem, como relata Young (2015). Ela legitima o privilégio e permite aos ricos a paz diante da sua realidade e, ao mesmo tempo, legitima aos pobres a aceitarem sua condição. Tal essencialização permite culpabilizar o outro pelos problemas da sociedade. A natureza do essencialismo é o preconceito contra as camadas mais pobres.

Já os jovens de classe média, estudantes do Colégio Fractal, fizeram uma crítica às notícias publicadas no *Daqui*, afirmando que o mesmo apresenta somente matérias que retratam a violência na cidade de Goiânia de forma sensacionalista. Segundo eles, os jovens são representados a partir do estereótipo do crime e da violência, não sobrando outros tipos de interpretação. Eles afirmam que é preciso contextualizar a violência com relação à desigualdade social na capital e, além disso, seria importante apresentar outros temas de interesse do universo juvenil.

As duas reportagens são relatados violências, são relatados assuntos impactantes para relacionar, não se importaram nada além disso, então mostrar que eles não estão assim só com o pobre, que a violência é geral. Miguel, Colégio Fractal.

Para mim uma matéria que liga droga e até mesmo ao adolescente devia ter algo que explicasse porque tá acontecendo, porque os assassinatos são cometidos em usuários de drogas, porque não há uma efetiva ação governamental até mesmo social pra evitar que esse jovem morra. Porque eles não querem saber se tem provas para isso, um negro, jovem e que matou vai todo mundo linchar o jovem. Roberto, Colégio Fractal.

Diferentemente dos jovens de classe alta e média de Goiânia (Colégio Medicina e Colégio Fractal), mais uma vez os jovens da Região Noroeste, moradores dos bairros de periferia da capital, tiveram uma experiência distinta diante do trecho da notícia apresentado nos grupos focais. A partir do que foi exibido no texto jornalístico do *Daqui*, eles relataram os acontecimentos a partir do contexto vivenciado em sua realidade, já que conheciam amigos, parentes, vizinhos, dentre outros, que foram vítimas ou autores dos fatos divulgados no

periódico. Segundo eles, as matérias deturpam as informações, não relatando o que realmente ocorreu. Além disso, para eles, na maioria dos casos, há uma incriminação do jovem morador das periferias urbanas, visto que as notícias são editadas sem consultar as mais diversas fontes. Nesse caso, os jovens não ancoram o discurso do Jornal Daqui, que muitas vezes associa a juventude com pobreza e criminalidade, sendo nomeados no discurso jornalístico como “menores”, “bandidos”, “perigosos” “violentos”, “arruaceiros”, “baderneiros”, “sem compromisso”, “farristas” etc

A representatividade nossa em relação aos jovens, em relação a violência eu acho que tá enfatizando o jovem como ser perigoso para a sociedade, não como se fosse uma esperança, mas sim como algo que pode ser uma bomba que pode estourar a qualquer hora. Emanuel, Região Noroeste.

Esse rapaz, eu conheci ele. É lá perto de casa, lá. Esse aí eu lembro. Esse aí o cara devia uma droga para o Gordim. O Gordim já tinha cobrado altas vezes. O cara não pagou. E ainda falou que não ia pagar, velho. Aí o Gordim, falou assim: “veio, eu vou matar você, uai”. Aí foi lá e matou ele. Aí sabe aquele Caxetinha? Passou, no jornal, o Vinícios Caixeita, que morreu, levou altos tiros na cadeia. Então, eu conhecia o Gordim, o Novidade, que é o bebê do Gordim e o Diamante, que é o que tá gravando, que está no banco do passageiro. E o Vinícios Caixeita, eu conheço ele desde quando ele era moleque. O moleque era corre firme. Era traficante firmeza. Aí ele começou a andar com os caras. Começou a desandar. Aí ele começou a colocar com o tio dele, o Jonhy Caixeita, um cara noiado, cheio de pisada, aí começou a fazer pisada também com esse mesmo cara que matou esse aí da região norte aí, oh. Aí ele pegou e fez esse vídeo matando ele. Foi lá do lado de casa, moço. Davi, Região Noroeste.

Ao invés de mostrar realmente a realidade, sabe? Que nem esses dias? Aquelas meninas que foram apreendidas lá em Aparecida de Goiânia com os caras com sacos de carvão tudo cheio de maconha? Em vez de mostrar a realidade? Mostrou um pouco da casa dela. Era uma casa com um corredorzinho. Que era alugada. Se tornava uma casa toda mal estruturada. Não tinha nada dentro. As meninas estavam naquele “corre” por quê? Só para seu sustento. Elas não tinham condições para arrumar outro serviço. Ou, pra você ver: igual pra mim: foi tão difícil para eu arrumar serviço. Por que tipo assim: eu tive que arrumar serviço. Porque, tipo assim, eu tive que arrumar um curso para profissionalizar, porque se não, eu não arrumava serviço. Tá ligado? Porque se eles verem se você tem passagem, eles falam: não tem como. Eu já ouvi isso demais, já. E aí? E depois você quer o quê? Aí depois o povo fala: ah, voltou pro crime. Você caça, você fica aí: um mês, dois meses caçando serviço e aí você é discriminado por causa do

jeito que você veste. Do jeito que você fala. Por causa das suas passagens? O cara tem uma casa. Tem uma conta de energia. Tem uma conta de luz pra pagar. Não dá, veio. Davi, Região Noroeste.

Quando você as histórias e conhece o cara, você vai ver e morreu o cara. Aí você vai ler a parada e tá distorcida a história. Pra quê você vai querer ler isso. Eu não quero. Carlos, Região Noroeste.

Pelo menos nessa matéria aí estava todo mundo com tralha, estava todo mundo envolvido de fato com o tráfico, sabe. Mas tem muitas que não. Tem muitas que eles, tipo, só jogam aquilo ali pra falar que é bandido, sabe. Pra dar uma coisa a mais. Eduardo, Região Noroeste.

Para fazer o cara comprar o jornal mais, sabe. Não conta realmente a história, sabe. E quer vender mais. Pra história ficar mais bonita, sabe? Com mais adrenalina. É tipo isso, assim? André, Região Noroeste.

Os jovens da região noroeste, ao analisar a notícia, novamente apontaram que há um preconceito da mídia com relação ao jovem morador das periferias urbanas, visto que, segundo eles, os casos que envolvem pessoas de classe média e alta, divulgados pelo periódico, recebem outro tipo de tratamento e de divulgação. Além disso, segundo eles, os moradores das periferias urbanas são retratados como pessoas consideradas sem cultura e sem educação. Por último, questionaram a falta de programas com conteúdo educativo em horários acessíveis à população.

Eu vou te explicar uma coisa: no jornal mesmo e na televisão eles escodem muita coisa. Tipo, eles mostram mortes, ao invés de mostrar educação, parece que eles querem que a pessoa, a população continue boba. Pra não saber o que que faz para melhorar o país, sabe. É isso que eles querem. Quando eles veem na mídia que uma pessoa que vai para a escola, faz doutorado e morre eles ficam abismados. Mas quando é uma pessoa da periferia, eles falam: não, isso é normal. O que manda é o dinheiro. André, Região Noroeste.

Aquele programa Casos de Família, eles falam: “olha lá, aquele bando de favela. Ah nem. Tadinho deles”. Ah nem”. Eles colocam que a gente não tem cultura. Aí eles vão falar, tipo, de mãe que bate no filho, filho que bate em mãe. Dá mídia para eles. Por quê? Ganha dinheiro com o quê? Com a desgraça dos outros, uai. Roberto, Região Noroeste.

Eu acordo cedo quase todo dia. Eu vejo tipo um documentário do Sesi. Porque que não passa isso aí de dia? Passa de madrugada? Ensina. André, Região Noroeste.

Como é possível perceber, os jovens, de maneira geral, não ancoram a representação social sobre juventude e violência veiculada no Jornal *Daqui*. Groppo (2011) afirma que é preciso considerar a capacidade de autonomia das juventudes, que emerge visões de mundo e posicionamentos alternativos ao já representados homogeneamente pelas instituições sociais. Segundo o autor, fundamentado em uma relação dialética entre a padronização e autonomia, esses jovens constroem suas subjetividades e sua relação com o mundo de maneira autônoma e singular.

4.3.5) Individualismo

Na dimensão do individualismo, é possível perceber que o discurso jornalístico do *Daqui* percebe a violência enquanto um problema exclusivo do indivíduo. Segundo Dumont (2000), o individualismo é uma característica inata das sociedades modernas, quando o indivíduo se constitui como valor supremo para si e para o outro. O trecho da notícia publicada no Jornal *Daqui* ilustra essa tendência:

A tese de que Wanessa Oliveira Felipe, de 22 anos, foi executada com um tiro no tórax em um crime ligado ao tráfico de drogas ganhou força ontem, segundo a delegada Tatiana Barbosa, adjunta da Delegacia de Homicídios (DIH). A polícia descobriu que Wanessa usava e vendia pequenas quantidades de droga em prostíbulos de luxo onde trabalharia esporadicamente como garota de programa. A jovem foi morta às 20h15 de quarta-feira, em uma farmácia no Bairro Goiá, por um homem moreno, que usava blusa de frio e capacete com a viseira levantada. Ele entrou armado e avisou a todos que não era um assalto e que queria “só” matar a moça. (grifos meus) (DAQUI, 25/04/2014)

Ao ler esta notícia, durante a realização dos grupos focais, os jovens do Colégio Medicina, Colégio Fractal e Região Noroeste enfatizaram a ideia de que Wanessa estava se prostituindo e comercializando drogas e, em consequência disso, foi executada. Nesse caso, o discurso jornalístico é assimilado, pois há a presença da concepção de que a jovem foi morta devido às suas escolhas, à sua trajetória de vida e devido à sua conduta individual. Sua morte se deu em consequência de seus atos, considerados inadequados. Como relatado pelos jovens:

Isso aí eu conheço. Tem várias assim. Mas ela trabalha com prô. É muito suspeito. A mulher sai todo dia na noite para trabalhar. Se não tiver um serviço claro, tipo assim, que você tenha certeza do que que é mais específico, assim, para trabalhar, fica duvidoso, moço. Quem que vai querer ter um relacionamento com uma mulher que deita com altos homens? Tá ligado? Isso aí não tem como não ser. Isso aí é treta de droga mesmo. Davi, Região Noroeste.

Minha opinião? Puta? Fica loucona, veio. Não tem mais jeito não. Eu já vi isso muitas vezes. Essa aí ficou loucona e falou “oh, vou fuder com aquele cara ali”. Não pagou e morreu. Entendeu? Meu irmão, moço, não sai desse trem, moço. Elas são usuárias, tá ligado? Elas já estão no tráfico. Roberto, Região Noroeste.

Isso daí, simplesmente será isso e é um verdadeiro fato de que foi execução, né. Certeza que ela deveu para o cara e o cara foi lá e deu o tiro. Isso aí não tem como discutir. Dívida por tráfico. Isso aí já foi muito esclarecido. Só disso aí. Davi, Colégio Medicina.

Uai, tipo assim ele só tá mostrando a realidade nesse caso não teve generalização eu acho, tipo eu não sei dos fatos por que faz tempo, mas eu não acho que teve generalização porque isso daí é realmente banal porque tem prostíbulos é normal ter venda de drogas e é normal as pessoas desse prostíbulo ter essa idade de 20 a 22 anos. E a execução por causa da droga é o que existe, não adianta você querer esconder e tal. Diogo, Colégio Fractal.

É uma matéria ligada às drogas de novo e a prostituição que é totalmente ligado às drogas. Cleuber, Colégio Fractal.

No discurso desses jovens, há um pré-julgamento moral sobre Wanessa por ela se prostituir, como relatado nos trechos a seguir: “...Quem que vai querer ter um relacionamento com uma mulher que deita com altos homens?

Isso aí é treta de droga mesmo....”; “...Putá? Fica loucona, veio. Não tem mais jeito não”...; “Prostituição que é totalmente ligado às drogas”....; “Prostíbulos é normal ter venda de drogas...E a execução por causa da droga é o que existe, não adianta você querer esconder...”

A partir desses relatos, percebe-se que esses jovens assimilam o discurso de que a morte de Wanessa é justificável devido ao seu envolvimento com as drogas e à prostituição. Logo, para esses jovens, a morte de Wanessa foi uma consequência de suas escolhas individuais.

Apesar da maioria dos participantes do grupo focal inicialmente absorverem o discurso do *Daqui* em relação ao caso de Wanessa, posteriormente eles voltaram a questionar a produção da notícia, visto que, para eles, a cobertura midiática só dá espaço para assuntos que vinculam o jovem à violência, criminalidade e periculosidade:

E o jornal coloca a violência como algo institucionalizado, que é algo normal, que acontece rotineiramente, isso sempre acontece, e o povo vê isso como leu a notícia, não se comove e aí tá normal, vamos seguir nossa vida mesmo. Marcos, Região Noroeste.

Ou seja, só está mostrando o lado negativo do jovem, até agora não teve uma notícia que falou o jovem estudou e fez uma pesquisa da UFG e se deu bem, só mostrou o lado negativo. Diogo, Região Noroeste.

A questão da matéria é a matéria feita assim condensada, você pega os principais pontos e destaque eles da maneira mais sensacionalista possível e chamar a atenção, a pessoa vai ler e comentar matou fulana que o cara queria matar a mulher e pronto acabou, é uma questão de matéria descartável. Fernando, Colégio Medicina.

Mesmo que inicialmente os jovens reproduzam o discurso jornalístico nesse caso e aceitem a morte de Wanessa sem muitos questionamentos, eles voltam a demonstrar um senso crítico diante da produção discursiva do *Jornal Daqui*, apontando, mais uma vez, que estas notícias criminalizam os jovens, rotulando os mesmos como violentos e criminosos, sem demonstrar outras possibilidades do que é ser jovem. Como relata Diogo “só está mostrando o lado negativo do jovem, até agora não teve uma notícia que falou o jovem estudou e fez uma pesquisa da UFG e se deu bem, só mostrou o lado negativo...”. Outro questionamento dos jovens é a banalização da violência no

discurso do Daqui: “... o jornal coloca a violência como algo institucionalizado, que é algo normal, e o povo vê isso como leu a notícia, não se comove e aí tá normal...”

Guareschi (2000) reforça que os meios de comunicação de massa, através de recursos linguísticos, reforçam preconceitos que criminalizam pessoas e causas. Para o autor, a ausência de contraponto e o silenciamento de determinadas falas faz com que as minorias não sejam representadas no discurso da grande mídia. Porto (2010) critica a cobertura sobre mídia e segurança, representada com exagero, de forma cada vez mais sensacionalista. A consequência é a propagação de ideias e representações capazes de desencadear sentimentos fortes, como racismo, estigmatização dos pobres etc.

4.3.6) Ambiguidade

A ambiguidade foi uma categoria já apontada pelos jovens das periferias, moradores da região noroeste de Goiânia, em matérias anteriores apresentadas nos grupos focais. Tal categoria aponta uma ambiguidade de produção de sentidos em relação ao jovem infrator. Quando se trata de jovens de classe alta e média, há um tipo de discurso mais ameno, diferentemente do morador das classes baixas, que recebe adjetivações pejorativas e estigmatizadoras na produção das notícias. Para discutir tal tendência, foram apresentados os seguintes trechos de matéria do *Daqui* para os três grupos focais:

Três estudantes de medicina, entre eles um goiano, foram expulsos da instituição onde estudavam em Ribeirão Preto (SP), acusados de agressão. A alegação da faculdade é de que o regimento interno não permite essa conduta mesmo fora do ambiente universitário. Há pouco mais de um mês, o goiano Abrahão Afiune Júnior, de 21 anos, e mais dois colegas foram presos por agressão e ofensa contra um senhor. (*grifos meus*) (DAQUI, 02/02/2010)

A Justiça de Ribeirão Preto (SP) concedeu liminar na sexta-feira para que os três estudantes (um deles goiano) acusados de racismo contra um trabalhador, retornem às aulas e concluam o curso. Os jovens foram expulsos pelo Centro Universitário Barão de Mauá, no dia 1º deste mês. Ontem, a direção da universidade, disse que vai

recorrer ao Judiciário para que sua decisão seja aplicada. (*grifos meus*) (DAQUI, 09/02/2010)

Após a leitura dos trechos das notícias, os jovens participantes dos três grupos focais - classe alta, média e baixa (Colégio Medicina, Colégio Fractal e Região Noroeste) questionaram a produção do texto noticioso, afirmando que há um tratamento diferenciado na cobertura midiática e na própria resolução do caso juridicamente, visto que esses jovens são estudantes de medicina, possivelmente filhos de famílias de classe alta. Eles reconhecem que há um tratamento muito diferenciado dependendo da classe social dos sujeitos retratados nas manchetes do *Daqui*:

Porque parece que tem muita menos importância agora porque eles são estudantes de medicina? Eu tô falando da maneira que o jornal escreveu dá a impressão tipo assim que o crime foi menor, como eles já receberam essa liminar se tratando de vida, ele devia de estar preso. Fernando, Colégio Medicina.

O racismo é imposto pela sociedade de uma forma tão obsessiva... Emanuel, Colégio Fractal.

É muito raro você achar um médico negro. Eu nunca fui atendido por um médico negro na minha vida, sempre fui atendido por loiro olho azul europeu. Você nunca acha um médico no Brasil que é negro, pardo, é muito raro você achar, pardo nem tanto, negro afrodescendente, é algo que meio elitizado. Sérgio, Colégio Fractal.

E sim, o racismo está dentro de casa, o racismo ele não aprende fora, o racismo ele aprende dentro de casa, agora a globo malhação depois de acho que veio em 2001, 2002, eu acho, 15 anos de protagonismo branco, agora que temos uma protagonista negra e quando fez isso foi um alarde monstruoso, então o racismo é dentro de casa, aí um cara que tem limite dentro de casa, que escuta o pai falar “aquele preto safado roubou porque ele é preto”, ele sai de casa com esse mesmo pensamento porque a ética e a moral da criança, a criança da hora que nasce até os sete dez anos que escuta o pai que é o detector do poder econômico e moral dentro de casa “preto safado roubou porque ele é preto”, aí ela sai de casa quando ela vê um preto na rua, ela atravessa porque não quer que aquele cara roube... Cristiano, Colégio Fractal.

Os jovens do Colégio Fractal questionaram o segregacionismo do país em relação aos negros e como há um racismo institucionalizado no Brasil. Os jovens do Colégio Medicina se atentaram mais à questão da produção do texto

noticioso, afirmando que há uma diferença de tratamento entre os personagens de classe alta, média ou baixa. A discussão foi mais intensa entre os jovens da Região Noroeste:

Essa matéria é diferente das outras total. Porque que aí não fala que ninguém usa drogas? Por quê? Por quê que não investiga se esse jovem usava droga? Se esse jovem vendia uma droga? Vai que esse cara estava drogadão, alcoolizado. E aí? Não falou nada disso. Davi, Região Noroeste.

É bom ver a diferença de tratamento por causa de dinheiro. Eu acho que o que faz girar o tratamento diferente pela polícia é o dinheiro. Roberto, Região Noroeste.

Playboy. É que nem eu falei. Moço, o cara está na faculdade. Primeiramente. Certeza. Se o cara está numa faculdade dessa e o cara viesse da periferia e está em uma faculdade lá em Ribeirão Preto. Tipo assim, ele não vai entrar para humilhar um senhor que é trabalhador. Certeza. Ou, já cansei de ver. O cara classe média, classe média alta, classe alta, ele já chega com a cara diferente. Ele já te trata diferente. Ele acha que ele é o “mica”. Isso aí claramente dá para ver que o cara é um playboy, ignorante e que ele não tem conceito nenhum da vida. Porque se ele está lá na faculdade, saiu da cidade dele. Então já que ele não quer estudar. Já que ele quer ficar humilhando os outros, ele vai ficar é na casa dele e dar oportunidade para outro. Aí depois, como ele deve ter muito dinheiro, o pai dele deve ter falado um monte de “blá blá blá” para ele, foi lá para conversar e pagar para o cara voltar a estudar. E aí? Ah! Tenho certeza que o policial não pôs a mão. Davi, Região Noroeste.

Após questionarem a produção da notícia e o tratamento diferenciado no texto jornalístico para pobres e ricos, os jovens moradores da região noroeste relataram preconceitos sofridos por eles na sua vida cotidiana, tanto em relação às abordagens policiais, como também quando eles circulam pela cidade:

Outra coisa é o racismo. Na real. Um playboy sempre olha diferente para mim e para minha namorada. André, Região Noroeste.

É que nem, tipo assim: eu ando de skate, sabe, faço artesanato, desse jeito. Eu gosto de andar de chinelo, de bermuda, coisa mais leve, sabe. E o skate. O skate rasga a roupa, sabe? Porque a lixa fica comendo, sabe? Aí eu entro no supermercado, sabe. Para comprar. Aí eu dou umas duas voltas e vejo que tem alguém seguindo a gente. Quando eu olho, é o segurança. Eu desço o corredor dos frios e ele lá atrás. E volta. Aí quando eu olho para ele. Aí eu volto aqui e subo de novo: ele estava me procurando. Aí o mano, o

salsicha, perguntou: uai, é seu trabalho, ficar seguindo as pessoas aqui dentro? Aí a gente perguntou para a moça do caixa: a gente parece suspeito? Enquanto pode ter muito ladrão lá dentro ele está correndo atrás da gente por causa da blusa e da roupa. Preconceito total, sabe? Só que aí, é que nem ele falou: o que manda é o dinheiro. Se eu aparecer bem arrumado lá. Eu posso roubar que ninguém desconfia de mim. Eduardo, Região Noroeste.

Teve uma vez que eu fui na padaria. Só porque eu estava sujo, gripado. Eu não estava sem dinheiro. Eu fui comprar um lanche. Eles olharam e falaram assim: “não, sai, sai, sai!” E aí uma mulher foi lá dentro e trouxe um pão de queijo para mim “não, toma aqui, oh.” Aí eu fiquei olhando, né. Eu fiquei, “como assim, moço?” Aí eu peguei, eu fui lá dentro, devolvi o pão de queijo, falei obrigado e fiquei... Tipo assim, mano, achou que eu era mendigo, mano. Roberto, Região Noroeste.

A pessoa olha para você, vê que você é humilde e olha para você diferente. Eu acho muito errado. Discrimina muito os negros aqui em Goiânia. Até polícia. Ele fala assim: “esse cara é preto. Ele vai tomar “coro”. Até polícia. Existe isso aí muito. André, Região Noroeste.

A polícia fala: “seu preto”, vagabundo. Kevin, Região Noroeste.

Teve uma vez que eu levei uma abordagem do Giro. E eu estava com uns branquinho assim, oh. Um branquinho, lourinho. E eu apanhei, apanhei. E eles falando “cadê, a droga?” Botou eu no paredão. Roberto, Região Noroeste.

Depois falou: “não, entra no camburão”. Me chutaram. Acabaram. E eu falei: não, pelo amor de Deus, não faz isso comigo não. Eu mostrei minha carteira. Falei: “eu trabalho”. Aí eles falaram: “não, não quero saber não”. Aí depois que eles me deixaram. E foram embora. O moleque, tipo, revoltado. Uai, eu estava aqui, os cara nem botaram a mão em mim, por quê? Eu falei (apontou para a pele do braço). Roberto, Região Noroeste.

Eles rotulam muito a gente, tipo assim: pelas tatuagens. Teve uma vez, tipo assim, aconteceu de eu tomar um enquadro dos policiais e só eu apanhar. Só porque eu estava com skate. Eu tenho cabelo grande. Minha roupa larga. Eles quebram mesmo. Não estão nem aí. Glauco, Região Noroeste.

Após observar os relatos dos jovens moradores da região noroeste, é possível perceber que eles não ancoram a representação que os classifica como um problema, como uma fase de riscos e de crise. Em um processo de subjetivação, esses jovens constroem outros níveis de interpretação com relação ao texto jornalístico, de maneira crítica, singular e autônoma.

As representações sociais expressam significados de grupos que dão um significado ao objeto representado. Por isso elas são dinâmicas e dependem tanto das elaborações individuais, quanto das coletivas. Portanto, as representações dão significados às ideias partilhadas socialmente, com o indivíduo participando das suas elaborações. Guareschi e Jovchelovitch (2009) afirmam que é a partir da dualidade entre sujeito e sociedade é que as representações sociais apresentam novas possibilidades. A capacidade de representar tenta explicar e transformar os fenômenos, sendo repensadas, recriadas e novamente apresentadas, assim como fizeram os jovens participantes dos grupos focais.

4.3.7) Jovens pobres e o envolvimento com drogas

Para encerrar as discussões feitas nos grupos focais com jovens de classe alta, média e baixa de Goiânia, foi reproduzida uma matéria que apresentava dados sobre a possível ligação entre o aumento da violência em Goiânia e o uso ou tráfico de drogas:

Desde 2005, com a interiorização do crack Brasil afora que as polícias estaduais convivem com um dado preocupante nas estatísticas de homicídio. Cerca de 80% dos assassinatos são cometidos porque vítima ou assassino possui ligação direta ou indireta com o uso ou tráfico de drogas. De acordo com estatística da Delegacia de Investigações de Homicídios (DIH) cerca de 80% dos assassinatos na capital ocorrem por este motivo.

Ao ler o trecho da notícia, os jovens do Colégio Medicina e Colégio Fractal continuaram a criticar o Jornal *Daqui*, questionaram os dados apresentados e a forma de produção do texto noticioso, conforme os relatos abaixo:

Igual a gente tava falando, uma reportagem tipo assim, só que você não vai saber nada mais além disso daí se não for atrás, porque o jornal não traz nada além disso. E mais uma vez trazendo a questão da droga com assassinato. Ravi, Colégio Medicina.

Quando nos pegamos as duas regiões, a gente vê que no ambiente periférico, ele tem muito mais influência, muito mais pesou, uma pressão muito maior na criminalidade do que no outro e tanto em pessoas mais destruídas e menos destruídas. Miguel, Colégio Fractal.

Mas a questão assim se a gente for observar nos jornais, esses tipos de reportagem é evidente que hoje o que a gente vive vamos dizer assim muito rasa, por exemplo, você pegar o meio de comunicação que mais leva informações, 140 caracteres não passa disso, você tentar ser o mais específico possível e o mais rápido possível, as pessoas elas também estão a fim de perder tempo pra sentar e estudar e realmente buscar o que tá atrás o que tá acontecendo, tipo assim, a questão do crack, a gente tinha visto a questão da menina que morreu, morreu a menina lá do prostíbulo lá e acabou e pronto. E a dos estudantes de medicina, foram presos porque agrediram um senhor e acabou então, ser o mais rápido possível e o mais informante possível nisso. Gustavo, Colégio Medicina.

Os jovens moradores da região noroeste de Goiânia, além de questionar os dados apresentados na matéria, afirmaram que vários crimes não solucionados pela polícia acabam entrando na estatística do uso ou tráficos de drogas. Eles citaram exemplos de casos reais em que conheciam as pessoas envolvidas em situação de violência que não estavam diretamente ligadas ao uso ou tráfico de drogas, mas acabaram sendo identificadas no texto jornalístico como vinculadas a tal questão:

Acho que 80% dos assassinatos é uma taxa muito alta. Davi, Região Noroeste.

Eles colocam que tudo tem a ver com droga. Eduardo, Região Noroeste.

Não, não é assim não, veio, o cara deve 20 reais para droga e morre? O cara tem que dever um pouquinho bom para morrer, veio! Ele tem que ser muito safado, veio! Carlos, Região Noroeste.

Se você pegar uma reportagem desde 2005, falando das mortes sobre o álcool, pegando esse dado aí sobre as drogas, e aí você ver quantas porcentagens, não vai bater uma com a outra. Então, como é que é, aí? A mesma quantidade de pessoas mortas no Brasil? Davi, Região Noroeste.

Quando o povo vê essas coisas aí, pensa; vamos tacar fogo nos noiado, uai. Glauco, Região Noroeste.

Morre um cara lá, você não sabe o que foi, joga nessa estatística aí. Carlos, Região Noroeste.

Teve um caso lá, que pegou e falou que ele estava roubando, mas ele não estava roubando, só que ele não estava roubando. Ele tinha acabado de chegar na casa de um menino lá. O outro menino que estava roubando. Aí os cara chegaram lá com helicóptero, mandaram todo mundo sair pra fora e começaram a atirar em todo mundo. E os caras começaram a matar e ele saiu correndo. Deu tiro aqui nele assim (apontou para o peito), com aquele fuzil. E cadê que divulgaram a morte dos quatro elementos? Davi, Região Noroeste.

Você lembra daquele caso. Não tem aquela praça lá perto do circo, em frente ao terminal mecânico? A polícia chegou lá. Um colega meu disse que viu a polícia jogando a arma no menino. A polícia chegou e encheu de bala no menino. Não tem aquela praça lá, em frente ao bosque lá, onde a gente anda de skate. Na rua de baixo lá. A PM encheu o cara de bala e a Polícia Militar jogou um 38 bem na mão do moleque. Pra abafar o caso. Se fosse um bandido? André, Região Noroeste.

Tem um brother nosso lá, foi desse jeito. O baiano. Ele ficou sozinho, sabe. O Salvador. Ele estava lá em casa, lá. E nesse dia ele apareceu lá em casa. Eu lembro até hoje. Ele dormiu lá em casa. Ele acordou cedo. E ele, loucão. Aí de tarde eu recebo uma mensagem falando: oh, o menino que estava na sua casa, ele morreu. Morreu com aquela arma que era nossa, entendeu. Que ele estava fazendo uma fita aí, que não sei o quê. Eles saíram atrás dele, conseguiram arrancar nele, eles atiraram nele, né? Eles atiraram nos Rotam. Parece que tinha uma bala nos Rotam. Na hora que eles pararam na esquina, assim, oh, aí os caras chegaram e deitaram no chão e tum, tum, tum. Os caras tomaram tiros tipo, na nuca, nas costas, no capacete. E os caras não trocaram tiros. E saiu que eles estavam ligados com o tráfico de drogas. A senhorinha que viu? Teve uma senhorinha que viu. Foi na porta da casa dela, sabe? Eles conseguiram [...]. Eles assustaram ela, sabe, e ela não deu queixa dos policiais, sabe? Roberto, Região Noroeste.

Os participantes do grupo focal moradores da região noroeste de Goiânia enfatizaram casos de abuso e violência policial contra os jovens moradores das periferias da cidade. A consequência de tais abusos é o constante medo dos policiais:

Tipo os tarja preta. Eles são meio sanguinários, sabe? Eles querem aparecer. Só porque você tá vestido desse jeito, eles podem te bater, podem te espancar, sabe? André, Região Noroeste.

E os caras, esses policiais que matam os noiados por pura diversão, sabe, tipo, quando eles matam alguém, sabe, eles

tem que “achar” alguma coisa para jogar no cara. Carlos, Região Noroeste.

Tipo um menor. Um noiado de crack, entendeu, ele começar a dar trabalho para a polícia. Roubar. Ficar só na noia, pensando na droga. E aí começa a roubar, a fazer bagunça. Tinha uns moleques. Eles estavam roubando, fazendo arrastão lá em baixo, lá perto do Friboi, até a Morada do Sol. Eu fiquei sabendo. Um colega meu viu e falou: foi a polícia civil que matou. E lá na no jornal estava falando que não sabia quem tinha matado. Mas foi polícia. André, Região Noroeste.

Quando a ROTAM faz, não dá nada, sabe? O máximo que dá é baixar ele para o tático. Qual que é a diferença? Na tático ele chegou e já oprimiu do mesmo jeito. É pior ainda, porque eles foram rebaixados, o salário. Eles pegam você e mete o pau sem dó. Davi, Região Noroeste.

Um cara lá no bairro que virou polícia. Em menos de um ano. Ele falou assim. Tinha lá um moleque. O moleque estava bêbado. Drogado. Eu acho que eles tinham tomado uma droga muito forte. Eles estavam saindo de carro e foram tentar abrir a porta. Lá onde eles foram tentar abrir a porta, era a avó dele que morava lá. Aí o polícia já chegou batendo o coronhão neles, tudo de menor. Se ele tivesse na viatura, ele disse que ia jogar droga neles. Disse que a próxima vez que achasse eles, ia jogar droga neles. O cara tem um ano de polícia e já está desse jeito. Pensa. Ele era colega nosso e agora fica tirando onda. Com as polícias, falando: olha aí, o vagabundo aí: desse jeito. André, Região Noroeste.

Sempre que tem alguma coisa relacionada à cultura nossa, lá, o comandante lá da área. O comandante da polícia da região. Ele é totalmente contra isso. Porque ele fala que tem muito tráfico de drogas. Aí, tipo, não deixa a gente fazer nada. Tipo, pra conseguir essa ideia, os caras tiveram que ir em um cara acima dele para conseguir. Aí o cara fala assim: não, não vai acontecer porque tem tráfico de drogas. Aí o cara faz o seguinte: ele pega 17 viaturas. Vai lá em um dia. Pega todo mundo. Vai lá. Pega os caras e bate nos caras e leva alguns presos. Ao invés de colocar um policial de plantão lá. O cara é tão burro. Porque você pode ter certeza, se tiver uma viatura no meio da praça ninguém vai ficar vendendo droga na frente do policial. Aí, tipo, você vai ali no universitário e você vê até cavalaria. Carlos, Região Noroeste.

Igual, lá hoje tem a feirinha, tem o torneio de skate. Mas, mesmo assim, tipo assim, quem é do Bueno ou quem é de onde tem mais dinheiro, fala: de onde você é: aí você fala: eu sou do Nova Esperança. Ah não, não rola. Tipo assim: onde você vai andar de skate: no Nova Esperança. Não, lá não rola não. Tem muito tráfico. É perigoso. Glauco, Região Noroeste.

Eles falam: “aquela favela, lá, fedida, lá, aquela bosta lá”. Eu fico revoltado. Davi, Região Noroeste.

Os depoimentos demonstram que os jovens das periferias são as vítimas preferenciais de ações violentas de policiais, sofrendo constantes abusos físicos e simbólicos. Eles sofrem as consequências de uma estigmatização constante por serem moradores das periferias urbanas da cidade, sendo as principais vítimas da violência urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção dessa tese foi investigar as representações sociais de jovens de Goiânia sobre os discursos midiáticos hegemônicos, envolvendo a temática da criminalidade e violência, a respeito de si. Buscou-se, em um primeiro momento, perceber como os jovens são representados no Jornal *Daqui*, veículo de maior circulação impressa em Goiás, em estudo comparativo entre 3 meses dos anos de 2010 e 2014.

Pode-se perceber que, desde 2010, o *Daqui* fez uma forte ligação entre juventude, pobreza e o perigo. Em 2014, o núcleo central dessa representação foi deslocado, no discurso do diário, para a explicação do aumento da violência como consequência do envolvimento de jovens com o uso e com tráfico de drogas. Portanto, notou-se que os aspectos mais espetaculares e marginais de uma suposta “cultura juvenil” foram os pontos de vista que interessaram ao *Daqui*. Nos seus enunciados, foram utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação de jovens com adjetivos que os criminalizaram, nos termos do conceito de sujeição criminal, de Misse (2008). Esses jovens são os matáveis, os possíveis de serem mortos, como discute Agamben (2007), pois estão à margem da sociedade e não farão falta.

Os jovens que cometem crimes receberam uma penalização antecipada no discurso jornalístico do *Daqui*, já que em grande parte dos casos ainda não foram condenados em sentença judicial quando são publicados como notícia. Ao vincular os termos “adolescente” e “jovem” ao termo “bandido”, os mesmos se inscrevem em um discurso ancorado socialmente que os condena, alimentando o mito da periculosidade, e caracterizando-os como sujeitos criminais.

A idade dos personagens divulgados nas matérias apareceu somente quando se quis identificar o jovem e o adolescente apontados como “menor”. Ao vincular o termo “jovem” e “adolescente” como sinônimo de “bandido” e “menor”, o discurso ancorou o reforço à defesa da redução da maioridade penal, que já está objetivado em demandas por penas mais duras contra os

adolescentes e jovens, visto que, conforme já apontado, aproximadamente 80% da população do país é a favor da medida.

Nas notícias, a recuperação do jovem infrator se mostrou como impossível, vinculando sua ação criminal como inerente à sua trajetória de vida. Segundo Misse (2010), as representações de “periculosidade”, de “irrecuperabilidade” e de “crueldade” participam de processos de subjetivação que conduzem à justificação da grande quantidade de morte do sujeito criminal, tornando sua tentativa de “sair do mundo do crime” inverossímil, a ponto de exigir praticamente um processo de conversão de tipo religioso.

Houve, ainda, no diário, a vinculação da imagem do jovem, principalmente do usuário de drogas, com a ideia da insanidade e da loucura. A dependência química foi ancorada à ideia de doença mental, sendo reforçada no imaginário da população pela cobertura midiática através da justificativa do avanço do crack, que explica o suposto aumento da violência em Goiânia e região metropolitana nos últimos anos. O jovem também foi considerado improdutivo, referindo-se aos aspectos econômicos e educativos de suas trajetórias de vida. Esses sujeitos não seriam capazes de produzir e consumir tanto quanto os demais, dentro do que é esperado no sistema capitalista.

Na dimensão do individualismo, foi possível perceber que o discurso do *Daqui* percebeu a violência enquanto um problema exclusivo do indivíduo. Também foi identificado, no texto jornalístico, uma representação na qual predominou a ambiguidade em relação ao jovem que comete atos infracionais. Houve uma heterogeneidade na produção de sentidos, a partir da representação dos sujeitos, na qual o jovem de classes alta e média receberam um tratamento diferenciado do jovem das camadas populares, retratado, inversamente, a partir da perspectiva da violência, do medo e do perigo.

Nas notícias do jornal *Daqui*, a única fonte para relatar os crimes envolvendo jovens foi a polícia. Por meio destas representações sobre os moradores das periferias de Goiânia e entorno, não sobraram outras possibilidades de interpretação para o público leitor, o que contribui para a ancoragem do estereótipo do sujeito criminal e do jovem perigoso. Ao não aprofundar a discussão sobre a realidade das periferias de Goiânia e entorno,

estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem, sendo caracterizados somente a partir da violência.

Essa ancoragem feita pela mídia, especialmente pelo *Daqui*, contribui para uma segregação espacial ainda maior na cidade, pois ao aumentar o sentimento de insegurança, leva os ricos a se trancarem em condomínios luxuosos e os pobres serem “empurrados” cada vez mais para as regiões periféricas. Aumentam-se as demandas por segurança privada e por medidas cada vez mais duras contra adolescentes e jovens, como a redução da maioria penal. Vive-se, cada vez mais, um ciclo vicioso no qual a violência gera mais violência e a exclusão é potencializada para adolescentes e jovens das regiões periféricas.

As representações sociais do jovem perigoso e violento propagadas pelo *Daqui* passam a fazer parte do imaginário da sociedade, sendo amplamente difundidas pelas várias instituições. Moscovici (2012) reforça o quanto as representações sociais podem influenciar e motivar os comportamentos de um sujeito e de uma coletividade. Uma vez criadas socialmente e pelos indivíduos, elas adquirem uma vida própria. Ao mesmo tempo em que se movem, as representações sociais podem construir obstáculos, erigindo fronteiras imaginárias, que são, muitas vezes mais resistentes que as fortalezas físicas. As consequências, em alguns casos, são as construções de estigmas e estereótipos que não condizem com a realidade, como no caso da estereotipia do jovem pobre, perigoso, violento e criminoso.

Após a análise das notícias do Jornal *Daqui* em 2010 e 2014, utilizando como referencial teórico as Representações Sociais, buscou-se compreender como jovens de diferentes classes sociais (alta, média e baixa), moradores de Goiânia, recebem, compreendem e (res)significam as representações midiáticas envolvendo a temática da criminalidade, violência e juventude, analisando especificamente as matérias publicadas no Jornal *Daqui* em 2010 e 2014. Os jovens dos três estratos (Colégio Medicina, Colégio Fractal e Região Noroeste) afirmaram que periódico é sensacionalista, violento, com notícias superficiais, subestimando a capacidade de interpretação de seu público leitor.

A diferença de interpretação entre os três estratos sociais se deu principalmente com relação aos jovens de classe baixa, moradores da região noroeste de Goiânia, já que, além de criticar o texto jornalístico, eles deram

exemplos de casos reais que aconteceram próximos a eles e que foram que deturpados nas notícias publicadas pelos veículos de comunicação.

Os jovens da região noroeste de Goiânia apontaram várias situações vividas em seu cotidiano em que foram vítimas da violência, principalmente da violência policial, sofrendo vários tipos de agressões físicas e simbólicas, denunciando torturas e abusos. Criticaram a forma como a mídia retrata sua realidade, especialmente o Jornal *Daqui*, afirmando que ela instiga o medo no público leitor.

Diferentemente do processo de incriminação do jovem das periferias presente nos textos do jornal *Daqui*, os jovens dos três estratos sociais questionaram os motivos que levam um jovem a cometer crimes. Os participantes dos grupos focais não assimilaram o conteúdo midiático sem criticá-lo, em um processo de subjetivação. Eles apontaram a falta de contextualização da notícia em relação às questões de desigualdade social e a ausência de matérias que tratam de outros temas, além da violência. Diferentemente do processo de sujeição criminal, presente no Rio de Janeiro, observado por Misse (2008), os jovens de Goiânia, participantes dessa pesquisa, não se sentem bandidos, isso é, a transgressão não é atributo inerente a si mesmos. Eles não se sentem como pessoas que teriam determinadas características que compõem um grupo social com caráter considerado propenso a cometer crimes.

A maioria dos participantes dos grupos focais se colocou contra a redução da maioridade penal, visto que, para eles, não há possibilidade de recuperação no sistema carcerário brasileiro. Além disso, apontaram que menos de 10% dos crimes são cometidos pelos jovens. Outra crítica foi a alta lucratividade das indústrias de segurança, alimentadas pelo medo e o sentimento de insegurança, demandando o aumento da criação de dispositivos de vigilância e controle.

Com relação às categorias insanidade e individualismo, paradoxalmente, os jovens assimilaram, em partes, o discurso jornalístico, concordando que os usuários ou traficantes de drogas estão “perdidos”, cometendo atos considerados insanos²². Outro tema que emergiu a partir da leitura da notícia

²²Nos últimos 10 anos, houve um aumento da disseminação do crack em Goiânia. Em consequência disso, os poderes públicos e a mídia passaram a demonizar a droga como

foi a discussão sobre a legalização das drogas no Brasil. Durante a realização do grupo focal, os jovens dos três estratos sociais, em sua maioria, se posicionaram como favoráveis à legalização das drogas.

Os jovens apontaram que há um preconceito da mídia com relação ao jovem morador das periferias urbanas, visto que, segundo eles, os casos que envolvem pessoas de classe média e alta, divulgados pelo periódico, recebem outro tipo de divulgação. Com relação à vinculação do aumento da violência em decorrência do uso ou tráfico de drogas, os jovens afirmaram que vários crimes não solucionados pela polícia acabam entrando na estatística do uso ou tráfico de drogas. Os moradores da região noroeste citaram exemplos de casos reais em que conheciam as pessoas envolvidas em situação de violência que não estavam diretamente ligadas ao uso ou tráfico de drogas, mas acabaram sendo identificadas no texto jornalístico como vinculadas a tal questão.

É possível perceber que os jovens de classe alta, média e baixa de Goiânia (Colégio Medicina, Colégio Fractal e Região Noroeste) possuem uma visão muito crítica sobre a cobertura midiática sobre juventude, violência e criminalidade. Apesar de vivenciar a violência de formas distintas em suas comunidades, eles são unânimes em afirmar que a mídia não é imparcial ou neutra ao retratar o seu cotidiano. Eles não se vêem como perigosos e bandidos, e não se reconhecem como sujeitos criminais. Groppo (2015) reforça a capacidade de autonomia das juventudes, partindo da sua relação experimental com valores, ideias e instituições. Segundo o autor, as recentes manifestações políticas das juventudes, em todo mundo, comprovam que os jovens são indivíduos autônomos, muitas vezes destoantes dos padrões impostos pelas instituições sociais de seu tempo. Esta pesquisa confirma essa capacidade de resistência no seu processo de subjetivação.

mal dita, apresentando o cenário de drogados nas ruas da capital, o que contribui para a percepção da insanidade dos usuários da droga.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H; LEÓN, O; FREITAS, M. F. **Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRIC, J.C. O estudo experimental das representações sociais. *In*: JODELET, Denise. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre, no.8, July/Dec. 2002, p. 84-135.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, A.; ALMEIDA, A.; SANTOS, M. F., PORTO, M S. Juventude na mídia: violência e distinção social. **Educação e Cidadania**, (2008), 1-16.

ALPIZAR, L; BERNAL, M. Construção Social da Juventude. *In*: Mulheres Jovens e Direitos Humanos. **Manual de capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da CEDAW**. REDLAC (Org.), 2002.

AMORETTI, J. Movimentos sociais na América Latina e representações sociais da política. *In*: GUARESCHI, P; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. (org.). **Representações sociais em movimento**: psicologia do ativismo político. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Maiores Jornais do Brasil. **Instituto Brasileiro de Verificação**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 19/07/2017.

BARRETO, V. Exclusão e violência, reflexões preliminares. *In*: **Sociedade Civil e Educação**. Campinas: Papius, 1992.

BERG, B. **Qualitative research methods for the social sciences**. 4ªed. MA (USA): Allyn & Bacon, 1998.

BORGES, G. **Sujeitos do 33: mercado ilegal das drogas e homicídios na Grande Goiânia**. Goiânia: UFG, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____. A juventude é apenas uma palavra. *In: Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo: *In: O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, P. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, C; CAMPOS, P. H. **Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito: o caso da reserva indígena raposa serra do sol**. Curitiba: Apris, 2012.

CABECINHAS, R. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. *In: Batista, M. Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009, p.51-66.

CALDEIRA, T. São Paulo: três padrões de segregação espacial *in: CALDEIRA, T. P. do R. Cidade dos muros*. Crime segregação e cidadania em São Paulo. SP: Editora 34 / Edusp, 2000. p.211 a 255.

CAMPOS, P. H. F. (2014). O dilema dos "herdeiros de Durkheim": classes, grupos ou instituições? *In: E. M. Q. O. Chamon; P. A. Guareschi; & P. H. F. Campos (Orgs.), Textos e debates em representações sociais*. Porto Alegre: ABRAPSO.

CANEZIN GUIMARÃES, M. T.; DUARTE, A. J. Jovens da EJA e o tempo social na perspectiva sociológica de Bourdieu. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T.; SOUSA, S. M. **Jovens, espaços de sociabilidade e processos de formação**. Goiânia: Editora PUC-Goiás/Cânone, 2010.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CHAUI, M. Sobre a violência. In: CAMACHO, T. (Org). **Ensaio sobre violência**. Espírito Santo: EDUFES, 2003.

CIDADES. A questão da insegurança em Goiânia. **Jornal O Popular**. Disponível em: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em 06/05/15.

CIDADES. Para polícia, tráfico é a principal causa. **Jornal O Popular**. Disponível em: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em 20/04/15.

COIMBRA, C; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C.; IULIANELLI, J. A. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, A; SOUZA, D. A violência no eixo Brasília-Goiânia. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, 298-311. Ago/Set 2012.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. 13. ABEP, 2002, Ouro Preto. Disponível em: www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc. Acesso em: 04 mar. 2014.

DELEUZE, G. **O ato da criação**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo. Em: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 27 de junho de 1999.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência** - as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 186-203.

DUMONT, L. **O Individualismo**: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. **Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Clarret, 2001.

DUVEEN, G. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-28.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **O Processo Civilizador**: formação do estado e civilização. v2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N; SCOTSON; J. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, M. **Representações sociais da violência na juventude goianiense**. Goiânia: UFG, 2007. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**, 264-287. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 6ª edição 1972. reimpressão (2000).

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**. O nascimento da Prisão. Petrópolis, Editora Vozes, 1987

FRAGA, P. Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade. *In*: FRAGA, Paulo César; IULIANELLI, Jorge Atílio. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANCO, M. **Os dados sobre homicídio doloso em Goiás como um problema sociológico**. Goiânia: UFG, 2008. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FRANCO, M et al. O Crack e os crimes violentos contra o patrimônio na cidade de Goiânia: pânico moral? Trabalho apresentado no GT12: **Mercados lícitos e processos de criminalização**: desafios metodológicos, no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

FRATTARI, N. Discursos e representações do medo da violência na cidade de Goiânia. *In*: SOUZA, D. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.79-113.

_____. Sentimento de Insegurança na Cidade de Goiânia. *In*: SOUZA, D. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.31-51.

FREITAS, R. Infância e trabalho: algumas aproximações a partir da normatividade. *In*: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R; TOSTA, T (org.). **Infância e juventude**: desafios e perspectivas. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2016.

_____. O direito ao trabalho diante de sua vulnerabilidade. *In*: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R; TOSTA, T (org.). **Sociologia e educação em direitos humanos**. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2010.

GARLAND, D. A. **Cultura do Controle**. Rio de Janeiro: Ed. REVAn, 2008.

GOMES, V. H. **A polícia goiana e o distrito zero**: representações sobre a violência. Goiânia: UFG, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

GRANGEIA, V. (et al). Vulnerabilidades urbanas: o caso da criminalidade associada às ourivesarias na cidade do porto. In: **Revista Latitude**. Vol. 7, nº 2, p. 69-89, 2013.

GROPPO, L. A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo** / J.T, L.A. (organizadores) – Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33, jul. 2015. ISSN 1806-5023. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2015.

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. Introdução. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.17-27.

GUARESCHI, P e outros (org.). **Os Construtores da Informação**. Meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, P; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. (org.). **Representações sociais em movimento**: psicologia do ativismo político. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

HART, C. **Drogas não levam ao caminho do crime**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-07/ideias-milenio-carl-hart-professor-psiQUIATRA-norte-americano>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 12ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto juventude**: documento de conclusão. Rio de Janeiro, 2004.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JOVCHELOVITCH, S. Prefácio. In: JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KEHL, M. R.. **A frátria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho D'água, 2008.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

LIMA, M; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v.9, n.3, p.401-411, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

LIMA, R; OLIVEIRA, D; SANTOS, A. A cor do medo: o medo da cor. In: **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. OLIVEIRA, D...et al (org). Brasília: Editora da UnB; Goiânia: editora da UFG, 1998.

MAGRINI, M. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2013.

MANNHEIM, K. "El problema de las generaciones", **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, pp. 145-168 ["Das Problem der Generation", in *Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk*, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, pp. 509-565; "The Problem of Generations", in *Essays on the sociology of knowledge*, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273] [1928]

MARTINS, C. B. Sobre a noção de prática. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 62, mar. 2002.

MARX, K. A mercadoria. In: **O Capital**. Vol. I. 3ª. Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O trabalho alienando. In: Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963.

MENDES, G. **O discurso da criminalização da juventude no Jornal Daqui**. PUC – GO, 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

_____. **As abordagens do Jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens de Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006**. Goiânia: FAJE, 2007. Monografia (Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo), Programa de Pós-Graduação em Juventude, Faculdade Jesuíta, Belo Horizonte, 2007.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

MIKI, R. **Não existe estudo que relacione uso de drogas com a prática de crimes**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mai-17/entrevista-regina-miki-secretaria-nacional-seguranca-publica>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

MISSE, M. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, 2010.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Sociologia) . Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. **Acusados & Acusadores** - Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 7-16.

_____. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

OLIVEIRA, D. Quem tem medo dos direitos humanos de crianças e adolescentes? *In*: LAGO, M.; MOZZER, G.; SANTIBANEZ, D. (orgs). **Adolescência**: temores e saberes de uma sociedade de conflito. Câne Editorial, Goiânia, 2013.

ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. **Jornal Daqui**. Disponível em: <<http://www.ojc.com.br/index.php?id=/midias/jornal/index.php>>. Acesso em: 31 de março de 2015.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *In*: **Análise Social**, Vol. XXV, 1990, p.139-165.

_____. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. *In*: A, M. I (Org.) **Culturas jovens** – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

PEDROSA, J. M. **Violência, mídia e juventude**: análise sobre o discurso adotado pelo jornalismo impresso sobre a realidade violenta de jovens da periferia da cidade do Natal, Natal: UFRN, 2008. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Revista Tempo Social**, São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, v.21, n.2, 2009, p.211-233.

_____. **Sociologia da Violência**. Do conceito às representações. Brasília: Verbana Editora. 2010.

QUIRANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROCHÉ, S. **Le Sentiment d'insécurité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

ROQUE, A. **Anistia Internacional destaca crise da segurança pública no Brasil**. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-destaca-crise-da-seguranca-publica-brasil/>. Acesso em 24/02/2015.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, D. Projeto para uma nova polícia de drogas no país. *In: Drogas e Cidadania*. Org: ZALUAR, A. São Paulo: Brasiliense. 1992.

SCARPARO, H.; PEDROSO, M. Representações: movimentos de imagens e palavras vividas. *In: GUARESCHI, P; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. (org.). Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SILVA, G. Violência urbana e tráfico de drogas em Goiás. *In: Violência urbana em Goiás: práticas e representações*. Org: SOUZA, D. Editora UFG: Cênone Editorial, 2011.

SOARES, Luiz E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, D. Apresentação. *In: SOUZA, D. (Org.). Violência urbana em Goiás. Práticas e Representações*. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.9-13.

_____. Representações da violência urbana e segregação socioespacial na cidade de Goiânia. *In: MELLO, L; SOUZA, D; NUNES e SOFIATI, F (Org.). Questões de Sociologia. Debates contemporâneos*. Goiânia, Cênone Editorial, 2012. p.233-255.

_____. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia, Editora da UFG, 2006.

_____. Juventude e violência: do conhecimento empírico às representações sociais. *In: Sociologia e Educação em Direitos Humanos*. Oliveira, D; FREITAS; R. TOSTA, T. (Orgs). Goiânia: UFG/FUNAPE, 2010.

SOUZA, D; RABELO, F. Vitimização e sentimento de insegurança em três municípios da região metropolitana de Goiânia. *In: SOUZA, D. (Org.). Violência urbana em Goiás. Práticas e Representações*. Goiânia: Cênone Editorial, 2011. p.13-31.

_____. **Violência urbana e punição** - representação de agentes envolvidos no “combate” à violência. *In*: 32º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2008.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 117-145.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B; MELLO, R. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 15, n. 1, p. 151-164, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100017&lng=en&nrm=iso.

TOSTA, T. Trabalho infantil, trabalho precário e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. *In*: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R; TOSTA, T (org.). **Infância e juventude**: desafios e perspectivas. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2016.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. *In*: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Org.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 457-501.

VEENA, D.; POOLE, D. State and its Margins. Comparative Ethnographies. *In*: **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. *In*: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.149-186.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2016**: homicídio e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2016.

WIEVIORKA, M. A nova era do racismo. *In*: WIEVIORKA, M. **Em que mundo vivemos?** São Paulo, Perspectiva, 2006. p.165-182.

_____. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

_____. Violência hoje. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Para compreender a violência: a hipótese do sujeito *In: WIEVIORKA, M. **Em que mundo vivemos?** São Paulo, Perspectiva, 2006. p.201-225.*

YOUNG, J. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na sociedade recente.** Rio de Janeiro, REVAn, 2002.

ZALUAR, A. Introdução. *In: **Drogas e Cidadania.** Org: ZALUAR, A. São Paulo: Brasiliense. 1992.*

ZALUAR, A; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. **Violência: pobreza ou fraqueza institucional?.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2013.

ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice 1²³ – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis por jovens com idade inferior a 18 anos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado, enquanto responsável por um jovem que participará, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Gardene Leão de Castro, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Sociologia e Comunicação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa** ou sempre que julgar necessário para sanar possíveis dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Gardene Leão de Castro, no telefone (inclusive pode ligar a cobrar): (62) 8120-2948.

Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA: Título do Projeto: Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si

Pesquisadora Responsável: Gardene Leão de Castro

Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Federal de Goiás

Telefone para contato (inclusive pode ligar a cobrar): (62) 8120-2948

Esta pesquisa tem como principais objetivos: 1) conhecer como os jovens de Goiânia reconhecem sua realidade 2) identificar como os jovens entendem os discursos da mídia sobre violência e juventude; 3) descobrir quais são as interpretações dos jovens em relação aos discursos midiáticos sobre si 4) identificar qual o impacto das notícias sobre jovens e violência na construção da subjetividade de jovens de Goiânia. Serão realizadas grupos focais, com no máximo 10 participantes, formados por dois grupos de jovens (de 14 a 19 anos) e outro (de 20 a 29 anos).

Gostaríamos de esclarecer que a participação do jovem pelo qual você é responsável é totalmente voluntária, podendo você e este jovem se recusarem a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. O benefício de sua

²³ Todos os anexos e apêndices apresentados na pesquisa passaram pela tramitação no Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás e foram aprovados pelo grupo. O projeto de pesquisa também recebeu a aprovação ética do Comitê da UFG.

participação contribuirá para o conhecimento gerado pela pesquisa. É possível que o jovem tenha algum desconforto em compartilhar informações pessoais, no entanto, as informações não serão repassadas a outras instituições. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Em caso de dano pessoal, diretamente causado pela participação da pesquisa, o participante tem direito de pleitear indenização. Porém, não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Nome e Assinatura da pesquisadora
Gardene Leão de Castro

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO RESPONSÁVEL POR SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
RG _____,
CPF _____, abaixo assinado, concordo que o jovem
pelo _____ qual _____ sou
responsável, Nome: _____,
RG _____, CPF _____, está
autorizado a participar do estudo “Representações sociais de jovens de
Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a
respeito de si”, como sujeito da pesquisa. Fui devidamente informado(a) e
esclarecido(a) pela pesquisadora Gardene Leão de Castro sobre a pesquisa,
os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios
decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu
consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer risco.

Local e data: _____
Nome e Assinatura do responsável: _____

TERMO DE ASSENTIMENTO DO JOVEM COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
RG _____,
CPF _____, abaixo assinado, concordo em
participar do estudo “Representações sociais de jovens de Goiânia: a
negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si”,
como sujeito da pesquisa. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela
pesquisadora Gardene Leão de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de
minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a
qualquer momento, sem que isto leve a qualquer risco.

Local e data: _____
Nome e Assinatura: _____

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os jovens participantes da pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Gardene Leão de Castro, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Sociologia e Comunicação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa** ou sempre que julgar necessário para sanar possíveis dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Gardene Leão de Castro, no telefone (inclusive pode ligar a cobrar): (62) 8120-2948.

Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA: Título do Projeto: Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si

Pesquisadora Responsável: Gardene Leão de Castro
Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Federal de Goiás
Telefone para contato (inclusive pode ligar a cobrar): (62) 8120-2948

Esta pesquisa tem como principais objetivos: 1) conhecer como os jovens de Goiânia reconhecem sua realidade 2) identificar como os jovens entendem os discursos da mídia sobre violência e juventude; 3) descobrir quais são as interpretações dos jovens em relação aos discursos midiáticos sobre si 4) identificar qual o impacto das notícias sobre jovens e violência na construção da subjetividade de jovens de Goiânia. Serão realizadas grupos focais, com no máximo 10 participantes, formados por dois grupos de jovens (de 14 a 19 anos) e outro (de 20 a 29 anos).

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. O benefício de sua participação contribuirá para o conhecimento gerado pela pesquisa. É possível que você tenha algum desconforto em compartilhar informações pessoais, no entanto, as informações não serão repassadas a outras instituições. Informamos ainda que as informações serão

utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Em caso de dano pessoal, diretamente causado pela participação da pesquisa, o participante tem direito de pleitear indenização. Porém, não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Nome e Assinatura da pesquisadora

Gardene Leão de Castro

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
RG _____,
CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si”, como sujeito da pesquisa. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Gardene Leão de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer risco.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Apêndice 3 – Proposta de roteiro para a realização do Grupo Focal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



ACOLHIDA E PREPARAÇÃO

Acolhemos a cada um/a de vocês que aqui vieram e aceitaram o convite para participar deste grupo focal. Assim cada pessoa se sinta acolhida e bem vinda a este encontro. Vamos nos apresentar dizendo nosso nome, o bairro que a gente mora e o que esperamos desta conversa.

MATERIAL

Pinceis atômicos, pequenos cartazes com as perguntas secundárias a serem respondidas, tinta guache, revistas e jornais para recortes, cola e tesoura.

PROPOSIÇÃO DO ASSUNTO

- 1) Dizer que o grupo que o grupo focal vai contribuir para o conhecimento da juventude em Goiás para compreender o que pensa sobre o tema:
MÍDIA E VIOLÊNCIA

DIALOGO COM A JUVENTUDE

Fazer uma motivação dos dois temas da pesquisa:

- Mídia – formação de opiniões. Qual a relação desses jovens com a mídia?
 - Violência – situação de conflitos, agressões e violação dos direitos e a pessoa humana.
- a) Após essa motivação, organizar os participantes em 03 subgrupos, apresentando matérias sobre jovens do Jornal *Daqui*.

VIOLÊNCIA E MÍDIA	
Pergunta 1) Como você percebe a situação da violência e a relação com a juventude?	
Pergunta 2) Como os jovens são retratados nas matérias sobre violência no jornal apresentado?	
RESPOSTAS	

- b) Fazer um plenário no qual cada grupo partilha o debate e as respostas.
- c) Em conjunto, o grupo pode complementar as perguntas que não tenha respondido.
- d) Após motivar o grupo para debater conjuntamente: **No seu modo de ver, como esses assuntos (violência e mídia) se interligam?**

DIALOGONDO COM O TEMA

Motivar o debate sobre as matérias apresentadas aos jovens.

SEQUESTRARAM PARA GANDAIAR

JOVEM DE 19 ANOS E UM ADOLESCENTE FORAM BALEADOS PELA POLÍCIA DENTRO DE CAMINHONETE ROUBADA. UM DELES DISSE QUE A DUPLA QUERIA CURTIR A NOITE

ANA CAROLINA GUIMARÃES

Era pouco mais de 21h30 da noite de quinta-feira quando um empresário foi abordado por dois jovens armados, sendo um adolescente, em frente a um bar no Setor Marista. Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de co-

municação da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A ação dos adolescentes foi vista por uma testemunha que acionou a PRF, pelo telefone de emergência 191. A testemunha disse à polícia que viu uma pessoa ser abordada por dois homens armados. A vítima teria sido levado junto com o carro pelos bandidos.

Segundo Newton Moraes, a

denúncia rápida foi fundamental para que os agentes federais conseguissem recuperar o veículo roubado. O inspetor explicou que imediatamente após a denúncia todos os posto da polícia e viaturas, nos arredores da capital, foram acionados para ficarem em alertas.

MOMENTOS DE HORROR

A vítima ainda viveu uma hora de horror, rodando dentro de seu carro pela cidade junto com os bandidos. O empresário foi levado para que pudesse sacar dinheiro de sua conta pessoal. Ele teria retirado 400 reais, valor máximo que pode ser sacado de um

caixa eletrônico por dia. O dinheiro foi entregue à dupla.

A vítima acabou sendo abandonada, uma hora depois, no Parque Atheneu, em Goiânia, bairro próximo a BR-153. Os rapazes acabaram seguindo para a BR-153 e foram avistados próximo a uma casa de shows.

TROCA DE TIROS

Conforme o inspetor, a viatura precisou atravessar a rodovia para se aproximar do veículo. Assim que se aproximaram, os agentes federais foram recebidos a tiros. Os policiais revidaram e Antony Silva Mendes, de 19 anos, que dirigia a caminhonete,

foi atingido por um tiro no abdômen. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

O companheiro de Antony, um adolescente de 15 anos, foi apreendido e encaminhado ao 2º DP de Aparecida de Goiânia. Segundo Newton Moraes, o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite. Ele disse que o roubo tinha sido encomendado.

O caso foi encaminhado para a Delegacia Estadual de Investigação de Furtos e Roubos de Veículos. Antony Silva já tinha saído do Hugo na tarde de ontem e transferido para a prisão.

CINCO MORREM ASSASSINADOS EM GOIÂNIA E ITABERAÍ

ENTRE AS VÍTIMAS
ESTÃO 2 JOVENS
QUE FORAM
MORTOS EM
UM SUPOSTO
CONFRONTO
COM POLICIAIS

Cinco pessoas morreram assassinadas em Goiás entre a noite de sábado e ontem. Entre as vítimas estão um adolescente e um rapaz acusados do roubo de um Honda Civic.

Os dois foram mortos momentos depois da ocorrência, por volta das 22 horas de sábado, em suposto confronto com a Polícia Militar.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado no posto da Polícia Civil do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, e Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, morreram durante uma troca de tiros

com dois policiais militares, no Parque Amazônia, quando os PMs investigavam o roubo de um carro.

O veículo havia sido levado de um casal de médicos minutos antes, no Jardim Atlântico, e estava de posse dos dois rapazes. As vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isso foram mortas, segundo relataram os PMs envolvidos na operação (um soldado e um sargento).

CARNAVAL

Em Itaberaí, um baile de carnaval terminou em tragédia. Um rapaz morreu e três outras pessoas ficaram feridas depois que um homem não identificado chegou atirando em uma praça da cidade, onde centenas de pessoas curtiam o carnaval.

Diogo Cristiano Gomes da Silva, de 25 anos, foi atingido por cinco tiros e morreu na hora. Segundo o delegado de Itaberaí, Rômulo Figueredo de Matos, a namorada de Diogo,

Tauane Cegati Rocha, além de Luma Pacheco de Souza e uma quarta vítima, identificada como Romeu, também foram atingidos pelos disparos.

Ontem à tarde o delegado ouvia testemunhas do fato para dar prosseguimento às investigações. "A Polícia Civil trabalha com duas linhas de apuração: acerto de contas do tráfico de drogas e crime passionai", disse o delegado, informando que Diogo tinha passagens pela polícia por tráfico.

NA CAPITAL

Em Goiânia foram registrados dois homicídios. O adolescente Eduardo Ribeiro Silva, de 17 anos, foi morto com dois tiros no fim da noite de sábado no Parque Amazônia. Dois homens atiraram e fugiram em uma moto.

E ontem, por volta das 6h30, Átila Carlos Machado, de 17 anos, foi morto no Setor Brisas da Mata. O crime foi praticado por um homem numa moto.

PM MATA SUSPEITO À LUZ DO DIA

S-10 ROUBADA NA QUINTA-FEIRA FOI ABORDADA POR POLICIAIS DA ROTAM, QUE ATIRARAM CONTRA SUSPEITO

Um rapaz branco de aproximadamente 20 anos e cabelos pretos foi morto a tiros durante um suposto confronto com policiais militares da Rotam por volta das 10h45 de ontem, em um lote da Rua C-7 no Setor Sudoeste.

O rapaz era um dos ocupantes da caminhonete S-10 roubada

no dia anterior, no Setor Financieiro. O veículo pertencia a uma comerciante de 34 anos, que informou à polícia que três rapazes em um Uno a abordaram visivelmente drogados.

Com a ocorrência do roubo da caminhonete, a PM emitiu a notificação e ontem equipes do 7º Batalhão da PM passaram pe-

lo veículo no Setor Sudoeste e, diante da identificação, o seguiram e chamaram por reforços.

Segundo a PM, ao verem que eram seguidos, os ocupantes da caminhonete desceram do carro e entraram em um matagal às margens do Córrego Cascavel, de onde teriam trocado tiros com os policiais.

PRESOS

Equipes do Batalhão de Choque e da Companhia de Operações Especiais (COE), da PM, fizeram a prisão de Márcio Lopes Lima de Santana França, de 19 anos, e José Eurípedes da Cunha Ferreira Pinto, de 25. Os dois foram autuados em flagrante por roubo.

Apesar de negarem participação no roubo do carro, os dois rapazes foram reconhecidos pela vítima, que teve o carro devolvido no início da tarde de ontem.

O corpo do terceiro participante não havia sido identificado até o início da noite no Instituto Médico Legal (IML).

SEIS JOVENS ASSASSINADOS

SETE HOMICÍDIOS EM DOIS NA REGIÃO METROPOLITANA, SENDO QUE A MAIORIA DAS VÍTIMAS TINHA IDADE PRÓXIMA DE 20 ANOS

Sete pessoas foram assassinadas da manhã de sábado à manhã de domingo na Região Metropolitana de Goiânia. Dois casos aconteceram em Aparecida, um em Senador Canedo e três na capital. Seis das vítimas eram jovens, a maioria morta a tiros.

Dois corpos foram achados em Goiânia. Foi encontrado, na manhã de ontem, em uma invasão na Rua dos Ferroviários, no Parque Oeste Industrial, o corpo de um rapaz, ainda não identificado. Segundo a polícia, ele tem sinais de vários tiros pelo corpo. O caso será investigado pela Delegacia de Homicídios.

O vidraceiro Bruno do Nascimento Bueno, de 24, foi encontrado morto em uma poça d'água localizada na área de preservação permanente que separa a Vila Boa do Residencial Faicalville, em Goiânia. De acordo com peritos do Instituto de Criminalística, a vítima foi morta há pelo menos 15 dias. Ele foi encontrado com um pedaço de pau na boca e com marcas de tortura.

O servente Lorrain de Paula Barbosa, de 20, morreu às 5h30 de sábado, no Hugo, depois de

ser baleado no tórax em casa, no Residencial Centerville. O rapaz bebia cerveja em casa quando alguém passou pela rua e atirou, atingindo-o no tórax.

Um vizinho ouviu o barulho do tiro e foi até a casa de Lorrain, encontrando-o caído. O vizinho levou a vítima para o Hugo.

APARECIDA

Rones Oliveira da Silva, de 20 anos, foi morto a tiros no Setor Rosa dos Ventos, em Aparecida de Goiânia. O amigo dele, Donizete de Jesus Lopes, foi ferido com dois tiros e não corre risco de morte.

De acordo com o testemunho do sobrevivente, ele e Rones saíram de uma festa, quando foram abordados por dois homens, que tentaram assaltá-los. Eles reagiram ao assalto e foram baleados. Os dois assaltantes fugiram a pé sem levar nada e sem

deixar pistas.

Leandro Santos Pereira, de 29 anos, foi morto no final da noite de sábado dentro de um bar na Rua C-4, no Jardim Cascata, também em Aparecida de Goiânia. O assassino fugiu sem ser identificado pelas testemunhas que estavam no bar.

Em Senador Canedo, Carlos Antonio Barbosa filho, de 19 anos, foi assassinado com seis tiros. Também nesse caso, a polícia não tem informações sobre a autoria do crime. Nenhuma testemunha foi encontrada.

53

Este é o número de pessoas assassinadas na cidade de Goiânia desde 1º de janeiro.

Homem morto com três tiros um dia depois de sair da cadeia

O entregador Angelio Andreus Dantas Mendes, de 30 anos, foi assassinado com três tiros, que atingiram o tórax, o braço esquerdo e a cabeça, na Avenida Contorno, no Setor Bela Vista, em Trindade. O crime aconteceu por volta das 13h15 de sábado, no Setor Bela Vista.

Angelio havia sido solto por meio de habeas corpus na sexta-feira, da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, em Goiânia. Dois homens em uma bicicleta se aproximaram de Angelio e um deles atirou contra o entregador, que morreu na hora. A delegacia de Trindade investiga o crime.

Tráfico de drogas é responsável por cerca de 70% dos homicídios

Nos primeiros 38 dias deste ano foram registrados em Goiânia 53 assassinatos. Em janeiro foram 48 mortes, 12 a mais do que em janeiro do ano passado, quando foram registrados 36 crimes de morte.

De acordo com informações da Delegacia de Homicídios, 70% dos crimes tinham relação com o tráfico de drogas e 90% haviam sido cometidos com o uso de arma de fogo.

Em Aparecida de Goiânia, até ontem à tarde, haviam sido mortas 27 pessoas. Somente três não foram mortas a tiros. A maioria dos casos também tem ligação com o tráfico.



Lentes de Contato
Essa também é a nossa especialidade

Óticas Mundial

Copa F. Rua E, 330, Centro Loja 2 Rua 3, 647, Centro
1627-3224-5422 1627-3212-6202



UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP

Servidor Público Estadual e Municipal
Faça um curso superior aproveitando o desconto para servidor de 40% na mensalidade.

Cursos Superiores de 4 a 8 semestres
- Administração
- Serviço Social
- Tecnologia em Marketing

a partir de
R\$ 108
mensal

Apêndice 4 – Termo de Compromisso com a Pessoa Humana



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto de pesquisa intitulado “Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si”.

Data: 02/05/14

Assinatura:

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFV, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1, Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.

E-mail: cep.prppg.ufv@gmail.com

Anexo 1: Autorização de utilização de sala no LABICOM - UFG

Autorizo à Prof^a. Ms. Gardene Leão de Castro, doutoranda em sociologia pela UFG, a utilizar uma sala do Curso de Relações Públicas, no Laboratório de Comunicação - LABICOM, da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG, para a realização de dois grupos focais em sua pesquisa de doutorado, intitulada “**Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si**”. A utilização da sala será feita mediante disponibilidade, em combinação prévia entre a pesquisadora e a coordenadora de Relações Públicas do LABICOM.

Atenciosamente,



Prof^a. Ms. Flávia Martins dos Santos
Coordenadora dos laboratórios de Relações Públicas do LABICOM - UFG.

Prof^a. Ms. Flávia Martins dos Santos
Faculdade de Informação e Comunicação - UFG
Matrícula SIAPE: 2759647

Anexo 2: Tabela fornecida pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, com dados referentes aos homicídios ocorridos em Goiânia nos meses de abril, maio e junho de 2014, tendo como vítimas jovens de 14 a 29 anos.

Natureza	Data	Dia	Horário	Logradouro	Qd.	Bairro	Cidade	Sexo	Data	Idade	Arma	Veículo
HOMICIDIO	01/04/14	terça-feira	14H39H00			SAO DOMINGOS	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
HOMICIDIO	03/04/14	quinta-feira	00H38H00	Rua das Orquideas	27	RESIDENCIAL JARDINS DO CERRADO 3	GOIANIA	M	2/2/95	19	AF	MOTO
HOMICIDIO	05/04/14	sábado	03H31H00	Av Perimetral	32	LOTEAMENTO GOIANIA 2	GOIANIA	M	5/9/91	22	AF	CARRO
HOMICIDIO	05/04/14	sábado	08H18H00	Av Anhanguera		ESPLANADA DOS ANICUNS	GOIANIA	M	N/C	N/C	N/C	N/C
HOMICIDIO	06/04/14	domingo	00H21H00	Rua 02 com Av Senador Jayme		VILA ISAURA	GOIANIA	M	6/4/93	21	AF	MOTO
HOMICIDIO	06/04/14	domingo	03H33H00	Rua Urandir		NEGRAO DE LIMA	GOIANIA	M	29/1/92	22	OUTROS	N/C
HOMICIDIO	10/04/14	quinta-feira	05H40H00	Rua Sumare	37	JARDIM BOTANICO	GOIANIA	M	14/9/95	18	AB	N/C
HOMICIDIO	10/04/14	quinta-feira	18H21H00	Avenida Mangalo	17	MORADA DO SOL	GOIANIA	M	18/1/91	23	AF	N/C
HOMICIDIO	10/04/14	quinta-feira	22H04H00	Av Goias Norte com Rua Joaquim Teofilo Correia		CRIMEIA OESTE	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
HOMICIDIO	13/04/14	domingo	20H28H00	Rua RB 13	39	RESIDENCIAL RECANTO DO BOSQUE	GOIANIA	F	29/9/92	21	AB	CARRO
HOMICIDIO	14/04/14	segunda-feira	04H30H00	Rua das Camomilas	2	RESIDENCIAL JARDINS DO CERRADO 4	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
HOMICIDIO	15/04/14	terça-feira	20H05H00	Rua FN 23	24	JARDIM FONTE NOVA	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
HOMICIDIO	16/04/14	quarta-feira	22H24H00	Rua GB 39	63	JARDIM GUANABARA III	GOIANIA	M	11/5/87	26	AF	N/C
HOMICIDIO	17/04/14	quinta-feira	14H14H00	Av Leopoldo de Bulhoes	120	CONJUNTO VERA CRUZ	GOIANIA	M	11/2/91	23	AF	N/C
HOMICIDIO	19/04/14	sábado	18H34H00	Rua VF-24	22	VILA FINSOCIAL	GOIANIA	M	8/5/96	17	AF	CARRO
HOMICIDIO	19/04/14	sábado	20H08H00	Rua Januario Barbosa	51	MADRE GERMANA 2	GOIANIA	M	23/7/93	20	AF	MOTO
HOMICIDIO	19/04/14	sábado	20H47H00	Rua CP-33		CONJUNTO PRIMAVERA	GOIANIA	M	26/2/86	28	AF	N/C
HOMICIDIO	23/04/14	quarta-feira	08H53H00	Rua Bartolomeu Bueno	30	VILA MAUA	GOIANIA	M	16/12/89	24	AF	CARRO
HOMICIDIO	23/04/14	quarta-feira	19H40H00	Av Frei Miguelino com Av Padre Monte	39	GOIA	GOIANIA	F	8/7/91	22	AF	N/C
HOMICIDIO	23/04/14	quarta-feira	19H28H00	Rua RIT 8-A esquina RIT 11	8-A	RESIDENCIAL ITAMARACA	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
HOMICIDIO	23/04/14	quarta-feira	17H30H00	Avenida São Paulo		N/C	GOIANIA	M	N/C	N/C	AB	N/C
HOMICIDIO	26/04/14	sábado	21H13H00	Rua Mossoro	11	JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	3/1/93	21	AB	N/C
HOMICIDIO	26/04/14	sábado	21H47H00	Rua 504		CENTRO OESTE	GOIANIA	M	15/4/87	27	AF	N/C
HOMICIDIO	26/04/14	sábado	23H50H00	Rua CP-31	27	CONJUNTO PRIMAVERA	GOIANIA	M	23/9/94	19	AF	CARRO
HOMICIDIO	29/04/14	terça-feira	12H06H00	Av Fernao Dias		VILA CANAA	GOIANIA	M	14/12/91	22	AF	CARRO
HOMICIDIO	29/04/14	terça-feira	12H15H00	Rua Laguna	40	JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	6/2/95	19	AF	N/C
HOMICIDIO	30/04/14	quarta-feira	00H43H00	Rua RI-20	98	RESIDENCIAL ITAIPU	GOIANIA	M	25/1/89	25	AF	N/C

OMICIDIO	04/04/14	sexta-feira	23H30H00			CENTRO	GOIANIA	F	11/4/96	17	AF	N/C
OMICIDIO	12/04/14	sábado	22H30H00			GOIA	GOIANIA	M	4/3/96	18	AF	MOTO
OMICIDIO	13/04/14	domingo	03H00H00			CONJUNTO PRIMAVERA	GOIANIA	M	7/7/89	24	AF	N/C
OMICIDIO	27/04/14	domingo	01H10H00	Rua Manoel Jose Monteiro	E	NOVA VILA	GOIANIA	M	26/3/85	29	AF	N/C
OMICIDIO	26/04/14	sábado	00H00H00			PARQUE ANHANGUERA II	GOIANIA	M	3/9/95	18	AF	N/C
OMICIDIO	30/04/14	quarta-feira	12H00H00	Rua VB-01	19	JARDIM VISTA BELA	GOIANIA	M	6/10/90	23	AF	N/C
OMICIDIO	01/05/14	quinta-feira	22H00H00	Av Rio Verde	87	JARDIM PRESIDENTE	GOIANIA	M	30/6/94	19	AF	N/C
OMICIDIO	02/05/14	sexta-feira	21H21H00	Rua ELO	33	PARQUE ELDORADO OESTE	GOIANIA	M	15/12/84	29	AF	N/C
OMICIDIO	04/05/14	domingo	20H20H00	Av das Aroeiras	28	JARDIM AROEIRAS	GOIANIA	M	24/8/88	25	AF	N/C
OMICIDIO	08/05/14	quinta-feira	04H18H00	Av Skoda		JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	08/05/14	quinta-feira	21H40H00	Av C-1	40	JARDIM AMERICA	GOIANIA	F	3/11/89	24	AF	MOTO
OMICIDIO	08/05/14	quinta-feira	23H01H00	Av T-9	537	JARDIM AMERICA	GOIANIA	F	1/4/87	27	AF	MOTO
OMICIDIO	09/05/14	sexta-feira	22H42H00	Rua SPL 9	1	PEDRO LUDOVICO	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	09/05/14	sexta-feira	23H22H00	Rua JC 35	102	JARDIM CURITIBA	GOIANIA	M	12/1/86	28	AF	N/C
OMICIDIO	10/05/14	sábado	07H05H00	Rua Indaia	2	RESIDENCIAL ANGLO	GOIANIA	M	27/9/92	21	AF	N/C
OMICIDIO	10/05/14	sábado	18H00H00	Rua Jave-12	14	JARDIM ALPHAVILLE	GOIANIA	M	8/2/90	24	AF	CARRO
OMICIDIO	11/05/14	domingo	00H35H00	Rua 1001 c/ 1007	12	PEDRO LUDOVICO	GOIANIA	M	5/5/93	21	AF	MOTO
OMICIDIO	12/05/14	segunda-feira	19H36H00	Rua 304	164 B	NORTE FERROVIARIO	GOIANIA	M	31/12/84	29	AF	MOTO
OMICIDIO	12/05/14	segunda-feira	22H23H00	Rua JL-04	8	JARDIM LAJEADO	GOIANIA	M	6/2/88	26	AF	N/C
OMICIDIO	17/05/14	sábado	13H22H00	Av Bruchelas	256	JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	3/5/86	28	AF	N/C
OMICIDIO	18/05/14	domingo	21H53H00	Rua Belo Horizonte	164	PARQUE AMAZONIA	GOIANIA	M	7/8/86	27	AB	N/C
OMICIDIO	18/05/14	domingo	22H30H00	Av Paranaiba c/ Av Goiás		CENTRO	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	18/05/14	domingo	23H30H00	Rua Alfa 18	21	RESIDENCIAL ALPHAVILLE	GOIANIA	M	5/11/88	25	AF	MOTO
OMICIDIO	21/05/14	quarta-feira	01H02H00	Rua RC-51	29	RESIDENCIAL REAL CONQUISTA	GOIANIA	M	21/3/94	20	AF	N/C
OMICIDIO	21/05/14	quarta-feira	18H11H00	Rua 628	570	SAO JOSE	GOIANIA	M	21/12/93	20	OUTROS	N/C
OMICIDIO	22/05/14	quinta-feira	20H14H00	Rua 609	505	VILA SAO JOSE	GOIANIA	M	25/8/94	19	AF	N/C
OMICIDIO	24/05/14	sábado	17H17H00	Rua VF-57 A	83	VILA FINSOCIAL	GOIANIA	M	29/5/95	19	AF	N/C
OMICIDIO	25/05/14	domingo	03H27H00	Rua Vancouver	183	RESIDENCIAL CANADA	GOIANIA	M	22/12/85	28	AF	N/C
OMICIDIO	25/05/14	domingo	08H33H00	Rua NA-14		RESIDENCIAL OLINDA	GOIANIA	M	16/4/96	18	AF	N/C

OMICIDIO	25/05/14	domingo	19H49H00	Av Senador Pericles	44	NEGRAO DE LIMA	GOIANIA	M	16/8/84	29	AF	N/C
OMICIDIO	28/05/14	quarta-feira	23H32H00	Av Berlim	14	PARQUE ANHANGUERA	GOIANIA	M	22/5/90	24	AF	CARRO
OMICIDIO	29/05/14	quinta-feira	21H58H00	Av Seringueira	13	RESIDENCIAL FORTEVILLE	GOIANIA	M	19/3/95	19	AF	N/C
OMICIDIO	30/05/14	sexta-feira	02H32H00	9ª Avenida	9B	LESTE VILA NOVA	GOIANIA	M	25/12/89	24	AF	N/C
OMICIDIO	30/05/14	sexta-feira	22H30H00	Av Vicente Rodrigues	19	RESIDENCIAL BUENA VISTA I	GOIANIA	M	23/3/93	21	AF	N/C
OMICIDIO	31/05/14	sábado	01H47H00	Rua RC 19	50	RESIDENCIAL REAL CONQUISTA	GOIANIA	M	15/3/93	21	AF	N/C
OMICIDIO	31/05/14	sábado	01H47H00	Rua RC 19	50	RESIDENCIAL REAL CONQUISTA	GOIANIA	M	10/1/94	20	AF	N/C
OMICIDIO	01/05/14	quinta-feira	21H40H00			LOTEAMENTO MOINHO DOS VENTOS	GOIANIA	M	24/06/94	19	AF	CARRO/MOTO
OMICIDIO	07/05/14	quarta-feira	23H50H00	Rua Alfa 7	16	JARDIM ALPHAVILLE	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	08/05/14	quinta-feira	02H00H00	Quinta Avenida		NEGRAO DE LIMA	GOIANIA	F	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	15/05/14	quinta-feira	20H40H00	Rua Jose Teixeira	5	JARDIM DOM FERNANDO I	GOIANIA	M	17/04/85	29	AF	N/C
OMICIDIO	29/05/14	quinta-feira	15H14H00	Rua VF-49	40	VILA FINSOCIAL	GOIANIA	M	18/12/93	20	AF	N/C
OMICIDIO	31/05/14	sábado	00H21H00	Av Real Conquista		RESIDENCIAL REAL CONQUISTA	GOIANIA	M	15/03/93	21	AF	N/C
OMICIDIO	31/05/14	sábado	22H43H00	Rua JAVI 05	3	RESIDENCIAL ALPHAVILLE	GOIANIA	M	22/10/90	23	AF	MOTO
OMICIDIO	01/06/14	domingo	19H49H00	Av Odecia de Moraes	31	RESIDENCIAL ORLANDO DE MORAIS	GOIANIA	M	16/12/93	20	AF	N/C
OMICIDIO	03/06/14	terça-feira	01H56H00	Rua 03 c/ Rua 08		CENTRO	GOIANIA	F	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	04/06/14	quarta-feira	23H56H00	Av Jose Barbosa Reis	59	MADRE GERMANA 2	GOIANIA	M	13/02/96	18	AF	MOTO
OMICIDIO	06/06/14	sexta-feira	00H01H00	Avenida C63 com C62		SUDOESTE	GOIANIA	M	17/02/95	19	AF	CARRO
OMICIDIO	07/06/14	sábado	19H02H00	Rua Vale dos Sonhos		SAO DOMINGOS	GOIANIA	M	15/05/88	26	AF	N/C
OMICIDIO	08/06/14	domingo	07H57H00	Rua Lico Sampaio	119	JARDIM BALNEARIO MEIA PONTE	GOIANIA	M	21/12/90	23	AF	OUTROS
OMICIDIO	08/06/14	domingo	20H30H00	Rua Eduardo Fortes	7	LOTEAMENTO LORENA PARQUE	GOIANIA	M	16/05/96	18	AF	N/C
OMICIDIO	09/06/14	segunda-feira	21H49H00	Rua Rit 13	12	RESIDENCIAL ITAMARACA	GOIANIA	M	12/01/94	20	AF	N/C
OMICIDIO	13/06/14	sexta-feira	00H35H00	Rua Belo Horizonte		JARDIM TANCREDO NEVES	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H38H00	Rua Riviera	239	JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	10/01/95	19	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H48H00	Rua Ilheus	108	VILA ROMANA	GOIANIA	M	01/06/90	24	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-	22H34H00	Av do Ouro	68	JARDIM NOVO	GOIANIA	M	22/12/88	25	AF	N/C

		feira				MUNDO						
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	22H34H00	Av do Ouro	68	JARDIM NOVO MUNDO	GOIANIA	M	21/09/93	20	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	03H44H00	Rua GV 07	43	RESIDENCIAL GOIANIA VIVA	GOIANIA	M	N/C	N/C	OUTROS	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H30H00	Rua Carlos	21	LOTEAMENTO LORENA PARQUE	GOIANIA	M	23/09/97	16	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H30H00	Rua Carlos	21	LOTEAMENTO LORENA PARQUE	GOIANIA	M	25/07/96	17	AF	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H30H00	Rua Carlos	21	LOTEAMENTO LORENA PARQUE	GOIANIA	M	03/05/96	18	AF	N/C
OMICIDIO	13/06/14	sexta-feira	05H10H00	Rua DF 20	RE	CHACARA DO GOVERNADOR	GOIANIA	M	24/01/87	27	AF	N/C
OMICIDIO	13/06/14	sexta-feira	02H50H00	Rua Alves de Sousa		GOIA	GOIANIA	M	11/04/94	20	AF	N/C
OMICIDIO	13/06/14	sexta-feira	20H56H00	Rua JC 15		FLORESTA	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	CARRO
OMICIDIO	15/06/14	domingo	00H33H00	Rua Armando Sales		PARQUE INDUSTRIAL JOAO BRAZ	GOIANIA	M	26/11/87	26	AF	N/C
OMICIDIO	15/06/14	domingo	23H59H00	Rua JC 16	1	JARDIM CURITIBA	GOIANIA	F	26/09/86	27	AF	N/C
OMICIDIO	15/06/14	domingo	23H59H00	Rua JC 16	1	JARDIM CURITIBA	GOIANIA	F	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	16/06/14	segunda-feira	00H07H00	Rua SC-09	36	SAO CARLOS	GOIANIA	M	01/12/95	18	AF	CARRO
OMICIDIO	15/06/14	domingo	21H12H00	Rua F	12	VILA MUTIRAO I	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	15/06/14	domingo	20H11H00	Rua AUGUSTO SEVERO		GOIA	GOIANIA	F	17/11/00	13	AF	MOTO
OMICIDIO	15/06/14	domingo	19H52H00	Alameda Botafogo		CENTRO	GOIANIA	M	27/05/97	17	AF	MOTO
OMICIDIO	13/06/14	sexta-feira	15H00H00	NÃO INFORMADO		PEDRO LUDOVICO	GOIANIA	M	N/C	N/C	OUTROS	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	21H20H00			ANDREIA	GOIANIA	M	30/10/86	27	AF	OUTROS
OMICIDIO	17/06/14	terça-feira	21H03H00	Av Comercial	105	CONJUNTO PRIMAVERA	GOIANIA	M	06/11/86	27	AF	N/C
OMICIDIO	18/06/14	quarta-feira	19H52H00	Rua JCA 11	14	JARDIM CARAVELAS	GOIANIA	M	02/10/91	22	AF	N/C
OMICIDIO	18/06/14	quarta-feira	07H32H00	Rua Serra Dourada	12	JARDIM PETROPOLIS	GOIANIA	F	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	19/06/14	quinta-feira	13H25H00	Rua FL-3	28	PARQUE DAS FLORES	GOIANIA	M	29/09/87	26	AF	CARRO
OMICIDIO	19/06/14	quinta-feira	20H05H00	Rua EF 3	3	RESIDENCIAL ELI FORTE	GOIANIA	M	04/01/85	29	AF	CARRO
OMICIDIO	20/06/14	sexta-feira	19H02H00	Av. T2		SOL NASCENTE	GOIANIA	M	2/8/94	19	AF	N/C
OMICIDIO	20/06/14	sexta-feira	08H05H00	Linha do trem de ferro		VILA CORONEL COSME	GOIANIA	M	4/1/89	25	OUTROS	N/C
OMICIDIO	22/06/14	domingo	17H48H00	Av Pedro Ludovico	51	JARDIM VILA BOA	GOIANIA	M	15/7/94	19	AF	CARRO
OMICIDIO	22/06/14	domingo	19H31H00	Alameda Eva Vierira Almeida		PARQUE DAS AMENDOEIRAS	GOIANIA	F	5/8/96	17	AB	N/C
OMICIDIO	12/06/14	quinta-feira	23H00H00	Vielas C	N 1	LESTE UNIVERSITARIO	GOIANIA	F	14/11/91	22	AF	N/C

OMICIDIO	23/06/14	segunda-feira	21H36H00	Rua CM-06	19	CANDIDA DE MORAIS	GOIANIA	M	30/5/96	18	AF	CARRO
OMICIDIO	11/06/14	quarta-feira	22H32H00			VILA ROSA	GOIANIA	M	N/C	N/C	N/C	N/C
OMICIDIO	24/06/14	terça-feira	19H21H00	Alameda Aeroporto	22	JARDIM GUANABARA	GOIANIA	M	19/9/92	21	AB	N/C
OMICIDIO	24/06/14	terça-feira	20H37H00	Av das Aroeiras		JARDIM AROEIRAS	GOIANIA	M	11/12/91	22	AF	N/C
OMICIDIO	24/06/14	terça-feira	15H31H00	Rua Anchieta	12	CONDOMINIO SANTA RITA	GOIANIA	M	21/11/95	18	AF	CARRO
OMICIDIO	24/06/14	terça-feira	22H16H00	Rua Querubim Camargo	17	RESIDENCIAL DELLA PENNA	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	27/06/14	sexta-feira	19H30H00	RUA H com a VIELA WELINGTON CARDOSO	129	PARQUE TREMENDAO	GOIANIA	M	5/6/92	22	AF	N/C
OMICIDIO	29/06/14	domingo	04H27H00	Rua SM 36	35	LOTEAMENTO CAROLINA PARQUE	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	28/06/14	sábado	18H26H00	Rua Capitao Gold Roup	15	VILA REGINA	GOIANIA	M	21/5/93	21	AF	N/C
OMICIDIO	29/06/14	domingo	18H59H00	RUA DO CHUMBO	11	JARDIM DIAMANTINA	GOIANIA	M	10/12/89	24	AF	CARRO
OMICIDIO	30/06/14	segunda-feira	06H53H00	Av Samambaia		CHACARA SAMAMBAIA	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C
OMICIDIO	30/06/14	segunda-feira	19H38H00			CENTRO	GOIANIA	M	N/C	N/C	AF	N/C